



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

MUDANÇAS CLIMÁTICAS SOB O PRISMA DA ESFERA PÚBLICA: a
mediação jornalística como fator de legitimação democrática no caso da COP-15

Diógenes Lycarião

Belo Horizonte

2014

Diógenes Lycarião

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS SOB O PRISMA DA ESFERA PÚBLICA: a
mediação jornalística como fator de legitimação democrática no caso da COP-15**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientadora Prof. Dra. Rousiley Celi Moreira Maia

Belo Horizonte

2014

301.16 Lycarião, Diógenes
L981m Mudanças climáticas sob o prisma da esfera pública
2014 [manuscrito] : a mediação jornalística como fator de
legitimação democrática no caso da COP-15 / Diogenes
Lycarião . - 2014.

334 f. : il.

Orientadora: Rousiley Celi Moreira Maia .

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Comunicação – Teses. 2. Mudanças climáticas -
Teses. 3. Comunicação de massa – Teses. I. Maia , Rousiley
Celi Moreira. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.




Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Ata da Defesa de Tese de Diógenes Lycarião Barreto de Sousa
Número de Registro na UFMG 2010666393

Às quatorze horas do dia 13 de agosto de 2014, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, reuniu-se a comissão examinadora constituída pelos professores doutores Rousiley Celi Moreira Maia (orientadora – Universidade Federal de Minas Gerais), Afonso de Albuquerque (Universidade Federal Fluminense), Elton Antunes (Universidade Federal de Minas Gerais), Ricardo Fabrino Mendonça (Universidade Federal de Minas Gerais) e Juri Castelfranchi (Universidade Federal de Minas Gerais). A comissão reuniu-se para julgar o trabalho final do aluno do doutorado Diógenes Lycarião Barreto de Sousa, intitulado “**MUDANÇAS CLIMÁTICAS SOB O PRISMA DA ESFERA PÚBLICA: a mediação jornalística como fator de legitimação democrática no caso da COP-15**”, requisito final para obtenção do Grau de Doutor em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, área de concentração Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Abrindo a sessão, a orientadora e Presidente da Comissão, Profª. Dra. Rousiley Celi Moreira Maia, apresentou a banca e, em seguida, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho final. Após a apresentação, seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa de Diógenes Lycarião Barreto de Sousa. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão Examinadora julgou o candidato **apto a receber o grau de Doutor em Comunicação Social**. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão que encerrou a sessão, lavrando assim, o presente documento que será assinado por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 13 de agosto de 2014.


Prof.ª. Dra. Rousiley Celi Moreira Maia
UFMG (orientadora)


Prof. Dr. Afonso de Albuquerque
UFF


Prof. Dr. Elton Antunes
UFMG


Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça
UFMG


Prof. Dr. Juri Castelfranchi
UFMG

*Since our complex societies are highly susceptible to interferences and accidents,
they certainly offer ideal opportunities for a prompt disruption of normal activities.*

(Jürgen Habermas)

*Das habilidades que o mundo sabe,
essa ainda é a que faz melhor: Dar voltas.*

(José Saramago)

Para Daciane

AGRADECIMENTOS

Não haveria espaço nem palavras capazes de expressar a força da minha gratidão a todas as pessoas que tornaram possível realizar essa intensa jornada de 54 meses. Expresso, então, nas limitações que inevitavelmente me atravessam, meus agradecimentos primeiramente aos professores que se prontificaram a examinar o trabalho que aqui se apresenta. Afonso Albuquerque, Elton Antunes, Juri Castelfranchi e Ricardo Fabrino ajudaram a identificar lacunas e imprecisões que serão enfrentadas ao longo dessa nova jornada que se inicia. Tais limitações, das quais sou o único responsável, só não foram ainda maiores e problemáticas porque tive a sorte e a honra de ter a orientação de dois professores da mais alta competência e seriedade acadêmica. Expresso, portanto, à professora Rousiley Maia e ao professor Hartmut Wessler minha imensa gratidão por terem encontrado tempo e atenção em suas atribuladas agendas para me ajudarem a encontrar muitos dos traços, conceitos e métodos que guiaram os passos dessa caminhada.

Ao longo dela, também tive a sorte e a honra de ter tido a ajuda inestimável de professores de grande generosidade, os quais ajudaram tanto na correção de caminhos como na descoberta de novos. Meus profundos agradecimentos, então, aos professores Elton Antunes, em especial pelas suas indicações relativas à literatura em precisão e seleção jornalística; ao Prof. Ricardo Fabrino Mendonça pelos diversos e ricos apontamentos feitos na qualificação, em especial um realizado ainda no começo da pesquisa que me levou a ajustar o foco da mesma; à Prof.^a Ângela Marques por ter indicado algumas leituras que se tornaram fundamentais neste trabalho, ao Prof. Bruno Souza Leal pelas produtivas indagações feitas na qualificação e à Prof.^{ta}. Christiane Eilders pelas gentis e esclarecedoras respostas concedidas aos emails enviados.

Também expresso minha gratidão já de longa data àqueles professores que me auxiliaram nos primeiros passos da vida acadêmica ou mesmo desta pesquisa: Silas de Paula, Wilson Gomes, Jamil Marques, Edna Miola, Paulo Oneto, Pedro Mundim, Márcia Vidal, Inês Vitorino e Gilmar de Carvalho. Muito obrigado! Há ainda outros professores cujos ensinamentos e amizade estão, para minha felicidade, sempre lado a lado: Teresa Cristina Esmeraldo e Fábio Morais. Muito obrigado por aparecerem nos momentos mais oportunos.

Do lado mais luminoso da força, partem os agradecimentos para Rafael Sampaio, o qual, além de parceiro de pesquisa de grande competência, é um grande amigo cuja lealdade me ensina cotidianamente a ser mais diligente com aqueles que nos são não apenas importantes, mas indispensáveis para seguir firme tanto na estrada da vida como da pesquisa.

Nesse percurso, houve inclusive aqueles que, como uma ótima surpresa, apareceram sem avisar e trouxeram contribuições e discussões que foram decisivas para este trabalho. Assim foi com Pedro Henrique Ribeiro que gentilmente me recebeu em Frankfurt e empenhou-se em me esclarecer algumas das diferenças entre os trabalhos de Luhmann e Habermas. Com relação às coisas mais empíricas do que teóricas, também tive a sorte de contar com o apoio de Mariana Dias, Rafael Melo e do grande pensador em formação e amigo, Diogo Campos Sasdelli. Seus códigos e modelos estatísticos me ofereceram uma satisfação que eu não conseguiria mensurar.

Por falar em coisas imensuráveis, agradeço, sob tais medidas, aos amigos que se fizeram, ao longo de tantas quedas e alegrias, em meus irmãos e em minhas irmãs: André Cangussú, Levi, Marcos Gomes, Rafael Oliveira, Pedro Rocha, Saulo-Davi, Thaiane (Thai), Thiago Rocha e Wilsoneto. É nós!

Pelo espírito de equipe e pela colaboração inestimável agradeço a todos aqueles com que pude trabalhar e também me alegrar mesmo diante do contexto de rotina produtiva em regime fordista em que nos encontramos. Meu muito obrigado, então, aos integrantes dos grupos de pesquisa EME, especialmente a Regiane Lucas, Vanessa Veiga, Danila Cal, Bráulio, Raíssa Fernandes, Rodrigo Miranda, Camila Marques, Diego Bemquerer e Anne Júlia, e ao grupo da Universidade de Mannheim, especialmente a Antal Wozniak, Eike Rinke, Eva Schmitt e Maria Röder. Não poderia também deixar de agradecer àqueles que fizeram parte da minha passagem pelo Mzes, a qual, além de ter sido uma rica experiência multicultural e de intenso aprendizado, foi de ótimos debates e encontros dos quais sou especialmente grato a Julia Partheymüller, Maria Constanza e Yannis Teocharis. A todos, um forte abraço de agradecimento!

Em Mannheim, também tive a imensa felicidade de ser encontrado por Sueli que, com sua história, amizade e sua família esplêndida, fizeram dos dias no exterior uma verdadeira viagem ao interior do que realmente somos. À Sueli, minha gratidão eterna, assim como para minha família, minha mãe, meus pais e todos aqueles dos quais, mais do que laços de sangue, pude herdar caráter e senso de justiça. Nesse contexto, agradeço a Lucas Barreto pelas discussões que me deram dimensão da grandeza do pensamento e vida de Hannah Arendt, assim como dar arte de dançar.

Como a vida é algo que só se concebe verdadeiramente com o outro, meus agradecimentos também se dirigem àqueles e àqueles que trouxeram, seja por poucos ou muitos momentos, um sentido supremo à condição de se estar vivo: Acácio, Abdon, Alessandra Vital, Alisson Assunção, Angie Biondi, Angélica, Arihel, Artemis, Aninha,

Bárbaras Altivo e Panssardi, Bruna Acácio, Bruna Marreiro, Olívia Resende, Brunão, Bruno Xavier, Caio Fernandes, Christine, Daniel Fonsêca, Davi da Paz, Débora Soares, Larissa Madeira, Marina Lopes, Mônica Duarte, Francisco Carvalho, Isick, Júnior(s) (Menezes, Uirassú e Sperotto), Joaquim, Zé Bruno, Gabriela Catunda, Ramon Cavalcante, Letícia Dabés, Thiago Montana, Niara, Marcelinha, Marcus Cardoso, Victor Hugo, Patrick Siegert, Priscila Rangel, Priscila Dionísio, Juliana Salles, Tatiana Hora, Milena, Mário Castro, Vasconças, e Sheyla Graziela. Sem palavras!

Por justamente reduzir a angústia que a falta das palavras nos fazem, sou também grato aos que me ajudaram a encontrar e corrigir o uso daquelas que, não raras vezes, soam-me ainda tão estrangeiras. Meus agradecimentos, então, à Mércia Costa, Lívio Fernandes, Susi Schunemann, Hanna Draina, Nicola Shiels, Erika Hansen, Elena Bischoff, Mônica Marte, Stephen Krug, Antal, Uira e Ana-Lucia. Thank you very much! Vielen Dank!

Agradeço também ao apoio concedido pela Capes pela bolsa de doutorado (regular e de sanduíche), pelo DAAD pelos encontros de bolsistas na Alemanha e pelo patrocínio bibliográfico (Fachliteraturprogramm) e ao Cnpq por financiar o projeto no qual me inseri com tanta satisfação. É certo que os recursos, muitas vezes, não se mostraram a contento nem céleres o suficiente, mas, sem o apoio dessas agências, esta pesquisa não teria sido possível, pelo menos não na forma e qualidade aqui alcançadas.

Agradeço também aos que foram sempre solícitos e gentis nas necessidades que afligem os pós-graduandos, em especial às funcionárias da Secretaria do PPGcom-UFMG, Elaine Martins e Tatiane Oliveira. À Vilma Carvalho, a mais eficiente e agradável servidora da UFMG; à equipe do *Welcome Centre* da Universidade de Mannheim, especialmente a Claudius Werry, Inga Ackermann e Birgit Piesch. Muito obrigado pelo ótimo trabalho!

Meus especiais e profundos agradecimentos à Alicianne Gonçalves de Oliveira por sua generosidade, leveza e, principalmente, por fazer ver e sentir muito mais que do que o planejado.

Para aqueles que não tiveram seus nomes aqui registrados, deixo minhas desculpas pelo lapso ou falta de espaço e, de modo ainda mais contundente, deixo meu compromisso de tentar recompensar, por mínimo que seja, a imensa e impagável dívida que tenho com vocês. Meu muitíssimo obrigado!

RESUMO

Esta tese explora, a partir da cobertura da 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-15), o papel da mediação jornalística como elemento de legitimação democrática de processos de governança marcados por alta complexidade social. Para isso, o presente trabalho conduziu uma análise de conteúdo e interpretativa dos proferimentos feitos pelos representantes que falaram em nome do Brasil nas sessões formais da COP-15 (n=441) com a versão mediada desses mesmos proferimentos encontrados nas matérias da cobertura do Jornal Nacional (n=21) e da Folha de São Paulo (n=65). Essa análise se deu por meio da operacionalização de cinco atribuições da mediação jornalística para o sistema deliberativo: a) traduzir a linguagem especializada dos sistemas para a linguagem ordinária; b) selecionar temas e questões em acordo com os interesses cognitivos da audiência; c) dispor de produtos jornalísticos que sirvam como marcadores de credibilidade informativa mediante o provimento de informação precisa; d) fornecer insumos informativos adicionais que ajudem a contextualizar e a compreender fenômenos sociais complexos; e) monitorar ativamente e criticamente os centros de poder de modo a ampliar o escopo de visibilidade pública dos atores e instituições político-administrativas. As referidas atribuições, por sua vez, foram analisadas à luz de três princípios normativos da democracia deliberativa, sendo, a saber, os princípios de publicidade, inteligibilidade e verdade (*Wahrheit*). Os resultados e as análises produzidas concluíram que cada produto jornalístico estudado satisfaz esses princípios normativos de modo diferenciado. Assim, enquanto o JN satisfaz, com maior intensidade os princípios de inteligibilidade e verdade, a FSP atendeu ao princípio de publicidade com desempenho superior. Tais resultados e análises ajudaram a sustentar o quadro teórico aqui proposto de que as práticas jornalísticas oferecem uma mediação preliminar da complexidade social ao modo de um prisma da esfera pública. Assim, os insumos discursivos produzidos pelas instâncias formais de deliberação, ao passarem por esse prisma, acabariam distribuídos em distintos estratos comunicativos. Esses estratos tenderiam, então, a corresponder aos diferentes subconjuntos da esfera cidadã. Para os estratos mais leigos, ter-se-ia uma comunicação mais afeita à linguagem ordinária, já para os mais especializados, uma apresentação mais abrangente dos eventos em termos informacionais, sendo que, ao mesmo tempo, mais especializada.

Palavras-chave: Mediação Jornalística. Sistema deliberativo. COP-15. Sistema mediático.

ABSTRACT

This thesis explores, by investigating the coverage of the 15th session of the Conference of the Parties to the UNFCCC (COP-15), the role of journalistic mediation as an element of democratic legitimation to the governance processes marked by high levels of social complexity. To this end, this study compared - through an interpretative and content analysis - how the utterances made by the representatives speaking on behalf of Brazil in the formal sessions of the COP-15 (n = 441) were mediated by the news pieces of *Jornal Nacional* (n = 21) and *Folha de São Paulo* (n = 65). Such analysis was made possible by the operationalization of the following five assignments of journalistic mediation to the deliberative system: a) translation of the specialized language lying on the social systems to the ordinary language; b) selection of themes and issues in accordance with the cognitive interests of audiences; c) provision of media outlets that work as credibility references via the delivery of accurate information; d) provision of additional informational inputs that help citizens to understand complex social phenomena; e) watching actively and critically the centers of power in order to augment the scope of public visibility on political representatives and administrative institutions. These normative assignments were analyzed in light of three normative principles of deliberative democracy, namely, the principles of publicity, intelligibility and truth (*Wahrheit*). The results and analyzes produced indicated that each media outlet fulfilled these normative principles in different ways. Thus whereas the JN satisfied with greater intensity the principles of intelligibility and truth, FSP fulfilled the publicity principle with a higher standard. These results and analyses gave support to the theoretical framework that this work proposes. This framework argues that journalistic practices offer a preliminary mediation of social complexity likewise a prism of the public sphere. Thus, the discursive inputs produced by formal arenas are broken up by this prism, which transforms such inputs into the outputs of the media system organizing them in different communicative strata. These strata, in their turn, correspond to different subsets of audiences. For broader audiences, this prism offers communicative strata closer to the ordinary language; and for those recipients holding a higher level of expertise, one tends to find strata with more information, but under a more specialized treatment, i.e. less intelligible for broader audiences.

Key-words: Journalistic Mediation. Deliberative System. COP-15. Media System.

SUMÁRIO DE TABELAS

TABELA 1 – INFLUÊNCIA DOS FATORES DE NOTICIABILIDADE SOB A SELEÇÃO JORNALÍSTICA ASSIM COMO SOB AS DUAS FASES DE RECEPÇÃO.....	131
TABELA 2 – INTERCEPÇÃO DAS DIMENSÕES ANALÍTICAS COM AS NORMATIVAS: CONSTRUCTOS ANALÍTICOS E VARIÁVEIS	150
TABELA 3 – VALORES DE KRIPPENDORF ALFA (KALPHA) POR VARIÁVEL	155
TABELA 4 – VARIÁVEIS EM QUE O TESTE DE KRIPPENDORF ALFA (KALPHA) NÃO SE APLICA	156
TABELA 5 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS GERAIS	161
TABELA 6 – CORRELAÇÕES DE SPEARMAN ENTRE INTELIGIBILIDADE E VISIBILIDADE DOS <i>MEDIA</i> (FSP PARA JN).....	162
TABELA 7 – CORRELAÇÕES DE SPEARMAN ENTRE INTELIGIBILIDADE E GRADIENTE DE VISIBILIDADE.....	163
TABELA 8 – CORRELAÇÕES DE SPEARMAN ENTRE INTELIGIBILIDADE (COM X SEM VISUALIZAÇÃO) COM OS TIPOS DE VISIBILIDADE (GRADIENTE X DOS <i>MEDIA</i>)	173
TABELA 9 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA (ONE-WAY ANOVA) DA COBERTURA (FSP X JN) DA COP-15 EM RELAÇÃO À PUBLICIDADE ..	177
TABELA 10 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA COBERTURA DA COP-15 (TRANSPARÊNCIA OFICIAL)	183

SUMÁRIO DE FIGURAS

FIGURA 1 – A MEDIAÇÃO COMO ATIVIDADE FACILITADORA DA INTERAÇÃO	41
FIGURA 2 – CONJUNTO DE INTERAÇÕES ENTRE OS <i>MEDIA</i> E A SOCIEDADE	61
FIGURA 3 – COBERTURA MUNDIAL DOS JORNAIS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS OU AQUECIMENTO GLOBAL (2004-2013).....	93
FIGURA 4 – ORGANOGRAMA DA UNFCCC.....	96
FIGURA 5 – FLUXOGRAMA DO SISTEMA DELIBERATIVO	98
FIGURA 6 – VOLUME DE VISITAS AO SÍTIO <i>ONLINE</i> DA UNFCCC.....	99
FIGURA 7 – PAÍSES APONTADOS COMO RESPONSÁVEIS PELO PROBLEMA	164
FIGURA 8 – PAÍSES APONTADOS COMO RESPONSÁVEIS PELA SOLUÇÃO DO PROBLEMA	165
FIGURA 9 – PERSONAGENS: ATORES APRESENTADOS COMO VILÕES PELA COBERTURA	169
FIGURA 10 – PERSONAGENS: ATORES APRESENTADOS COMO VÍTIMAS PELA COBERTURA	169
FIGURA 11 – PERSONAGENS: ATORES APRESENTADOS COMO HERÓIS PELA COBERTURA	170
FIGURA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROFERIMENTOS NAS SESSÕES PELOS TIPOS DE DECLARANTES.....	175
FIGURA 13 – FONTES DE TRANSPARÊNCIA OFICIAL NA COBERTURA	176
FIGURA 14 – BOX PLOT DA DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE PELOS <i>MEDIA</i> (JN X FSP)	179
FIGURA 15 – FREQUÊNCIA DE ERROS NO JN.....	180
FIGURA 16 – FREQUÊNCIA DE ERROS NA FSP	180
FIGURA 17 – FREQUÊNCIA DE ERROS DA COBERTURA (FSP E JN)	181
FIGURA 18 – TEMAS MAIS FREQUENTES (COBERTURA X SESSÕES)	185
FIGURA 19 – AÇÕES MAIS FREQUENTES (COBERTURAS X SESSÕES)	186
FIGURA 20 – CASOS MAIS FREQUENTES (COBERTURA X SESSÕES)	188
FIGURA 21 – FREQUÊNCIAS DAS AVALIAÇÕES NEGATIVAS DE ATORES NA COBERTURA	189
FIGURA 22 – FREQUÊNCIAS DAS AVALIAÇÕES POSITIVAS DE ATORES NA COBERTURA (FSP E JN)	190
FIGURA 23 – FONTES MAIS FREQUENTES NA COBERTURA (FSP E JN).....	191
FIGURA 24 – ESQUEMA DE NARRATEMAS PARA A CODIFICAÇÃO DE DRAMATIZAÇÃO	298
FIGURA 25 – EXEMPLO DE [IMG_CONT] PARA FSP	312
FIGURA 26 – EXEMPLO DE [IMG_CONT] PARA JN	313
FIGURA 27 – EXEMPLO DE [IMG_LED] PARA FSP	314
FIGURA 28 – EXEMPLO DE [IMG_LED] PARA JN	315
FIGURA 29 – EXEMPLO DE [IMG_OT] PARA FSP.....	316
FIGURA 30 – EXEMPLO DE [IMG_OT] PARA JN.....	317

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
I – O papel da mediação jornalística no sistema deliberativo	27
1.1 O sistema deliberativo sob uma perspectiva interacional	28
1.2 O contraponto de Habermas ao esvaziamento normativo de Luhmann	34
1.3 O valor epistêmico da mediação para a legitimação democrática	38
1.4 O sistema dos <i>media</i> : suas contiguidades e tensões com a mediação jornalística	44
1.4.1 Definindo sistema mediático e outros conceitos correlatos	44
1.4.2 O sistema dos <i>media</i> no processo deliberativo e para além dele.....	48
1.4.3 O sistema dos <i>media</i> e suas descontinuidades com o jornalismo	50
1.4.4 A especificidade das práticas jornalísticas	52
II - Mediação jornalística & democracia: entre limites e vocações normativas	56
2.1 – Dos limites I: o problema da autonomia do sistema mediático.....	57
2.2 – Das vocações I: o sistema mediático como parte de um ciclo comunicacional	59
2.3 Dos limites II: o problema da distorção	64
2.4 Das vocações II: cinco atribuições normativas.....	69
Conclusão	79
III – As conferências do clima: mudanças climáticas e institucionais na política contemporânea	82
3.1 As mudanças climáticas na agenda pública internacional.....	82
3.2 A UNFCCC como instância multilateral de organização das COPs	88
3.2.1 Em prol de um novo acordo: a COP-15.....	92
3.2.2 Os desdobramentos do fracasso: de Cancún (COP-16) à Varsóvia (COP-19).....	94
3.3 A transparência oficial da UNFCCC.....	97
IV – O sistema mediático brasileiro: o que esperar da cobertura da COP-15?	106
4.1 Análise do sistema mediático brasileiro	106
4.1.1 Relação com o Estado	106
4.1.2 Relação com o mercado.....	111
4.1.3 Relação com as elites políticas	113
4.1.4 Da autonomia do sistema mediático no caso brasileiro	118
4.2 Hipóteses gerais de pesquisa.....	122
V – A cobertura da COP-15 em análise: desenho metodológico da pesquisa	126
5.1 A cobertura da COP-15: critérios de seleção e descrição do corpus.....	126
5.1.1 O corpus da cobertura	126
5.1.2 O corpus da COP-15	128

5.2 Traduzindo princípios normativos em operadores analíticos.....	129
5.2.1 Inteligibilidade.....	129
5.2.2 Publicidade.....	142
5.2.3 Verdade.....	146
5.3 Panorama da relação entre normas e operadores analíticos.....	149
5.4 Hipóteses específicas de pesquisa	151
5.5 Técnicas e princípios metodológicos operacionalizados.....	152
5.5.1 Das técnicas: como os resultados foram produzidos e as hipóteses testadas	152
5.5.2 Dos princípios: buscando equilíbrio entre validade, confiabilidade e replicabilidade	153
VI – Uma mediação preliminar da COP-15.....	160
6.1 Uma leitura preliminar dos resultados.....	160
6.1.1 Da produção de inteligibilidade	161
6.1.2 Da produção de publicidade	174
6.1.3 Da satisfação ao princípio de verdade.....	180
6.2 Os resultados face às perguntas de pesquisa: sistematizando os achados.....	193
6.3 Os achados face a pesquisas anteriores: discussão dos resultados.....	198
6.3.1 Da produção de inteligibilidade	198
6.3.2 Do provimento de publicidade.....	202
6.3.3 Da satisfação ao princípio de verdade.....	206
6.4 Apontamentos para pesquisas futuras.....	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	211
REFERÊNCIAS.....	220

LIVROS DE CÓDIGOS

I. LIVRO DE CÓDIGOS DAS SESSÕES DA COP-15	238
1. DA AMOSTRA	238
2. VARIÁVEIS FORMAIS AO NÍVEL DA DECLARAÇÃO.....	239
V.1 Extensão do documento [EXT_DOC]	239
V.2 Transcrição da declaração [TRS_D]	239
V.3 Identificação do documento da declaração [ID_DOC_D].....	239
V.4 Data da declaração [DATA_D].....	239
V.5 URL do documento [URL_DOC_D]	239
V.6 Sessão [SESS].....	239
V.7 Número do vídeo [VID_NUM].....	240
V.8 Vídeo URL [VID_URL].....	240
V.9 Identificação do declarante [DECLTE]	240
V. 10 Tempo inicial [TEMP_0]	240
V. 11 Tempo final [TEMP_F]	240
3. VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DO PROFERIMENTO.....	242
V.12 Descrição da ação [DESCR_S].....	246
V.13 Ações (atribuição de código numérico) [AC_COD_S].....	247
V.14 Posicionamento [POSIC_S]	248
V.15 Tema [TEMA_S].....	248
V.16 Nome do agente [NOME_AG].....	252
V.17 Tipo do agente [TIPO_AG]	252
V.18 Cargo do agente [CARG_AG].....	252
V.19 Origem do agente [OGEM_AG].....	255
V.20 Nome do destinatário [NOME_DEST].....	256
V.21 Tipo do destinatário [TIPO_DEST]	256
V.22 Cargo do destinatário [CARG_DEST]	256
V.23 Origem do destinatário [OGEM_DEST].....	256
V.24 Caso [CAS_S]	256
CODIFICAÇÃO DE EXEMPLO - VARIÁVEIS AO NÍVEL DA DECLARAÇÃO	258
CODIFICAÇÃO DE EXEMPLO.....	260
VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DO PROFERIMENTO	260
PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES DE CODIFICAÇÃO.....	261

II. LIVRO DE CÓDIGOS DA COBERTURA:	263
1. DA AMOSTRA	263
2. VARIÁVEIS FORMAIS AO NÍVEL DA MATÉRIA	264
V.1 Título [TIT].....	264
V.2 Identificação do documento da matéria [ID_DOC_M].....	264
V.3 Data (= dd:mm:aaaa) [DIA_M]	264
V.4: Visibilidade dos media [VIS_M]	264
V.5: Gradiente de visibilidade [VIS_GRA]	264
V.6 Extensão da matéria [EXT_M].....	265
V.7 Extensão do corpo da matéria [EXT_COR_M]	265
V.8 – Primeiro autor [AUTOR_1].....	265
V.9 – Segundo autor [AUTOR_2].....	265
V.10 Editoria [EDR]	266
V.11 Formato da matéria [FOR_M].....	266
V.12 Identificação do vídeo [ID_VDEO]	266
V.13 Tempo em que a matéria se inicia [TMP_INI].....	266
V.14 Nota coberta [NOTA_COB]:	267
V.15 Chamada ao vivo [VIVO]	267
V.16 Chamada de abertura [CHAMA_ABE]	267
3. VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DA MATÉRIA.....	268
3.1 SELEÇÃO (FATORES DE NOTICIABILIDADE)	268
V.17 Êxito/benefício [EXTB]	269
V.18 Alcance [ALCA]	271
V. 19 Controvérsia [CONTROVER]	274
V.20 Elites políticas/influência [INFLU]	276
V.22 Personalização [PERSO]	280
V.23 Insucesso/dano [DANO]	282
3.2 INFORMAÇÃO DE CONTEXTUALIZAÇÃO	284
V.24 Aumento de temperatura [TEMP_AU].....	284
V.25 Tempo extremo [TEP_EXTR]	284
V.26 Derretimento de geleiras/ aumento do nível dos mares [DERT]	284
V.27 Oportunidades econômicas devido ao problema [ECONM_ME].....	285
V.28 Dificuldades e perdas econômicas devido ao problema [ECONM_PI].....	285
V.29 Outras consequências sociais [CONS_OU]	285

V.30 Menção a escopo das consequências [CONS]	286
V.31 Escopo das consequências [CONS_ESC]	286
V.32 Queima de combustíveis fósseis/emissões de gases-estufa [EMISS]	286
V.33 Desflorestamento [DEFLO]	287
V.34 Colisão de interesses nacionais [COL_NAC].....	287
V.35 Outra causa [CAUS_OU]	287
V.36 Menção a um país culpado pelo problema [CULPA_M1].....	287
V.37 1º País mencionado como culpado pelo problema [CULPA1]	288
V.38 Menção a segundo país culpado [CULPA_M2]	288
V.39 2º País mencionado como culpado pelo problema [CULPA2]	288
V.40 Menção a 3º país culpado [CULPA_M3]	288
V.41 3º País mencionado como culpado pelo problema [CULPA3]	288
V.42 Energia limpa [ENER_REN].....	288
V.43 Reflorestamento ou desflorestamento evitado [REFL]	289
V.44 Mudanças na produção agrícola [AGRI]	289
V.45 Novo acordo legalmente vinculante [NOVO_AC]	289
V.46 Assistência financeira a países mais pobres [REM_FIN].....	289
V.47 Menção a 1º país responsável por solucionar o problema [RESP_M1].....	290
V.48 1o País apontado como responsável por solucionar o problema [RESP1]	290
V.49 Menção a 2º país responsável por solucionar o problema [RESP_M2].....	290
V.50 2o País apontado como responsável por solucionar o problema [RESP2]	290
V.51 Menção a 3º responsável pela país solução [RESP_M3]	290
V.52 3o País apontado como responsável por solucionar o problema [RESP3]	291
V.53 Menção à COP atual [COP15_M]	291
V.54 COP atual [COP15].....	291
V.55 Menção a COP passada [COP_ANT_M]	291
V.56 COPs passadas [COP_ANT]	291
V.57 Menção a próxima COP [CAN_M]	292
V.58 Próxima COP [CAN]	292
V.59 Extensão do Protocolo de Kyoto [EXT_PK]	292
3.3 TRADUÇÃO	293
V.60 Explicação de termos especializados, abreviações ou siglas [EXPL]	293
V. 61 Referência a emoções [R_EMO].....	295
V.62 Verbalização [VERBZ].....	295

V. 63 Nominalização [NOMZ]	296
V.64 Siglas sem explicação [SIGLAS].....	296
V.65 Abreviações e termos especializados sem explicação [TESP]	297
3.4 DRAMATIZAÇÃO	298
V.66 1ª oração com Ação + actante [AA1].....	301
V.67 1ª oração com Ação + actante + objeto [AAO1]	302
V.68 1ª oração com Ação + actante + tempo [AAT1]	304
V.69 1ª oração com Ação + actante + espaço [AAE1]	304
V.70 2ª oração com Ação + actante [AA2].....	306
V.71 2ª oração com Ação + actante + objeto [AAO2]	306
V.72 2ª oração com Ação + actante + tempo [AAT2]	306
V.73 2ª oração com Ação + actante + espaço [AAE2]	306
V.74 Sequência cronológica das duas ações [CRONOS]	306
V.75 Emoção [EMO]	307
V.76 Conflito [CONFL].....	307
V.77 Presença de vítima [VIT]	307
V.78 Nome da vítima [NOME_VIT].....	308
V.79 Tipo da vítima [TIPO_VIT]	308
V.80 Cargo da vítima [CARG_VIT]	308
V.81 Origem da vítima [OGEM_VIT].....	308
V.82 Presença de vilão [VIL].....	308
V.83 Nome do vilão [NOME_VIL]:	309
V.84 Tipo do vilão [TIPO_VIL]:	309
V.85 Cargo do vilão [CARG_VIL]:.....	309
V.86 Origem do vilão [OGEM_VIL]:	309
V.87 Presença de herói [HERO].....	309
V.88 Nome do herói [NOME_HERO]:	310
V.89 Tipo do herói [TIPO_HERO]:.....	310
V.90 Cargo do herói [CARG_HERO]:	310
V.91 Origem do herói [OGEM_HERO]:	310
3.5 VISUALIZAÇÃO.....	311
V.92 Imagem de informação de contextualização [IMG_CONT]:	312
V.93 Imagem de lead [IMG_LED]:	313
V.94 Outra imagem [IMG_OT]:.....	315

V.95 Desconexão cognitiva [IMG_DES]	317
4. VARIÁVEIS FORMAIS AO NÍVEL DO PROFERIMENTO	318
V.96 Identificação do proferimento [PRM_ID]	318
V.97 Extensão do proferimento [EXT_PRM]	318
5. VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DO PROFERIMENTO	319
V.98 Nome da fonte [NOME_F]	320
V.99 Tipo de citação [CIT]	320
V.100 Tipo da fonte [TIPO_F]:.....	320
V.101 Cargo da fonte [CARG_F]	320
V.102 Origem da fonte [OGEM_F]	320
5.1 TRANSPARÊNCIA OFICIAL (SELEÇÃO).....	321
V.103 Descrição da ação [DESCR_M]	321
V.104 Ações (atribuição de código numérico) [AC_COD_M]	321
V.105 Posicionamento [POSIC_M]	321
V.106 Tema [TEMA_M]	322
V.107 Nome do agente [NOME_AG_M].....	322
V.108 Tipo do agente [TIPO_AG_M]	322
V.109 Cargo do agente [CARG_AG_M]	322
V.110 Origem do agente [OGEM_AG_M].....	322
V.111 Nome do destinatário [NOME_DEST_M]	322
V.112 Tipo do destinatário [TIPO_DEST_M]	322
V.113 Cargo do destinatário [CARG_DEST_M]	322
V.114 Origem do destinatário [OGEM_DEST_M]	322
V.115 Caso [CAS_M].....	322
5.2 DISTORÇÃO (erro).....	323
V.116 Erro [ER]	323
V.117 Anotações [ANT_ER].....	326
5.3 ESCRUTÍNIO PÚBLICO	327
V.118 Escrutínio público [ESCR]	327
V.119 Proposta ou demanda política [PROPS].....	329
V.120 Nome do alvo [NOME_AV]	329
V.121 Tipo do alvo [TIPO_AV].....	329
V.122 Cargo do alvo [CARG_AV]	330
V.123 Origem do alvo [OGEM_AV]	330

5.4 PUBLICIDADE AMPLIADA	331
V.124 Publicidade ampliada [PUBL_A]	331
V.125 Nome do ator [NOME_AT]	334
V.126 Tipo do ator [TIPO_AT]	334
V.127 Cargo do ator [CARG_AT]	334
V.128 Origem do ator [OGEM_AT]	334

INTRODUÇÃO

Um fosso entre a esfera cidadã e a política formal está colocado. E ele não diz respeito à necessária separação funcional entre sociedade e Estado que o sistema democrático precisa impor para seu correto funcionamento. Ele se refere, portanto, à fragilidade do laço cognitivo que deveria articular essas instâncias. Um laço que deveria permitir a esfera cidadã se manter ciente das ações perpetradas pelas instituições e agências político-administrativas. Só que a separação entre as instâncias em tela se alarga justamente quando a complexidade e a diversidade dessas agências se expandem em compasso a perder de vista. Defronte a esse cenário, a esfera cidadã tende a se sentir amputada de sua capacidade de influenciar e controlar o poder político. Isso porque este não só lhe escapa às mãos, mas aos próprios olhos.

Ora, se efetivamente a esfera cidadã não for mais capaz de tocar nem de ver o poder político, isso levaria ao diagnóstico inevitável de que a própria democracia precipitaria no fosso aberto entre o *dêmos* e a *kratía*. Esse diagnóstico, no entanto, precisa ser colocado em suspeição. Isso porque ele provavelmente está fundado num alicerce de pressupostos extremamente frágil. A começar pelo fato que a esfera cidadã, assim como o poder político, não podem ser mais tomados como instâncias homogêneas capazes de uma articulação uniforme e direta entre si.

Não pode ser uniforme, pois, nas sociedades modernas, elas são e tendem cada vez mais a ser complexos altamente diferenciados internamente. Devido a essa diferenciação recíproca, apenas setores de ambas as instâncias são capazes de se articular em observações responsivas entre si. Ou seja, se partes do complexo político-administrativo se especializam sobre determinados aspectos da vida social, parte dos cidadãos também o fazem. E serão justamente esses cidadãos e cidadãs que irão conservar a possibilidade de um controle externo do poder político.

Ademais, a articulação entre esfera cidadã e poder político formal, além de não ser uniforme, também não é direta. Isso porque, nas interposições que separam a esfera cidadã da política formal, assim como nas diferenças cognitivas que cindem essas instâncias internamente, situam-se agências mediadoras. Estas agências permitem que, mesmo diante à fragmentação do tecido social, existam pontes de comunicação que tornam as partes (até aquelas *apartadas*) do todo social *articuláveis* entre si.

Trata-se, portanto, de pensar a ideia de mediação como um operador epistêmico capaz de lançar um olhar sobre a modernidade e sobre seus processos políticos de modo que eles não sejam percebidos como resultado de forças exclusivamente objetivas (reificadoras ou,

numa acepção luhmanniana, *autopoieticas*). Pensar a mediação a partir da sua força comunicativa implica, desse modo, pensar nas fontes intersubjetivas que fazem parte da coordenação da ação social, mesmo quando esta coordenação se realiza a partir de códigos e repertórios simbólicos que não são compartilhados com a mesma intensidade por todos os membros e setores da sociedade. Isso se faz possível na medida em que essa sociedade organiza pontes comunicativas capazes de articular os diferentes códigos e saberes disponíveis no tecido social em função de um pano de fundo ético-moral amplamente compartilhado.

O propósito central deste trabalho é, então, explorar como as práticas jornalísticas podem atuar nessa articulação, especificamente em situações de alta complexidade regulatória, tais como aquelas geradas por regimes de governança internacional. Nestes, os processos políticos se deslocam para instâncias e formas de linguagens tão distantes do saber comum que alcançam um ponto agudo de separação entre a esfera cidadã e o poder político. Nesse contexto, a tese aqui defendida é que o sistema mediático constrói uma ponte de mediação entre esses dois mundos. Tal ponte seria constituída por uma mediação preliminar que as práticas jornalísticas produzem da complexidade social, o que tornaria a atuação dos atores políticos envolvidos em regimes de governança internacional passível de controle pela esfera pública.

Isso seria possível, pois as pontes comunicativas lançadas entre os dois mundos pelo sistema mediático conectariam justamente as instâncias desses mundos que são capazes de se articular em observações responsivas entre si. Ou seja, o sistema mediático disponibilizaria uma mediação preliminar dos regimes de governança internacional tanto aos cidadãos e cidadãs mais familiarizados com os repertórios especializados desse tipo de governança, quanto àqueles menos familiarizados. Isso significa que essa mediação, ao mesmo tempo que seria indiciária dos eventos e problemas que traz a público, seria também internamente diferenciada. Isso de tal modo que, ao longo do sistema mediático, seria possível encontrar uma distribuição dessa mediação estratificada em diferentes níveis de complexidade, extensão informativa e acessibilidade cognitiva. Com isso, o próprio caráter indiciário da mediação jornalística apresentaria uma distribuição com diferentes níveis de sinalização sobre a complexidade do evento ou do problema social em visibilidade.

Ao realizar essa distribuição estratificada, a mediação jornalística organizada sistematicamente faria com que os *media* atuassem como uma espécie de prisma da esfera pública. Assim, os insumos discursivos produzidos pelas instâncias formais de deliberação, ao passar por esse prisma, acabariam sendo distribuídos em diferentes estratos comunicativos.

Esses estratos, por sua vez, tenderiam a corresponder aos diferentes subconjuntos da esfera cidadã. Para os estratos mais leigos, ter-se-ia uma comunicação mais afeita à linguagem ordinária, para os mais especializados, uma apresentação mais abrangente dos eventos em termos informacionais, mas também mais especializada.

Deve-se, contudo, esclarecer-se que, ao propor que as práticas jornalísticas desvelam uma mediação preliminar da complexidade social, o que está em jogo é algo muito diferente do que o programa teórico funcionalista propõe, tal como aquele desenvolvido por Niklas Luhmann. Por isso, no lugar da metáfora do espelho usada pelo autor, refiro-me ao sistema dos *media* a partir da metáfora do prisma. Enquanto o espelho precisa reduzir a complexidade sistêmica para criar uma auto-observação do sistema social todo abarcador que é a sociedade, o prisma mediático não reduz essa complexidade, mas a distribui em diversas imagens indiciárias. Ademais, essa distribuição seria, ela mesma, marcada por alta complexidade social, pois seus estratos tendem a corresponder à diversidade e à pluralidade da comunidade política.

Mais do que isso, no lugar de reduzir a complexidade social, a mediação jornalística atuaria ativamente no aumento dessa complexidade ao inserir novas possibilidades interpretativas na esfera de discussão política em torno dos elementos que integram a agenda pública. Isso porque, ao conferir visibilidade sobre fatos e informações que muitos atores tentam manter em segredo (longe da visibilidade pública), a mediação jornalística acabaria por desvelar dimensões do poder que contradizem e minam o controle que esses atores buscam deter sobre sua própria imagem e declarações.

Se esse for o caso, poder-se-ia afirmar que, ao produzir uma mediação desveladora e amplificadora da própria complexidade social, as práticas jornalísticas do sistema mediático poderiam ser tomadas como um fator decisivo para a legitimação dos regimes globais de governança. Isso porque tais práticas, além de complexificar os insumos informativos que suas instâncias formais de decisão disponibilizam, atuariam no sentido de garantir um portal de entrada cognitivamente amplo sobre essa complexidade. Um portal que, por seu turno, daria acesso às portas mais estreitas que o sistema informativo ampliado dispõe. Portas essas que são mais estreitas em termos de acessibilidade cognitiva, mas, ao mesmo tempo, informacionalmente mais densas e extensas (mais especializadas). Deste modo, o portal da visibilidade mediática desvelaria uma mediação preliminar da complexidade social e organizaria, em torno de seus elementos, um conjunto de sinais referenciais que cidadãos leigos poderão utilizar para se orientarem na busca por informações mais completas e exaustivas através do sistema informativo ampliado.

Este sistema, ao abranger todo o repositório informacional acessível (desde bibliotecas até as páginas informativas da Wikipédia), oferece a possibilidade de que cidadãos leigos se tornem especializados e qualificados para debater todo tipo de assunto, da biotecnologia até às mudanças climáticas. No entanto, sem informações indiciárias e preliminares sobre esses temas, o cidadão e a cidadã tenderiam a se perder no oceano informacional que o sistema informativo ampliado produz. É preciso, portanto, um conjunto de sinais indiciários que orientem a sua navegação de modo a antecipar atalhos e armadilhas do trajeto. Ao oferecer um mapa desses sinais, as práticas jornalísticas disponibilizariam, assim, uma mediação preliminar da intrincada rede de sentidos e atores que pré-estruturam o debate público em torno de temas marcados por alta complexidade social.

Com o propósito de investigar a capacidade explicativa dessa proposição em um caso específico, optou-se por analisar a cobertura brasileira da COP-15 - termo este que serve de abreviação para a *15ª Conferência da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas* (UNFCCC, em inglês). A COP-15 foi realizada em dezembro de 2009, em Copenhague (Dinamarca) e obteve grande visibilidade em função da expectativa renovação do Protocolo de Kyoto e da criação de um novo acordo com compromissos vinculantes de longo prazo. Havia, desse modo, a expectativa de que acordos multilaterais pudessem evitar os piores efeitos das mudanças climáticas e também pudesse criar condições institucionais para que os países se adaptassem a elas, isso sem maiores perdas humanas e econômicas.

No entanto, o Acordo de Copenhague produzido ao final da COP-15 não estabeleceu qualquer meta legalmente vinculante nem teve adesão de todos os países que participaram dessa cúpula. A presidência da Convenção se limitou, portanto, a tomar nota de um documento com metas e adesões voluntárias. A cobertura jornalística, diante disso, não hesitou em classificar o resultado final dessa cúpula como um verdadeiro fracasso.

Ao realizar análise da cobertura em tela, este trabalho tentou desenvolver alguns parâmetros normativos que pudessem aferir como a “mediação preliminar” da COP-15 produzida pelo jornalismo desempenhou um papel coerente à ideia de sistema deliberativo.

Para aferir esse desempenho, o primeiro passo consistiu em definir qual abordagem sobre esse sistema está sendo pressuposta na análise. Com objetivo de explicitar essa abordagem, o primeiro capítulo sustenta, como modelo normativo de democracia, um sistema deliberativo marcado pela circularidade interacional entre seus componentes. Uma circularidade que, por sua vez, seria distendida no espaço e no tempo e cuja articulação enlaçaria diversos sistemas sociais e arenas discursivas.

Ainda no primeiro capítulo, são apontadas críticas concernentes a algumas lacunas teóricas desse sistema, em especial no que se refere ao problema da efetividade da articulação em tela. No cerne desta lacuna, está justamente a questão da complexidade social e da diferenciação sistêmica, os quais gerariam incompatibilidades comunicativas entre esses elementos. Diante dessa incompatibilidade, questiona-se como poderia haver entre as arenas discursivas da esfera pública uma articulação eficiente e teoricamente plausível.

Diante desse problema, defende-se que essa articulação se torna possível assim que edificamos uma teoria social sob o operador epistêmico da mediação. Sob esse parâmetro, a interação entre essas arenas e entre entes sociais apartados ou, à primeira vista, incompatíveis se torna concebível. Isso porque a mediação atua como prática facilitadora da interação de modo que sua eficiência reside no uso balanceado e sobreposto de vários *media* (meios simbolicamente generalizados). Dentre esses, destacam-se o dinheiro, o poder administrativo e, para a esfera pública, de sobremaneira o poder comunicativo.

Nesse contexto, aponta-se que a mediação jornalística é um tipo de agência, dentre várias outras, que se organiza sistematicamente em favor da articulação do poder comunicativo formado pelas diversas arenas discursivas do sistema deliberativo

Sob essa perspectiva, o segundo capítulo apresenta algumas dimensões analíticas capazes de avaliar o poder e a eficiência dessa articulação em fazer com que a complexidade social se torne controlável pela esfera pública. Com esse objetivo, essas dimensões analíticas foram extraídas a partir de cinco atribuições que a mediação jornalística deve desempenhar para tornar possível esse controle: a) traduzir a linguagem especializada dos sistemas para a linguagem ordinária; b) selecionar temas e questões em acordo com os interesses cognitivos da audiência; c) dispor de produtos jornalísticos que sirvam como marcadores de credibilidade informativa mediante o provimento de informação precisa; d) fornecer insumos informativos adicionais que ajudem a contextualizar e a compreender fenômenos sociais complexos; e) monitorar ativa e criticamente os centros de poder de modo a ampliar o escopo de visibilidade pública dos atores e instituições político-administrativas. Além disso, indica-se, ainda no segundo capítulo, como essas atribuições normativas interceptam três princípios normativos da democracia deliberativa, sendo, a saber, os princípios de publicidade, inteligibilidade e verdade.

Esses princípios normativos e suas respectivas dimensões analíticas destrincham operadores analíticos das diversas práticas jornalísticas que permitem o sistema mediático desvelar uma mediação preliminar da complexidade social e, assim, exercer um papel

procedimental na legitimação de processos políticos marcados por alta complexidade regulatória.

Com o propósito de verificar como esse papel pode ter sido exercido no caso específico da COP-15, o terceiro capítulo apresenta um histórico das COP's e do tema discutido pela UNFCCC (i.e. as mudanças climáticas). Além disso, o terceiro capítulo faz uma breve apresentação da extensa literatura de estudos que tem investigado o desempenho das práticas jornalísticas em mediar o debate político e científico sobre as mudanças climáticas. Todavia, o ponto de conexão mais intenso com o programa teórico desenvolvido nos primeiros capítulos se dá quando a transparência oficial da UNFCCC é apresentada.

Diante dela, demonstra-se como as atribuições das práticas jornalísticas listadas acima podem ajudar a superar as diversas barreiras comunicativas que surgem para a esfera cidadã quando esta tenta, de maneira não mediada, informar-se sobre os processos de governança organizados pela UNFCCC. Diante dessas potencialidades, cinco perguntas norteadoras de pesquisa são formuladas:

- a) De que modo a tradução da linguagem especializada para a linguagem ordinária se distribui ao longo do sistema mediático em relação à cobertura da COP-15?
- b) Como a mediação jornalística sintetiza e seleciona, ao longo do sistema informativo dos *media*, os debates e fatos gerados por essa cúpula climática?
- c) A cobertura realizada pelos centros do sistema do sistema mediático consegue – após o processo de seleção e de tradução – evitar uma distorção sistemática dos atos comunicativos produzidos pelos representantes no âmbito das sessões da COP-15?
- d) Como a mediação jornalística distribui, ao longo do sistema informativo mediático, informações de contextualização capazes de conferir inteligibilidade às declarações feitas pelos representantes nas sessões da COP-15?
- e) De que modo o sistema mediático, ao cobrir essa cúpula do clima, exerce diferentes níveis monitoramento ativo e crítico?

Com o objetivo de responder essas perguntas a partir de um reconhecimento das principais características do sistema de notícias nacional, o quarto capítulo se deteve a examinar panoramicamente o desenvolvimento e o perfil do sistema mediático brasileiro. A partir desse panorama, foi possível identificar algumas características da diferenciação interna desse sistema. Dentre as mais relevantes para os propósitos para este trabalho, foi constatado que o telejornalismo, em especial o da Rede Globo, abarca a maior parte da do público

consumidor de notícias a partir de um jornalismo mais generalista e de variedades. Enquanto isso, a imprensa de referência (na literatura internacional chamada de *quality press*) se volta para um público bem mais restrito, presumidamente mais letrado e interessado sobre questões políticas.

Identificadas essas características do sistema mediático brasileiro, foram, então, coletados e selecionados materiais tanto das sessões formais da COP-15, como da cobertura realizada pela Folha de São Paulo e pelo Jornal Nacional. Estes veículos foram selecionados tendo em vista que eles pareciam melhor representar, à época, duas instâncias decisivas do sistema mediático nacional, sendo a primeira seu centro de qualidade jornalística e a segunda, seu centro de visibilidade pública.

Além disso, o quinto capítulo propôs, para uma cada uma das perguntas de pesquisa, variáveis e constructos analíticos capazes de produzirem dados correspondentes aos fenômenos comunicativos indicados por essas perguntas. Essas variáveis e constructos foram desenvolvidos a partir de um cruzamento das cinco dimensões analíticas apresentadas anteriormente com os três princípios normativos da esfera pública que as interceptam (i.e. inteligibilidade, publicidade e verdade). As variáveis e constructos analíticos resultantes desse cruzamento foram desenhados de modo a permitir uma análise interpretativa e de conteúdo da cobertura COP-15.

Ao realizar essa análise, buscou-se interpretar aqueles resultados que se mostraram contrários às nossas expectativas. Isso foi feito com o objetivo de tentar compreender que fenômenos comunicativos eles representavam. Mediante esse esforço, foi possível encontrar alguns achados que revelaram contribuições significativas para o conhecimento disponível acerca da relação entre os *media* e a política em sociedades democráticas.

Esses achados foram apresentados e sistematizados no 6º e último capítulo deste trabalho. Eles, além de jogarem luz sobre fenômenos não antevistos, puderam fornecer evidências para sustentar reflexões e proposições relativas às cinco perguntas de pesquisa formuladas no terceiro capítulo. Além disso, nossos achados revelaram que a divisão do trabalho epistêmico no sistema deliberativo apresenta muito mais nuances e complexidades do que havíamos, até então, antevisto.

I – O PAPEL DA MEDIAÇÃO JORNALÍSTICA NO SISTEMA DELIBERATIVO

Este capítulo tem por principal objetivo evidenciar o valor epistêmico da mediação jornalística para o processo de legitimação democrática de tipo deliberativo. Para isso, a primeira seção apresenta um modelo de sistema deliberativo marcado por uma circularidade discursiva distendida no espaço e no tempo. Tal modelo é concebido, neste trabalho, sob uma perspectiva interacional, o que implica que a circularidade em tela seria atravessada por diversos sistemas sociais, arenas discursivas e contratos comunicativos.

Ainda na primeira seção, dois planos de possibilidades interpretativas contraditórios são indicados acerca desse modelo. Um aponta para sua confirmação e outro se candidata a uma perspectiva mais “realista” e, portanto, de predominância *irremediável* de opacidade discursiva, assim como de déficits comunicativos. Ademais, aponta-se que o caráter irremediável, assim como o nível de plausibilidade dessa segunda possibilidade crescem quando os efeitos da complexidade social são levados em conta.

A segunda seção do capítulo se volta a apresentar como o contraponto oferecido por Jürgen Habermas a Niklas Luhmann - no que diz respeito às possibilidades normativas da democracia num quadro de crescente complexidade social – podem reequilibrar, ao menos no nível teórico, o nível de plausibilidade de ambas as possibilidades discutidas na primeira seção. Ao se visitar o contraponto oferecido por Habermas às formulações de Luhmann, percebe-se que a tradução da linguagem especializada para a linguagem ordinária, assim como o conceito de mediação são centrais para que se possa sustentar visões normativas de democracia com razoáveis níveis de plausibilidade.

Na terceira seção, tenta-se compreender a abrangência da noção de mediação no quadro teórico habermasiano. Nessa trilha, percebe-se que ela detém um valor epistêmico e cuja aplicação ao sistema mediático oferece frentes de pesquisa promissoras para se fundamentar a força teórica da concepção de sistema deliberativo no quadro de sociedades complexas e descentradas. Não obstante, essa aplicação é prejudicada devido a duas questões: (a) o alto nível de abstração da noção de mediação e (b) a justaposição que se estabelece entre a noção de sistema mediático com as práticas jornalísticas.

A quarta seção é, então, desenvolvida de modo a identificar essa justaposição e evidenciar as contiguidades e tensões do sistema mediático com relação à mediação jornalística.

1.1 O sistema deliberativo sob uma perspectiva interacional

*A teoria dos sistemas - aquela que concebe a sociedade independente dos sujeitos – tem sido largamente refutada. Numa sociedade desprovida de consentimento, o qual se revela na prática como legitimador, até uma rajada de vento sob o clamor da liberdade pode derrubar, tal como um castelo de cartas, os poderosos.*¹
 Ülrich Beck, 1998 [1992]

O exame da mediação jornalística será, ao longo deste trabalho, referenciado e aplicado à cobertura da 15ª Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (a COP-15). Tal exame pretende demonstrar que a função exercida por essa cobertura foi a de desvelar uma mediação preliminar da complexidade social em torno da governança sobre o problema das mudanças climáticas. Essa mediação, não obstante, é compreendida como parte de um processo comunicativo contínuo e que é dinamizado por relações sistêmicas. Essa compreensão será fundamentada, ao longo desse trabalho, em função das potencialidades e das limitações da prática jornalística em prover condições de legitimação democrática. Isso de modo a aliviar os problemas estabelecidos pela diferenciação social, a qual acaba por oferecer o permanente risco de alijar os cidadãos de participar, de maneira efetiva, da vida pública. Este trabalho se insere, então, no contexto de uma preocupação que tem mobilizado diversos teóricos da democracia, sendo, a saber: processos de governança cujas decisões englobam alta complexidade social e conhecimento técnico-competente podem ser influenciados por cidadãos leigos?

Se podem - essa é uma questão, por hora, em aberto – mas, do ponto de vista de uma teoria democrática tributária à concepção de *soberania popular*², o ponto de partida não começa com uma pergunta, mas com a afirmação de que tais processos *devem* ser influenciados pelos cidadãos, leigos ou não. É justamente em torno desse aspecto que, aliás, forma-se a exigência, num regime democrático, de integrar as instituições encarregadas de tomar e executar decisões políticas com o reino das trocas discursivas da esfera pública.

Tal integração, na verdade, já é um conhecido pressuposto que a noção habermasiana de esfera pública trouxe para a teoria e a filosofia política há 50 anos (Habermas,

¹ Tradução livre de: “Systems theory, which conceives society independent of subjects, has also been thoroughly refuted. In a society devoid of consent, revealed as virtually legitimacy, even a gust of wind that brings on the call for freedom can topple the powerful like a house of cards.” (p.341)

² Refiro-me à concepção habermasiana de soberania popular, na qual a auto-determinação da comunidade política não está fundamentada por consensos éticos, mas na premissa de que as instituições democráticas “se propriamente desenhadas e executadas, supostamente irão assegurar que a lei seja alvo da deliberação de cidadãos, os quais passam a ser autores das leis a que estão sujeitos”. (Bohman & Rehg, 2007). Tradução livre de: “if properly designed and robustly executed, are supposed to ensure that the law [...] is subject to the deliberation of citizens, who thus author the laws to which they are subject.”

1984[1962]). No entanto, por ter se transformado num conceito de grande abstração e de largo espectro fenomenológico³, diversos autores têm desenvolvido a concepção de *sistema deliberativo* justamente para dar conta de maneira mais precisa do referido processo de integração (Cristiano, 2012; Dryzek, 2009; Gooding, 2005; Habermas, 2005; Hendriks, 2006; Mansbridge, 1999; Maia, 2012; Marques, Mendonça & Maia, 2007; Mendonça, 2009; Neblo, 2005; Parkinson, 2006; Parkinson & Mansbridge, 2012; Sampaio, Maia & Marques, 2011; Warren, 2007).

A ideia de sistema deliberativo oferece, assim, um incremento analítico para se avaliar a circulação do poder comunicativo em duas vias. Esse ganho fica evidente quando, por tantas e repetidas vezes (em especial na literatura sobre deliberação online⁴), tentou-se aplicar os critérios normativos elaborados pela filosofia política deliberacionista de maneira indiferente ao contexto comunicativo. Em face a essas limitações, a concepção de sistema deliberativo encaminha um olhar sensível à complementaridade dos diversos setores sociais e ambientes discursivos para conformar a deliberação pública.

Para reconhecer essa complementaridade sob uma perspectiva interacional, é oportuno convocar o cenário revelado pelo reino das trocas discursivas e simbólicas distendidas no espaço e no tempo. Na amplitude desse cenário, as trocas discursivas ganham um tom menos sistemático e estruturado do que acontece no centro dos sistemas sociais, em especial do político e do jurídico. Nestes, os lances discursivos são disciplinados conforme as estruturas de poder e protocolos vigentes de suas instituições. O reino das trocas discursivas se refere, portanto, ao castelo de cartas que pode ser desmontado pela rajada de vento de um acontecimento social disparado nas interações cotidianas e condensadas em movimentos sociais (Beck, 1998 [1992]; Mendonça, 2006a).

Além disso, a concepção de sistema deliberativo nos convida a pensar como pode ser possível que uma teia discursiva ampliada possa se estruturar e ser capaz de distribuir as qualidades do agir comunicativo de modo a gerar constrangimentos à ação dos sistemas especializados em funções. Para visualizar essa distribuição, Mansbridge aponta que “o parâmetro para a boa deliberação não deveria ser que toda a interação do sistema venha a apresentar respeito mútuo, consistência argumentativa, reconhecimento, reciprocidade e

³ A concepção de esfera pública pode ser tomada, ao mesmo tempo, como uma categoria antropológica, como um conceito normativo para prescrever a relação entre o Estado e a sociedade civil e, até mesmo, como um aglutinador teórico de caráter ideológico. Para o esclarecimento dessas possibilidades e abordagens, ver revisões exegéticas do conceito em Avritzer & Costa (2004); Dahlberg (2005); Gomes (1998, 1999, 2006, 2008a, 2008b, 2008c); Lycarião (2010b); Lubenov (2010); Maia (2002, 2007, 2008c, 2011a). Já para uma revisão particularmente crítica ver Fraser (1992).

⁴ Para uma revisão crítica de literatura, ver Lycarião (2009).

economia moral, mas que esse sistema como um todo apresente tais características.” (MANSBRIDGE, 1999, p.224)⁵.

Nesse sentido, o sistema deliberativo parte do princípio de que “a dinâmica da troca argumentativa é parte de um processo social envolvendo diferentes arenas sociais e atores que mobilizam modos de comunicação diferenciados.” (MAIA; MARQUES & MENDONÇA, 2008, p.94). Para, então, fazer com que certas argumentações circulem nessa teia, alguns modos de comunicação são mais eficazes do que outros.

Tal eficiência, todavia, sofre variação de acordo com os diferentes pontos que conectam cada nó dessa teia discursiva. Se a espetacularização, por exemplo, pode vir a ser um modo de comunicação adequado a um determinado contexto de interação, em outros o mesmo pode se revelar como problemático ao desenvolvimento do debate público (ver Lycarião, 2010a).

Para entender essa variação e a pluralidade dos fenômenos comunicativos engendrados no seio do sistema deliberativo é que a concepção de *contratos comunicativos* se revela decisiva. Isso porque ela mostra que diferentes arenas discursivas, assim como os diferentes âmbitos interacionais “estão alicerçados em *contratos de comunicação* distintos.” (MENDONÇA & MAIA, 2008, p.129). Sobre o conceito de contratos comunicativos, Charaudeau aponta que:

Parece que um falante e um destinatário estão envolvidos por um contrato reconhecido de maneira recíproca, o que permite que eles compreendam um ao outro. Esse contrato tem a função de constranger os procedimentos operacionais de produção e interpretação do ato comunicativo, ao mesmo tempo em que permite os participantes construir o sentido cooperativamente.⁶ (CHARAUDEAU, 2002, p.309).

Esses contratos, desse modo, “possuem atributos distintos justamente porque são variáveis tanto os formatos interacionais estabelecidos quanto o contexto em que se efetiva a troca simbólica.” (MENDONÇA & MAIA, 2008, p.130). A identificação do contexto é, então, fundamental, pois ele condiciona a enunciação, o tipo de laço entre os interlocutores, assim como as regras pragmáticas que orientam a interação comunicativa (ibidem, p.104). A importância de se identificar e interpretar o contexto para se avaliar a contribuição de uma

⁵ Tradução livre de: “[...] the criterion for good deliberation should be not that every interaction in the system exhibit mutual respect, consistency, acknowledgement, open mindedness, and moral economy, but that the larger system reflect those goals.”

⁶ Tradução livre de: “It appears that a speaker and an addressee are bound by a reciprocal recognition contract that allows them to understand each other. This contract has the function of constraining the operating procedures of production and interpretation of the communication act, while at the same time allowing the participants to co-construct the sense.”

arena discursiva para o sistema deliberativo parte do pressuposto de que as práticas comunicativas são “constrangidas pela situação comunicativa e pelas estratégias empregadas pelos interlocutores.” (CHARAUDEAU, 2002, p.302)⁷.

Sob tais pressupostos, não se pode esperar que as dinâmicas e os efeitos deliberativos das sessões parlamentares sejam as mesmas das conversações cotidianas. O mesmo vale para os produtos jornalísticos. Isso porque eles se referem a diferentes ambientes de interação, com distintos contratos comunicativos e, portanto, com atribuições específicas para a legitimação da produção de decisão política. Nesse quadro teórico-conceitual, a noção de *contratos comunicativos* se mostra oportuna, pois ela fornece ao intérprete do sistema deliberativo uma ferramenta analítica adicional para indicar como as situações comunicativas das sociedades modernas se distanciam da situação ideal de fala⁸. Diferentemente desta, nas situações comunicativas concretas há relações hierárquicas entre os interlocutores, constrangimentos espaço-temporais, linguísticos e comunicativos que não podem garantir uma deliberatividade normativa para a resolução de dissensos em uma única interação. Desse modo, as normas do agir comunicativo precisam ser relaxadas para a análise das interações singulares e reforçadas para a totalidade das interações (o sistema deliberativo):

[...] faz sentido, especialmente em sociedades complexas, pluralistas, relaxar essas demandas comunicativas para determinados tipos de situações, permitindo formas mais brandas de ação comunicativa (em que nem todos os três tipos de pretensões de validade estão em jogo) ou para a ação estratégica (em que os atores compreendem que todos estão orientados em direção ao sucesso individual). (BOHMAN & REHG, 2007)⁹.

⁷ Tradução livre de: “constrained by the communicative situation and the strategies employed by the speech participants.”

⁸ Sobre o conceito de situação ideal de fala, Edgar faz a seguinte síntese do conceito na obra de Habermas: “A situação ideal de fala pode ser entendida como a projeção das condições para uma discussão perfeita. Em suas abordagens iniciais, para Habermas o é mais importante sobre essas condições é que elas sugerem a inexistência de desequilíbrio de poder entre os participantes da discussão. Isso significa que ninguém pode impor suas opiniões sobre qualquer outra pessoa, e não se pode excluir alguém da discussão, ou impedi-los levantar problemas ou controvérsias. Se tais condições forem satisfeitas, então Habermas afirma que qualquer acordo que os participantes venham a ter seria baseado tão somente na argumentação racional.” (EDGAR, 2006, p.65). Tradução livre de: “The ideal speech situation can be understood as the projection of the conditions for a perfect discussion. In Habermas’s early accounts, what is most important about these conditions is that they entail that there is no imbalance of power between the participants to the conversation. This means that nobody can force his opinions upon anyone else, and cannot exclude somebody from the discussion, or prevent them raising problems or challenges. If such conditions held, then Habermas states that any agreement that the participants came to would be based upon the of rational argument alone.”

⁹ Tradução livre de: “it makes sense, particularly in complex, pluralistic societies, to relax these communicative demands for specified types of situations, allowing for weaker forms of communicative action (in which not all three types of validity claims are at stake) or strategic action (in which actors understand that everyone is oriented toward individual success).”

Ao realizar esse relaxamento, o intérprete do sistema deliberativo leva em conta que é apenas no cruzamento das diversas arenas discursivas que a linguagem e o agir comunicativo se candidatam a exercer um papel regulador e legitimador das sociedades modernas.

Sob essa perspectiva, parte-se do entendimento de que as práticas jornalísticas configuram formas de interação organizadas pelo sistema dos *media*¹⁰ e que acabam por assumir atribuições de grande relevância no processo de legitimação democrática. Processo este que pode ser analisado produtivamente a partir dos princípios e pressupostos implicados em torno da chave conceitual de sistema deliberativo.

Uma chave conceitual que, no entanto, traz novos desafios e indagações para se garantir a consistência do modelo deliberativo. O primeiro coloca em questão como e sob que circunstâncias a quebra dos contratos comunicativos e sua dinamização podem ser fontes decisivas para o avanço – ou mesmo retrocesso - dos processos democráticos.

Tome-se o exemplo das assembleias parlamentares. Há todo um conjunto de protocolos explícitos e tácitos que visam garantir um diálogo orientado argumentativamente entre os interlocutores. Dentre tais protocolos, está a reserva de tempo, espaço e oportunidade de fala exclusiva aos representantes. Todavia, muitos destes conformam um diálogo meramente protocolar, haja vista a frequente indiferença vinda de representantes mais atentos a seus celulares do que ao colega a discursar na tribuna. Em tais circunstâncias, o rompimento do protocolo e a quebra de contratos comunicativos por gritos e vaias vindos manifestantes pode ser uma forma de tentar reestabelecer a atenção e o engajamento dos representantes num debate efetivo. Por outro lado, pode ser uma forma de ameaça à procedimentalidade democrática, haja vista que os manifestantes não estão autorizados a gritar e a silenciar representantes quando estes discursam na tribuna.

Tem-se, portanto, na ideia de contrato comunicativo um elemento analítico frutífero para se entender as diferentes situações interativas do sistema deliberativo. No entanto, o conceito em tela não oferece isoladamente um quadro de referência teórico-normativo capaz de informar, em cada caso, a qualidade democrática que a quebra de certos contratos comunicativos, sua dinamização ou mesmo renovação podem trazer para o processo democrático.

Além disso, questiona-se a capacidade do reino das trocas discursivas da esfera pública em gerar uma rede poderosa o suficiente a ponto de frear os imperativos sistêmicos.

¹⁰ A predileção, nesse trabalho, pelo termo "*media*" toma como referência a tradição européia (inclusive de língua portuguesa). A opção é uma alternativa oportuna ao termo "mídia", pois, ao ser derivado do termo *medium* (em latim), coloca em perspectiva a pluralidade das práticas midiáticas, assim como a existência, nessas mesmas práticas, de um intermediário.

Trata-se de entender como os cidadãos leigos e *o mundo da vida*¹¹ ainda podem influenciar formas de governança que contam com um vertiginoso aumento de complexidade regulatória e de participação dos sistemas de saber na elaboração das arquiteturas gerenciais da sociedade moderna. Tal aumento de influência será exemplificado a partir do estudo de caso deste trabalho, especialmente a partir da identificação do papel ocupado pelo IPCC (um corpo de cientistas) e pela arquitetura institucional da UNFCCC nas negociações do clima (ver 3º capítulo).

Como fenômeno típico do processo de diferenciação sistêmico, o aumento de complexidade regulatória representado por essas instituições apresenta uma lógica de funcionamento bastante explorada pelo marco teórico da segunda geração da teoria dos sistemas, em especial aquela desenvolvida por Niklas Luhmann. Esse marco, por sua vez, indica um processo de diferenciação sistêmica que pode ter por implicação uma crescente exclusão da esfera cidadã e do público leigo em relação aos fluxos de influência que estruturam as formas de governança coetâneas. Preocupado em salvaguardar a relevância de uma abordagem normativa sobre a democracia, Habermas, através de suas obras, procura dar resposta a como é possível evitar essa exclusão, inclusive se contrapondo diretamente a algumas formulações de Luhmann.

A relevância das práticas jornalísticas e do sistema dos *media* no sistema deliberativo começa a se revelar quando se examina em profundidade esse contraponto. Com o propósito de realizar uma síntese dele, segue-se a próxima seção deste capítulo. Em tal espaço, a centralidade da mediação e da tradução da linguagem especializada para a linguagem ordinária servirão de bases para, nas seções posteriores, fundamentar uma centralidade dos *media* e, assim, das práticas jornalísticas no sistema deliberativo.

¹¹ Sobre o conceito de mundo da vida, Bohman & Rehg indicam as linhas gerais de apropriação do conceito husserliano na obra de Habermas: “O termo “mundo da vida” [*Lebenswelt*] [...] refere-se a domínios de ação em que modos consensuais de coordenação ação predominam. [...] ‘Mundo da vida’, desse modo, refere-se aos elementos pressupostos, contextos e dimensões da ação social que permitem os atores cooperar com base na compreensão mútua: sistemas culturais de significação compartilhados, ordens institucionais que estabilizam os padrões de ação e estruturas de personalidade adquiridas na família, igreja, vizinhança e escola. (TCA 1: chap. 6; 1998b, chap. 4)” (BOHMAN & REGH, 2007). Tradução livre de: “The term ‘lifeworld,’ [*Lebenswelt*] [...] refers to domains of action in which consensual modes of action coordination predominate. [...] ‘Lifeworld’ then refers to the background resources, contexts, and dimensions of social action that enable actors to cooperate on the basis of mutual understanding: shared cultural systems of meaning, institutional orders that stabilize patterns of action, and personality structures acquired in family, church, neighborhood, and school”.

1.2 O contraponto de Habermas ao esvaziamento normativo de Luhmann:

*Publicity is the essence of deliberative democracy: it is its procedural
foundation
(A publicidade é a essência da democracia deliberativa: é seu
fundamento procedimental)
John Parkinson, 2006*

Para garantir sua força teórica, a concepção de sistema deliberativo necessita responder à seguinte questão: como os princípios de publicidade e de justiça política¹² podem ser viabilizados num quadro de crescente diferenciação social? Essa questão precisa ser respondida uma vez que ela coloca sérias dúvidas acerca da real capacidade de responsividade, dialogicidade e comunicação entre representantes e representados no sistema deliberativo. Tais dúvidas se fortalecem à medida que a diferenciação social se desenvolve e pluraliza as práticas sociais e os modos de saber em linguagens que se prestam forçosamente a uma inteligência pelo público não iniciado (ver Christiano, 2012). Isso fica bastante evidente quando pensamos na influência crescente dos especialistas na configuração e participação dos processos de governança típicos das *sociedades de risco* (Beck, 1998 [1992]):

Cercados que estamos por sistemas especiais cujas elaborações são tomadas como sendo independentes do tempo e do contexto, não restam muitas alternativas a não ser confiar o processo decisório a essas autoridades impessoais. Isso é uma das principais razões pelas quais a questão da confiança emergiu como um importante tema sociopolítico. A sociedade moderna depende fundamentalmente da confiança que se deposita em especialistas que não conhecemos – profissionais que frequentam círculos sociais distantes do cotidiano dos cidadãos ordinários e que falam linguagens que são difíceis de compreender. (FISCHER, 2009, p.02)¹³.

Note-se que a relação de desconfiança – condição da relação entre representantes e representados numa democracia (Arato, 2002, p.88) - sofre aqui o risco de ser solapada pelo simples fato de que há, nas sociedades modernas, um poder do *fazer crer* que são concentradas pelo sistema científico. Nesse caso, efeito estufa, radiação nuclear, agricultura transgênica, clonagem, buraco da camada de ozônio e tantos outros fenômenos só chegaram a ser vistos pela humanidade quando a ciência entrou em ação. Se essa ciência não pode ser

¹² A ideia de justiça política aqui está inspirada na apropriação realizada por James Bohman (1996, p.29), o qual utiliza o conceito para demarcar as demandas participativas da deliberação pública, assim como a oportunidade isonômica que se deve conceder aos cidadãos para se exercer influência política.

¹³ Tradução livre de: “Surrounded by expert systems whose validities are said to be independent of time and context, there is little choice but to rely on the decisions of faceless authorities. It is one of the main reasons that trust has emerged as an important sociopolitical issue. Modern life depends fundamentally on trusting experts we don’t know – professionals who often move in elite circles socially distant to the lives of everyday citizens and speak languages that can be difficult to understand.”

adequadamente compreendida pelo público leigo, quem, então, melhor seria designado para apontar a solução de tais problemas? Seria o cidadão ordinário que sequer saberia da existência do fenômeno caso não fossem os especialistas ou os próprios que, por terem descoberto a natureza do problema, logo tendem a estar mais próximos da configuração das soluções?

Não obstante, a inacessibilidade cognitiva e a sensação de incapacidade de contribuir não derivam apenas da especialização e da pluralização dos códigos de saber científicos. As próprias estruturas de governança se apresentam cada vez mais complexas e entremeadas por linguagens técnico-administrativas. Se o “complexo parlamentar” já poderia ser considerado um labirinto cognitivo, o quer dizer, então, das formas de governança globais que envolvem, ao mesmo tempo, uma centena de instituições, linguagem diplomática (que às vezes literalmente fala outra língua) e jurídica?

Diante disso, as implicações para o sistema deliberativo são potencialmente desastrosas. Isso principalmente quando se leva em conta que “à medida que a sociedade se torna mais complexa, seus elementos sistêmicos se fazem cada vez mais obscuros para os cidadãos ordinários (leigos)” (EDGAR, 2006, p.152)¹⁴. Quando retomamos à norma da justiça política (Bohman, 1996, p.29) conjuntamente ao princípio de publicidade e os confrontamos com a realidade dos códigos de saber especializados das formas hodiernas de governança, o resultado é que a complexidade social e a interdependência dessas instâncias “afetam não apenas a justiça, mas também a capacidade do *dêmos* de exercer controle sobre os processos sociais” (BOHMAN, 2007a, p.07)¹⁵. As implicações daí resultantes remetem, por sua vez, a velhas concepções elitistas de democracia:

Schumpeter argumentou que a crescente divisão do trabalho epistêmico com relação ao papel exercido pela expertise política levaria a uma forte distinção entre o governante e o governado. A democracia se voltaria para o ato de votar como forma essencial de escolher os guardiões do povo. (BOHMAN, 2007a, p.06)¹⁶.

A teoria de Niklas Luhmann, nesse sentido, pode ser considerada uma versão atualizada e surpreendentemente sofisticada de compreensão dessa tendência de distanciamento entre elites políticas e representados. Um distanciamento tão agudo que

¹⁴ Tradução livre de: “as society becomes more complex, then the systemic elements of it become more and more obscure to the ordinary member of society.”

¹⁵ Tradução livre de: “affect not only justice, but also the capacity of the *dêmos* to exercise control over social processes.”

¹⁶ Tradução livre de: “Schumpeter argued that the increasing division of epistemic labor from the political role of expertise would lead to a strong distinction between the ruler and the ruled. Democracy would then devolve into the act of voting to choose the elite who would be the guardians of the people.”

solaparia a premissa habermasiana de que as decisões legislativas e jurídicas conteriam, respeitadas as condições procedimentais, uma natureza moral (Edgar, 2006, p.80). Isso porque, através do conceito de “acoplamento estrutural”¹⁷, o que a teoria luhmanniana mostra, como possibilidade de uma comunicação social, parece ser não mais que uma comunicação intersistêmica, a qual se traduziria numa mútua observação entre suas unidades. No entanto, uma observação marcada por um vasto campo de indiferença a se interpor, no acoplamento estrutural, entre um sistema e outro (entre sistema e meio). Um campo de indiferença que, por seu turno, demarcaria uma separação radical entre as formas da vida cotidiana e as formas da integração sistêmica, dado que a partir destas:

[...] surge um abismo entre as sequências de interações que os indivíduos vivenciam – que são acessíveis e compreensíveis para eles – e a complexidade do sistema social, que eles não podem compreender e cujas consequências não podem ser influenciáveis, muito menos controláveis. (RIBEIRO, 2012, p.98).

Com tanta indiferença acumulada entre o cidadão ordinário e o centro do sistema político, parece não sobrar, na perspectiva luhmanniana, chance considerável para a existência de um sistema deliberativo em termos normativos (ver Luhmann, 2009, p.202). A partir do momento que esse tipo de observação, no quadro de uma teoria da evolução social, indica que “[...] a tensão Sistema-Mundo da Vida tenderia a desaparecer” (ESTEVES, 2005, p.305), logo se entende a razão pela qual Habermas só pode rejeitar esse caminho como modelo de compreensão e análise das sociedades democráticas (Habermas, 1997b, p.268-270).

Para Habermas é preciso, então, visualizar, não apenas uma mútua observação intersistêmica como propõe Luhmann, mas uma comunicação geral, sustentada pelas redes da esfera pública, através da qual os saberes e códigos dos sistemas sociais produziram um mundo da vida racionalizado (Habermas, 1996, p.05). Só assim este, sob as práticas

¹⁷ O conceito de acoplamento estrutural, ao estar situado num quadro de coerência à noção de autopoiesis, mostra que, apesar de haver relação constante e recorrente entre os sistemas, o que se depreende da relação estabelecida entre eles são formas em que a inteligibilidade que cada sistema produz em relação ao meio se dá através do seu próprio código, inclusive em relação a outros sistemas. Isso tem como consequência a produção de um ambiente fechado que se diferencia do meio autofortificando (termo cunhado por Ciro Marcondes Filho) sua diferença autoproduzida em relação ao ambiente. Isso resulta, no caso, na produção do próprio sistema autopoietico, que, nessa compreensão, produz um vasto campo de indiferença com relação ao código e às respectivas formas de operação desempenhadas pelos outros sistemas acoplados (que, assim, são observados por cada sistema do acoplamento como “meio”): “O conceito de acoplamento, assim como o de forma, mostra dois lados: a) o acoplamento não está ajustado à totalidade do meio, mas somente a uma parte escolhida de maneira altamente seletiva; conseqüentemente, b) apenas um recorte efetuado no meio está acoplado estruturalmente ao sistema, e muito fica de fora, fluindo de forma destrutiva no sistema. No plano dos acoplamentos estruturais, há possibilidades armazenadas (ruídos) no meio, que podem ser transformadas pelo sistema; portanto, mediante o *acoplamento estrutural*, o sistema desenvolve, por um lado, um campo de *indiferença* e, por outro, faz com que haja uma canalização de causalidade que são aproveitados pelo sistema.” (LUHMANN, 2009, p.131-132).

comunicativas de uma sociedade civil politicamente influente, poderia se contrapor, de maneira eficaz, aos movimentos do mercado, do poder administrativo e do sistema político, no momento em que estes tentam coordenar a ação com base nos seus próprios valores e códigos internos, não levando em conta, portanto, interesses sociais de ordem difusa, baseados em valores e normas sociais publicamente defensáveis (Habermas, 1997a, p.109).

Para, então, proceder a um modelo de democracia que se situe entre validade e normatividade, Habermas propõe uma concepção de sistemas sociais alternativa à de Luhmann. Uma concepção que ele designa como “sistemas abertos adaptativamente ao ambiente”. Isso porque, só com sistemas abertos e adaptados ao ambiente é que seria possível visualizar um *medium* de comunicação geral, o qual, tendo lastro no mundo da vida, poderia transitar entre os diversos sistemas sociais. Sobre este *medium*, Habermas sustenta que:

Ele permite a diferenciação de meios de regulação, tais como o dinheiro ou o poder, não podendo, no entanto, ser tido como um mecanismo sistêmico. Esta proposta não se presta à conceitualização do direito como um sistema autopoietico. Ele aponta, ao invés disso, na direção de uma teoria do agir comunicativo, a qual introduz uma distinção entre um mundo da vida, ligado ao *medium* da linguagem coloquial [sic], e sistemas dirigidos por códigos especiais, abertos adaptativamente ao ambiente. (HABERMAS, 1997a, p.81)

O contraponto de Habermas a Luhmann se sustenta, portanto, nas operações de mediação social operada pelos sistemas sociais (com especial destaque para o direito). Uma operação que não se faz visível no conceito de *autopoiesis* e que, só em conformidade a uma noção de sistemas abertos, daria a ver uma tradução da *linguagem ordinária*¹⁸ para os códigos especializados dos sistemas sociais. Esta solução (que, portanto, expurga a noção de sistema *autopoietico*) “não comete o erro de colocar os discursos especiais, tidos como capazes de solucionar qualquer problema, acima da linguagem coloquial [sic] não-especializada.” (ibidem). Essa linguagem formaria, assim, um horizonte de compreensão “capaz de traduzir tudo em todas as linguagens” (ibidem, p.82). Em suma, ela “forma o *medium* aberto de uma linguagem que circula no âmbito de toda a sociedade, podendo ser traduzida e retraduzida em todos os discursos especializados.” (HABERMAS, 1997b, p.80).

¹⁸ O termo original *Umgangssprache* foi traduzido por Flávio Siebeneichler como “linguagem coloquial”. No entanto, prefiro utilizar “ordinária” ou “comum”, pois o termo “coloquial” pode sugerir aquele tipo de linguagem mais restrita das culturas urbanas (*slang*). Como o propósito de Habermas é justamente se referir ao tipo de linguagem que possui ampla acessibilidade e capacidade de circulação entre diversas esferas sociais, o termo “coloquial” pode sugerir justamente o oposto. Ademais, o termo “linguagem ordinária” é uma forma mais próxima como a literatura deliberacionista de língua inglesa tem utilizado o termo: “Ordinary language suggests that publicity can also be a stronger standard. We may require not only that a policy be known to those it affects but also that be comprehensible to them.” (BOHMAN, 1996, p.38). A linguagem ordinária, portanto, visa cumprir a qualidade de *Allgemeinverständlichkeit* (compreensibilidade geral) da esfera pública (Habermas, 1992, capítulo VIII).

Tendo em vista esses pressupostos, a próxima seção se destina a fundamentar, justamente em função da importância da linguagem ordinária, porque o modelo explicativo habermasiano deveria conceder séria atenção ao sistema dos *media* como um conjunto central de procedimentos e instituições de seu processo de legitimação democrática.

1.3 O valor epistêmico da mediação para a legitimação democrática

A transposição *não mediada* do saber especializado nas esferas privada e pública do cotidiano pode colocar em risco, por um lado, a autonomia e a especificidade dos sistemas de saber e, por outro lado, ferir a integridade dos contextos do mundo da vida.

Jürgen Habermas, 2000, p.472 – grifo no original

A noção de mediação é uma peça conceitual decisiva da teoria desenvolvida por Habermas para se contestar o entendimento de legitimidade baseada na teoria dos sistemas de segunda geração. Nesse caso, o conceito é utilizado em *Direito e Democracia* (1997a, capítulos I e II) para situar o sistema jurídico no quadro teórico de uma abordagem tanto sociológica quanto normativa acerca da democracia moderna.

Em *Direito e Democracia*, o conceito de mediação, todavia, não é operacionalizado com mais amplitude necessária para responder aos riscos que a diferenciação social traz para a dissolução do projeto normativo de democracia deliberativa. Isso porque o conceito de mediação é, em tal obra, utilizado de maneira mais restrita: para mostrar como o direito articula diferentes tipos de *medium* (o dinheiro, o poder e a linguagem ordinária) para consolidar e atualizar a integração social.

Nessa articulação, o foco está na tradução que o direito realiza dos diferentes códigos para justamente se situar como um fenômeno social entre facticidade (*Faktizität*) e normatividade (*Geltung*). Não obstante, não fica claro como essa tradução feita pelo direito poderá ser avaliada e checada pelo público.

A utilização do conceito de mediação parece, desse modo, aplicado de maneira insuficiente (pelo menos em *DD*), pois não responde satisfatoriamente à questão de como é possível que a esfera pública controle e julgue se os processos de mediação desdobrados, no seio dos sistemas, são satisfatórios ou não. Uma vez que a mediação descrita em relação ao direito prevê que a esfera pública e o mundo da vida funcionem como fontes de impulsos discursivamente condensados que irão afetar as operações do centro do sistema deliberativo, não fica claro, por outro lado, como a mediação irá traduzir de volta (decodificar, retraduzir) para a linguagem ordinária as ações dos sistemas que participam da deliberação pública. Uma

decodificação que, no caso, faz-se imprescindível para permitir que a esfera pública e o público leigo possam monitorar essas operações sistêmicas e reagir quando elas não estiverem em acordo com o poder comunicativo formado na esfera pública.

Essas limitações da utilização do conceito de mediação podem, todavia, ser parcialmente superadas se recuperarmos trabalhos anteriores de Habermas e nos valermos do tratamento teórico que a noção tem adquirido no âmbito das Ciências da Informação e da Comunicação. A partir daí temos, como resultado, uma noção muito mais potente do que sua utilização restrita ao campo institucional do direito leva a crer. Um operador analítico que, sob esse aspecto mais abrangente, permite destacar práticas que podem vir a conectar a pluralidade das arenas discursivas do sistema deliberativo.

Para recuperar esse sentido mais amplo na obra do próprio Habermas, é preciso que voltemos, então, ao *Discurso Filosófico da Modernidade*, em que o autor aponta a crítica literária e a filosofia como práticas mediadoras capazes preservar uma “certa unidade ao mundo da vida” (VITALE, 2006, p.552). Como operador epistêmico, essa concepção de mediação apontaria, portanto, os processos comunicativos pelos quais as sociedades modernas, ao passo que caminham no sentido de uma diferenciação social cada vez mais acelerada, possam, ao mesmo tempo, garantir essa unidade.

Essa unidade, no entanto, *não* se refere à estabilização das dimensões pré-reflexivas implicadas no conceito de *Lebenswelt*. Em sentido diverso, a preocupação é pensar como as constantes modificações geradas pelo processo de modernização podem sofrer uma regulação através da discussão e do assentimento público. A ênfase na esfera pública, desse modo, continua sendo fundamental, pois é a partir da comunicação política aí realizada que passa a ser possível diminuir o abismo “criado entre os conceitos elitistas, desenvolvidos por especialistas nas diversas esferas culturais de valor (cientistas, artistas, juristas) e os conceitos utilizados na vida cotidiana” (ibidem, p.552).

A redução desse abismo, desse modo, pode ser interpretada como um processo constante de renovação do universo pré-reflexivo do mundo da vida (daí a noção de mundo da vida racionalizado). Essa renovação prossegue na direção de incorporar a renovação de sentidos e conteúdos cognitivos que surgem da diferenciação e da especialização social, da pluralização de identidades e modos de vida. A partir da noção de mediação, torna-se, assim, possível visualizar uma configuração de ressonância social pela qual os conflitos políticos institucionais e os saberes especializados irão encontrar ecos na vida social cotidiana.

A existência desses ecos e das caixas de ressonância da esfera pública pressupõe, por seu turno, que os cidadãos possam se apropriar dos conteúdos codificados pela linguagem

especializada dos sistemas e possam, a partir daí, utilizar e processar esse conteúdo para constituir novos quadros de sentido em um processo cooperativo de circulação do poder comunicativo. Em suma, “tanto a experiência como a expertise são valiosas” para o sistema deliberativo (PARKINSON, 2006, p.150). Nesse sentido, Frank Fischer recupera o pensamento de Collins e Evans que destaca algumas práticas de mediação fundamentais à constituição dessa colaboração discursiva:

Collins e Evans chegaram bem próximo a reconhecer isso: eles identificaram a necessidade de ‘tradução’. Eles argumentam que a função não empírica da tradução é frequentemente necessária para permitir que diferentes grupos consigam conversar uns com os outros. Em função dela, são imprescindíveis aquelas pessoas dotadas da habilidade de assumir a posição do ‘outro’ e de transitar entre diferentes mundos sociais de modo a gerar uma tradução entre eles. Essa tradução, eles explicam, envolve o tipo de habilidade detida pelo jornalista, pelo professor e pelo dramaturgo, pelo roteirista e assim por diante, habilidades que, como bem sabem os sociólogos qualitativos, são difíceis de explicar (FISCHER, 2009, p.158)¹⁹.

A mediação como elemento de promoção da interação e integração social é, desse modo, exercida no seio, mas muito além do sistema jurídico e político. Ao ser caracterizada como atividade facilitadora da interação, a mediação acaba por assumir diversas formas para a sustentação de uma sociedade democrática. Ela, na verdade, está espalhada na vida social e serve como fundamento epistêmico que permite supor como uma sociedade, em processo de contínua diferenciação social, consegue fazer com que sua integração ainda seja possível em termos normativos. Como exemplos, podemos citar a docência²⁰, a crítica literária, os partidos políticos, a imprensa e os movimentos sociais como agências ou agentes especializados em práticas mediadoras.

Nesse sentido, é oportuno ainda apontar que, segundo Habermas (1996, p.08), o sistema jurídico media conflitos não apenas por meio da argumentação jurídica e do poder comunicativo a ela correspondente. Isso porque a fonte de fundamentação de suas ações (as

¹⁹ Tradução livre de: “Collins and Evans come close to recognizing this; they identify the need for ‘translation.’ For different groups to talk to each other, they argue, the non-empirical function of translation is often necessary. Toward this end, people with the special ability to take on the position of the ‘other’ and to alternate between different social worlds in order to translate across them are needed. Such translation, they explain, involves the sort of skills possessed by ‘the journalist, the teacher, the novelist, the playwright, and so forth, skills notoriously hard to explain – as qualitative sociologists know all too well.”

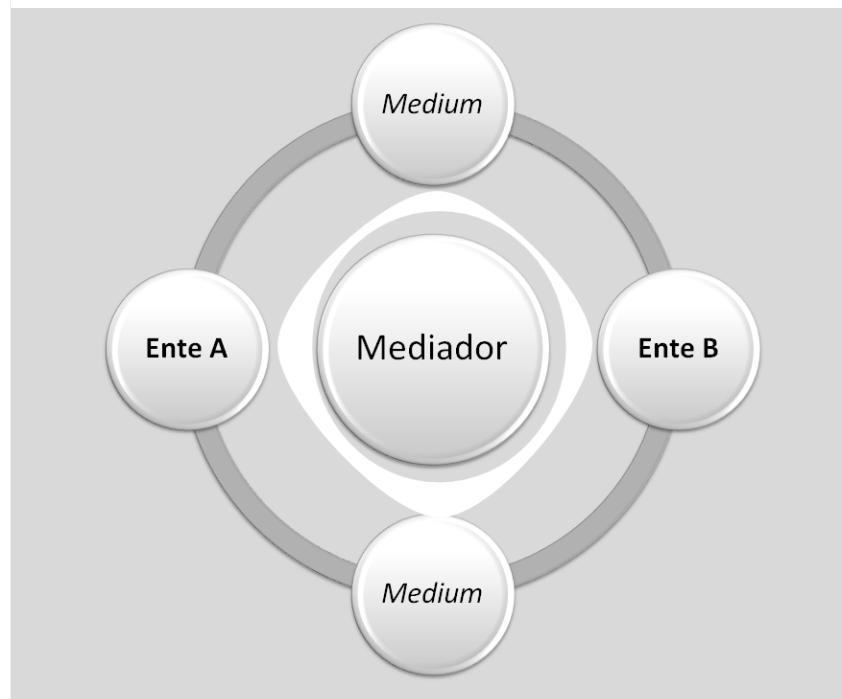
²⁰ Myers aponta que a mediação de saberes especializados é necessária inclusive para os próprios especialistas: “Um cientista profissional pode ler ou ensinar em áreas de especialidade distantes de suas pesquisas de dia-a-dia, e nessas áreas ele tem de se confiar em mediadores: empregando para tanto pós-docs recentemente treinados, atualizar-se através de resenhas, ou mesmo lendo livros e a *Scientific American*”. (MYERS, 2003, p.268). Tradução livre de: “A professional scientist might read or teach in areas far removed from their day-to-day research, and in those areas they have to rely on mediators: employing recently trained post-docs, ploughing through review articles, even reading textbooks or *Scientific American*.”

leis) conseguem criar sociedades altamente artificiais cuja integração se alicerça, ao mesmo tempo, no *medium* do poder comunicativo e no poder de sanções externas (a força policial, por exemplo). É, portanto, na combinação de diferentes *media* que a mediação se realiza. A representação desse fluxo analítico - altamente abstrato, mas que dá a ver o reino de fenômenos localizados entre fatos e normas - pode ser observada na Figura 1.

É oportuno observar que, não obstante seu valor para a democracia, as práticas de mediação nem sempre (ou dificilmente) satisfazem a normatividade em tela. Desse modo, é plausível que grande parte das apropriações realizadas pelo público de saberes especializados se dê de maneira imprecisa e que, ademais, muitas das demandas realizadas pela esfera civil sequer cheguem aos centros de decisões, manifestando-se apenas em esferas periféricas.

Ainda assim, deve-se lembrar que existem diversos momentos em que os membros dos movimentos sociais e das associações voluntárias “conseguem fazer uma mediação com essas esferas públicas periféricas de forma às tornarem inteligíveis publicamente” (MAIA, 2002, p.122-123). Para isso, o poder de uma mediação bem-sucedida se constitui em “*estabelecer pontes comunicativas* entre os diferentes atores sociais e ambientes de conhecimento.” (ibidem, grifo no original).

Figura 1 - A mediação como atividade facilitadora da interação



Fonte: Elaborada pelo autor

Rousiley Maia coloca, desse modo, em evidência um papel mediador realizado pela esfera civil organizada que muito se assemelha ao tratamento teórico que a noção de mediação ganha em diversos outros autores das Ciências da Informação e da Comunicação. Entre eles estão Adriano Duarte Rodrigues (1999, p.153), Martín-Barbero (1997, p.304), Jean Caune (1999, p.167, 177), Jean Davallon (2006, p.22) e Louis Quéré (1982, p.85).

É imperativo salientar que esses autores guardam importantes e largas diferenças sob diversos aspectos quando operacionalizam a noção de mediação para se descrever os fenômenos comunicacionais e tais diferenças tendem ser ainda mais intensas quando outros conceitos e fenômenos entram em discussão.

Por outro lado, defendo o argumento que existe, a despeito de tais diferenças, um ponto, ainda que estreito, relevante de convergência entre esses trabalhos no que diz respeito ao tratamento da noção de mediação para a discussão do problema da integração social. A convergência em tela se revela quando se observa que esses autores, como um todo, indicam que as tendências de fragmentação do tecido social são compensadas por práticas de mediação, em especial aquelas realizadas pela comunicação massiva. A mediação age, nesse contexto, no sentido aliviar a fragmentação social e, desse modo, converge com a definição aqui defendida: a de uma atividade facilitadora da interação e da coordenação da ação social.

Essas definições, ao convergirem substancialmente com a obra de Habermas, permitem compreender as atribuições do sistema mediático na constituição da deliberação pública a partir de uma abordagem, até agora, pouco desenvolvida na teoria deliberacionista. Essa abordagem coloca em evidência que, para uma deliberação pública funcionar nas sociedades modernas, a qualidade da mediação da deliberação pública é condição de possibilidade dessa própria deliberação.

Sob esse escopo de preocupação, insere-se o entendimento de que uma função social do sistema dos *media* seria a de mediar diversos ambientes discursivos e simbólicos fundamentais para a produção de inteligibilidade social. Esse entendimento se situa em torno de uma teoria social dos *media* fundamentada em diversos autores deliberacionistas e da Comunicação. Essa teoria será apresentada nas próximas seções e indica que a produção de inteligibilidade social por parte dos *media* ajuda a fechar o círculo da mediação que está apresentado de maneira incompleta em *Direito e Democracia*. Isso porque, somente através dessa inteligibilidade, tanto o público pode se apropriar dos conteúdos produzidos por saberes especiais, como pode monitorar a ação dos sistemas e reagir quando eles estiverem em desacordo com as fontes morais intersubjetivamente compartilhadas da sociedade.

A abordagem em tela propõe, desse modo, destacar as atribuições que seriam desempenhadas pelo sistema mediático para a deliberação pública. Uma importância que se torna ainda mais decisiva quanto maior é a complexidade do tipo de governança que se desdobra. No quadro das sociedades modernas, em que a diferenciação social empurra essa complexidade a níveis crescentes, não se pode, desse modo, mais deixar de reconhecer a centralidade que as práticas mediáticas passam a assumir para os processos discursivos do sistema deliberativo. No entanto, deve-se reconhecer igualmente que essa centralidade possui suas nuances, problemas e variações quando se leva em conta toda a extensão do sistema.

Tal como a própria concepção de sistema deliberativo discutida na primeira seção apontou, não se pode ter uma visada sobre todo um leque de práticas comunicativas sempre com os mesmos critérios analíticos, ignorando a especificidade que cada arena discursiva ocupa na circulação do poder comunicativo. Sendo o próprio sistema mediático, nesse caso, um complexo que organiza diferentes tipos de contratos comunicativos, arenas discursivas e produtos (*media outlets*) a partir de diferentes quadros de desenvolvimento sócio-histórico, então é preciso pensar as atribuições específicas das diferentes práticas comunicativas aí envolvidas. Atribuições que assumiriam, dentre outras, funções pedagógicas, de monitoramento das autoridades e até de caráter advocatício (Mansbridge et al, 2012, p.20).

Nesse caso, deve-se adiantar que o setor preferido pelos teóricos deliberacionistas em que essas atribuições seriam exercidas – o jornalismo, em especial o jornalismo de qualidade (*quality press*) – cumpre apenas um feixe das operações de mediação realizada pelo sistema dos *media*. Há, portanto, entre as práticas jornalísticas e o sistema mediático contiguidades e tensões que não podem ser ignoradas caso se almeje perceber o papel desses elementos no sistema deliberativo. Para o esclarecimento dessas contiguidades e tensões, segue-se então, a quarta parte deste capítulo.

1.4 O sistema dos *media*: suas contiguidades e tensões com a mediação jornalística

A public sphere of citizens is still a requirement of such a differentiated media and decision-making system, if only to avoid the cognitive problems of fragmentation.

(Uma esfera pública de cidadãos é ainda um pré-requisito para um sistema mediático e para um sistema político diferenciado apenas se os problemas cognitivos da fragmentação forem evitados)
(BOHMAN, 2007b, p.354).

Differentiation is not always segmentation or fragmentation, however.
(Diferenciação, no entanto, não é sempre segmentação ou fragmentação)
(PETERS, 2008b, p.114).

Na seção anterior, vimos que a mediação possui valor epistêmico para conduzir o processo de diferenciação social de modo a preservar a influência da esfera civil e dos cidadãos ordinários na deliberação pública. Nesta última seção do presente capítulo, o objetivo é verificar como as práticas mediáticas se organizam para produzir essa mediação e para, então, no capítulo seguinte, apontar cinco atribuições específicas da mediação jornalística no sistema deliberativo. Para, antes, entender a relação de contiguidades e tensões dessa mediação com o sistema dos *media* é preciso definir com maior clareza esse sistema.

1.4.1 Definindo sistema mediático e outros conceitos correlatos:

A ideia de sistema mediático tem estado à baila em importante conjunto de trabalhos referente à pesquisa mais recente em comunicação & política (Albuquerque, 2011, 2012, 2013; Azevedo, 2006, Curran et al, 2009; McCargo, 2011, Hadland, 2011; Strömbäck & Dimitrova, 2006). Esse conjunto de trabalhos faz parte do movimento de pesquisa vitalizado por Daniel Hallin e Paolo Mancini em torno do conceito. Esses autores, por sua vez, fazem uso das definições empregadas por Jeffrey Alexander e situam tais definições numa discussão acerca das funções sociais dos *media* na sociedade moderna (marcada pela diferenciação social), inclusive trazendo as contribuições tanto de Habermas como de Luhmann para esse debate (ver Hallin & Mancini, 2004, p.76-86).

Diante disso, faz-se oportuno retomar a definição original formulada por Alexander para esclarecer as funções em tela. Segundo o autor, o sistema mediático pode ser compreendido como um subsistema da sociedade moderna “que produz importantes recursos (outputs) dos quais outros [subsistemas] dependem.” (ALEXANDER, 1990, p.115). De modo a esclarecer o principal recurso (*output*) produzido pelo sistema mediático, Rousiley Maia define tal sistema como um complexo de dispositivos mediáticos (*media outlets*) que “detém

os instrumentos para a produção de *visibilidade*, através de rotinas e de modos operatórios próprios, dos quais atores de outros subsistemas dependem.” (MAIA, 2006, p.25, itálico nosso).

A noção de visibilidade, por sua vez, implica que “ações e pessoas são representadas diante de uma larga atenção pública concentrada.” (GOMES, 2009, p.185). De acordo com essa definição, a visibilidade se refere não apenas a questões políticas, mas a tudo aquilo que é apresentado pela indústria da comunicação de massa. Uma apresentação, que ao maximizar a atenção pública, passa a desempenhar a função de prosclênio social das sociedades modernas (Gomes, 1999; Maia, 2006; Queré, 1982). Uma função que, nesse caso, ultrapassa e se descola, em grande medida, das práticas discursivas da esfera pública atreladas ao princípio de publicidade (ver Lycarião, 2010b).

Não obstante esse descolamento, assume-se que o princípio de publicidade, em alguma medida, depende dessa visibilidade, pois seus efeitos políticos se tornam inviáveis sem uma recepção ampliada. Para visualizar essa dependência, “bastar pensar no papel de constrangimento democrático e pró-cívico que ela [a visibilidade] exerce sobre o sistema político.” (GOMES, 2008c, p.156).

Todavia, mesmo essa abordagem interpretativa não responde suficientemente às demandas normativas ligadas ao princípio de justiça política, nem mesmo à possibilidade de um monitoramento dos centros de poder a partir de informações completas. Não se garante, desse modo, que todos os cidadãos tenham a oportunidade de contribuir para o debate público e tentar gerar influência política. Isso demonstra que as atribuições de mediação operadas pelo jornalismo são limitadas para gerar monitoramento crítico e a participação discursiva no sistema deliberativo.

Esses limites, no entanto, podem ser superados quando os princípios analíticos da concepção de sistema deliberativo são utilizados. Sob essa concepção, as demandas normativas não precisam – nem poderiam – ser cumpridas nas situações interacionais particulares de cada setor social e de suas arenas discursivas. Assim, os limites em tela passa a ser superáveis quando se busca perceber como essas demandas normativas podem se realizar a partir da extensão mais abrangente desse sistema.

Diante disso, entendo que o princípio de justiça política não precisa ser dispensado para dar sustentação ao valor epistêmico da mediação jornalística. Isso porque a oportunidade de participação discursiva na esfera pública se torna bem mais factível quando se leva em conta que essa participação pode ser desempenha por meio de outros dois sistemas: o sistema informativo e o de transparência oficial (que é, na verdade, um subsistema do primeiro).

O sistema informativo é, nesse caso, formado pelo jornalismo da comunicação de massa - especializado na produção de visibilidade (Gomes, 2004) - e pelo sistema informativo ampliado (ver Lycarião, 2010a e 2010b). Agregando-se esses dois setores, é possível dizer que o sistema informativo como um todo é caracterizado pela acessibilidade de seus insumos discursivos. Ele tem a atribuição de prover a função de participação discursiva irrestrita e de informação (Peters, 2008a, p.236).

O sistema informativo dos *media* (massivos) é, desse modo, o âmbito fundamental pelo qual os cidadãos podem editar e montar insumos discursivos para construir sua imagem mental dos debates públicos (Gomes, 2008c, p.153-154; Maia, 2008a, p.117-118; 2012). Utilizando-se o subsetor mais amplo desse sistema, i.e. o sistema informativo *ampliado*, o conjunto dos cidadãos possui também a possibilidade de registrar e tornar acessível sua opinião acerca de tais debates.

O conceito de sistema informativo em toda sua abrangência situa, desse modo, sua preocupação “com o espectro geral de informações que está disponível para os cidadãos e não com o equilíbrio ou outra característica particular de um veículo de comunicação tomado isoladamente” (PAGE apud PARKINSON, 2006, p. 106). Este trabalho compartilha do pressuposto indicado por Ferree e colegas de que “nas suas incursões interpretativas do mundo das questões públicas, os cidadãos ordinários estão apenas parcialmente dependentes do discurso mediático. Sua dependência varia enormemente de acordo com os domínios temáticos” (FERREE et al, 2002 p.16). A arena discursiva dos *media* massivos, aliás, seria ela mesma um domínio de temas de que os cidadãos e cidadãs acessam em conjunto com outras fontes de informação e interação:

Os meios de comunicação funcionam como um repertório de perspectivas, opiniões e discursos que se acumulam ao longo do tempo. Os cidadãos podem examinar criticamente esse estoque de informação ao seu próprio ritmo e com suas próprias estratégias para formar opinião e se envolver nos debates que ocorrem em diferentes contextos sociais. (MAIA, 2012, p.119)²¹

Além disso, é importante perceber que acessibilidade e visibilidade são conceitos sensivelmente diferentes. Um diário oficial de um município, por exemplo, é um material informativo geralmente acessível. Mas essa acessibilidade será bem mais restrita se ele for publicado apenas em modo impresso. Se, além dessa versão, ele tiver uma versão *online*, então sua acessibilidade aumenta exponencialmente.

²¹ Tradução livre de: “The mass media operate as a repertoire of perspectives, opinions, and discourses that accumulate through time. Citizens can critically examine this stock of information in their own time and in their own way to form their opinion and to engage in any debate that takes place in different social settings.”

Em ambos os casos, contudo, é pouco provável que esse diário oficial crie uma audiência pública concentrada. Uma vez acessível, ele poderá até servir de fonte de informação para profissionais dos *media* produzirem notícias e produtos mediáticos. Estes últimos, sim, serão moldados com fins de produzir uma audiência pública concentrada. Ao mesmo tempo, deve-se levar em conta que um diário oficial de município, apesar de poder ter a mesma acessibilidade do diário oficial da União, este tenderá a concentrar uma visibilidade maior do que aquele. Desse modo, tanto a acessibilidade como a visibilidade podem assumir diferentes intensidades.

Levando em conta essas diferenças entre visibilidade e acessibilidade, deve-se observar que o sistema informativo abrange todo o leque de arenas discursivas e dispositivos mediáticos organizados por tais noções. Ou seja, ele compreende desde os insumos discursivos disponíveis em *blogs*, sites pessoais, sites de atores cívicos, jornais impressos, telejornais, *media outlets* de jornalismo especializado, livros, bibliotecas até aqueles oferecidos pela transparência oficial de instituições políticas (a exemplo dos diários oficiais).

A concepção de transparência oficial, por sua vez, faz parte do sistema informativo abrangendo todos os dispositivos e formas de comunicação providas pelo Estado e pelo sistema político com a finalidade de efetivar o princípio de publicidade. Como exemplo, pode-se elencar, além dos diários oficiais, a transmissão de audiências públicas e debates parlamentares, reuniões deliberativas de autarquias etc.

A transparência oficial é, assim, uma peça importante e indispensável na efetivação do princípio de publicidade, pois, além de ser uma fonte para os jornalistas, garante a integridade das perspectivas providas pelos representantes políticos para os cidadãos e, desse modo, ajuda a compensar a comunicação, às vezes, “excessivamente” mediada do jornalismo. Como aponta Hallin, “é aviltante que o público jamais tenha a chance de ouvir um candidato – ou quem quer que seja – falar por mais de 20 segundos.” (HALLIN, 1992, p.19).

A importância da transparência oficial para garantir um sistema informativo rico e completo (Manin et al, 2006, p.125) em termos informacionais também reside no fato de que a cobertura jornalística se concentra, de maneira compreensível, naqueles atores políticos com maior parcela de poder (ver Tresch, 2009). Para se monitorar as ações e seguir as opiniões proferidas por um parlamentar que, por acaso, não tenha posição de liderança e destaque no sistema político, uma estrutura de transparência oficial bem desenvolvida é, desse modo, de suma importância.

Levando, então, em conta que a visibilidade mediática tem limitações que precisam ser complementadas pelo sistema informativo ampliado, deve-se, contudo, salientar que existem

dois regimes de possibilidades pelas quais a visibilidade produz uma qualificação do princípio de publicidade e, assim, do processo deliberativo: (1) pelo constrangimento em direção a razões publicamente defensáveis (Mendonça, 2006b; Wessler, 2008(c), p.06) e (2) através da facilitação do direito soberano da cidadania de averiguar se as ações dos representantes estão de acordo com as expectativas correntes. A primeira possibilidade deriva da expectativa do sistema mediático em “impor certos constrangimentos em virtude da abrangência de sua audiência.” (MENDONÇA, 2006b, p.82-83). A segunda, por sua vez, deriva da alta cota de visibilidade que os atores ligados ao centro do sistema político possuem na cena mediática.

1.4.2 O sistema dos media no processo deliberativo e para além dele

No que diz respeito à definição de sistema mediático apresentada anteriormente, deve-se esclarecer que a ideia de prosclênio social não é utilizada de maneira apenas metafórica para a descrição desse sistema. Esta, na verdade, constitui-se como o quadro de referência conceitual por excelência para sua compreensão, tornando-se, então, oportuno elucidar a imbricada relação que ela estabelece com a noção de sistema social.

Sobre a parte sistêmica da relação, é preciso destacar, primeiramente, que – além do fato já mencionado de que o sistema mediático participa e vai muito além de atribuições deliberativas - deve-se ter em conta que o uso do termo “sistema” não implica que as práticas mediáticas são tomadas de maneira homogênea. Sua compreensão como sistema deve ser, nesse caso, tomada no quadro de referência de uma teoria crítica da divisão do trabalho e da diferenciação social consonante a uma abordagem habermasiana da modernidade (ver Hallin & Mancini, 2004, p.12 e p.253-254). Uma teoria que se volta a identificar as relações sistêmicas que estruturam as transformações das práticas mediáticas no processo de modernização. Transformações que, por sua vez, guardam fortes doses de contingência e que, ao mesmo tempo, possuem implicações diretas sobre as propriedades e características do prosclênio social das sociedades modernas.

Para visualizar essas implicações, a contribuição dada por Jeffrey Alexander (1990) é paradigmática. Isso porque ele aponta, ao mesmo tempo, as dimensões *expressivas* (na qual o simbólico, a narrativa e a estética são elementos constitutivos) e *cognitivas* (discursivas, informativas etc.) dos *media*. A definição de Alexander permite, assim, perceber a heterogeneidade de práticas comunicativas e as formas de mediação destacadas na seção anterior. Nesse sentido, a comunicação massiva, segundo o autor, “produz os padrões

simbólicos que criam os tecidos invisíveis da sociedade num nível cultural, tal como o sistema jurídico cria a comunidade política num nível mais concreto e ‘real’” (p.108)²².

Essa “produção”, no entanto, não deve ser percebida como atividade exclusiva dos profissionais dos *media*. Na verdade, ela se dá de maneira relacionada a um processo cooperativo com outros atores e que é integrado com os outros “*outputs*” produzidos pelos sistemas sociais que se relacionam com o mediático. Uma relação que acaba por revelar a dinâmica pela qual as funções expressivas e cognitivas do sistema mediático se articulam para dar a ver a cultura pública e seus discursos:

Cada sistema interage com o outro: o discurso mediático é parte do processo através do qual indivíduos constroem significado, e a opinião pública é parte do processo através do qual jornalistas e outros intérpretes sociais desenvolvem e cristalizam sentido no discurso público. (GAMSON & MODIGLIANI, 1989, p.02).²³

O discurso mediático domina a maior parte dos temas da cultura, tanto a refletindo como contribuindo para sua criação. Jornalistas podem retirar ideais e linguagens de algum ou de vários outros fóruns, frequentemente até parafraseando ou citando suas fontes. Ao mesmo tempo, eles contribuem com seus próprios enquadramentos e inventam suas próprias frases de efeito [catchphrases], contando, para isso, com a cultura popular que eles partilham com a audiência. (ibidem, p.03).²⁴

Nesse trabalho, os autores conseguiram mostrar a articulação entre as funções expressivas e cognitivas do proscênio social e, assim, marcam junto com o trabalho de Gamson (1992) e de Peters (2008a, 2008b e 2008c) uma contribuição seminal para a teorização da noção de esfera pública no contexto das sociedades democráticas. Uma contribuição que permite perceber o entrecruzamento simbólico-discursivo²⁵ que fez com que “todos do Oiapoque ao Chuí europeu conseguissem compreender e falar a linguagem dos críticos do poder nuclear (BECK, 1998 [1992], p.340)²⁶ e fez com que, desse modo, uma

²² Tradução livre de: “produces symbolic patterns that create the invisible tissues of society on the cultural level just as the legal system creates the community on a more concrete and ‘real’ one”

²³ Tradução livre de: “Each system interacts with the other: media discourse is part of the process by which individuals construct meaning, and public opinion is part of the process by which journalists and other cultural entrepreneurs develop and crystallize meaning in public discourse.”

²⁴ Tradução livre de: “media discourse dominates the larger issues culture, both reflecting it and contributing to its creation. Journalists may draw their ideas and language from any or all of the other forums, frequently paraphrasing or quoting their sources. At the same time, they contribute with their own frames and invent their own clever catchphrases, drawing on a popular culture that they share with their audience.”

²⁵ Um entrecruzamento simbólico-discursivo que está previsto nos trabalhos de Benhard Peters (2008a, 2008b, 2008c) e cuja natureza é, ao mesmo tempo, anárquica e estruturada sistematicamente.

²⁶ Tradução livre de: “everyone between the Alpine chalets and the North Sea mud flats now understands and speaks the language of the nuclear critics.”

subversão democrática “viesse a ganhar uma vitória temática bastante improvável” (ibidem, p.341)²⁷.

Uma vitória que, no caso, não ganhou a esfera pública apenas em função de bons argumentos, mas de boas imagens, metáforas e dramatizações. Elementos estético-expressivos se mostraram fundamentais para gerar inteligibilidade de um “risco invisível” (Beck, 1998 [1992], p.342), para convocar emotivamente os sujeitos (Mansbridge, 2007, p.262) e para tornar inteligíveis as complexas questões técnico-científicas que envolvem o tema. Esses elementos expressivos, ao estarem conectados a um debate público crítico-racional, mostram que o sistema mediático tem - de, através deles (da metáfora, da dramatização, da personalização etc.) - a capacidade de tornar inteligível a experiência, a moralidade e a emoção de um argumento ou de um discurso público. (Maia, 2012, p.17-19). Esse entrecruzamento é exemplificado por Gamson a partir do *Diário de Anne Frank*:

O discurso público facilita a compreensão através de experiências vicárias quando ele personaliza grandes injustiças usando casos exemplares para corporificá-las. Desse modo, a experiência concreta de Anne Frank comunica o significado do Holocausto de um modo que nenhuma informação factual de 6 milhões de vítimas em campos de concentração consegue. (GAMSON, 1992, p.184)²⁸.

Mas não apenas a experiência que não pode ser diretamente vivida pelo público é tornada inteligível pelo sistema mediático. Mais do que isso, a própria sociedade se torna inteligível no palco de exibição pública que ele organiza (Alexander, 1990, p.10; Peters, 2008a, p.73). Essa produção de inteligibilidade passa por aquilo que, nas palavras de Quéré (1982), denomina-se de materialização da mediação simbólica e que, portanto, reserva um papel crucial a ser desempenhado pelo sistema mediático em aliviar as tendências de fratura do tecido social discutidas anteriormente (ver seções 1, 2 e 3 deste capítulo).

1.4.3 O sistema dos *media* e suas descontinuidades com o jornalismo

Diante da competência com que Alexander (1990) estabeleceu um refinamento conceitual das diversas dimensões do sistema dos *media*, não se pode deixar de apontar que, no entanto, ele adota o mesmo tipo de sobreposição conceitual com que grande parte da

²⁷ Tradução livre de: “has won a quite improbable thematic victory”

²⁸ Tradução livre de: “Public discourse facilitates knowledge through vicarious experience when it personalizes broader injustices by using exemplary cases to embody them. Hence, the concrete experience of Anne Frank conveys the meaning of the Holocaust in an experiential mode that no amount of factual information in the 6 million victims of Nazi death camps can convey.” Sobre essa questão, Gurevitch & Blumler (1990, p.28) lembram que dramatizações de questões políticas podem ser um estímulo para que cidadãos e cidadãs busquem mais informações acerca do contexto por trás dessas experiências vicárias.

literatura vem analisando as propriedades do sistema mediático. A sobreposição em tela resulta de uma caracterização dessas propriedades e seus respectivos “modelos” a partir da observação das práticas jornalísticas em diferentes contextos e ambientes políticos (Alexander 1990; Ferree et al, 2002; Hallin & Mancini, 2004; 2011; Hallin & Papathanassopoulos, 2002). Um movimento analítico típico dessa sobreposição e comum a essas pesquisas consiste em atribuir os achados referentes às coberturas jornalísticas estudadas como representativas das propriedades dos sistemas mediáticos em sua totalidade.

Identificar esse movimento analítico como resultante de uma sobreposição conceitual visa preservar a importante contribuição que essas pesquisas trazem à compreensão da relação entre o sistema informativo dos *media* e o sistema político. Uma preservação que, no caso, reserva a validade para os processos de mediação a que eles se referem: a de tipo jornalística e cognitiva. Se essa validade não for claramente aí circunscrita, as outras formas de mediação do sistema mediático, em especial aquelas de tipo expressiva, acabam por ser consideradas como automaticamente irrelevantes para caracterizar o sistema mediático em sua totalidade e complexidade.

Isso poderia, portanto, comprometer a importância do papel que os diferentes *media outlets* da indústria publicitária, fonográfica, cinematográfica, editorial e do entretenimento possuem na produção de visibilidade social e para a materialização da mediação simbólica das sociedades modernas. Uma materialização que, por meio dos *blockbusters*, das telenovelas, dos *topic trends*, dos “*best-sellers*”, dos picos de audiência e da *long tail* acabam por dar a ver os valores, os conflitos e as prioridades do público. Dá-se a ver, portanto, as disposições morais e comportamentais, tanto daquelas formas predominantes como das contestatórias, subalternas etc.

Comprometer a relevância das funções expressivas e, portanto, “fora”²⁹ do espectro jornalístico é perder de vista a contribuição que os diferentes padrões de propaganda, de literatura, de cinema e de música possuem para orientar o espírito da época de cada sociedade e, portanto, de constrangimento sobre o sistema político. Um exemplo pode ser retirado da

²⁹ A palavra “fora” está entre aspas, pois pode se perceber que os insumos produzidos nessas instâncias expressivas e simbólicas do sistema mediático são processados na cultura pública e utilizadas para produzir inteligibilidade inclusive em âmbitos jornalísticos. Um exemplo coletado em um blog especializado em questões ambientais (*Blog do Planeta*) ajuda a evidenciar esse processo. Eis aqui uma fala de Carlos Bouchy, presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental e integrante do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que tenta condensar o que estaria em jogo na tensão entre os imperativos sistêmicos da economia e o da preocupação crítico-moral de um eminente colapso ecológico: “Como no Titanic estamos todos juntos, passageiros de primeira, segunda e terceira classe rumo ao iceberg. Há uma forte tendência inercial nos rumos atuais da economia e uma qualidade estática e dura revelada pelos limites do planeta. A esperança no inafundável gerou falta de prevenção e atitudes corretivas que poderiam ter mudado os rumos daquele naufrágio.” (BOCUHY, 2012)

história do período autoritário brasileiro, em que a crítica ao regime militar frequentemente era censurada na imprensa, mas acabava se manifestando em tom menos explícito, mas não menos mobilizador, através dos festivais de música, do cinema e de outras manifestações mediáticas que se popularizaram à época (ver Napolitano, 2010).

Tendo isso em vista, deve-se sublinhar que os diferentes tipos de crítica política que emergem em cada sistema mediático podem eventualmente ser explicados pelas diferentes estruturas da esfera pública e pelas históricas diferenças de autonomia do sistema mediático em relação aos outros subsistemas sociais. Esse é, aliás, é o princípio levado a cabo pela corrente de pesquisas em torno da noção de sistema mediático (*media systems*), a qual propõe uma “coevolução dos *media* e das instituições políticas nos contextos históricos particulares” (HALLIN & MANCINI, 2004, p.297). Uma corrente de pesquisa que trouxe um salto qualitativo para entender a relação “mídia x política”, mas que não pode obscurecer a complexidade do conceito de sistema mediático e de sua intrínseca relação com as outras práticas mediáticas fora do espectro jornalístico.

1.4.4 A especificidade das práticas jornalísticas

Tendo em vista o tipo de sobreposição conceitual apontado acima, percebo que ela e operações analíticas similares têm sido realizadas pela literatura habermasiana para julgar a qualidade do sistema mediático para a deliberação pública (ver Lycarião, 2010b). Diante disso, proponho, com base na literatura corrente, que as atribuições da mediação jornalística no sistema deliberativo sejam compreendidas a partir dos seguintes pressupostos:

- a) O jornalismo apresenta valores e regras de ação, dinâmicas de distribuição de prestígio que, em seu caráter específico, devem ser diferenciados dos demais campos profissionais que são exercidos no sistema dos *media*³⁰.
- b) O jornalismo se mostra como apenas um dos feixes de atividades profissionais dos *media*, mas é ele aquele que historicamente tem exercido a função de mediar a esfera de discussão pública política com a esfera de visibilidade pública (Gomes, 2004,

³⁰ Citando Mcquail, Hallin e Mancini esclarecem algumas nuances do sistema mediático “tal como McQuail (1994; 133) coloca, os *media* não se constituem nenhum tipo de ‘sistema’ com um único propósito ou filosofia, mas são compostos por elementos muitas vezes separados, sobrepostos e até inconsistentes, com diferenças identificáveis de expectativas normativas e efetiva regulação.” Tradução livre de: “as McQuail (1994; 133) puts it [...] the media do not constitute any single ‘system’ with a single purpose or philosophy, but are composed of many separate, overlapping, often inconsistent elements, with appropriate differences of normative expectation and actual regulation.” (McQUAIL APUD HALLIN & MANCINI, 2004, p.12). O jornalismo e o jornalismo político seriam justamente alguns desses elementos que ora se sobrepõem, ora se separam.

p.143-144). Destarte, o jornalismo tem um papel central na composição da mediação cognitiva exercida pelo sistema dos *media*. Deve-se ter claro, como previamente indicado, que a mediação produzida pelo sistema mediático não se restringe a uma mediação de natureza cognitiva, mas também de ordem expressiva (Alexander, 1990).

c) A mediação produzida pelo jornalismo prevê uma negociação entre os valores, as gramáticas e regras de ação da primeira (da esfera de discussão pública e do sistema político) com os valores, gramáticas e regras de ação da segunda (da esfera de visibilidade social). Seria a partir dessa mediação, portanto, que surgiria o núcleo central da *cena pública política*, marcada pela representação que os *media* produzem dos temas e dos sistemas sociais, em particular do político.

A partir de tais pressupostos, pode-se afirmar que a mediação jornalística opera, dentro do sistema mediático, a mediação das dimensões cognitivas da esfera pública de modo mais consistente e regular do que os demais setores desse sistema o fazem. Por isso, o setor envolvido pelas práticas jornalísticas ganham preferência dos pesquisadores quando eles analisam a relação “mídia x política”.

Pode-se, então, compreender que a mediação jornalística é uma peça decisiva para a deliberação pública, dado que ela cumpre “um importante papel não só para divulgar informações e proporcionar visibilidade a questões de interesse coletivo, mas também para *mediar* arenas discursivas diversas e estabelecer um ambiente para o debate público mediado.” (MAIA; MARQUES & MENDONÇA, 2008, p.94-95, grifo nosso).

A esse respeito, é oportuno destacar que, até o momento, a pesquisa concernente à “deliberação mediada” ainda não tratou o problema da mediação de uma maneira mais nuançada. Por um lado, os estudos correntes - já bastante volumosos - vem esclarecendo as dinâmicas deliberativas das arenas mediáticas (Ferree et al 2002; Maia, 2009; Miola, 2012; Marcinkowski & Donk, 2012; Renwick & Lamb, 2012; Rinke et al, 2013; Rohlinger, 2007; Simon & Xenos, 2000; Wessler, 2008(c); Wessler & Schutz, 2008; Xenos & Kim, 2008, Zhou et al, 2008). Esse conjunto de trabalhos tem ajudado, assim, a superar algumas perspectivas mais parciais que acabam por negligenciar o potencial deliberativo do sistema dos *media*. Tal superação se torna ainda mais evidente quando se observa que alguns desses estudos forneceram evidências robustas de que qualidades da deliberação pública podem ser observadas no ambiente da comunicação de massa. Desse modo, tem-se demonstrado a potencialidade dos *media* em abrigar a dimensão da deliberatividade da esfera pública.

Por outro lado, até agora não é possível encontrar a ênfase necessária sobre o problema de como a qualidade da mediação dessa deliberação mediada pode colocar em xeque a qualidade de sua deliberatividade. Isso porque - por mais que sejam robustas as evidências de que, sob determinadas circunstâncias, é possível encontrar um alto grau de deliberatividade nos *media* - essas mesmas pesquisas têm demonstrado que existem diferenças importantes no desempenho deliberativo em relação aos diferentes atores que participam da deliberação mediada.

Foi justamente esse tipo de resultado encontrado pela pesquisa de Maia (2009), a qual conduziu uma mensuração de algumas das qualidades da deliberação mediada acerca do debate sobre o referêndum realizado em 2002 no Brasil acerca da nova política de desarmamento. Nesse debate, duas frentes se organizaram, uma a favor do “sim” (da proibição da venda de armas e munições) e outra a favor do “não” (contra a proibição). Nesta pesquisa, evidenciou-se que a frente do “sim” emplacou uma sofisticação argumentativa ao longo da campanha com mais eficiência do que a frente do “não”. A questão que se coloca é a seguinte: tais diferenças são coerentes aos reais desempenhos dos diferentes atores, ou será que os profissionais dos *media* selecionaram e privilegiaram o desempenho deliberativo de alguns atores e relegaram o de outros?

Tendo em vista as questões trazidas por esses questionamentos, é oportuno salientar que o material da cobertura jornalística é resultado, via de regra, de um processo de seleção e edição, i.e. de mediação. Aferir a qualidade dessa mediação passa a ser, desse modo, condição necessária para confirmar se a qualidade da deliberatividade que os *media* apresentam tem lastro no que ocorre nas arenas discursivas do sistema deliberativo (ver Lycarião, 2010b). Mais do que isso. Uma vez que os participantes do debate mediado podem, em uma determinada arena discursiva, alcançar baixo desempenho deliberativo, deve-se questionar em que medida a cobertura jornalística dessa arena deveria editar esse desempenho privilegiando as partes do debate com maiores níveis de deliberatividade ou se tal edição deveria simplesmente refletir o que, de fato, ocorreu (um baixo desempenho deliberativo).

Trata-se, portanto, do problema normativo e, ao mesmo tempo, empírico sobre se a mediação pelo jornalismo dos processos deliberativos em tela deveria preservar o nível de deliberatividade original das arenas discursivas ou se deveria agir como um filtro das mesmas (com eclusas selecionando apenas aquela parte mais rica em termos de deliberatividade). Há ainda a perspectiva mais pessimista do ponto de vista descritivo: a de que o funcionamento regular dos *media* apontaria, ao contrário das duas possibilidades anteriores, para uma

depreciação dos níveis de deliberatividade. Os *media* funcionariam, desse modo, de maneira inversa a de um filtro e seriam, portanto, agentes sistêmicos de distorção do debate público.

Todas essas questões são cruciais para se avaliar a qualidade da deliberação mediada de modo mais abrangente. Ao mesmo tempo, elas têm passado ao largo da pesquisa em deliberação mediada. Além disso, até agora ainda são raros os trabalhos que se lançam a compreender como a mediação produzida pelo sistema mediático – e consequentemente pela deliberação mediada – podem ajudar os cidadãos a escrutinar os representantes políticos em contextos de alta complexidade social.

Independentemente da raridade desses tratamentos mais específicos acerca do papel da mediação jornalística na deliberação pública, algo, no entanto, é certo: os pensadores da teoria deliberativa tendem a interpretar o sistema mediático levando a frente as sobreposições conceituais anteriormente discutidas. Além disso, essa interpretação, às vezes, pressupõe uma distorção sistemática e, em outros momentos, discute as condições pelas quais essa distorção poderia ser evitada. Sobre essas condições, o ponto central em que a discussão se concentra gira em torno de como o sistema mediático pode ganhar autonomia em relação às forças do mercado e do Estado. Com o objetivo de explorar como essas diferentes questões se relacionam, segue-se o próximo capítulo.

II - MEDIAÇÃO JORNALÍSTICA & DEMOCRACIA: ENTRE LIMITES E VOCAÇÕES NORMATIVAS

No capítulo anterior, argumentou-se que a superação das dificuldades oferecidas pelo crescimento da complexidade social para uma visão normativa de democracia se torna teoricamente plausível quando se leva em conta o valor epistêmico da mediação para o sistema deliberativo. Para o caso específico das arenas discursivas ligadas à governança global, ao exemplo da COP-15, defendeu-se, ainda, que a mediação jornalística se candidata a desempenhar um leque de atividades mediadoras de vital importância para se garantir, ao menos em parte, a legitimação do processo de decisão política organizado pelo corpo deliberativo em tela.

O presente capítulo, por seu turno, detalha tanto os elementos que compõe esse leque, assim como aqueles que podem comprometer sua capacidade de garantir parte da legitimação democrática em questão. Entre estes, estão o da baixa autonomia do sistema mediático em relação ao mercado e ao Estado e também a alegada tendência das práticas jornalísticas em distorcer os processos deliberativos.

A questão da autonomia do sistema mediático é discutida na primeira seção deste capítulo. A segunda trata de apresentar como o sistema mediático se localiza dentro de um ciclo comunicacional organizado em três estágios e como esse ciclo pode satisfazer certas características do sistema deliberativo. Já na terceira seção, aborda-se o problema da distorção desse sistema pela ação dos *media*.

A quarta e última seção do capítulo propõe, com base na literatura sobre jornalismo e deliberação pública, cinco atribuições da mediação jornalística no processo de legitimação democrática. São elas: a) *traduzir* a linguagem especializada dos sistemas para a linguagem ordinária; b) *selecionar* temas e questões em acordo com os interesses cognitivos da audiência; c) dispor de produtos jornalísticos que sirvam como marcadores de credibilidade informativa mediante o provimento de *informação precisa*; d) fornecer *insumos informativos adicionais* que ajudem a *contextualizar* e a compreender fenômenos sociais complexos; e) *monitorar ativa e criticamente os centros de poder* de modo a ampliar o escopo de visibilidade pública dos sistemas sociais. A seção trata também de esclarecer como tais atribuições interceptam três princípios normativos da democracia deliberativa, que são, a saber, publicidade, inteligibilidade e verdade.

2.1 – Dos limites I: o problema da autonomia do sistema mediático

Tendo em vista a centralidade das práticas jornalísticas para o processo democrático, autores como Gurevitch & Blumler (1990, p.25) Habermas (2008) e Bohman (2007b, p.353) enfatizam a necessidade de manter a autonomia dos sistemas mediáticos em relação às forças do mercado e do Estado³¹. Uma autonomia que, para Habermas, mostra-se urgente diante da dissolução das *hard news* nas emissoras públicas europeias:

Embora emissoras públicas ainda mantenham uma estrutura de programação diferenciada, elas se encontram em um processo de adaptação ao, ou de adoção do modelo de seus competidores privados (Jarren e Donges, 2006). Alguns autores consideram que o jornalismo político, ao qual estamos acostumados enquanto modelo, está sendo gradualmente eliminado. Sua perda irá nos privar da peça central da política deliberativa. (HABERMAS, 2008 [2006], p.21).

Essa perda, no entanto, não deveria ser interpretada necessariamente como uma degeneração do caráter autônomo do sistema mediático. Os pressupostos aqui levantados acerca dos *media* como um sistema especializado na produção de visibilidade nos faz tomar justamente o caminho oposto. Isso porque, a partir do momento em que compreendermos que a função primordial dos *media* é produzir visibilidade social, ou seja, capturar e produzir atenção pública (Gomes, 1999; Maia, 2006, 2007), então “o processo de adaptação” a que se refere Habermas se trata justamente de preservar essa função. Trata-se de garantir, por parte das emissoras públicas, que elas possuam também um papel importante na captura da atenção pública (visibilidade), mesmo que isso signifique vilipendiar as dimensões cognitivas em favor das expressivas, realizando aquilo que a literatura especializada tem chamado de *infotainment* (ver Dahlgren, 2009; Hallin & Mancini, 2004, p.252).

Essa interpretação aqui oferecida não compartilha, desse modo, do pressuposto da “desdiferenciação” do sistema mediático. Esse pressuposto tende a perceber como necessariamente prejudicial ao processo democrático que os *media* funcionem mais próximos à lógica dos mercados do que da política (ver Hallin & Mancini, 2004, p.288-291). Certamente há sobre essa questão um debate com muitas nuances e desdobramentos que não convém serem aqui discutidos com maior nível de detalhamento (para isso, ver o 4º capítulo).

Hallin e Papathanassopoulos, a propósito, evidenciam o núcleo central dessas nuances quando apontam que: “instituições políticas e econômicas não se desenvolvem

³¹ Essa é uma perspectiva similar a de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) de que a convergência ao modelo liberal pode significar, na verdade, uma crescente falta de diferenciação do sistema mediático em relação aos mercados (desdiferenciação).

separadamente, e é crucial que sejam desenvolvidas ferramentas analíticas que superem essa dicotomia” (HALLIN & PAPATHANASSOPOULOS, 2002, p.184).³² Não seria possível discutir aqui todas as questões que esse apontamento sugere. Existe, contudo, um princípio analítico na teoria habermasiana - vista na segunda seção do capítulo anterior e feita explícita em um artigo mais recente (Habermas, 2006, p.411-412) - que permite estabelecer uma abordagem analítica abrangente sobre a qualidade da autonomia do sistema mediático.

Essa abordagem sugere que o sistema mediático - tal como o econômico, o político, o científico etc. - não pode ter uma autonomia irrestrita (independência). Isso significa que, se as forças do capital devem ser responsivas às demandas da esfera de discussão pública, o sistema mediático também o deve. Desse modo, ele não pode atuar autopoieticamente, i.e. se desenvolver simplesmente a partir das suas próprias regras de ação e valores internos, ignorando, portanto, questões ético-morais que constituem a possibilidade da integração social. Isso implica que esse sistema, tal como propôs Habermas para contestar a perspectiva luhmanniana, deve ser aberto e adaptado ao ambiente. Ou seja, o ambiente tem de ter a capacidade de, através da esfera pública, programar, constranger e fiscalizar a ação dos sistemas de modo a gerar uma responsividade deles em relação ao mundo da vida e à esfera de discussão pública. Para que isso ocorra, dois elementos são fundamentais: (a) um controle interno gerido pelos próprios profissionais desse sistema e (b) uma fiscalização externa que confira a abertura em tela. Ambos os elementos podem ser aplicados a todos os ramos da atividade mediática (a publicidade, o jornalismo, as relações públicas etc.) e podem ser, mais ou menos, organizados institucionalmente.

Elementos que, a despeito do seu nível de institucionalização, podem se configurar como práticas generalizadas e que, desse modo, constituiriam eles próprios um outro sistema. Trata-se daquele que José Luiz Braga (2006) denominou e identificou empiricamente em suas pesquisas como sendo o “sistema interacional de resposta sobre a mídia” (ibidem p.39). Ele tem por atribuição cumprir as demandas por *feedback* do sistema de produção em relação ao público que são defendidas por Bohman (2000, p.57; 2007b, p.353); e também por Habermas para um sistema mediático autônomo, mas ao mesmo tempo, responsivo a processos críticos da sociedade (ver Braga, 2006, p.67).

Essas demandas, por seu turno, já não podem ser mais consideradas apenas do ponto de vista teórico e normativo como abordado pelos autores deliberacionistas, mas também empírico. Isso se torna possível tendo em vista que o estado da arte em Comunicação permite

³² Tradução livre de: “political and economic institutions do not develop separately, and it is crucial that we develop analytical tools that cut across this dichotomy.”

conceber, a partir de vasto conjunto de evidências (ver seção a seguir), um ciclo comunicacional atravessado por fluxos multidirecionais e de caráter cíclico. Um ciclo comunicacional que, por justamente contar com um sistema de interação sobre a mídia, pode exercer um controle externo difuso e competente das práticas mediáticas.

2.2 – Das vocações I: o sistema mediático como parte de um ciclo comunicacional

O acúmulo de pesquisas dedicadas a investigar os fluxos comunicativos entre as audiências e os *media* permitem superar a ideia de que esses fluxos seriam de caráter unidirecional (Brosius & Weimann, 1996; Weimann, 1982, Weaver et al, 1992; Sweetser et al, 2008; Shehata & Strömbäck, 2013). A lógica de fluxos unidirecionais estruturou diversas pesquisas de tal modo que diversos modelos de agendamento foram criados em função do ponto de partida e poder de influência de cada ator dentro do processo comunicativo. Assim, se o agendamento sai dos *media* em direção ao público (às audiências), teríamos um determinado modelo de agendamento³³; se sai dos líderes de opinião para os *media*, teríamos outro; se do público para os *media*, mais outro e assim por diante (ver Brosius & Weimann, 1996, p.563).

Não obstante, o conjunto de pesquisas referenciado no início do parágrafo acima tem fornecido diversas evidências que o agendamento é constituído por fluxos multidirecionais e cíclicos em que as audiências não são meras receptoras e reproduzoras da agenda mediática, mas coprodutoras da mesma. Como resultado, a própria agenda pública não é determinada pela agenda mediática, mas passa a ser concebida como uma construção social entre diversos atores e setores sociais. Dentre esses atores, o sistema mediático e os líderes de opinião ocupam certamente papéis centrais. Essa centralidade, contudo, não reside na capacidade desse atores em iniciar um tema na agenda pública, mas em fazer com que os temas e insumos informacionais por eles adotados ganhem repercussão (ver Brosius & Weimann, 1996; Weimann, 1982; Sweetser et al, 2008).

Por ser cíclico, o processo comunicativo não teria condições de indicar, a rigor, quem começa um debate na agenda pública, ou mesmo quem faz o mesmo debate perder visibilidade. Não obstante, para fins heurísticos, proponho dividir o ciclo comunicacional em

³³ Trata-se, portanto, do fenômeno comunicacional identificado pela clássica teoria do agendamento mediático. Tal teoria foi originalmente desenvolvida por Max McCombs e Donald Shaw ao fim dos anos 60 (McCombs & Shaw, 1972). Desde então, ela vem sendo expandida e atualmente ela indica que existe um segundo e terceiro nível de agendamento, os quais se expressão pela ideia de um agendamento em rede. Esses níveis adicionais indicam que, além de ter efeitos sobre a agenda pública, os *media* noticiosos geram efeitos sobre como elementos dessa agenda tendem a ser interpretados em combinação com outros elementos. Tal fenômeno é a base da assim chamada *Network Agenda Setting* (Guo et al, 2012, p.55).

três estágios³⁴. Dentro deles, o estágio do sistema mediático seria o primeiro e o mais visível deles. Ele corresponde ao agendamento de temas e insumos que chegam à esfera de visibilidade mediática de modo a constituir uma espiral de retroalimentação em torno desses mesmos insumos ou temas.

Essa retroalimentação só é possível, pois, num segundo estágio, esses temas e insumos são processados por líderes de opinião e redes de comunicação interpessoal, os quais debatem ou repicam esses temas e insumos (Brosius & Weimann, 1996; Weimann, 1982, Weaver et al, 1992). Desse modo, nem tudo que chega à esfera de visibilidade mediática produz a espiral em questão, mas apenas os insumos e temas que conseguem atrair a atenção das audiências, as quais se organizam a partir dinâmicas próprias, inclusive mantendo em debate temas que já não se fazem mais salientes na agenda dos *media* (Weaver et al, 1992; Xenos & Kim, 2008). Dentre elas, destaca-se o papel exercido pelos líderes de opinião, os quais produzem contribuições próprias e, assim, complexificam esses temas e insumos.

Parte dessa dinâmica foi originalmente sinalizada a partir da hipótese concernente ao *two-step flow of communication*. A ideia expressa é que a parte mais ativa da audiência (os líderes de opinião) atua de modo a disseminar e a interpretar os insumos produzidos pelas elites políticas. Essa disseminação e interpretação foram, assim, os elementos fundamentais para que Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hazel Gaudet explicassem porque os efeitos da comunicação de massa se mostram pequenos em relação ao papel desempenhado pela influência dos líderes de opinião (Katz & Lazarsfeld, 2006, p.03).

Pesquisas posteriores permitem hoje afirmar que, quando esses líderes de opinião adensam temas e insumos com força suficiente, fluxos comunicativos são produzidos em direção aos *media*, fornecendo a estes informações acerca das disposições das audiências em relação aos insumos e temas em questão. Tais informações tendem, por sua vez, a influenciar a produção do sistema mediático. Esse fluxo de influência corresponde, assim, ao terceiro

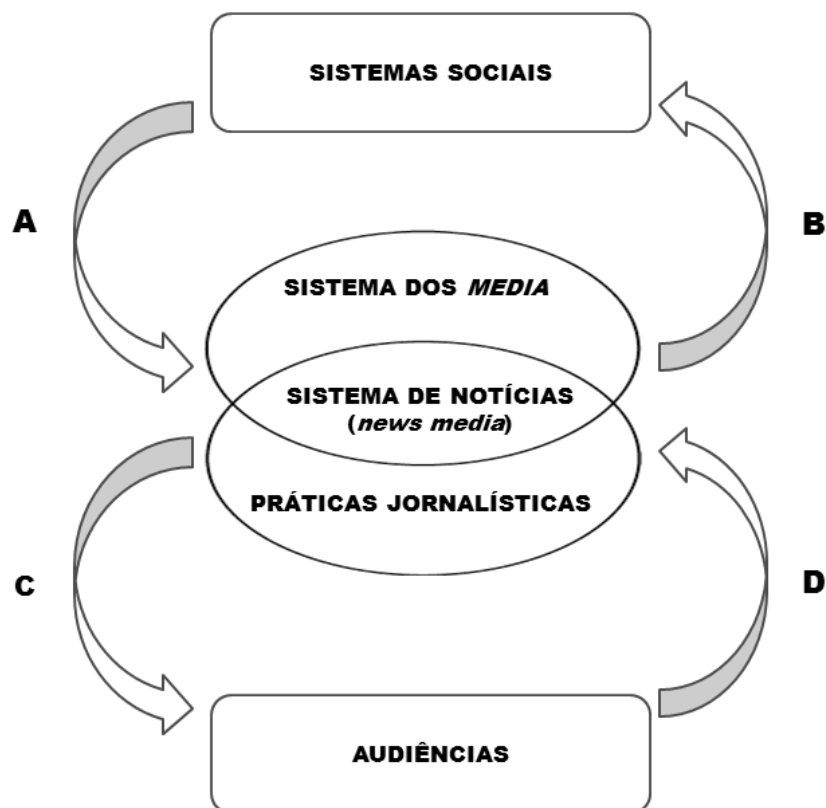
³⁴ Esses três estágios diferem da sistematização proposta por Weimann (1982). O autor, neste caso, descreve o terceiro estágio como desdobramento da força de propagação de insumos informacionais exercida por indivíduos que possuem laços fracos dentro dos grupos com que se relacionam (“the marginals”). Tal proposição se fundamentou nos resultados de uma investigação realizada pelo autor em comunidades judaicas. Nessa pesquisa, o autor orientou suas hipóteses a partir da teoria da força dos laços fracos de Mark Granovetter. O terceiro estágio identificado pela pesquisa de Weimann se refere, portanto, à disseminação de insumos temáticos entre grupos a partir da ação de indivíduos que não se enquadram na categoria de “líderes de opinião”. Esse terceiro estágio é, portanto, distinto do aqui identificado, o qual, em nosso caso, refere-se aos fluxos que voltam para os *media* e não àqueles que ocorrem entre grupos sociais. Para a divisão de natureza heurística do ciclo comunicacional que proponho, o fluxo inter-grupos identificado por Weimann faria parte do segundo estágio e não de um terceiro. A diferença com o trabalho do autor israelita é, portanto, meramente esquemática e não substantiva.

estágio do ciclo comunicacional e, portanto, ao sistema de interação social sobre os *media* (Braga, 2006).

Trata-se, assim, daquele sistema que fez como que a cobertura política dos EUA, nos anos 80 e 90, voltasse, após persistente crítica de leitores e de profissionais dos *media*, a cobrir mais consistentemente *temas* políticos e não apenas *estratégias* do campo político como na década de 70 (Hallin, 1992, p.18). Esse exemplo ajuda a evidenciar que um sistema interacional de resposta sobre os *media* bem desenvolvido tem “para, no conjunto e a longo prazo, ‘agir’ positivamente sobre o sistema de produção, induzindo qualidade, pelo menos em algumas linhas de produção.” (BRAGA, 2006, p.61).

Esse sistema se encarrega, assim, de dinamizar o fluxo comunicativo que parte das audiências e se direciona ao sistema mediático. Esse fluxo está representado na seção “D” da Figura 2, a qual esquematiza o complexo de interações entre o sistema mediático e a sociedade.

Figura 2 – Conjunto de interações entre os *media* e a sociedade



Fonte: Elaborado pelo autor

Em termos empíricos, é possível dizer que o sistema de interação social sobre a mídia ocuparia o terceiro estágio do ciclo comunicacional quando se leva em conta a temporalidade diferenciada com que cada estágio desse ciclo se manifesta. Essas diferenças podem ser observadas a partir dos resultados de Leskovec e colaboradores (2009: 07), os quais observaram que “o volume das notícias aumenta lentamente enquanto decresce rapidamente, já nos blogs o aumento é rápido e a taxa de diminuição é bem mais baixa”³⁵. Dinâmica semelhante foi encontrada por Xenos & Kim (2008: 496) em relação ao tempo de duração com que a *blogosfera* manteve a nomeação de Alito sob um período de tempo maior que o *New York Times*.

Essas pesquisas convergem com o fenômeno comunicacional previsto pelo segundo estágio do ciclo comunicacional, pois “aqueles que frequentam blogs para buscar informação política são mais propensos a serem líderes de opinião” (Xenos & Kim, 2008, p.488)³⁶. A partir do momento que essas formas de sítios *online* de redes sociais, a exemplo de blogs, microblogs (Twitter), configuram-se em espaços que são utilizados com frequência por líderes de opinião, pode-se, então, perceber que os indivíduos estão utilizando novas tecnologias para desempenhar antigas práticas comunicativas. A respeito dessas práticas, Katz (1957, p.77) utilizou os seguintes termos para detalhar o processo comunicacional por trás do “two-step communication flow”:

... a maioria das esferas focam a atenção do grupo em alguma parte do mundo que está situada fora do grupo, e é função do líder de opinião trazer o grupo em contato com esta parte relevante de seu ambiente *através de qualquer mídia que seja apropriada* (grifo nosso)³⁷

Na era da comunicação digital, o lócus dessa função exercida pelos líderes de opinião se dá, cada vez mais, em ambientes *online* de interação. Sobre esses ambientes, pode-se afirmar que eles conjugam simultaneamente fontes de informação produzidas por meios de comunicação massa, líderes de opinião e seguidores destes a partir de um arranjo muito similar à oferecida décadas atrás por Lazarsfeld e Katz.

Evidências, nesse sentido, foram oferecidas pela pesquisa Jaewon Yang e Jure Leskovec (2011), os quais, durante um ano, rastreamos dois conjuntos de citações. Um

³⁵ Tradução livre de: “thread volume in news sources increases slowly but decreases quickly, while in blogs the increase is rapid and decrease much slower”

³⁶ Tradução livre de: “that those going online for political information, often from political blogs, are more likely to be “opinion leaders”

³⁷ Tradução livre de: “... most spheres focus the group's attention on some related part of the world outside the group, and it is the opinion leader's function to bring the group into touch with this relevant part of its environment through whatever media are appropriate.”

conjunto foi composto por 580 milhões de Tweets, e o outro por 170 milhões de notícias e de postagens de *blogs*. Os resultados da pesquisa indicaram que “a adoção de frases citadas tende a ser muito mais rápida e impulsionada por um pequeno número de *sites* fortemente influentes” (Yang & Leskovec, 2011, p.09)³⁸.

Esse conjunto robusto de dados sugere, assim, que os estágios do ciclo comunicacional permanecem muito similares aos da era da comunicação de massa. Além disso, trata-se de evidências de que a comunicação de massa não é *predominantemente* resultado da tecnologia empregada no ato interativo, mas, antes de tudo, de uma prática comunicativa que é influenciada ativamente pelo público em um processo dinâmico e interativo com os profissionais dos *media*.

Sendo assim, a teoria social dos *media* apresentada no primeiro capítulo deste trabalho e complementada neste não perde sua validade pelo recente desenvolvimento tecnológico que trouxe a comunicação de massa, a comunicação institucional e interpessoal para ambientes digitais de interação. Desse modo, a teoria social dos *media* sintetizada até aqui afirma que o sistema dos *media* como aquele que, independentemente do meio tecnológico em questão, especializou-se, na sociedade moderna, em instaurar o prosclênio social. Em função disso, resulta que esse sistema forma a cena pública pela qual a sociedade produz sua própria inteligibilidade e, assim, cria condições de evitar com que “a rede geral da comunicação, socialmente integradora, se rompa.” (HABERMAS, 1997a, p.82). A indústria da comunicação desempenharia, nesse sentido, um papel decisivo com relação à mediação social, seja se encarregando de produzi-la, seja ocupando um lugar primordial em que as tendências de fratura e de composição/reatualização do cimento social se exibem publicamente.

Não obstante, como já previamente indicado no apontamento 1.4.3 do capítulo anterior, deve-se observar que a materialização da mediação simbólica e a noção do prosclênio social da modernidade consistem em formulações de alto teor abstrato, contando inclusive com algumas sobreposições conceituais. Não trazem consigo, portanto, grande detalhamento empírico-descritivo das operações particulares do sistema mediático e de seus subsectores (o jornalismo, a propaganda, o cinema etc.). Isso posto, convém ressaltar que o objetivo central, nesse trabalho, não se volta para uma teorização mais ampla sobre o papel mediador desse sistema face aos desafios postos pela diferenciação social da modernidade. De modo diverso, a proposta central é investigar o papel específico ocupado pelo sistema dos *media* no processo

³⁸ Tradução livre de: “the adoption of quoted phrases tends to be much quicker and driven by a small number of large influential sites”

de legitimação implicado no modelo deliberativo de democracia face ao problema da ascendente complexidade social e regulatória.

Acerca deste papel, é oportuno destacar o jornalismo como aquele setor do sistema mediático que dá a ver as atribuições desse sistema em tecer as redes simbólico-expressivas e cognitivas do sistema deliberativo. O jornalismo, todavia, não esgota as funções sociais e comunicativas do sistema mediático para se pensar o processo de coordenação da ação social em contextos de alta complexidade social. Por ser o jornalismo justamente o campo de atividade profissional que equilibra tanto a produção de visibilidade e deliberatividade, como as dimensões expressivas e cognitivas, então ele é particularmente apropriado para se verificar a sutura discursiva entre diversas arenas discursivas do sistema deliberativo.

Essa sutura, contudo, só poderá ser desempenhada caso ela não prejudique ou anule as contribuições específicas dessas arenas discursivas para o sistema em questão. Em suma, uma mediação produtiva ao sistema deliberativo é aquela que não distorce a esfera de discussão pública. Diante desse requisito, a capacidade dos *media* serem tomados como um fator de legitimação democrática pode cair drasticamente. Isso porque uma das principais características apontadas em relação ao sistema mediático é sua alegada predisposição em distorcer o debate público. Com o objetivo de explorar as implicações normativas dessa perspectiva e os problemas que ela traz a este trabalho, segue-se a próxima seção.

2.3 Dos limites II: o problema da distorção

Como se apontou no primeiro capítulo, os ambientes interativos da comunicação de massa são marcados por relações hierárquicas, regras de ação e modulações interativas que se distanciam de maneira decisiva da situação ideal de fala. É justamente em função disso que tantos democratas deliberativos irão se aborrecer como as práticas jornalísticas (Dryzek & Niemeyer, 2008, p.490; Bohman, 2007b, p.348-349).

Trata-se de uma preocupação frequente, pois as “desigualdades deliberativas” e o agendamento temático resultantes das estruturas hierárquicas pelas quais o jornalismo massivo é sistematicamente estruturado acabam por fechar o ambiente discursivo em torno das elites políticas, dos temas e enquadramentos que elas escolhem para falar (Cardoso, 2013, p.160-3; Gomes, 2009, p.201-7; Ferree et al, 2002, p.90; Miguel & Biroli, 2010, p.707; Porto, Vasconcelos & Bastos, 2004, p.77; Tresch, 2009, p.68-77; Wessler, 2008a, p.232). A própria fala das elites políticas, aliás, seria sistematicamente distorcida, pois os enquadramentos

preferenciais dos *media* são aqueles que personalizam, simplificam, dramatizam e empobrecem a argumentação pública (Parkinson, 2006, p.19; 2005 p.183; 2012, p.165).

As práticas jornalísticas, sob essa perspectiva, apresentam-se tão incompatíveis com o debate público que até mesmo quando se trata de apresentar alguma argumentação proveniente do centro do poder político, essa argumentação, além de pobre, é apresentada próxima dos momentos de decisão. Em suma, as práticas mediáticas fazem com que “a maior parte dos processos deliberativos simplesmente não cheguem a possuir valores-notícia” (PARKINSON, 2006, p.117). Esse diagnóstico é aprofundado pelo autor a partir dos seguintes apontamentos:

[...] valores-notícia, limites físicos, e características organizacionais – as quais sistematicamente favorecem alguns tipos de informação em detrimento de outros, características que são menos tratáveis ao incremento de políticas públicas. Isso é a segunda variante de sua insuficiência estrutural: não é que os *media* não transmitem certos tipos de informação, mas é que eles não podem fazê-lo. (PARKINSON, 2006, p.103)³⁹.

A mídia tradicional introduz distorções sistemáticas nos sistemas deliberativos [...] sua necessidade por audiência e narratividade e suas características físicas implicam que a personalização, que o atípico e o conflito preponderem em relação ao impessoal, ao típico e ao harmonioso. (PARKINSON, 2012, P.165)

Esse tipo de diagnóstico se mostra largamente disseminado na teoria deliberacionista, sem que, contudo, evidências empíricas sejam oferecidas com o mesmo tipo de regularidade. Uma exceção notável, todavia, são justamente os trabalhos de Parkinson (2006, 2005), os quais compararam a experiência de participantes em arenas deliberativas com o conteúdo da cobertura dessas deliberações. Os resultados desses trabalhos indicam que a dramatização e os critérios de seleção de conteúdo das práticas jornalísticas (os *valores-notícia*) geram uma incompatibilidade estrutural com os conteúdos deliberativos. Desse modo, ao transmitir debates, os *media* acabam por gerar, segundo as palavras do autor, “distorções sistemáticas nos sistemas deliberativos”.

Esses resultados - ainda que apresentados sem detalhamento de critérios de análise, assim como de sua operacionalização – parecem plausíveis, dado que a dramatização e os valores-notícia efetivamente produzem experiências comunicativas incomparáveis àquelas vivenciadas nos fóruns deliberativos formais. No entanto, aferir isso como “distorção” pode

³⁹ Tradução livre de: “[...] news values, physical limits, and organizational features—which systematically favour some kinds of information and filter out others, features which are less tractable to incremental policy solutions. This is the second variant of the structural complaint: it is not that the media do not transmit some kinds of information, but that they cannot.”

ser precipitado, pois os contratos comunicativos e as contribuições das arenas de deliberação formais para o sistema deliberativo são necessariamente diferenciadas daquelas do sistema mediático⁴⁰.

Desse modo, ainda que exista, nas críticas formuladas por Bohman, Dryzek e Parkinson, um forte respaldo nos fundamentos da teoria deliberativa, parece que elas estão tomadas pelo “pressuposto da distorção” sob o qual há diversas questões que são apenas parcialmente desenvolvidas no cenário teórico que ele produz. Um cenário que deixa de se engajar com maior insistência em uma abordagem analítica propriamente interacional e sistêmica sobre o trabalho comunicativo operacionalizado pelo jornalismo. Nesse caso, faltaria a esse pressuposto a preocupação de tentar destacar as atribuições mais relevantes das práticas jornalísticas no contexto de um sistema deliberativo e, portanto, em sua relação com a sociedade.

Essas atribuições começam a ser vislumbradas quando retomamos as formulações apresentadas no capítulo anterior. Elas indicam que, a partir dos contratos comunicativos dos produtos jornalísticos, a situação comunicativa que se instaura não pode ser comparável às formas tradicionais de deliberação. Essas formas tradicionais tomam como referência o agir comunicativo na situação ideal de fala e acaba por gerar critérios para a deliberatividade orientados a analisar situações de interação direta (sem mediação) e de curto prazo (ver Steenbergen et al, 2003).

Com relação a esse padrão de referência analítico, defende-se que ele precisa ser ponderado e adaptado tendo em vista que as produções mediáticas ocorrem no contexto de um ciclo comunicacional formado, como vimos anteriormente, por vários processos e momentos interacionais distintos. O momento ocupado pelos *media* de massa corresponde àquele em que os centros de poder se fazem visíveis a uma audiência heterogênea - i.e. um público de públicos. Nesse contexto particular, quem domina a maior parcela dos lances discursivos são efetivamente as elites políticas, econômicas, científicas etc.

É verdade que o público de públicos participa pouco em tal momento. Essa participação, todavia, faz-se permanentemente através de um sistema de interação sobre os *media*. Nesse sistema, o público se destaca pela vaia, por faixas erguidas em direção ao palco de exibição dos *media* e a partir de movimentos irruptivos que temporariamente colocam em

⁴⁰ De todo modo, as análises de Parkinson representam as formulações mais sofisticadas, dentro da teoria deliberacionista, quanto a um tipo de descrição que muito se assemelha ao paradigma do déficit comunicacional que guiou a corrente de pesquisas em torno da “public understanding of science”. Sob esse paradigma, a mediação jornalística com relação ao campo científico, durante a década de 80, ficou preconcebida como “uma operação de simplificação em que, no caminho entre a ciência e a cabeça das pessoas, muita informação é sacrificada ou perdida.” (CASTELFRANCHI, 2008, p.10).

dúvida qual seria mesmo o verdadeiro centro de visibilidade pública. Esses deslocamentos se dão porque, entre outros, a “oportunidade para falar não empresta nenhuma força convincente ou efetividade àquilo que alguém diz.” (MAIA, 2004, p.29).

A partir desse cenário dinâmico e interativo entre os centros de poder e o público ampliado das audiências mediáticas, é possível perceber que, algumas vezes, os públicos críticos dessas audiências adquirem a capacidade de, através da dramatização e dos valores-notícia, abrir janelas de visibilidade e, assim, sustentarem debates públicos de modo a trazer novos temas, argumentos, enquadramentos e discursos na esfera de visibilidade dos *media* (Ferree, et al, 2002; Gamson, 1992; Gamson & Modigliani, 1989; Lycarião, 2011, Maia, 2009, 2008d; McAdam, 1996; Peters et al, 2008). Rousiley Maia, nesse sentido, estabelece apontamentos que sugerem um entrecruzamento discursivo entre a mídia de massa e as publicações da mídia alternativa produzida por contra-públicos:

Ausentes desse cenário [da análise habermasiana sobre o sistema mediático] estão as formas distintas dos *media* através dos quais diversos públicos conseguem produzir e disseminar fluxos críticos de comunicação – tais como a mídia alternativa, os *media* de advocacy, o jornalismo cívicos, a comunicação mediada por computador, incluindo a mobilização e o ativismo que se volta para os próprios *media*. Agentes críticos de uma ‘sociedade civil responsiva’ estabelecem diversos usos dos *media* – incluindo os mais tradicionais assim como as tecnologias de comunicação digital – para disparar formas de comunicação pública que podem alterar relações sociais e reconfigurar a autoridade de representantes. Esses fluxos de comunicação possuem um grande potencial para desempenhar funções críticas através de processos discursivos conectados e inclusivos. (MAIA, 2011a, p.149)⁴¹.

Sob essa perspectiva sistêmica e interacional, a mesma dramatização e valores-notícia que antes indicavam “distorção”, aqui sugerem expansão da esfera pública. Isso deixa em aberto, portanto, sob quais circunstâncias concretas essas características típicas da comunicação massiva (i.e. a dramatização e os valores-notícia) vão efetivamente provocar distorção do debate público.

Contudo, ao adotarmos uma perspectiva sistêmica e interacional acerca do papel dos *media* no sistema deliberativo (ver 1º capítulo), é possível visualizar que os valores-notícia e a gramática mediática como um todo se articulam com as formas da cultura e da política que

⁴¹ Tradução livre de: “Missing from this picture [of Habermasian assessment of media system] is the distinctive forms of media through which several publics can produce and disseminate critical flows of communication – such as alternative media, media advocacy, civic journalism, computer mediated communication, including mobilization and activism over the social media. Critical civic agents of a “responsive civil society” establish various uses of the media – including the traditional media and the technologies of digital communication – to trigger public communication that may alter social relations and reshape representatives’ or officeholders’ authority. Such fluxes of communication have a great potential to perform critical functions, through horizontally linked and inclusive discursive processes.”

existem no ambiente circundante ao sistema mediático (ver Lycarião, 2012a). Assim, a opinião publicada não passa a ser mais considerada como mero resultado daquilo que o campo profissional do jornalismo e da indústria da informação decidem publicar com bases em critérios independentes dos outros sistemas e atores sociais. A imbricada correlação entre esses sistemas faz com que a opinião publicada passe ela mesma a ter lastro na discutibilidade da esfera pública (Lycarião, 2010b).

Os contratos comunicativos das práticas massivas do jornalismo sustentam, desse modo, formas de conservação e alteração das estruturas sistêmicas de poder que a simples ideia de deliberatividade não consegue captar. Disso se deduz que, quando os *media* não são analisados de um ponto de vista sistêmico e interacional, corre-se o risco de deixar de perceber que, muitas vezes, existe um pluralismo latente em suas formas de produção da exibição pública da política. Isso porque se trata de uma exibição que é, mais ou menos, constante acerca dos lugares e dos tipos de atores focalizados sob seus holofotes (as elites e o poder administrativo), mas que e se faz bem mais variável acerca dos conteúdos e falas que ocupam esses lugares.

De modo a perceber justamente esse pluralismo de ideias (de conteúdo) e não de tipos de atores (lugares) é que Wessler apresenta a proposta Benhard Peters para uma abordagem metodológica passível de rastrear uma heterogeneidade discursiva no sistema mediático muito maior do que o referencial metodológico das “cotas de visibilidade” consegue oferecer. Para isso, ele “apresenta uma [abordagem] alternativa baseada na maior igualdade de oportunidades para os temas, opiniões e ideias (e não para atores, ou tipos de atores)” (WESSLER, 2008b, p.11)⁴².

Essa abordagem permite, assim, perceber que a qualidade de uma cobertura jornalística sobre um problema tende a depender mais da variedade e qualidade conteúdo das razões e insumos discursivos oferecidos do que da quantidade de atores que participam dessa cobertura.

Como veremos no 6º capítulo, a cobertura da COP-15 repetiu o padrão recorrente do jornalismo massivo em conceder a maior parte do espaço para as elites políticas, científicas e culturais. Por outro lado, verificaremos que, mesmo com essa limitação de atores, a cobertura em tela adensou e complexificou a compreensão pública em torno da COP-15 de uma forma que a simples adição de mais atores não necessariamente teria feito.

⁴² Tradução livre deão livre de “puts forward an alternative [approach] based upon the greatest equality of opportunity for topics, opinions and ideas (and not actors, or types of actors)”

Apesar de muito elucidativa e cheia de potencial para revelar uma “nova”⁴³ topografia da participação discursiva no campo dos *media*, a perspectiva oferecida por Peters ainda pode ser complementada por uma abordagem com foco no caráter descentrado e complexo da sociedade moderna. Nessa sociedade, efetivamente tem mais visibilidade quem tem mais poder. Mas será que isso deveria ser considerado como algo problemático de um ponto de vista normativo?

A esse respeito, não há dúvida que as demandas por maior pluralidade e diversidade de fontes na cobertura jornalística são legítimas e capazes de fomentar um debate público mediado com maior diversidade de perspectivas. Por outro lado, parece que a atenção pública concentrada é um recurso que só consegue constranger a ação dos sistemas sociais mediante a concessão de espaço regular e privilegiado às autoridades, aos representantes e elites políticas. De modo a explorar essas questões, segue-se a próxima seção.

2.4 Das vocações II: cinco atribuições normativas

Habermas avoids the cognitive overburden of citizens that is generated by the expectation that lay people will be able to interpret and present effective solutions to solve highly complex problems in contemporary society. Different actors should fulfill different functions in the configuration of public deliberation.

(Habermas evita o sobrecarregamento cognitivo dos cidadãos que é gerado pela expectativa de que os cidadãos leigos sejam capazes de interpretar e apresentar efetivas soluções para se resolver problemas altamente complexos na sociedade contemporânea. Diferentes atores deveriam preencher diferentes funções na configuração da deliberação pública.)
(MAIA, 2012,p.63).

Essa seção tem por objetivo apontar algumas potencialidades da mediação jornalística para legitimação democrática em contextos de alta complexidade social. A tradução dessas potencialidades em cinco atribuições se dá numa relação dinâmica entre as fontes normativas e fáticas de organização das sociedades modernas. Essas atribuições, contudo, não se pretendem exaustivas das funções normativas que os *media* podem assumir no processo democrático. Desse modo, é oportuno apontar que as atribuições aqui sistematizadas foram concebidas com o objetivo de testar as principais potencialidades da mediação jornalística em enfrentar os problemas que a complexidade social traz para a legitimação democrática. Como já indicado, o estudo de caso proposto para este teste é o da cobertura da COP-15, a qual se configurou como um processo marcado por alta complexidade social.

⁴³ Todavia, as pesquisas lideradas por William Gamson, já deram a ver essa topografia mais pluralista e dinâmica da esfera de visibilidade mediática.

Essa escolha resulta da expectativa de que a importância da mediação jornalística para a legitimação democrática varia de acordo com o nível de complexidade e distância com que um determinado tema ou instituição tem com relação aos seus concernidos. Desse modo, quanto mais complexo for o processo decisório e o tema, mais importante é o papel do sistema mediático em realizar processos de mediação. Mais que isso: ele se fundamenta como um procedimento do sistema deliberativo de maneira imprescindível (ver Lycarião, 2012a). Isso porque, em processos de alta complexidade social, são menores as condições de participação direta, pois o nível de especialização da linguagem, dos assuntos e dos mecanismos institucionais tornam tudo muito mais estranho e alheio a um observador não iniciado:

Em sociedades complexas, de larga escala e pluralistas, a comunicação mediada é inevitável se não há canais de comunicação abrangentes o suficiente para atingir audiências altamente heterogêneas e para tratar os assuntos de maneira adequada à variação das diferentes demandas epistêmicas dos falantes nos seus diferentes locais. (BOHMAN, 2000, p.56)⁴⁴.

Algum nível de diferenciação da esfera de deliberação pública (em temas públicos, campos e camadas de participantes estratificados com relação à intensidade da participação, autoridade e influência) é inevitável (Peters 1994). Em públicos ampliados, nem todos podem ser ouvidos, daí ser necessária a divisão entre falantes e audiências. A abrangência e a complexidade dos assuntos que são publicamente debatidos fazem com que algum tipo de especialização, alguma divisão da atenção seja necessária. A orientação em direção a campos (entre outros) é um caminho necessário para simplificação cognitiva. (PETERS, 2008b, p.114)⁴⁵.

Tendo em vista essa importância relativa da mediação jornalística para a legitimação democrática, compartilha-se aqui do pressuposto de que ela assumiria, no sistema deliberativo, “um importante papel não só para divulgar informações e proporcionar visibilidade a questões de interesse coletivo, mas também, para *mediar* arenas discursivas diversas e estabelecer um ambiente para o debate público mediado.” (MAIA; MARQUES & MENDONÇA, 2008, p.94-95 – grifo nosso).

⁴⁴ Tradução livre de: “In complex, large-scale, and pluralistic societies, mediated communication is unavoidable if there are to channels of communication that are the broad enough to address the highly heterogeneous audience and to treat issues adequately that vary with regard to the epistemic demands on speakers in diverse locales.”

⁴⁵ Tradução livre de: “Some degree of differentiation of the sphere of public deliberation (into issue publics, camps and layers of participants stratified with respect to intensity of participation, authority and influence) is inevitable (Peters 1994). In large publics, not everybody can be heard, so a division into speakers and audiences is necessary. The range and complexity of issues that are publicly debated make some kind of specialization, some division of attention and concern necessary. The orientation towards camps is (among other things) a necessary way of cognitive simplification.”

Não obstante, é preciso enfatizar que a importância da mediação realizada por essa deliberação mediada se desloca da noção mais clássica deliberatividade. Pelo menos daquele tipo de deliberatividade que retira seus princípios normativos diretamente da situação ideal de fala. Uma situação que, tal como anteriormente observado, é não hierárquica, livre e sem restrições temáticas. Diante disso, é preciso observar que as práticas jornalísticas - pela natureza mesma do sistema mediático - descolam-se de tais padrões normativos.

Diante desse deslocamento, propõe-se seguir a trilha habermasiana de tentar observar o funcionamento concreto dos fenômenos comunicativos dentro da particularidade e funcionalidade que eles possuem, no seio e entremeio dos sistemas sociais, para daí, apontar os traços que fazem valer os princípios do agir comunicativo em cada universo comunicativo da esfera pública.

Sobre os universos referentes às arenas técnico-científicas e especializadas do sistema deliberativo, a contribuição dessas arenas para a esfera pública depende de sobremaneira de processos de mediação. Como foi possível observar no primeiro capítulo, o aumento de complexidade social produz a necessidade crescente de tradução dessa complexidade para formas de entendimento apreensíveis à esfera cidadã não especializada. Diante dessa necessidade, propõe-se como primeira atribuição das práticas jornalísticas para o sistema deliberativo a atividade de tradução da complexidade social para termos amplamente inteligíveis. Essa tradução pode ser compreendida como parte do funcionamento regular do sistema mediático mediante o seguinte raciocínio:

a) Dado que os centros de poder dos sistemas sociais possuem sua própria linguagem (no caso, uma linguagem especializada) e seus próprios valores, a visibilidade produzida pela mediação jornalística pode implicar em uma *produção de inteligibilidade da ação desses sistemas sociais ao público leigo*. Isso porque as práticas jornalísticas precisam *traduzir* (Peters, 2008a, p.221), selecionar e modificar (Peters, 2008b, p.109; Fischer, 2009, p.208-209) os conteúdos desses sistemas para os valores do público geral e para sua linguagem característica: a linguagem ordinária. Tendo em vista que a especialização sistêmica cria formas cada vez mais específicas de operação e linguagens que se distanciam de maneira crescente da linguagem ordinária, o processo de legitimação democrática tende a necessitar também de maneira crescente das traduções dessas operações e linguagens especiais para o público ampliado da esfera pública (ver Habermas, 2009, p.136). Um dos sistemas que, pelas suas próprias regras de ação, tem melhores condições de exercer essa atribuição é justamente o sistema mediático. A tradução dos saberes e linguagens especializadas, não obstante, não

pode ser vista como algo produzido isoladamente pelos profissionais que ocupam o centro do sistema midiático. Esses profissionais precisam do trabalho desenvolvido pelas relações públicas, organizações da sociedade civil organizada e por suas assessorias de comunicação para demarcar a inteligibilidade dos saberes e linguagens dos outros sistemas. Essas instâncias compõem, desse modo, parte fundamental da estrutura do sistema mediático. Elas se especializam em *traduzir a linguagem e formas de operação dos sistemas sociais para a linguagem dos media (e, portanto, para o público leigo)*.

No capítulo anterior, apontou-se que o sistema informativo e seu subsetor da transparência oficial demarcam, numa abordagem sistêmica, como os princípios de publicidade e de justiça política podem ser realizados em sociedades complexas. Isso porque esse sistema disponibiliza, além de canais de informação e participação plurais, o conjunto necessário e mais amplo de informações que podem viabilizar um controle público abrangente das ações e declarações das instituições e autoridades políticas.

Por ser tão vasto, esse sistema, contudo, precisa de um subsetor especializado em selecionar os elementos mais relevantes para conformar a agenda pública. Sem isso, os cidadãos se perderiam diante a colossal quantidade de insumos discursivos ofertado pelo sistema informativo ampliado e dificilmente conseguiriam estabelecer uma agenda pública capaz de selecionar quais os temas e “questões relevantes” (HABERMAS, 2008 [2006], p.15) num determinado momento. É justamente por essa necessidade de seleção que alguns autores deliberacionistas admitem que “algumas formas de controle seletivo é inevitável.” (BOHMAN, 2000, p.58)⁴⁶.

Mas admitir esse poder como inevitável traz, ao mesmo tempo, uma desconfiança com relação a como essa seleção é perpetrada. Nesse caso, não é incomum encontrar a assunção de que os *media* teriam grande poder de selecionar esses temas e questões em função dos seus próprios interesses. Isso coloca várias preocupações em debate. Dentre elas, a de que essa seleção pode estar sendo distorcida pelas formas preferenciais dos *media* e não das audiências. Ou pior, e se essa seleção não estiver sendo direcionada por interesses políticos que podem se apropriar dos jornais? Como sintetiza Christiane Eilders: “enquanto não há maiores controvérsias de que a seleção tem que existir para reduzir a complexidade do mundo

⁴⁶ Tradução livre de: “some form of gatekeeping control is inevitable.”

circundante, os critérios para esse processo de seleção estão sujeitos a debate contínuo.” (EILDERS, 2006, p.05)⁴⁷.

Assim sendo, é importante questionar se essa seleção seria efetivamente influenciada pelas preferências pessoais dos jornalistas ou, ainda, por interesses políticos específicos a comandar as redações. Este tipo de influência pode, contudo, ser alvo de maior problematização quando se leva em conta alguns estudos seminais sobre o fenômeno em tela. Isso porque, há muito, já é possível vislumbrar que há fatores nas rotinas produtivas do jornalismo que tendem a incidir sobre essa seleção a partir de critérios intersubjetivamente compartilhados entre a audiência e os mediadores da comunicação de massa. Esses fatores emergem quando se leva em conta o poder preditivo dos valores-notícia (*news values*) em descrever de que modo regular o campo jornalístico seleciona os tópicos e questões sociais.

Sobre esse poder, os valores-notícia se mostram, até mesmo nos estudos sobre “gatekeeping”, “como um fator preditivo da proeminência das notícias mais forte do que as características das pessoas que as escrevem.” (SHOEMAKER et al, 2008, p.83). Esses valores explicam inclusive porque os atores com mais poder político têm mais visibilidade. Conforme aponta Tresch, “na teoria dos valores-notícia, a relevância de um político que justifica sua inclusão no noticiário é na verdade derivada de sua posição dentro do sistema político.” (TRESCH, 2009, p.71)⁴⁸.

É justamente esse fator de relevância que melhor explica os resultados encontrados na pesquisa que o autor conduziu sobre a visibilidade mediática de parlamentares suíços. Os resultados apontaram, então, que “os *media suíços* atuam em grande parte como canais passivos de informação do sistema político e reproduzem largamente as hierarquias e estruturas de influência aí existentes.” (ibidem, p.86)⁴⁹. Tais evidências, juntamente com as de Eilders (1999), permitem reinterpretar outras antigas evidências sobre a natureza do poder dos *media* em determinar primeiramente qual a agenda pública. Sobre essas antigas formas de se conceber como a agenda pública é formada, Coleman e colegas retomam alguns achados da pesquisa sobre *agenda setting*:

Com altos níveis de correlação entre a agenda dos *media* e do público confirmadas, o próximo passo foi demonstrar uma relação causal e a sequência temporal. Teriam os *media* agendado o público, ou seria o público

⁴⁷ Tradução livre de: “while it seems to be beyond dispute that selection has to take place in order to reduce the complexity of the world surrounding us, the criteria for this process are a subject of continuing debate.”

⁴⁸ Tradução livre de: “while it seems to be beyond dispute that selection has to take place in order to reduce the complexity of the world surrounding us, the criteria for this process are a subject of continuing debate.”

⁴⁹ Tradução livre de: “the Swiss media mostly act as passive channels of information in the political system and largely reproduce existing hierarchies and structures of influence.”

que teria agendado os *media*? O segundo maior projeto foi um estudo de painel conduzido em Charlotte, Carolina do Norte, durante a eleição presidencial de 1972 e o estudo encontrou +.51 de correção de tempo superior dos *media* sobre o público, mas apenas uma correlação de +.19 do público sobre os *media*. (Shaw & McCombs, 1977). (COLEMAN et al, 2009, p.148)⁵⁰.

Os autores estabelecem uma atualização desse diagnóstico e afirmam que “as agendas dos jornais mais proeminentes estão [...] ainda fortemente correlacionadas à agenda nacional” (COLEMAN, et al, 2009, p.157)⁵¹. E quem determina a agenda nacional se não justamente o sistema político? Sobre essas questões, as respostas tendem, tal como o ciclo comunicacional apresentado anteriormente, a ser circulares, pois “na forma retroativa, o mundo da política precisa descobrir qual é a agenda prioritária da audiência.” (GOMES, 2004, p.159).

Desse modo, há diversos fatores que vão determinar quais temas serão transmitidos e como tais temas serão transmitidos (Shoemaker & Reese, 1996, p.251). Nesse caso, Eilders (2006) estabelece uma contribuição de grande importância no sentido de elencar alguns fatores de noticiabilidade que confirmam como os temas e atores políticos são construídos como relevantes não apenas pelos profissionais dos *media*, mas em interface com sua audiência. Nesse sentido, a autora esclarece que:

[...] jornalistas e receptores processam os eventos do mundo por modos muito similares. Assim, o quadro de realidade pintado pelos *media* não pode ser visto como restrito sistematicamente à aplicação de critérios de seleção exclusivamente jornalísticos, mas essencialmente esse quadro converge às orientações de relevância da audiência. (EILDERS, 2006, p.19)⁵².

A autora relaciona três perspectivas⁵³ de construção compartilhada do critério de “relevância” para explicar, dentre outros, o foco do jornalismo nas elites políticas nacionais (na personalização), nos acontecimentos que ocorrem mais próximos aos grandes centros de

⁵⁰ Tradução livre de: “With high correlations between the media and public agendas established, the next step was to show a casual connection and the time sequence. Were the media setting the public agenda, or the public setting the media agenda? The second major project was a panel study conducted in Charlotte, North Carolina, during the 1972 presidential election that found +.51 correlation over time from the media to the public, but only a +.19 correlation from the public to the media (Shaw & McCombs, 1977).”

⁵¹ Tradução livre de: “the agendas of leading newspapers [...] are still so strongly correlated to the national agenda.”

⁵² Tradução livre de: “journalists and recipients process world events in very similar ways. Thus, the picture of reality presented by the media cannot be seen as systematically restricted by the application of exclusively journalistic selection criteria, but essentially meets the audience’s relevance assignments.”

⁵³ São elas: 1- A teoria da evolução que prevê que a atenção humana é particularmente sensível a estímulos que impliquem em ameaça ao bem-estar ou à vida (EILDERS, 2006, p.14); 2- Abordagens que apontam para a familiaridade do objeto reportado (ibidem, p.14-15), o que ajuda a explicar a personalização⁵³ e o espaço privilegiado reservado aos olímpianos; e 3- Teorias da cognição social e da sociologia do conhecimento que apontam para a relevância de determinados objetos e fatos que, a despeito de não afetarem diretamente o indivíduo, são percebidos como capazes de afetar a sociedade como um todo (ibidem, p.15).

produção de notícias, da preferência da cobertura internacional para os países mais influentes e para o conflito (Eilders, 2006, p.15).

Tudo isso permite pensar que o padrão dominante da mediação jornalística não está tão longe de um desempenho normativo quanto as críticas de Habermas e especialmente de Bohman, Parkinson e Dryzek dão a ver. Desse modo, propõe-se que a mediação jornalística, nas sociedades democráticas, teria, adicionalmente, as seguintes atribuições no sistema deliberativo:

b) *Selecionar temas e questões relevantes* a partir das mediações sociais e simbólicas estabelecidas na sociedade. Isso de modo que essa sociedade possa construir a *inteligibilidade* necessária para que suas partes em conflito alcancem formas comuns de entendimento (pelo menos daquilo que é relevante para ser alvo de controvérsia em um determinado momento). Uma inteligibilidade resultante do discurso mediático que dá a ver a agenda pública e que promove uma mediação social, pois trabalha em favor da recomposição das tendências de fratura do tecido social por meio da promoção debate público mediado. Esse debate (Maia, 2008a, p.102) e o discurso mediático, em sua dimensão cognitiva, desse modo, podem constituir “um momento integrativo na sociedade no sentido de que pessoas com preferências políticas diferentes conseguem pelo menos debater os mesmos temas, ainda que possam ter diferentes opiniões sobre os mesmos.” (EILDERS, 1999, p. 318)⁵⁴.

c) Diante da crescente profusão de informações que compõe o sistema informativo ampliado, torna-se fundamental a disponibilidade de um sistema especializado em *servir como um marcador de credibilidade*, fonte, portanto, *de informação precisa e confiável* (Marques & Miola, 2010, p.18). Sem difusores de informação legitimados pela sua credibilidade, o público não teria condições de diferenciar informação de fofoca, boato ou mesmo de falsa informação e, assim, o ambiente informacional se tornaria inadequado para a “redução da inconsistência cognitiva que marca as conversações cotidianas.” (MARQUES, et al 2007, p.06). Nesse caso, a mediação jornalística forneceria um conhecimento de pano de fundo pelo qual as discussões políticas da conversação civil poderiam se movimentar a partir de um solo consistente. O provimento de informação precisa se torna concebível como operação regular da prática jornalística, pois uma das regras de ação e valores mais reforçados entre seus profissionais e suas instituições representativas é justamente a precisão (Christofolletti & Trench, 2012; Trench & Knowlton, 2009; Hanitzsch et al, 2011, p.282). Esta é condição

⁵⁴ Tradução livre de: ““might be an integrative moment in society in the sense that people with different political preferences can at least discuss the same issues, even though they might have different opinions on them.”

inclusive da própria prática jornalística como atividade econômica, pois o nível de precisão com que as informações são fornecidas pelos periódicos tende a incidir diretamente sobre sua credibilidade e até na sua taxa de circulação (ver Meyer, 2007, p.106-113).

*d) Fornecer insumos informacionais que possam ser apropriados pelo público em favor de uma produção de inteligibilidade sobre os sistemas especializados em funções. Esses recursos adicionais ajudam a contextualizar, e, assim, a compreender os fatos produzidos por esses sistemas, inclusive daqueles eventos que rompem com o horizonte de expectativas sociais compartilhadas (Castelfranchi, 2008, p.11; Peters, 2008d, p.151; Kuntz, 2012, p.01). Trata-se de interpretar inclusive aqueles eventos que, tais como a derrubada das torres gêmeas em 11 de setembro de 2001, produzem acontecimentos sociais que demandam insumos interpretativos dos *media*. Esses insumos criam “um ambiente para orientação e esclarecimento; perspectivas culturais podem ser reproduzidas, transformadas ou renovadas, atuando sobre o processo de integração social e mudança cultural” (Peters, 2008d, p.151)⁵⁵.*

Quando se estabelece que a mediação jornalística oferece insumos cognitivos adicionais, tem-se em vista aquelas informações e interpretações que estão presentes em diversas arenas discursivas e sistemas sociais. Informações estas que podem, com maior ou menor esforço, ser coletadas e processadas por qualquer cidadão, pois tendem a estar disponíveis no sistema informativo ampliado. Não obstante, há um provimento de informação liderado pelo jornalismo investigativo que ultrapassa esse espectro e que se refere àquilo que os próprios centros de poder, muitas vezes, tentam esconder da visibilidade pública (Gomes, 2004, p.121-125). Diante disso, propõe-se que a mediação jornalística tem a atribuição de:

e) Monitorar ativa e criticamente os centros de poder de modo a ampliar o escopo de visibilidade dos sistemas especializados em funções.

Enquanto o monitoramento ativo se realiza fundamentalmente por meio de práticas relacionadas ao jornalismo investigativo, o monitoramento crítico estaria mais próximo do colunismo e do jornalismo de opinião, i.e. daquilo que Donsbach e Patterson (2004) denominam de caráter advocatício das práticas jornalísticas. O primeiro daria ver os bastidores e as zonas de segredo dos sistemas sociais e o segundo tende a evidenciar as convicções ideológicas, em termos advocatícios, dos produtos e produtores de informação

⁵⁵ Tradução livre de: “creates a space for orientation and enlightenment; cultural perspectives can be reproduced, transformed or renewed, serving the process of social integration and cultural change.”

política. Esta última prática, ao contrário da primeira, não ganha a mesma adesão normativa em alguns contextos mais crédulos da perspectiva de que o jornalismo deve, antes de tudo, trazer informação imparcial e objetiva para o público, não se pretendendo, portanto, a atuar como força ideológica, nem como advogado de grupos ou agendas políticas particulares.

Há em torno dessa questão uma zona de contenda normativa multifacetada em torno da qual o presente trabalho não assume nenhuma posição unilateral, tal como a de sustentar que a prática de emitir e publicar opinião pelo jornalismo deva, em toda e qualquer circunstância, ser perpetrada ou, do contrário, evitada. De outro modo, defende-se aqui que há pelo menos um conjunto muito específico de circunstâncias em que a produção e mediação de opinião na forma de escrutínio público se fazem indispensáveis para o processo democrático.

Uma dessas circunstâncias ocorre de maneira simbiótica ao monitoramento ativo, especialmente quando o jornalismo investigativo produz informação nova e desvela fatos que atores políticos, muitas vezes, tentam manter em segredo. Em tal circunstância, a prática jornalística explora a espinha dorsal que sustenta a ampliação da publicidade nas sociedades democráticas: a informação extraoficial e de bastidores, especialmente aquela que serve tanto para gerar atenção pública como para constranger autoridades e atores a prestarem contas ao público. Tal prática pode inclusive desencadear várias produções jornalísticas em série dentro daquilo que abrangeria o “escândalo político”.

O escândalo, por sua vez, só se constitui enquanto tal por uma avaliação que se faz dos fatos e informações reveladas. Sem a apresentação de um escrutínio público em torno desses fatos e revelações, o escândalo perde parte daquilo que fundamentalmente lhe constitui e, por conseguinte, os fatos a ele correspondentes passam a assumir o mesmo valor dos fatos corriqueiros que a cobertura jornalística cotidianamente produz. Perde-se, portanto, parte essencial daquilo que leva os atores e instituições a temerem tanto um escândalo: o escrutínio público.

Outra circunstância na qual a prática jornalística contribui para o processo democrático mediante o fornecimento e mediação de escrutínio público se dá no sentido de fazer com que as vozes oficiais que regularmente dominam o noticiário sejam contrabalançadas por vozes dissonantes. Além disso, fazem com elas sejam interpeladas a dialogarem com perspectivas alternativas sustentadas pelos públicos críticos da esfera pública e que, portanto, são indispensáveis para que um debate público mediado se constitua.

Nesse sentido, fazer com que o representante sinta o peso da visibilidade – uma visibilidade crítica e ativa – talvez seja uma das maiores contribuições democráticas realizada pelo jornalismo. Uma contribuição que pode ser inclusive generalizada para as diversas

sociedades democráticas modernas, pois nelas o padrão que tem sido observado é de uma imprensa centrada no poder, só que de maneira *crítica*⁵⁶. Nesse sentido, compreendo que uma das atribuições fundamentais da mediação jornalística é o monitoramento ativo e crítico (ver Arato, 2002, p.96) dos centros de poder da sociedade em função das expectativas comportamentais que são tidas como moralmente vinculantes.

Essa vinculação é plausível como operação consistente e regular das práticas mediáticas mediante o seguinte raciocínio: por buscar uma captura de uma audiência ampliada, a mediação da política pelo sistema mediático irá se processar através de uma dualidade entre aquilo que está solidificado como horizonte normativo de expectativas sociais compartilhadas (que, portanto, estão ancoradas no mundo da vida) e entre aquilo que rompe com tais expectativas. Essa dualidade pode ser vista como um mecanismo pelo qual as ações dos centros de poder dos sistemas podem ser controladas em função dos consensos ético-políticos. Isso implica conferir à predileção do sistema midiático pelo “escandaloso”⁵⁷, uma característica que *potencialmente* encontra lugar de acomodação no modelo de circulação discursiva da esfera pública. A partir do momento em que esse modelo prevê uma base moral pela qual a ação dos sistemas deve ser programada e controlada, *o sistema midiático deveria funcionar como um sensor que dispararia alarmes em relação a ações que contrariam essa base moral*. Esses alarmes, por sua vez, ficariam instalados nos centros de poder e deveriam soar quando⁵⁸ “elementos sórdidos” fossem detectados.

Essas formulações permitem, desse modo, trazer para dentro do modelo de circulação discursiva da deliberação mediada a função de “cão de guarda” e vigia crítico operada pelo

⁵⁶ O papel crítico do jornalismo com relação aos governos “it is virtually universal across Western democracies.” (HALLIN & MANCINI, 2004, p.03). Nesse caso, apesar de diferente em forma e extensão (intensidade), houve uma mudança “bastante generalizada além das fronteiras nacionais dos países de todos os nossos três modelos. Ele envolveu a criação de um discurso jornalístico que era distinto do discurso dos partidos e dos políticos, uma concepção dos meios de comunicação como um cão de guarda coletivo do poder público.” (HALLIN & MANCINI, 2004, p.271). Tradução livre de: “quite generalized across national boundaries in the countries of all of our three models. It involved the creation of a journalistic discourse that was distinct from the discourse of parties and politicians, a conception of the media as a collective watchdog of public power”. Para estudos empíricos recentes, ver Benson (2010) e Benson & Hallin (2007).

⁵⁷ “A denúncia de escândalo faz parte do papel assumido pelo jornalismo como um cão de guarda do público. A partir desta perspectiva, o escândalo assume o papel de um importante instrumento do domínio público crítico” (PETERS, 2008d, p.150). Tradução livre de: “The reporting of scandal is part of the role assumed by journalism as a public watchdog. From this perspective scandal assumes the role of an important instrument of a critical public domain”. Além disso, deve-se notar que a questão do escândalo político nos jornais e seu crescimento ocorreu antes mesmo do grande fluxo de comercialização. (Djerf-Pierre apud Hallin & Mancini, 2004, p.279).

⁵⁸ Sob essa perspectiva, a reclamação de que o debate público e processos de *accountability* realizados pelos *media* se concentram nos momentos de decisão e logo após eles não deve ser considerado necessariamente como um problema, pois “um critério melhor que a publicidade pura e simples seria uma mistura de reserva à publicidade nos estágios iniciais do processo deliberativo, mas a máxima publicidade possível em sua fase final (see Elster 1998, 117).” (MANSBRIDGE, 1999, p.221). Tradução livre de: “a better criterion than publicity pure and simple would be some mixture of protection and publicity in the early stages of deliberative process, but maximum feasible publicity in the final stages.”

sistema dos *media* e tão cara à deontologia do jornalismo político em sociedades democráticas (ver Azevedo, 2006, p.110; Gurevitch & Blumler, 1990, p.25; Hanitzsch et al, 2011, p.280; Maia, 2012 p.03; Marques & Miola, 2010, p.10-11; Norris, 2000, p.28).

Conclusão

Na primeira seção deste capítulo, a autonomia do sistema mediático foi discutida a partir de diversas abordagens acerca da função social dos *media*. Ao examinar essas abordagens, apontou-se que a autonomia do sistema mediático em relação ao mercado e ao Estado poderia ser avaliada a partir do peso relativo que controles internos e externos se fazem presentes em relação às práticas mediáticas. A segunda seção se voltou a apresentar como o sistema mediático se localiza dentro de um ciclo comunicacional organizado em três estágios e como esse ciclo consegue, em algumas circunstâncias, exercer um controle externo das operações do sistema mediático. Esse controle foi indicado pela ideia de “sistema de interação sobre os *media*”.

Já na terceira seção, abordou-se o diagnóstico corrente de que os *media* introduziriam distorções sistemáticas no sistema deliberativo. Ao se avaliar criticamente esse diagnóstico, a terceira seção do capítulo apresentou o argumento de que ele poderia estar superestimando o peso da distorção em tela. Essa superestimação parece inevitável quando se leva em conta que a avaliação dessa distorção está baseada, em grande medida, nas operações típicas das práticas mediáticas, tais como a dramatização e os valores-notícia. Ao se adotar uma perspectiva sistêmica e interacional sobre os *media*, verificou-se que essas mesmas operações possuem qualidades potenciais para a deliberação pública que frequentemente são ignoradas pelos trabalhos que sustentam o tipo de diagnóstico em discussão. Disso, deduz-se que são necessárias outras abordagens teórico-metodológicas para tratar e se examinar as operações de distorção perpetradas pelo sistema mediático.

Na última seção deste capítulo, cinco atribuições da mediação jornalística no sistema deliberativo foram elencadas. São elas: (a) *traduzir* a linguagem especializada dos sistemas para a linguagem ordinária; (b) *selecionar* temas e questões em acordo com os interesses cognitivos da audiência; (c) dispor de produtos jornalísticos que sirvam como marcadores de credibilidade informativa mediante o provimento de *informação precisa*; (d) fornecer *insumos informativos adicionais* que ajudem a *contextualizar* e a compreender fenômenos sociais complexos; (e) *monitorar ativa e criticamente os centros de poder* de modo a ampliar o escopo de visibilidade de pública dos sistemas sociais.

Todas essas atribuições podem ser consideradas normativas para o sistema deliberativo, pois todas elas interceptam, com maior ou menor grau de proximidade, princípios normativos do agir comunicativo e da esfera pública. Nesse campo de proximidades, as atribuições (a) tradução, (b) seleção e (d) contextualização interceptam mais fortemente o princípio normativo da inteligibilidade (Habermas, 2012a, p.31-57). Já a atribuição (c) precisão, o de verdade (ibidem)⁵⁹ e, por último, a atribuição (e) monitoramento ativo e crítico se refere mais intensamente ao princípio de publicidade (Habermas, 1984 [1962], p.168).

Tanto as atribuições como os princípios normativos em tela não podem ser considerados aqui como parâmetros analíticos exaustivos, seja das práticas jornalísticas, seja do próprio sistema deliberativo. Elas só se pretendem abrangentes em termos de um problema muito específico: o de como a mediação jornalística pode ajudar a garantir o princípio da justiça política mediante o aumento crescente da complexidade social e regulatória das sociedades modernas.

Agregando-se, então, as cinco atribuições normativas da mediação jornalística aqui discutidas, a função primordial do sistema informativo dos *media* seria fazer com que a notícia desvele uma mediação preliminar de problemas sociais complexos. Uma mediação que, por ser indiciária, serviria de referência para que os cidadãos utilizem o sistema informativo e a transparência oficial para se informarem mais extensivamente e a participarem da tessitura discursiva que envolve o debate em torno de tais fenômenos.

Ademais, é importante notar que todas essas atribuições acima foram derivadas a partir de uma tensão entre fatos e normas. Com relação a esta dimensão normativa, cabe também frisar que as atribuições em tela interceptam, ao menos, três dimensões normativas do agir comunicativo e da esfera pública (inteligibilidade, publicidade e verdade). Por esse modo de incorporação entre a realidade social e a normatividade do discurso público, as atribuições em tela sugerem operações pelas quais a sutura entre as diversas arenas discursivas do sistema

⁵⁹ Bohman e Rehg indicam que as perspectivas produzidas à época da teoria do agir comunicativo foram atualizadas e reformuladas por Habermas, o qual passou a dar maior ênfase no caráter realista que define o conceito de verdade: “Habermas propõe agora um “realismo pragmático epistemológico” (2003a, 7; 1998b, cap 8.). Sua teoria da verdade é realista ao considerar que o mundo objetivo, ao invés de consenso ideal, é um *truth-maker*. Se uma proposição (ou sentença, declaração) que nós reivindicamos ser verdade é, de fato, verdade, é assim será porque ela se refere com precisão a objetos existentes, ou o representa com precisão os estados de coisas reais, mesmo que sobre esses objetos e estados de coisas possamos apenas afirmar fatos a partir de descrições que dependem de nossos recursos lingüísticos.” (BOHMAN & REGH, 2007). Tradução livre de: “Habermas now proposes instead a “pragmatic epistemological realism” (2003a, 7; 1998b, chap. 8). His theory of truth is realist in holding that the objective world, rather than ideal consensus, is the truth-maker. If a proposition (or sentence, statement) for which we claim truth is indeed true, it is so because it accurately refers to existing objects, or accurately represents actual states of affairs—albeit objects and states of affairs about which we can state facts only under descriptions that depend on our linguistic resources”.

deliberativo podem se realizar num modo coerente à natureza da deliberação pública em sociedades modernas. Operações que revelam, por sua vez, uma miríade de atores, agências e sistemas especializados em desempenhá-las, mas que, ao mesmo tempo, revelam a centralidade do sistema dos *media* e da mediação jornalística quando se aumenta a complexidade dos processos regulatórios.

Processos que, como visto ao longo do 1º capítulo, poderiam ser colocados como exemplos da própria impossibilidade de se alcançar parâmetros consensuais do discurso público como fontes legítimas para coordenar a ação social. Na tarefa de iniciar a busca de evidências que superem os problemas de comunicação trazidos por essa aludida impossibilidade, a cobertura da COP-15 tem sido indicada neste trabalho como um estudo de caso oportuno. De modo a observar o contexto dessa COP, as características desse evento e de seus processos regulatórios, segue-se o capítulo seguinte deste trabalho.

III – AS CONFERÊNCIAS DO CLIMA: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E INSTITUCIONAIS NA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

A complexidade social e a interdependência afetam não apenas a justiça política, mas também a capacidade dos cidadãos (do dêmos) em acompanhar e controlar os processos sociais. (BOHMAN, 2007a, p.07).

Nesse capítulo, apresenta-se o contexto, conteúdo e as formas de organização do estudo de caso desse trabalho: a COP-15. Na primeira seção, retoma-se como o tema das mudanças climáticas se apresentou para o mundo, impondo mudanças nos padrões de governança existentes, assim como desafios teórico-metodológicos para se interpretar a legitimação democrática e o correspondente papel da mediação jornalística nesse processo. Na segunda seção, destaca-se como protagonistas do fenômeno observado o IPCC e a UNFCCC. Na terceira seção, os problemas da diferenciação social e as atribuições da mediação jornalística discutidas, nos primeiros capítulos, serão operacionalizadas para construir uma investigação específica da cobertura jornalística brasileira da COP-15.

3.1 As mudanças climáticas na agenda pública internacional

No capítulo anterior, a mediação jornalística foi destacada como um tipo de mediação capaz de responder aos desafios da diferenciação social para se garantir os princípios normativos de publicidade, inteligibilidade e verdade, especialmente no que se refere a contextos de alta complexidade regulatória. Nesse caso, decidiu-se, nesse trabalho, investigar a cobertura da COP-15 justamente por se tratar de um evento caracterizado por esse tipo de complexidade. Sendo a COP-15 uma instância intergovernamental de discussão e decisão política, tem-se, na verdade, aqui um grau de complexidade que tem provocado diversos dilemas e dúvidas quanto à legitimidade desse tipo de instância.

Poder-se-ia identificar, como fonte geradora desses dilemas e dúvidas, os limites regulatórios enfrentados pela fonte fundamental através da qual a ideia de legitimidade democrática tem sido teorizada e praticada nos últimos séculos: o Estado-nação. Este, não obstante, já não consegue dar conta de prover políticas públicas e regulação na escala em que diversos e graves problemas sociais têm se desenvolvido. Uma escala que emerge, cada vez mais, justamente em âmbito global. Um âmbito em que o Estado-nação democrático, isoladamente, não tem a prerrogativa de estabelecer intervenções regulatórias legitimamente.

Diante de tais problemas, parece, então, que a produção de decisão política, em escala global, tem de respeitar necessariamente a soberania dos povos para se fazer legítima⁶⁰. Mas já nesse ponto surge um primeiro dilema: como produzir decisões democraticamente legítimas em escala global se muitos dos Estados que se distribuem no globo não respeitariam a soberania de seus povos e seriam, portanto, autoritários ou mesmo tirânicos? Diante da urgência das demandas regulatórias promovidas pelos problemas ecológicos parece ser inviável confiar na assunção de se “democratizar o Estado” para superar esse problema, pois

Na esteira da globalização, essa assunção não se faz mais incontestável. Na verdade, os Estados agora parecem tanto demasiadamente grandes como demasiadamente pequenos: grandes demais para gerarem a fidelidade e a legitimidade necessárias para um exigente ideal democrático, e pequenos demais para resolverem uma miríade de problemas sociais (BOHMAN, 2007a, p.03)⁶¹.

Dentre esses problemas sociais, figuram questões de saúde pública (da necessidade de se evitar o surgimento de pandemias a partir de agentes patológicos emergentes); econômicos (de se evitar o colapso do sistema financeiro global toda vez que um grande banco ameaça quebrar); de segurança (controle sobre a proliferação de armas de destruição em massa, terrorismo etc.) e os ambientais.

Esses problemas, por sua vez, têm exigido a construção de acordos e processos de cooperação entre diversos países (inclusive com países não democráticos), que, por seu turno, deflagram a necessidade de fóruns institucionais que possam viabilizar esses acordos. A produção dessas instâncias formais de decisão, constituídas principalmente no âmbito da Organização das Nações Unidas, mostra-se, desse modo, não como parte de um sistema político de democracia internacional, mas como uma espécie de pacto confederativo *ad hoc*, em que corpos diplomáticos de diversos países interagem para produzir acordos e decisões políticas multilaterais. Essa interação, não obstante, justamente por não se configurar como um sistema político internacional faz com que a “deliberação, como um mecanismo de resolução de conflitos, esteja ainda parcamente institucionalizada” (HABERMAS, 2005, p.386)⁶².

⁶⁰ A UNFCCC reafirma “o princípio da soberania dos Estados em uma cooperação internacional para enfrentar as mudanças climáticas.” Tradução livre de: “the principle of sovereignty of States in international cooperation to address climate change” (UNFCCC, 1992, p.02).

⁶¹ Tradução livre de: “In the wake of globalization, this assumption no longer goes unchallenged. Indeed, states now seem both too big and too small: too big to generate the loyalty and legitimacy needed for a demanding democratic ideal, and too small to solve a myriad of social problems.”

⁶² Tradução livre de: “deliberation, as a mechanism of problem solving and conflict resolution, is still under institutionalized.”

Pode até ser que, no caso dos Estados autoritários que participam dessas instâncias de governança, não surja a demanda normativa da vontade política manifesta pelos chefes de Estado estar vinculada aos fundamentos da legitimação democrática. Por outro lado, o mesmo não pode ser considerado válido para os países organizados por sistemas políticos democráticos. No caso destes, imediatamente surge um problema de legitimação. Justamente em função das implicações dessa correlação, Habermas continua observando que:

[...] há, de um lado, uma falta de coesão entre os processos de tomada de decisão em organizações internacionais como as Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio ou o Banco Mundial e, de outro, qualquer vínculo com a opinião e a formação de uma vontade política organizada entre os cidadãos afetados por essas decisões que extrapolam o Estado-nação. (ibidem, p.387)⁶³.

Com relação especificamente à governança ambiental elaborada por instâncias transnacionais, Manson aponta que há, nesse sentido, “uma crescente literatura que tem se debruçado sobre a ideia de déficits de ‘accountability’, nas quais as diretrizes da governança global falham em corresponder os interesses daqueles que estão sendo afetados pelos danos sociais e ecológicos” (MANSON, 2008, p.8)⁶⁴.

Esse tipo de diagnóstico aprofunda ainda mais a celeuma em torno da legitimidade da governança global produzida para gerir problemas e riscos ambientais. Primeiro porque se já é difícil viabilizar participação, *accountability*, deliberação e representação quando temos em perspectiva o Estado-nação (demasiadamente grande), tal dificuldade é ainda mais aguda quando tratamos dessa governança para um nível transnacional. A este nível, os déficits procedimentais para se assegurar deliberação, *accountability*, representação e participação passam a ser extremos.

Apesar de todos esses déficits, o comportamento predominante manifestado pelos cidadãos e pelo movimento ambiental tem sido no sentido de cobrar uma governança e controle imediato dos riscos de um eventual colapso ecológico. A bandeira por “mais democracia”, nesse caso, mostra-se secundária diante da palavra de ordem “Stop Global Warming”.

⁶³ Tradução livre de: “[...] there is a lack of coupling between, on one side, the decision-making processes in international organizations such as the United Nations, the World Trade Organization or the World Bank and, on the other side, any organized opinion and will formation among citizens affected by those decisions beyond the nation state.”

⁶⁴ Tradução livre de: “an emerging literature examining the idea of ‘accountability deficits’ in which global governance priorities fail to correspond with the interests of those directly affected by social and ecological harm.”

É plausível pensar que a gravidade dos problemas ambientais tem produzido certa complacência com os déficits da governança global, pois talvez haja a percepção generalizada de que há algo maior em jogo: a necessidade de se garantir a sobrevivência continuada e segura da espécie humana. Parece que, neste momento, estaríamos prontos a conceder pacificamente a chance de se viver o processo democrático em sua completude para que possamos ganhar a chance de sobreviver a um provável cataclismo ambiental.

E quando se utiliza aqui palavras como “provável”, “risco” e “chance” não é por mera estilística acadêmica. Esses termos estão sendo, na verdade, incorporados da própria climatologia, que é a fonte de conhecimento principal que tem informado e despertado a necessidade de uma governança global para lidar com o problema das mudanças climáticas. Um despertar que, entretanto, pouco se vincula a informações incontestáveis e absolutamente confiáveis produzidas por essa ciência.

Isso quer dizer que a convicção da necessidade de se gerar uma governança global em torno das mudanças climáticas não está condicionada a certezas científicas. Já em 1992, quando a UNFCCC foi criada como resultado da Cúpula da Terra (ECO 92), Ulrich Beck traduziu essa convicção política. Naquela ocasião, ele apontou que, no âmbito da climatologia “até agora o que existe são apenas projeções, mas devemos encará-las seriamente. Isso porque, quando elas se tornarem realidade, já será tarde demais para tomar alguma atitude.” (BECK, 1998 [1992], p.337)⁶⁵.

Trata-se, portanto, do princípio da precaução, o qual indica que, mesmo diante da impossibilidade de se prever, com certeza, os prejuízos de certa tecnologia ou cenário futuro, deve-se agir de modo a evitar os riscos com grandes custos humanos envolvidos.

Desse modo, o princípio de precaução permite que grandes decisões políticas sejam tomadas sem que grandes consensos científicos sejam alcançados. Grundmann (2005) mostrou que isso se realizou na política de combate à deterioração da camada de ozônio. Sob esse princípio, o próprio texto da convenção que fundou a UNFCCC afirma que “a falta de certeza científica não deveria ser utilizada como motivo para adiar tais medidas [de mitigação das mudanças climáticas]” (UNFCCC, 1992, p.04)⁶⁶.

⁶⁵ Tradução livre de: “so far, all these are just projections, but we must take them seriously. When they have become reality, it will already be too late to take action.”

⁶⁶ Tradução livre de: “lack of full scientific certainty should not be used as a reason for postponing such measures.” Entre a UNFCCC e a política que se produziu para se reduzir a emissão de CFC, o princípio de precaução é reconhecido como um elo de ligação fundamental: “The UNFCCC borrowed a very important line from one of the most successful multilateral environmental treaties in history (the Montreal Protocol, in 1987): it bound member states to act in the interests of human safety even in the face of scientific uncertainty” (UNFCCC, 2012).

Apesar de potencialmente convincente, parece que o princípio da precaução não se manifestou, na deliberação mediada sobre as mudanças climáticas, como um insumo discursivo lá muito decisivo para defender a necessidade de combatê-las. Até porque a impressão de uma incontestável mudança climática foi sentida na pele dos habitantes da primeira década deste século. Assim, aquilo que eram apenas “projeções” em 1992 foi se confirmando ao passar dos anos fazendo com que “nove dos 10 últimos anos fossem os mais quentes desde que se tem registro, de acordo com a NOAA (*United States’ National Oceanic and Atmospheric Administration*). Ademais, 2005 e 2010 ficaram em primeiro lugar e 1998 em segundo.” (UNFCCC, 2012)⁶⁷. Nesse ínterim, também foi produzido um consenso científico não apenas em torno da existência das mudanças climáticas, mas, também, da participação das atividades humanas em sua exacerbação. Esse consenso foi claramente expresso e divulgado em 2007 quando o IPCC⁶⁸ lançou seu quarto relatório executivo.

Seria, contudo, questionável depositar a influência e responsabilidade humana sobre o problema de modo indiscriminado e, portanto, sem as devidas distinções. Isso porque essa influência deriva diretamente das emissões de gases que potencializam o efeito estufa. Como essas emissões têm sido lideradas historicamente pelos países de capitalismo avançado, atribui-se a eles a maior responsabilidade sobre o problema. Uma responsabilidade que, no entanto, tem sido, cada vez mais, partilhada com os países em desenvolvimento, haja vista que:

[...] os principais países emissores em 2008 são: China, responsável por 23% do total mundial (e crescimento anual de 5%), EUA, com 20% das emissões totais (e crescimento anual de 0,8%), União Europeia (27 países), com 16% do total (crescendo 0,3% ao ano), Índia, com 6% do total (crescendo 5% ano), Rússia, com 5,5% do total (e crescimento anual de 5%), Brasil com 5% do total (crescendo 4% ano até 2004 e com drástica redução entre 2005 e 2009. (VIOLA, 2010, p.16).

⁶⁷ Tradução livre de: “nine of the last 10 years were the hottest years on record, according to the United States’ National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA). 2005 and 2010 tied for first place. In second place was 1998.”

⁶⁸ “Fundado em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial e pelo Programa Ambiental da ONU, o IPCC publica relatórios de avaliação da literatura existente, relatórios que são amplamente reconhecidos como as fontes mais tecnicamente avançadas e credíveis de informação sobre as mudanças climáticas. O IPCC também trabalha no desenvolvimento de metodologias e responde aos pedidos específicos dos órgãos subsidiários da Convenção. O IPCC é independente da Convenção” (UNFCCC, 2012). Tradução livre de: “Established in 1988 by the World Meteorological Organization and the UN Environment Programme, the IPCC surveys world-wide scientific and technical literature and publishes assessment reports that are widely recognized as the most credible existing sources of information on climate change. The IPCC also works on methodologies and responds to specific requests from the Convention’s subsidiary bodies. The IPCC is independent of the Convention.”

Nas últimas décadas, a tese das mudanças climáticas assumiu um poder de convencimento e se generalizou tremendamente. Uma generalização que adentrou na cultura pública a partir de filmes como “The day After Tomorrow” e “An Inconvenient Truth” e também a partir da cobertura paulatina realizada pelo jornalismo em diversos países (Antilla, 2005; Boykoff & Boykoff, 2007; Boykoff & Mansfield, 2008; Brossard, & McComas, 2004; Cardoso, 2013; Carneiro, 2008; Dispensa & Brulle, 2003; Grundmann, 2007; Kuha, 2009; Nervela, 2008; Peters & Heinrichs, 2008; Olausson, 2009; Reis, 1999; Ryghaug, 2011; Trumbo, 1996; Weingart & Pansegrau, 2000; Zangalli & Sant'anna Neto, 2011).

No entanto, essa generalização, como demonstra essa volumosa literatura, não ocorreu de maneira homogênea e sincrônica em todos os casos. Isso porque a cobertura das mudanças climáticas revela, segundo a literatura referenciada, um padrão bastante recorrente com relação à mediação cognitiva do sistema científico pelo sistema mediático.

Nesse caso, por um lado as coberturas da Alemanha⁶⁹, do Brasil⁷⁰; do Reino Unido⁷¹, da França⁷², do México⁷³ e da Suécia⁷⁴ seguem, há muito, o consenso científico do IPCC. Por outro, a cobertura dos EUA⁷⁵ e da Noruega chegaram a apresentar níveis bem mais consistente de dissenso, pois em tais circunstância a cobertura de cada país em questão “não refletiu os reais debates científicos que se deram na comunidade científica” (Ryghaug, 2011, p.08)⁷⁶. Desse modo, enquanto o primeiro conjunto de países reproduziu o que o centro das instituições políticas e do sistema científico estabeleceu como consenso, a cobertura estadunidense e a norueguesa se abriram para vozes dissonantes de setores mais periféricos do sistema científico, político e da esfera pública para se contestar as teses do IPCC.

Esse quadro, contudo, transformou-se nos últimos anos, em que até a imprensa estadunidense passou a seguir a tendência mundial de relegar os chamados “céticos” do aquecimento global à soleira da visibilidade (Boykoff, 2007, p.05). O quadro, geral, portanto, tende a seguir os achados da pesquisa de Olausson referente à cobertura sueca das mudanças climática:

⁶⁹ Ver Grundmann (2007), Peters & Heinrichs, 2008.

⁷⁰ Ver Zangalli & Sant'anna Neto, 2011.

⁷¹ Ver Boykoff, 2007 e Kuha, 2009. Os tablóides britânicos, todavia, demonstraram-se mais afeitos ao padrão estadunidense de cobertura acerca do tema (ver Boykoff & Mansfield, 2008). Esse fato leva a refletir justamente acerca da importância da imprensa de referência como um marcador de credibilidade, a qual, mesmo tendo uma menor circulação e tiragem (menor visibilidade), acaba gozando de maior influência política.

⁷² Ver Brossard & McComas, 2004.

⁷³ Ver Gordon et al, 2010.

⁷⁴ Ver Olausson, 2009.

⁷⁵ Ver Antilla, 2005; Boykoff & Boykoff, 2004; Kuha, 2009; McComas & Shanahan, 1999; Dispensa & Brulle, 2003.

⁷⁶ Tradução livre de: “did not reflect the actual scientific debates that went on within the scientific community.”

Em particular, existem, ao longo do material analisado, duas formas de conclamação para a ação coletiva: a ação de mitigação e ação de adaptação, embora esses conceitos específicos nunca sejam efetivamente mencionados. Tal padrão reflete as principais características do debate na arena política internacional, assim como na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). (OLAUSSON, 2009, p.425-6)77.

Dado, então, a força de influência dessas organizações na estruturação semântica do debate público mediado sobre mudanças climáticas, a próxima seção irá explorar os elementos principais do desenvolvimento e do perfil dessas instituições.

3.2 A UNFCCC como instância multilateral de organização das COP's

*Embora não faça parte da Convenção, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) oferece a ela serviços por meio da publicação, a cada cinco anos, de revisões abrangentes sobre o estado da arte acerca das mudanças climáticas, assim como relatórios especiais e artigos técnicos que sejam demandados.*⁷⁸

*A Convenção coloca o ônus mais pesado no combate às mudanças climáticas sobre os países industrializados, pois eles têm gerado, tanto no passado como no presente, a maior parte das emissões dos gases do efeito estufa*⁷⁹
(UNFCCC, 2011)

A UNFCCC e o IPCC são, de acordo com a definição da primeira, instituições “parceiras”⁸⁰, mas independentes. A primeira organização a ser criada foi o IPCC, em 1988, pela UNEP e pela WMO, sendo, portanto, uma entidade fundamentalmente de caráter científico. A UNFCCC, por sua vez, foi criada em 1992 no que ficou conhecido como a Eco 92 (a Cúpula da Terra) realizada no Rio de Janeiro. Ela foi, nessa ocasião, uma das três

⁷⁷ Tradução livre de: “In particular there are two forms of demands for collective action permeating the reporting: action as mitigation and action as adaptation though these specific concepts are never mentioned. This focus reflects the main elements of the debate on the international policy arena in the form of the United Nations Framework Convention on Climate Change (FCCC) and the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC).”

⁷⁸ Tradução livre de: “The Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) provides services to the Convention, although it is not part of it, through publishing comprehensive reviews every five years of the status of climate change and climate-change science, along with special reports and technical papers on request.”

⁷⁹ Tradução livre de: “The Convention places the heaviest burden for fighting climate change on industrialized nations, since they are the source of most past and current greenhouse gas emissions.”

⁸⁰ Além do IPCC, a UNFCCC indica o GEF (Global Environment Facility) como instituição parceira, “que existe desde 1991 para financiar projetos em países em desenvolvimento que serão beneficiados ambientais globais. O trabalho de canalização de subsídios e empréstimos aos países pobres para ajudá-los a enfrentar a mudança climática, como solicitado pela Convenção, foi delegada ao GEF por causa de sua reconhecida experiência”. Tradução livre de: “which has existed since 1991 to fund projects in developing countries that will have global environmental benefits. The job of channeling grants and loans to poor countries to help them address climate change, as called for by the Convention, has been delegated to the GEF because of its established expertise.” (UNFCCC, 2012).

convenções multilaterais - de caráter fundamentalmente político – criadas, no âmbito da ONU, para se discutir e produzir acordos internacionais para se combater os problemas e riscos ambientais. Enquanto a UNFCCC passou a lidar com os problemas das mudanças climáticas⁸¹, a UNCCD (United Nations to Combat Desertification) lida com a desertificação e a CBD (Convention on Biological Diversity) com a biodiversidade.

Todas essas convenções (chamada de *Rio Conventions*⁸²) realizam aquilo que se chama de “Conferência das Partes” (COP), que são as reuniões deliberativas em que diplomatas e chefes de Estado criam (ou ao menos tentam) acordos e protocolos multilaterais. A COP também tem o poder de criar aquilo que se denomina de “corpos subsidiários” (Subsidiary Bodies)⁸³. A COP é, desse modo, nas três convenções, o corpo político supremo cuja composição se dá por todos os Estados que resolvem voluntariamente participar de alguma dessas Convenções.

A COP da UNFCCC, no caso, conta atualmente com 195 membros (partes), incluindo a União Europeia⁸⁴ e, no final deste ano, ela realizará sua 20ª edição, em Lima no Peru. Elas ocorrem uma vez ao ano, com exceção de 2001, quando houve duas edições. Cada sessão costuma durar duas semanas e é sediada voluntariamente por alguma das partes. A que mais sediou foi a Alemanha, tendo recebido três sessões da COP (a 1ª, a 5ª e a 6ª COP). A 6ª sessão ocorreu em Bonn, cidade sede do Secretariado - o *staff* burocrático (o poder administrativo) da entidade, o qual é composto por servidores públicos internacionais.

As decisões da COP têm uma relação próxima com aquilo que o IPCC produz, pois elas são tomadas à luz da “evolução do conhecimento científico e tecnológico” (UNFCCC, 1992, p.10). O IPCC estaria, então, dentro daquilo que Parkinson identifica como sendo, em

⁸¹ O objetivo maior da Convenção, segundo seu texto de criação, é a “prevenção da interferência humana perigosa para o sistema climático.” Tradução livre de: “Preventing ‘dangerous’ human interference with the climate system” (UNFCCC, 2012)

⁸² Ver <<http://rioplus.org/rio-conventions/>> Acesso em 16 de maio de 2012.

⁸³ Um corpo subsidiário é “Uma comissão que auxilia a Conferência das Partes. Dois órgãos subsidiários permanentes são criados pela Convenção: o Corpo Subsidiário de Implementação (SBI) e o Corpo Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA). Dois grandes corpos temporários que existem atualmente são o Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Compromissos Adicionais para as Partes Anexo I do Protocolo de Kyoto (AWG-KP), criado na COP 11 em Montreal, e do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Ação Cooperativa de Longo Prazo no âmbito da Convenção (AWG-LCA), criado na COP 13, em Bali. Corpos subsidiários adicionais podem ser estabelecidos, conforme necessário.” (UNFCCC, 2012). Tradução livre de: “A committee that assists the Conference of the Parties. Two permanent subsidiary bodies are created by the Convention: the Subsidiary Body for Implementation (SBI) and the Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice (SBSTA). Two major temporary bodies that exist currently are the Ad Hoc Working Group on Further Commitments for Annex I Parties under the Kyoto Protocol (AWG-KP), established at COP 11 in Montreal, and the Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention (AWG-LCA), established at COP 13 in Bali. Additional subsidiary bodies may be established as needed.”

⁸⁴ Informação disponível em “Status of Ratification of the Convention” no seguinte URL: <http://unfccc.int/essential_background/convention/status_of_ratification/items/2631.php>. Acesso em 09 de março de 2014.

relação ao sistema político, “o poder consultivo e mais limitado dos especialistas” (PARKINSON, 2006, p.24). Como afirma a própria UNFCCC:

O IPCC tem agora um papel bem definido. Ele revisa a pesquisa ao redor do mundo, emite regularmente relatórios de avaliação e compila relatórios especiais, assim como trabalhos técnicos. Seus resultados refletem o consenso científico global e são apolíticos por natureza, fornecendo um contraponto crucial para o debate político frequentemente acirrado acerca de como responder às mudanças climáticas. (UNFCCC, 2012)⁸⁵.

Nesse caso, é preciso voltar a insistir no papel estruturante e, ao mesmo tempo, limitado do conhecimento promovido e traduzido pelo IPCC. Ele é estruturante, pois seus insumos convergem na identificação do problema, sem o qual não haveria sequer a percepção de algo que merecesse a atenção e a discussão da quase totalidade dos países existentes no planeta. É justamente em torno do consenso da existência de um problema real e que merece ação regulatória, em âmbito global, que foi possível criar a UNFCCC, a qual, como as outras organizações da ONU, é “simplesmente uma agregação de povos governados por um consenso mínimo e redundante” (BOHMAN, 2007a, p.16)⁸⁶.

Sendo assim, o IPCC estrutura o debate produzido pelas COP's da UNFCCC, pois é a partir do diagnóstico que ele produz que são discutidas as formas mais adequadas para se produzir as soluções. Entretanto, quando essa discussão surge - a do “como reagir ao problema” - a questão passa a ser muito mais política do que científica. Mesmo quando todas as partes concordam que o ônus das medidas de mitigação e adaptação das mudanças climáticas deveriam ser distribuídas de maneira justa, “definir o que é ‘justo’ e traduzir isso em números exatos é mais fácil de ser dito do que feito.” (LEOUS, 2012)⁸⁷.

Uma vez que as soluções implicam em distribuir responsabilidades, aquilo que poderia ser consenso já não se faz auto-evidente, pois entram em questões como: quem é mais responsável pelo problema? Quem tem mais condições de produzir e implementar as soluções? Quem sofrerá mais com o problema?⁸⁸ Quem poderá, do contrário, beneficiar-se?⁸⁹

⁸⁵ Tradução livre de: “The IPCC now has a well-established role. It reviews worldwide research, issues regular assessment reports, and compiles special reports and technical papers. Its findings reflect global scientific consensus and are apolitical in character, providing a crucial counterbalance to the often highly charged political debate over how to respond to climate change.”

⁸⁶ Tradução livre de: “simply an aggregate of peoples governed by a minimal overlapping consensus.”

⁸⁷ Tradução livre de: “defining what is ‘fair’ and translating it into specific numbers is easier said than done”. Disponível em < <http://blog.usclimatenetwork.org/climate-negotiations/special-bonn-edition-hotline-5-18-12/>> Acesso em 19 de maio de 2012.

⁸⁸ Ver sobre os países de pequenas ilhas nos parágrafos posteriores.

⁸⁹ Existe a expectativa de que países frios como os escandinavos possam ter melhorias. Ver em < <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EDG79471-6010,00.html>> Acesso em 20 de maio de 2012. Há também quem diga que a caatinga brasileira vai ter mais chuva com o aquecimento: <

Mesmo aqueles que não foram responsáveis pelo problema no passado, não deveriam começar, desde já, a evitar ser um corresponsável no futuro, i.e. manter o padrão atual de baixas emissões?⁹⁰ Nessas questões, a depender de quem faz a pergunta, a resposta tende a ser sensivelmente diferente.

Não obstante essas diferenças e os diversos conflitos que se processam em torno delas, a UNFCCC, ainda assim, tem conseguido estabelecer acordos e protocolos capazes de gerar a cooperação e o assentimento da maior parcela das partes que a compõe. O exemplo mais notório, nesse sentido, foi o Protocolo de Kyoto. Este estabeleceu uma redução de emissões de Co² pelos países do Anexo I (países desenvolvidos) da UNFCCC. Esta redução visa evitar o aumento da temperatura da terra em 2° C, pois esse seria o “o aumento máximo que nós podemos suportar caso queiramos uma chance de 50% de se evitar os piores efeitos das mudanças climáticas” (UNFCCC, 2012)⁹¹.

Para isso, o protocolo de Kyoto estabeleceu a cooperação por parte dos países não pertencentes ao Anexo I, entre eles os países em desenvolvimento (Brasil, China, Índia, por exemplo) e os menos desenvolvidos (Haiti e Afeganistão, por exemplo⁹²). Esses países, assim como os desenvolvidos, formam, no âmbito da UNFCCC, “alianças para aumentar a eficiência e maximizar a influência durante as negociações.” (UNFCCC, 2011)⁹³.

No caso do Brasil, ele costuma participar do Grupo dos 77⁹⁴, o qual reúne países em desenvolvimento e a China. Já os EUA costumam aderir às posições do “Umbrella Group”, o qual reúne países desenvolvidos fora da UE que tendem a ter uma posição mais relutante nas negociações, tentando, assim, conquistar compromissos mais decisivos dos países em desenvolvimento. Já o grupo mais combativo e pró-ativo é o dos países insulares (AOSIS),

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI91485-15224,00-O+AQUECIMENTO+GLOBAL+VAI+SER+BOM.html>> Acesso em 20 de maio de 2012.

⁹⁰ “A Convenção leva isso em consideração ao aceitar que a parcela de emissões de gases de efeito estufa produzidos pelas nações em desenvolvimento vão crescer nos próximos anos. No entanto, no interesse de cumprir o seu objetivo final, procura ajudar tais países a limitar as emissões de uma forma que não venha a prejudicar o seu progresso econômico. Ou seja, uma solução vantajosa para todos.” (UNFCCC, 2012). Tradução livre de: “The Convention takes this into consideration by accepting that the share of greenhouse gas emissions produced by developing nations will grow in the coming years. Nonetheless, in the interests of fulfilling its ultimate goal, it seeks to help such countries limit emissions in ways that will not hinder their economic progress. One such win-win solution.”

⁹¹ Tradução livre de: “the highest rise we can afford if we want a 50% chance of avoiding the worst effects of climate change.”

⁹² Ver em

<http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2011/LDC_Fact_Sheet.pdf> Acesso em 19 de maio de 2012.

⁹³ Tradução livre de: “alliances to increase efficiency and maximize influence during negotiations.” Ver também: <http://unfccc.int/parties_and_observers/parties/negotiating_groups/items/2714.php> Acesso em 19 de maio de 2012.

⁹⁴ Ver em: <<http://www.g77.org/>> Acesso em 19 de maio de 2012.

muitos dos quais estão ameaçados de desaparecer devido ao aumento do nível dos oceanos⁹⁵. Esse grupo foi inclusive um dos principais responsáveis pela elaboração do Protocolo de Kyoto e para o estabelecimento de metas obrigatórias para os países desenvolvidos na redução de emissões dos gases que potencializam o efeito estufa. Essas metas de redução de emissões, no primeiro período do protocolo, ficou restrito aos países do Anexo I tendo em vista que:

A ideia é que, como eles são as principais fontes de emissões dos gases do efeito estufa - tanto historicamente como atualmente - os países industrializados devem fazer o máximo para reduzir as emissões em seu território. Eles são chamados de países do Anexo I e pertencem à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (UNFCCC, 2012)⁹⁶.

Apesar disso, nem todas as partes ratificaram o primeiro período do protocolo. Houve 192 ratificações, mas com a ausência do maior emissor (os EUA) até a data de entrada em vigor do protocolo, no ano de 2005. Como seu primeiro período expirou em 2012, o esforço das últimas sessões da COPs foram em estabelecer um segundo período do Protocolo e um novo acordo que pudesse envolver os EUA e as demais partes que não o ratificaram.

3.2.1 Em prol de um novo acordo: a COP-15

Em 2009, as expectativas de um novo acordo atingiram seu pico na COP-15. A partir dela, também houve, no Brasil⁹⁷ e no mundo, um pico de cobertura em torno das mudanças climáticas (ver figura 3). Esse pico de atenção pública concentrada estava em torno de uma Conferência que tinha a missão de fechar um acordo que fosse extensivo e desse continuidade ao Mapa de Bali produzido na COP-13. Esse mapa havia se constituído como “um processo abrangente que possibilitasse a implementação de uma ação cooperativa de longo prazo da Convenção de maneira plena, efetiva e sustentada agora, até e para além de 2012 com fins de se alcançar um acordo” (UNFCCC, 2012)⁹⁸.

No entanto, o Acordo de Copenhague ficou bastante aquém das expectativas produzidas pelo Mapa de Bali, de tal modo que – como poderemos ver nos capítulos finais –

⁹⁵ Ver em: <<http://aosis.info/>> Acesso em 19 de maio de 12.

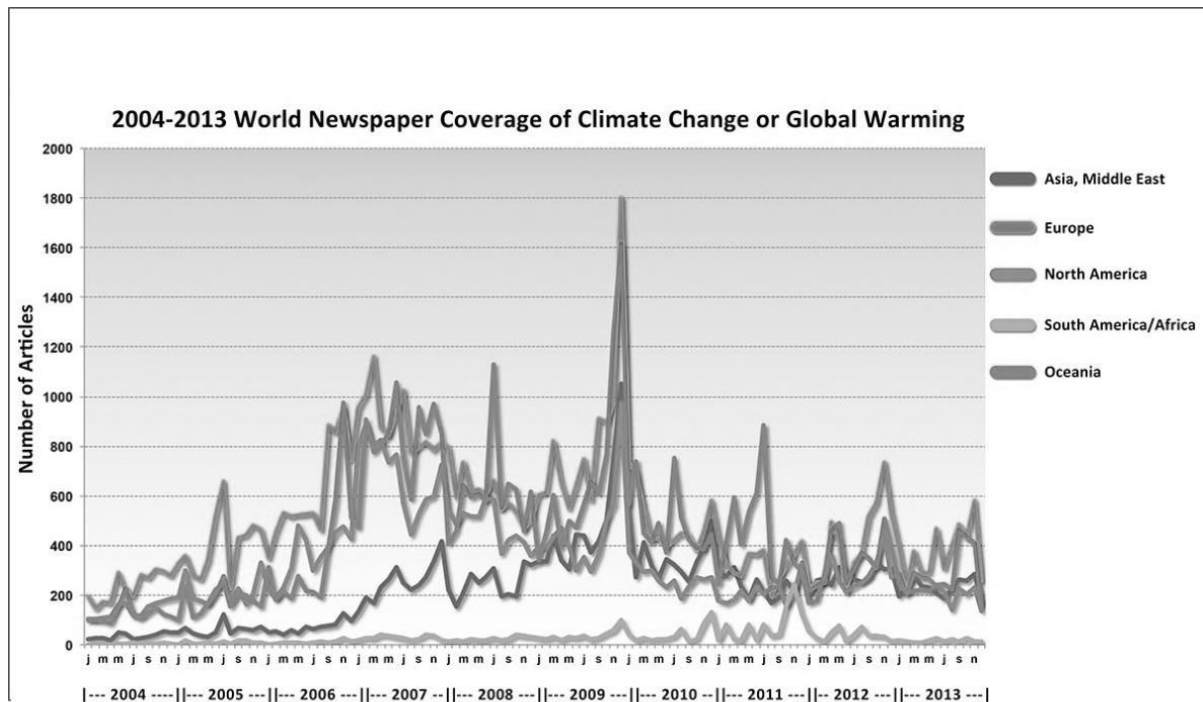
⁹⁶ Tradução livre de: “The idea is that, as they are the source of most past and current greenhouse gas emissions, industrialized countries are expected to do the most to cut emissions on home ground. They are called Annex I countries and belong to the Organization for Economic Cooperation and Development.”

⁹⁷ Não é possível deduzir isso da figura 3, a qual é mais confiável para mostrar a tendência global de visibilidade sobre as mudanças climáticas. No caso do Brasil, esse pico foi constatado pela coleta feita pelo Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública. Essa coleta compreende o período a partir da COP 6 para a FSP, o Globo e o Jornal Estado de Minas. De acordo com os dados coletados, a COP-15 foi a que teve o maior nível de cobertura.

⁹⁸ Tradução livre de: “a comprehensive process to enable the full, effective and sustained implementation of the Convention through long-term cooperative action, now, up to and beyond 2012, in order to reach an agreed outcome.”

foi considerado por muitos, inclusive pela cobertura mediática analisada, um fracasso político desastroso.

Figura 3 – Cobertura mundial dos jornais sobre mudanças climáticas ou aquecimento global (2004-2013)



Fonte: © 2013 Boykoff, Maxwell T., and Nacu-Schmidt, Ami, Cooperative Institute for Research in Environmental Sciences (CIRES), Center for Science and Technology Policy Research (CSTPR), University of Colorado

Nesse caso, o texto do acordo foi fechado no último dia da Convenção (contando com a adesão do Brasil). As discussões foram marcadas pela contestação de vários países com relação aos procedimentos realizados pelo Secretariado. Lideraram essas contestações países como Cuba, Bolívia, Venezuela, China e Sudão. Segundo tais países, alguns dos procedimentos estariam incompatíveis com a forma consensual de produção de decisão que funda a UNFCCC. Eles tinham razão. Paradoxalmente essa demanda democraticamente legítima foi encampada por vários países não democráticos.

Com a oposição desses países, o Secretariado se restringiu, então, a “tomar nota” do acordo produzido pelos que resolveram adotar o texto. Esse texto, todavia, previu que novas adesões poderiam ser feitas em outro momento e de maneira não vinculante, respeitada a condição de que as partes comunicassem metas claras de redução de emissões. Além disso, o acordo “gerou o compromisso por parte dos países desenvolvidos de financiamento imediato

(em 2010-2012) de 30 bilhões de dólares para a mitigação e adaptação dos países em desenvolvimento, com prioridade aos países menos desenvolvidos.” (UNFCCC, 2012)⁹⁹.

3.2.2 Os desdobramentos do fracasso: de Cancún (COP-16) à Varsóvia (COP-19)

De maneira a responder à enorme frustração e crítica dirigida ao acordo de Copenhague, as COP's subsequentes avançaram na produção de ações comuns em favor da adaptação e da mitigação das mudanças climáticas. A COP-16 produziu os Acordos de Cancún¹⁰⁰, em que as partes “decidiram tornar oficiais as promessas de redução de emissões, o que foi o maior esforço coletivo já visto para se reduzir as emissões sob uma fiscalização mútua” (UNFCCC, 2012)¹⁰¹. Já na COP-17, realizada na África do Sul, chegou-se a “um segundo período do Protocolo de Kyoto e a um plano com prazos para se chegar a um novo compromisso, sob a Convenção, de mitigação para o período após 2020.” (ibidem)¹⁰².

As duas últimas COP's, contudo, ainda não estabeleceram formas efetivas de implementação das decisões sobre financiamento, especialmente no que se referente ao estabelecimento do *Green Climate Fund* (Fundo Verde do Clima). A previsão atual é que ele comece a operar efetivamente apenas em meados de 2014. Além disso, na COP-19, em Varsóvia, Austrália e Japão anunciaram a redução dos seus compromissos de redução de emissões¹⁰³. No último dia dessa Conferência, as ONG's e organizações da sociedade civil se retiraram, pela primeira vez, das negociações. Tratou-se de um protesto devido à falta de ambição das mesmas¹⁰⁴.

Os únicos avanços foram definições complementares acerca da extensão do PK (COP 18), a conclusão do sistema Redd+ e o estabelecimento de uma agenda para que se alcançar

⁹⁹ Tradução livre de: “committed developed countries to \$30 billion fast-start financing (in 2010-2012) for adaptation and mitigation in developing countries, with priority given to the least developed countries.”

¹⁰⁰ Também foi realizada uma revisão do “progressos realizados em direção à meta de dois graus centígrados, e uma revisão em 2015 sobre se a meta precisaria de ser revisada no futuro, incluindo a consideração de uma meta 1.5C, com base no melhor conhecimento científico disponível.” (UNFCCC, 2012). Tradução livre de: “progress made towards two-degree objective, and a review by 2015 on whether the objective needs to be strengthened in future, including the consideration of a 1.5C goal, on the basis of the best scientific knowledge available”. O objetivo de 1.5C é defendido pelo AOSIS. Ver em: < <http://www.aosis.info/documents/1.5-ToStayAlive.pdf>> Acesso em 19 de maio de 2012.

¹⁰¹ Disponível em: “decided to make their emission reduction pledges official, in what was the largest collective effort the world has ever seen to reduce emissions in a mutually accountable way”

¹⁰² Tradução livre de: “second commitment period on the Kyoto Protocol and on a pathway and deadlines to drawing up and committing to a new, post-2020 mitigation framework under the Convention.”

¹⁰³ Sobre o assunto, ver “Climate Action Network: Civil Society reacts to Japan and Australia's climate action announcements” em:

<http://unfccc4.meta-fusion.com/kongresse/cop19/templ/play.php?id_kongresssession=6925&theme=unfccc>

Acesso em 08 de março de 14.

¹⁰⁴ Ver “Green groups walk out of UN climate talks” em:

<<http://www.theguardian.com/environment/2013/nov/21/mass-walk-out-un-climate-talks-warsaw>> . Acesso em 09 de março de 2014.

um acordo abrangente e vinculante em 2015, em Paris. A COP-21 tende, portanto, a produzir um novo pico de visibilidade em torno das mudanças climáticas e da UNFCCC na expectativa desse acordo.

A produção desse tipo de acordo depende de uma miríade de questões, dissensos, formação de diferentes instituições, frentes de trabalhos e de forças políticas que seriam inviáveis de serem, neste contexto, devidamente compreendidas. Não obstante, é preciso que se tenha um pouco da ideia da complexidade institucional resultante de todos esses processos. Essa complexidade é, aliás, bastante similar e, talvez, até mais drástica do que o jargão “complexo parlamentar” indica.

Nesse sentido, diante do emaranhado burocrático que forma a UNFCCC, é fácil se perder no labirinto que seu complexo institucional apresenta. É preciso, desse modo, ter um mapa para evitar que isso ocorra, pois quem percorre um labirinto em seu plano só encontra sua saída e seu caminho mais curto pelo método da tentativa e erro. Quando previamente observado a partir um mapa, pode-se, não obstante, encontrar de antemão os passos mais eficientes a serem percorridos. Para contemplar essa complexidade, faz-se oportuno, assim, recorrer ao organograma que a UNFCCC criou de si mesma (ver figura 4)¹⁰⁵.

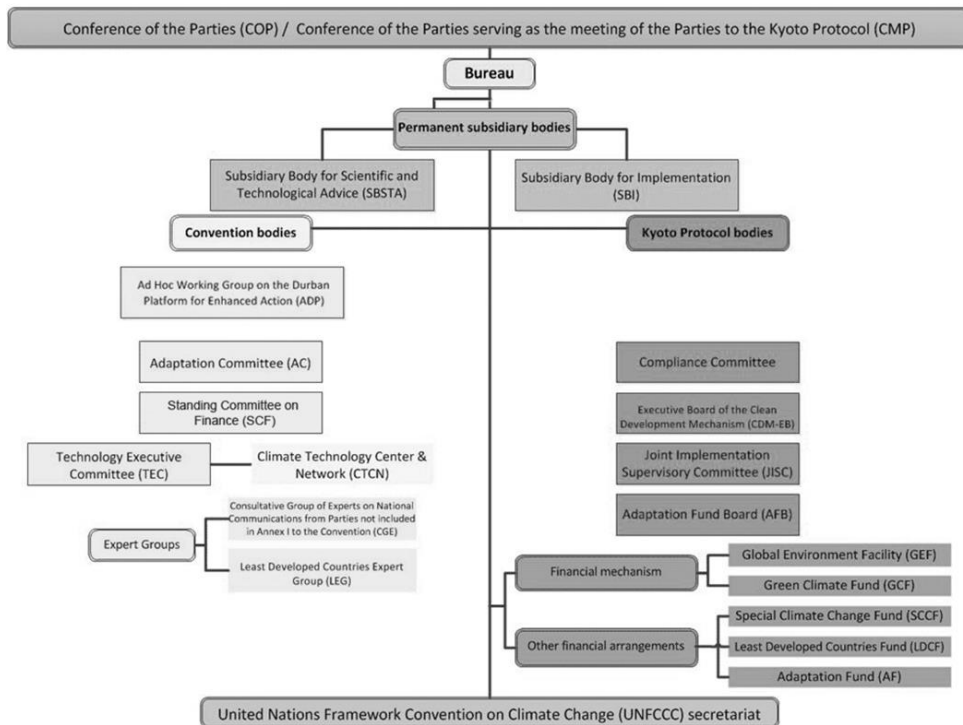
Esse organograma mostra porque a sigla COP é, muitas vezes, utilizada de maneira intercambiada à UNFCCC. Isso porque aquela é o corpo supremo da convenção e ela desdobra diversas instituições que dão prosseguimento às necessidades burocráticas produzidas pelos acordos políticos.

Logo abaixo (ver figura 4) estão os corpos subsidiários permanentes. Eles reúnem todas as partes da UNFCCC, inclusive aquelas que não ratificaram nenhum acordo dentro da Convenção. À direita está o “Subsidiary Body for Implementation” (Corpo Subsidiário de Implementação). Este visa auxiliar e revisar as decisões da COP com base em avaliações retrospectivas das decisões tomadas, assim como realiza avaliações prospectivas e à luz de

¹⁰⁵ Tradução da figura: no centro (de cima para baixo): COP = Conferência das Partes / CMP = Conferência das Partes servindo como Encontro das Partes do Protocolo de Kyoto; Bureau; Corpos Subsidiários Permanentes; Secretariado da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas). Lado esquerdo (de cima para baixo): SBSTA = Corpo Subsidiário para Consultoria Científica e Tecnológica; Corpos da Convenção; ADP = Grupo Ad Hoc de trabalho da Plataforma de Durban Referente à Ação Continuada; AC = Comitê de Adaptação; SCF = Comitê Permanente de Finanças; TEC = Comitê Tecnológico Executivo; CTCN = Centro de Rede e Tecnologia Climática; CGE = Grupo de Consultoria em Comunicação das Partes não incluídas no Anexo I da Convenção; LEG = Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos. Lado direito (de cima para baixo): SBI = Corpo Subsidiário de Implementação; Corpos do Protocolo de Kyoto; Comitê de Acompanhamento; CDM-EB = Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo; JISC = Comitê Supervisor da Implementação Conjunta; AFB = Conselho do Fundo de Adaptação; Mecanismo de financiamento: GEF = Instalações do Ambiente Global e GCF = Fundo Verde do Clima; Outros mecanismos financeiros: SCCF = Fundo Especial para Mudanças Climática; LDCF = Fundo dos Países menos Desenvolvidos e AF: Fundo de Adaptação.

novos conhecimentos produzidos (artigo 10^o da Convenção em UNFCCC, 1992). À esquerda está o SBSTA, o qual “aconselha a Conferência das Partes nas questões do clima, do meio ambiente, tecnologia e metodologia” (ibidem)¹⁰⁶. Ambos os corpos permanentes se reúnem duas vezes ao ano. Uma delas é concomitante à sessão ordinária anual da COP.

Figura 4 – Organograma da UNFCCC



Fonte: UNFCCC em <<http://unfccc.int/bodies/items/6241.php>> Acesso em 04 de jan. de 2014

Nas sessões das COP's, além dos chefes de Estado e diplomatas, há a participação também de atores da sociedade civil, do empresariado e de diversas organizações científicas. Elas participam na condição de observadoras e consultoras dos processos deliberativos, não possuindo a prerrogativa de participar das negociações nem de exercer poder decisório. Aqui novamente se pode aplicar a análise de Habermas de que a ausência de procedimentos para a legitimação democrática “na governança internacional pode dificilmente ser compensada pelas frágeis formas de participação por parte das organizações globais da sociedade civil” (2005, p.387)¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Tradução livre de: “counsels the Conference of the Parties on matters of climate, the environment, technology, and method.”

¹⁰⁷ Tradução livre de: “in international governance can so far hardly be compensated by weak forms of participation from the side of globally operating Civil Society Organizations.”

Essa compensação é fraca, pois, no quadro da governança global, não há um sistema suficientemente desenvolvido em que os representantes sejam constrangidos a agir conforme o princípio de publicidade. Os controles e contrapoderes disponibilizados à cidadania estariam, no entanto, muito incipientes na promoção desse tipo de constrangimento. Diante de tais déficits, a mediação jornalística acaba surgindo como um dos principais mecanismos pelos quais a cidadania pode exercer alguma pressão discursiva e moral sobre seus representantes quando estes estão envolvidos em processos de governança global.

A importância da mediação jornalística fica evidente quando se busca instituições capazes de suprir a informação e o debate público necessários para que uma transnacionalização de temas e questões globais ocorra de modo a fazer com que as instituições de governança global atendam postulados democráticos básicos (Peters e Wessler, 2006). A esse respeito, os autores destacam que “informação e debate público sobre tais questões são necessários para que processos democráticos com influência e com prestação de contas se tornem possíveis” (p.133)¹⁰⁸.

A centralidade da mediação jornalística discutida nos primeiros capítulos fica aqui evidente, pois ela dá conta justamente de prover esse tipo de informação e debate. Desse modo, a mediação jornalística acaba por se mostrar, nos termos da teoria democrática deliberativa, como um procedimento indispensável para a legitimação democrática de processos de governança global. Isso se torna flagrante quando se observa que a transparência oficial das organizações da ONU dificilmente conseguem ser apropriada pela cidadania sem a mediação jornalística. Para demonstrar como esse argumento se evidencia na experiência prática da UNFCCC, segue-se a próxima seção deste trabalho.

3.3 A transparência oficial da UNFCCC

Nos primeiros capítulos deste trabalho, observou-se que o problema da legitimidade das decisões políticas, segundo o modelo deliberativo de democracia (Habermas, 1997a e 1997b), pode ser considerado, em grande medida, como um problema de comunicação. Se essa proposição pode ser considerada válida no caso das democracias modernas (baseada no estado de direito), ficou claro que ela se torna ainda mais aguda no caso de uma governança transnacional. Desse modo, há problemas de ordem comunicativa que precisam ser superados para que se garanta o direito dos cidadãos em monitorar a governança transnacional.

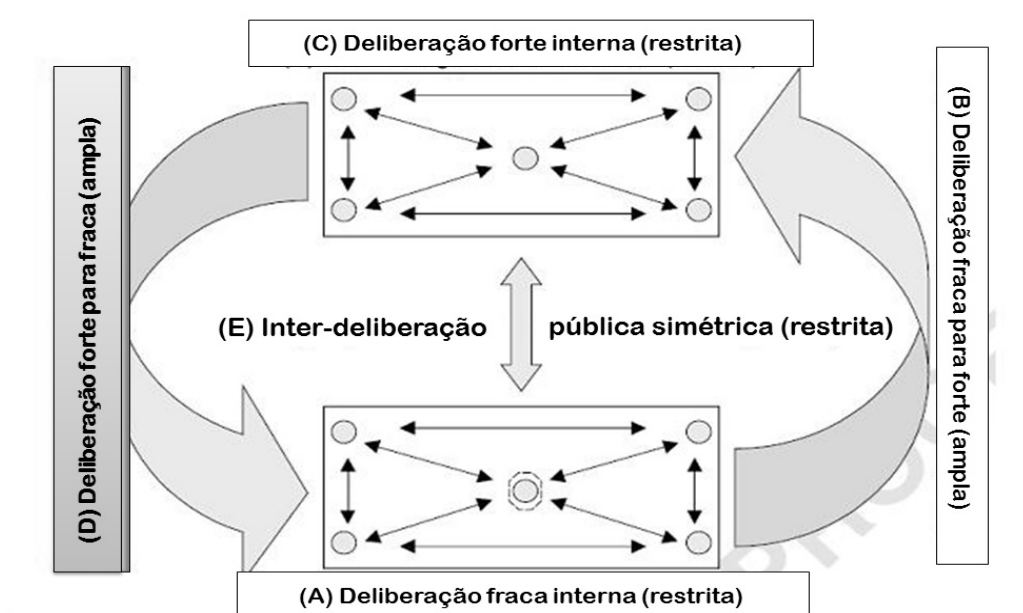
¹⁰⁸ Tradução livre de: “Eine öffentliche Information und Diskussion über solche internationalen Angelegenheiten ist notwendig, um demokratisch Einflussnahmen und Rechenschaftspflichten zu ermöglichen.”

Dentre esses problemas, destaca-se o baixo nível de desenvolvimento da transparência oficial das organizações ligadas a esse tipo de governança. Como visto no 2º capítulo, esse tipo de transparência faz parte do sistema informativo ampliado, constituindo-se, assim, como condição estruturante da interação de duas vias entre sociedade civil e sistema político prevista pelos modelos deliberativos de democracia. Sem esse tipo de transparência, a consequência imediata é um ofuscamento da parte “D” do fluxograma elaborado por Neblo (2005, p.10) para se descrever o sistema deliberativo (ver figura 5). Além disso, a transparência oficial tem um papel de relevância no ciclo comunicacional descrito no 2º capítulo, pois ela oferece o tipo de informação que os *media* massivos geralmente não conseguem oferecer, ou seja, informação detalhada e abrangente das inúmeras fases, discussões e processos que envolvem o processo de tomada de decisão política.

Ao se observar o caso da UNFCCC, é possível notar que, apesar da inexistência de um sistema de transparência oficial amplamente desenvolvido ligado a essa instituição, existem alguns canais de comunicação que poderiam ser considerados como elementos embrionários desse sistema. Esse parece ser o caso do sítio *online* da UNFCCC (<http://unfccc.int>). Isso porque ele torna publicamente acessível as sessões realizadas pela organização e por seus corpos subsidiários (a COP, SBSTA, SBI etc). Através desse sítio, é possível, assim, assistir aos encontros dessas sessões na íntegra, ao vivo ou “on demand”:

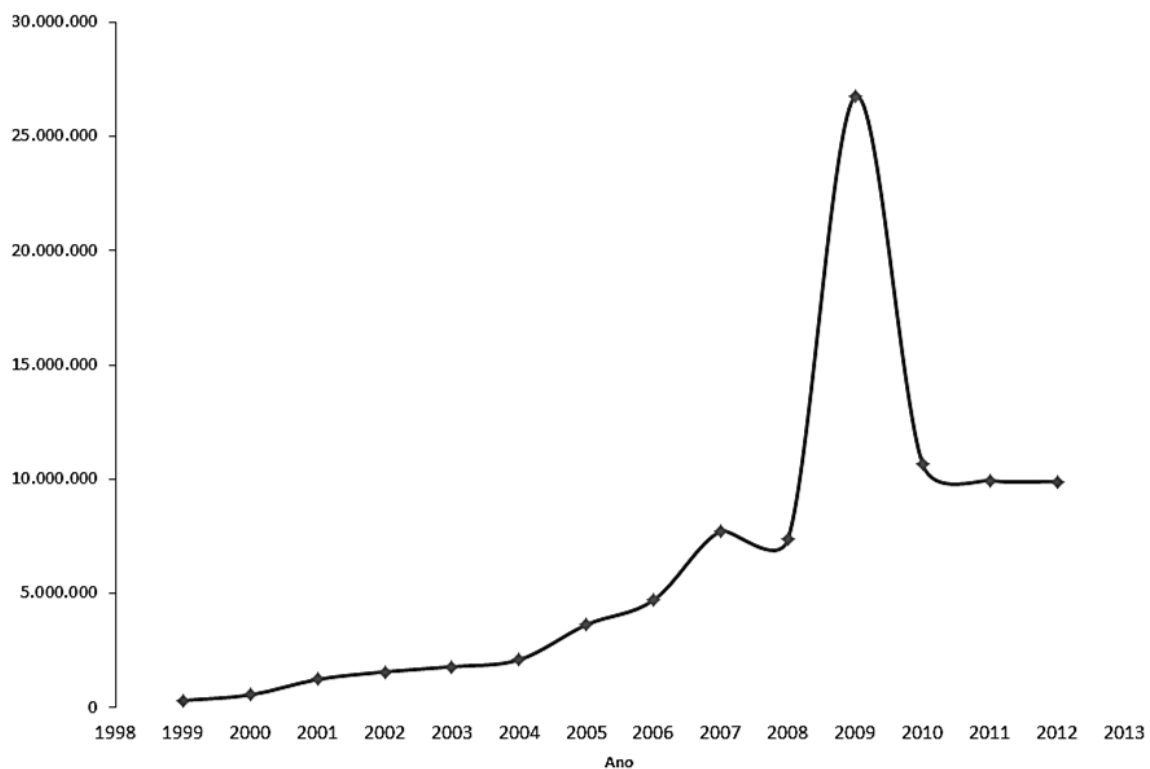
<<http://unfccc.int/press/multimedia/webcasts/items/5857.php>>.

Figura 5 – Fluxograma do sistema deliberativo



Ao se analisar os dados de acesso a esse sítio *online*, é possível perceber que o tipo de informação aí disponível parece atrair a atenção dos usuários de modo coerente ao processo descrito no segundo capítulo deste trabalho referente ao ciclo comunicacional em três estágios. Conforme neste aludido, o sistema mediático produz uma mediação preliminar da complexidade social e o faz tornando a agenda pública inteligível para a sociedade. Ao se dar conta dessa agenda, as audiências, especialmente os líderes de opinião e os interessados em informação política, tendem, então, a acessar o sistema informativo ampliado de modo a atravessar a ponte cognitiva indiciária dessa mediação preliminar. Essa travessia se realiza quando as audiências se informam mais extensivamente por meio do sistema informativo ampliado e de seu subsector em questão, i.e. a transparência oficial.

Figura 6 – Volume de visitas ao sítio *online* da UNFCCC



Fonte: UNFCCC em <http://unfccc.int/home/items/3358.php> Acesso em 04 de dezembro de 2013

Quando se observa os dados da figura 6 com aqueles da figura 3, pode-se perceber a consistência empírica desse raciocínio. Enquanto a figura 3 mostra o pico de visibilidade mediático em torno das mudanças climáticas, a figura 6 identifica o pico de acessos do *site* da UNFCCC. Ambos os picos convergem no mesmo ponto, o qual abrange o período de

realização da COP-15 (dezembro de 2009). Isso significa que o pico de acesso a um dos principais canais de transparência oficial da UNFCCC converge exatamente com o pico de visibilidade que os *media* conferiram às mudanças climáticas.

Como já sugerido no capítulo anterior, isso não significa *necessariamente* que os *media* agendaram as audiências, fazendo com que elas se interessassem sobre as negociações do clima e, assim, acessassem o sítio *online* da UNFCCC. O elemento mais elucidativo desses dados é servir de indício de como a agenda pública se constitui por um processo ativo e interacional entre as audiências e os profissionais dos *media* de modo a envolver um terceiro elemento comumente esquecido em diversos estudos correntes: o sistema informativo ampliado.

Dentro, então, do ciclo comunicacional de que esse sistema faz parte, o *website* da UNFCCC poderia ser considerado como um importante mecanismo no sentido de garantir o direito dos cidadãos de monitorar seus representantes que estão envolvidos em processos de governança global. Ele poderia, ademais, ser considerado como parte do processo em que as “instituições do poder político estão usando as ICTs, especificamente a internet, de modo a se tornarem mais transparentes” (COLEMAN, 2000, p.70)¹⁰⁹. Um uso que, segundo o autor, faria com que os “cidadãos interessados em estabelecer canais de comunicação com o governo se vejam agora capazes de alcançar tais canais através da internet, de modo a encontrar aí uma maior participação e uma publicidade *não mediada* [*unmediated*] que até então não estava disponível” (COLEMAN, 2000, p.71, grifo nosso)¹¹⁰.

O *site* da UNFCCC, em alguns aspectos, parece dar suporte a esse apontamento de Coleman. Nesse sentido, o sítio da organização estabelece para si a função de “promover e dar suporte à educação, à tomada de consciência pública relacionada às mudanças climáticas, assim como encorajar uma participação mais ampla nesse processo, incluindo aquela das organizações não governamentais.” (UNFCCC, 1992, p.06)¹¹¹. A justificativa apresentada pela UNFCCC vai ao encontro de tentar solucionar os problemas relacionados às barreiras cognitivas que a linguagem técnica e a complexidade dessa instituição proporcionam aos que não estão acostumados com ela:

¹⁰⁹ Tradução livre de: “institutions of political power are using ICTs, specifically the Internet, as a means of becoming more publicly transparent.”

¹¹⁰ Tradução livre de: “citizens with an interest in opening up interactive links with government are now able to do so, via the Internet, in ways that can achieve greater public participation and *unmediated* publicity than were available hitherto.”

¹¹¹ Tradução livre de: “promote and cooperate in education, training and public awareness related to climate change and encourage the widest participation in this process, including that of non-governmental organizations.”

[A COP] É um processo de múltiplas dimensões que foi criada para resolver um problema altamente complexo. Cada um de nós da Secretaria fomos um "novato" com relação ao regime institucional das mudanças climáticas e entendemos que as suas primeiras sessões como representantes de seus governos, organizações e grupos podem ser intimidantes. Desse modo, reunimos os documentos essenciais para suas primeiras sessões. Documentos que irão ajudá-lo a acompanhar o processo e a rapidamente compreendê-lo. (UNFCCC, 2012)¹¹².

Contudo, seria precipitado deduzir que as formulações de Coleman mais otimistas em torno de uma “publicidade não mediada” se aplicam plenamente ao caso da comunicação institucional da UNFCCC. Isso porque, mesmo rico de informações pedagógicas para uma iniciação rápida, seu *website* é, em sua maior parte, transmitido em inglês. Isso faz com que a maioria dos cidadãos brasileiros e de outros países se vejam incapazes de decodificar adequadamente o que é proferido pelos seus representantes nas sessões da COP. Além disso, até para aqueles fluentes na língua, é exigido um alto esforço cognitivo quando se deseja acessar diretamente aquelas partes em que os representantes falam. Esse esforço é ainda maior quando se pretende evitar toda a linguagem diplomática e especializada que fazem parte da dinâmica discursiva das sessões da UNFCCC. Não bastasse, as declarações dos representantes, muitas vezes, exigem da cidadã e do cidadão o compartilhamento de certos pressupostos para que o que está sendo dito pelos representantes possa ser compreendido. Esses pressupostos, por sua vez, dizem respeito a questões científicas e a procedimentos institucionais (*background knowledge*).

Percebe-se, portanto, que, no caso das negociações climáticas, a diferenciação sistêmica, sob os pressupostos da teoria luhmanniana (vista no primeiro capítulo), encontra aqui plausibilidade diante do fato de a linguagem circulante nos sistemas sociais – especialmente nas esferas globais de governança – ser extremamente diferenciada da linguagem cotidiana. Essa diferenciação oferece, desse modo, o risco de tornar o processo de tomada de decisão política da UNFCCC largamente ininteligível para a maioria dos cidadãos (pessoas leigas). Isso colocaria, portanto, em xeque o princípio de inteligibilidade (Habermas, 2012a, p.31-57).

Esse risco se mostra plausível quando se observa que, no interior do processo de produção de decisão política levado a cabo pela UNFCCC, os posicionamentos políticos dos representantes – especialmente aqueles expressos por diplomatas – expressam linguagem especializada e institucional (siglas, jargões diplomáticos etc.). Essa linguagem, por sua vez,

¹¹² Tradução livre de: “[The COP] It is a multifaceted process set up to tackle a highly complex problem. Each of us at the Secretariat was a "newbie" to the climate change regime once, and we understand that your first few sessions as representatives of your governments, organizations and groups can be intimidating. So we've put together the essential documents you may want to bring with you to your first sessions, which would help you pick up quickly and follow the proceedings.”

não desaparece quando os vídeos das sessões plenárias das COP's (disponíveis o sítio online da UNFCCC) são assistidos.

Isso mostra que a mediação jornalística, nesse tipo de circunstância, pode ser considerada um elemento chave para contrabalançar o déficit de inteligibilidade gerado pela alta complexidade regulatória de regimes de governança como os da UNFCCC. Se tal papel já podia ser considerado plausível para as esferas nacionais de governança, para as globais ela parece ser um elemento indispensável para a legitimação democrática.

Isso porque, conforme aludido no capítulo anterior, as práticas jornalísticas do sistema mediático tendem, pelas suas próprias restrições internas, a traduzir a complexidade do mundo social para uma linguagem amplamente acessível. Tal tradução se mostra decisiva no caso em tela, pois a transparência oficial da UNFCCC requer do usuário um razoável nível de certo conhecimento de pano de fundo. Diante desse pré-requisito, a linguagem mais acessível e pedagógica do jornalismo pode ser um elemento essencial para iniciar o cidadão e a cidadã leiga no tipo de linguagem e pressupostos necessários a um uso eficiente do sistema informativo ampliado, incluindo aí o sítio *online* da UNFCCC.

Outra característica da mediação jornalística que pode tornar o debate organizado por essa instituição da ONU controlável pela esfera pública se refere aos valores-notícia. A partir do momento que esses valores-notícia “não funcionam exclusivamente como critérios jornalísticos, mas como critérios gerais da atenção humana” (EILDERS, 2006, p.09)¹¹³, a economia de esforços cognitivos passa a ser imediatamente plausível desde que os valores-notícia passem a selecionar os mesmos conteúdos que os receptores selecionariam caso tivessem tempo disponível para separar o conteúdo relevante do irrelevante. Como a maioria dos cidadãos não possui tal privilégio, a mediação jornalística pode oferecer, então, um “serviço deliberativo” através do estabelecimento de um controle público difuso sobre os longos e exaustivos debates promovidos pela UNFCCC

O papel da mediação jornalística na legitimação dos processos de decisão da COP-15, não obstante, ultrapassa as demandas normativas ligadas ao princípio de inteligibilidade da esfera pública. Nesse caso, é oportuno considerar a contribuição que o sistema dos *media* historicamente tem proporcionado à democracia por meio da expansão da visibilidade pública do campo político (Gomes, 2004; Thompson, 2000). Essa contribuição se refere à conhecida função de cão de guarda desempenhada pelo jornalismo investigativo, o qual recorrentemente descortina os bastidores da política para o público.

¹¹³ Tradução livre de: “do not only serve as exclusively journalistic criteria, but as general human selection criteria”

Como apontado no capítulo anterior, a contribuição em tela é frequentemente ignorada pela maioria dos deliberacionistas, o que, por sua vez, parece-nos problemático, haja vista que tal desvelamento pode ajudar a *garantir e a ampliar o princípio de publicidade* por meio da exposição da corrupção e daqueles acordos processados fora das arenas formais de deliberação (ver Habermas, 1991 [1962], p.196-200). Além disso, essa contribuição pode ajudar a fazer com que os imperativos sistêmicos não solapem o escrutínio público. Assim, o desvelamento dos bastidores da política institucional da UNFCCC ajudaria a manter seus agentes à disposição de serem controlados, fiscalizados e criticados pela esfera de discussão pública.

Se é plausível, então, supor que a mediação jornalística possa ter desempenhado contribuições relevantes para o processo de legitimação da COP-15 tendo em vista os princípios de inteligibilidade e publicidade, as expectativas parecem menos otimistas quando levamos em conta o princípio de verdade. A esse respeito, é oportuno frisar que tal princípio é indispensável para se manter a consistência e a validade da perspectiva aqui defendida de que a mediação jornalística deteria um valor epistêmico para a legitimação democrática.

Essa consistência, no entanto, vê-se ameaçada quando retomamos o diagnóstico predominante na teoria deliberacionista sobre o papel dos *media* no sistema deliberativo. Conforme explorado no capítulo anterior, o diagnóstico em questão é de que esta mediação faria dos *media* um dos principais “agentes de distorção” da esfera pública (Dryzek & Niemeyer, 2008, p.490), o que, nesse caso, confirmaria todo um conjunto de pesquisas que atesta que “o poder dos *media* em conformar a discussão política possui um forte impacto negativo sobre a potencialidade epistêmica da deliberação” (BOHMAN, 2007b, p.348)¹¹⁴.

Quando confrontamos tal diagnóstico com o que aconteceu, durante certo tempo, na cobertura sobre as mudanças climáticas na Noruega e nos EUA (ver seção anterior deste capítulo), chega-se à avaliação de que os *media* reportaram, em tais coberturas, a discussão do campo científico de maneira imprecisa e distorcida, prejudicando, portanto, a discussão pública em torno do tema. Uma vez que isso pode ter acontecido também com as declarações produzidas pelos representantes no âmbito das sessões da COP-15, mostra-se plausível supor que a mediação produzida pelo jornalismo tenha conduzido a uma distorção das declarações que os representantes proferiram nas sessões da COP em questão.

Por outro lado, também se argumentou, no 2º capítulo, que a abordagem predominante na teoria deliberacionista tende a superestimar o peso da distorção perpetrada pelos *media*.

¹¹⁴ Tradução livre de: “the power of the media to shape political discussion and alternatives has a strong negative impact on the epistemic potential for deliberation.”

Tal peso estaria superestimado, pois essa distorção é frequentemente explicada a partir das características mesmas (inerentes) da mediação jornalística, tais como os valores-notícia e a dramatização. Isso parece problemático, pois, ao adotarmos uma perspectiva interacional e sistêmica sobre a mediação jornalísticas, pudemos identificar que essas mesmas características podem contribuir para a consistência do sistema deliberativo.

De modo, então, a encaminhar uma análise da cobertura da COP-15 capaz de confrontar essas expectativas divergentes, propõe-se uma abordagem multidimensional da mediação jornalística aí implicada. Esse tipo de análise pode ser obtido por meio de perguntas de pesquisa que tomem como ponto de referência as cinco atribuições da mediação jornalística no sistema deliberativo que foram apontadas no capítulo anterior, sendo elas: a) traduzir a linguagem especializada dos sistemas para a linguagem ordinária; b) selecionar temas e questões em acordo com os interesses cognitivos da audiência; c) dispor de produtos jornalísticos que sirvam como marcadores de credibilidade informativa mediante o provimento de informação precisa; d) fornecer insumos informativos adicionais que ajudem a contextualizar e a compreender fenômenos sociais complexos; e) monitorar ativamente e criticamente os centros de poder de modo a ampliar o escopo de visibilidade de pública dos sistemas sociais.

Essas cinco atribuições podem ser traduzidas em critérios de análise da mediação jornalística, a qual passa a ter, na circunstância específica da COP-15, as atribuições de (1) traduzir os conteúdos das negociações climáticas para a linguagem cotidiana; (2) poupar esforços cognitivos por parte da recepção; (3) preservar, no processo de seleção e de tradução, o sentido original dos atos comunicativos produzidos pelos representantes nas sessões da COP-15; (4) prover informações e interpretações adicionais necessárias para que essas declarações se tornem compreensíveis para audiências massivas e, por último, de (5) conferir visibilidade sobre as zonas de negociações que se processam fora das instâncias oficiais da COP-15 e que, desse modo, podem comprometer o princípio de “publicidade” da decisão política aí eventualmente tomada.

Propõe-se, então, a partir desses critérios de análise, perguntas de pesquisa capazes de testar e falsear as atribuições da mediação jornalística na legitimação de processos regulatórios complexos. Um teste que, por seu turno, leve em conta a diferenciação interna dessa mediação ao longo do sistema mediático. Sob esses parâmetros, para cada um dos critérios acima elencados, elaborou-se uma pergunta de pesquisa correspondente, as quais estão arroladas a seguir:

- a) De que modo a tradução da linguagem especializada para a linguagem ordinária se distribui ao longo do sistema mediático em relação à cobertura da COP-15?
- b) Como a mediação jornalística sintetiza e seleciona, ao longo do sistema informativo dos *media*, os debates e fatos gerados pela COP-15?
- c) A cobertura realizada pelos centros do sistema mediático consegue – após o processo de seleção e de tradução – evitar uma distorção sistemática dos atos comunicativos produzidos pelos representantes no âmbito das sessões da COP-15?
- d) Como a mediação jornalística distribui, ao longo do sistema informativo mediático, informações de contextualização capazes de conferir inteligibilidade às declarações feitas pelos representantes nas sessões da COP-15?
- e) De que modo o sistema mediático, ao cobrir a COP-15, exerce diferentes níveis de monitoramento ativo e crítico?

Um olhar mais geral sobre este trabalho revela que ele explora elementos da mediação jornalística que podem fazer frente aos obstáculos comunicativos encontrados pelos cidadãos quando eles tentam monitorar seus representantes em processos de governança transnacional. Desse modo, esse trabalho pergunta se a cobertura brasileira das sessões da COP-15 pode ter ajudado a superar esses obstáculos e, assim, ter assumido um papel relevante na sua legitimação. Um papel que, para isso, deveria seguir as linhas gerais que constituem as características do sistema mediático no ciclo comunicacional descrito no segundo capítulo deste trabalho. Dentre tais características, destacam-se (1) a necessidade de autonomia do sistema frente às forças do mercado e do Estado; (2) um controle interno exercido pelo campo profissional correspondente à prática mediática e (3) um controle externo exercido pelo sistema interacional sobre a mídia. Com o objetivo, então, de verificar, a partir da literatura consultada, a existência e a intensidade dessas características no contexto nacional, segue-se o próximo capítulo deste trabalho.

IV – O SISTEMA MEDIÁTICO BRASILEIRO: O QUE ESPERAR DA COBERTURA DA COP-15?

Esse capítulo está organizado em duas sessões. A primeira realiza uma análise panorâmica da trajetória do sistema mediático brasileiro em função de sua autonomia em relação a diversos setores sociais. Sob essa trajetória, são identificadas diferenciações internas a esse sistema. Tendo em vista essa diferenciação, a segunda seção propõe as hipóteses gerais de pesquisa deste trabalho.

4.1 Análise do sistema mediático brasileiro

Os diferentes perfis de sistemas mediáticos podem ser explicados pelos modos distintos com que historicamente a autonomia do sistema mediático se desenvolveu em relação aos outros subsistemas sociais. Esse é, aliás, é o princípio levado a cabo pela corrente de pesquisas em torno da noção de sistema mediático (*media systems*), a qual propõe uma “coevolução dos *media* e das instituições políticas nos contextos históricos particulares” (HALLIN & MANCINI, 2004, p.297). Com o objetivo de traçar como essa coevolução se deu no caso específico do sistema mediático brasileiro, os tópicos abaixo dessa seção examinam a interface desse sistema com diferentes setores e subsistemas da sociedade brasileira.

4.1.1 Relação com o Estado

Com vistas a elucidar o nível de autonomia do sistema mediático brasileiro com relação ao Estado, serão aqui revisitados os quatro eixos de análise propostos por Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) para se verificar o peso e papel do Estado na configuração do sistema mediático a partir de uma abordagem comparativa. Os eixos de análise em questão são, a saber, (a) da existência e intensidade com que o Estado exerce censura ou coação política sobre o sistema mediático; (b) da extensão com que este sistema depende de subsídios estatais; (c) do papel do Estado como proprietário de meios de comunicação e, por último, (d) do nível de regulação exercida sobre os *media* em nome do interesse público.

(a) o Estado no exercício da censura ou coação sobre o sistema mediático

A existência da censura pelo Estado ou da autocensura fez parte da História da imprensa brasileira desde seu surgimento e seu último pico ocorreu no período autoritário (1964-1985). Com a redemocratização do país, essas práticas passaram, então, por franco declínio e atualmente é possível afirmar que a imprensa nacional opera com alto grau

deliberdade (Albuquerque, 2011, Azevedo, 2006, Pieranti, 2006). Tal liberdade foi assegurada pela Constituição de 1988, a qual dedicou a seu Capítulo V do Título VIII o tema da comunicação social. O artigo 220, nesse contexto, veda a prática da censura prévia, assim como a exigência de licença para o funcionamento da imprensa (Brasil, 1988).

O declínio da censura prévia como prática regular e oficial, por outro lado, não extinguiu outras formas de coação do Estado sobre o sistema mediático. A herança mais relevante do período autoritário, nesse sentido, trata-se da forma com que as concessões de rádio e TV foram e são realizadas. A forma em questão se dá pela utilização dessas concessões como moeda de troca por apoio político ou outros ativos. Essa prática seria típica, segundo Hallin & Papathanassopoulos (2002), não apenas da imprensa brasileira, mas da mídia latino-americana como um todo. Trata-se, portanto, do exercício sistemático do clientelismo como forma de instrumentalizar propriedades privadas de comunicação em benefício de agentes estatais ou mesmo de grupos que acabam por agir concomitantemente em ambos os setores como forma a acumular diversos tipos de capitais (econômico e político).

Essa prática foi particularmente fértil no período inicial da redemocratização, o qual teve em figuras como Antônio Carlos Magalhães e José Sarney operadores de grande eficiência desse tipo de instrumentalização (Pieranti, 2007, p.107). Trata-se, desse modo, de uma prática de perpetuação de relações que ameaçam a autonomia do sistema mediático, pois “na impossibilidade de censurar ou perseguir, o Estado controla as concessões de direitos de emissão e os tem distribuído, em geral, segundo as conveniências de quem governa.” (GOMES, 2004, p.177).

Ao perpetrar tal conveniência, parlamentares que ajudaram a sustentar governos assumiram, ainda que por meio de “laranjas”, eles próprios concessões. Além deles, grandes empresários da comunicação, especialmente aqueles “amigos” do poder, também foram beneficiados e, como resultado, “saíram favorecidas as grandes redes, que viram aumentar o número de emissoras afiliadas e o grau de cobertura de sua programação.” (PIERANTI, 2006, p.108). Nesse intrincado jogo de interesses é possível observar, portanto, a existência de uma “sobreposição de interesses econômicos privados sustentados por agentes do campo Político.” (MIOLA, 2012, p.157).

(b) da extensão com que o sistema mediático depende de subsídios estatais

Outra forma de atuação do Estado que *possivelmente* pode comprometer a autonomia do sistema mediático é a dependência deste de recursos financeiros fornecidos pela fazenda pública, especialmente na forma de subsídios. No entanto, a simples existência de subsídios não está necessariamente atrelada à perda de autonomia do sistema mediático frente ao Estado. Como demonstra a pesquisa de Benson (2010), a imprensa francesa é muito mais dependente de subsídios estatais do que a estadunidense e, ao mesmo tempo, coloca-se, em certas circunstâncias, de forma até mais crítica com relação aos atores governamentais e estatais do que imprensa norte-americana.

O caso brasileiro, por sua vez, assemelha-se muito mais aos vizinhos do norte do que aos europeus quando o assunto é subsídio estatal (Albuquerque, 2011, Azevedo, 2006). Isso porque não existe na legislação brasileira dispositivos equivalentes ao da França prevendo que empresas privadas de comunicação possam receber subsídios sob a justificativa de se garantir a igualdade e a pluralidade política na esfera pública (ver Benson, 2010).

Isso não quer dizer, no entanto, que o Estado brasileiro deixe de ter instrumentos de, através da fazenda pública, cercar a ação do sistema mediático. Ainda que de modo indireto existe, pelo menos, duas formas de uso da capacidade econômica do Estado para tais fins. A primeira consiste no direcionamento e na escolha de quais atores serão beneficiados no investimento para infraestrutura em telecomunicação e afins. A outra consiste na capacidade do Estado atuar como anunciante e escolher aqueles veículos de comunicação de acordo com sua conveniência.

Entre essas formas, a historicamente mais relevante foi a primeira. Isso porque o Estado teve um papel decisivo na produção de investimentos em infraestrutura que possibilitaram a instalação da televisão em território nacional (Albuquerque, 2011, p.80). Um investimento que, no caso, favoreceu de sobremaneira a família Marinho durante o período autoritário, uma vez que:

A política de integração nacional através das comunicações defendida pelos governos militares encontrou na TV Globo uma grande parceira. A emissora logo teria afiliadas em outros Estados do país, formando uma rede com o aumento de concessões a empresas de radiodifusão outorgadas pelo governo federal. (PIERANTI, 2006, p.106)

A segunda forma de influência, por sua vez, é operacionalizada pela capacidade do Estado direcionar seus gastos com publicidade oficial a agentes do campo mediático de sua preferência. No entanto, essa capacidade é muito limitada no Brasil desde a redemocratização

do país devido tanto a restrições na legislação (a qual impõe critérios e formas públicas de direcionamento desse gasto) como pelo volume do que é regularmente despendido em tais fins. Isso significa que o próprio volume de gastos do Estado com publicidade oficial não é muito significativo quando se leva em conta a receita das grandes empresas de comunicação de massa.

Se tomáramos novamente o exemplo das organizações Globo, isso fica claro. Enquanto em 2011, a empresa faturou quase 11 bilhões de reais¹¹⁵, o maior anunciante estatal (o governo federal) deverá gastar em 2014 uma quantia próxima a 270 milhões de reais¹¹⁶. Um volume que, mesmo sendo hipoteticamente direcionado apenas às organizações Globo, não seria capaz de corresponder a um décimo de seu faturamento. Isso demonstra, assim, que a capacidade de utilização do gasto em publicidade oficial por parte do Estado brasileiro é, ao menos na esfera federal, um instrumento extremamente limitado como forma de coagir a autonomia do sistema mediático.

(c) o Estado como proprietário de meios de comunicação

Como se pôde verificar, a montagem da estrutura da comunicação de massa no Brasil se desenvolveu e se concentrou em agentes privados, ainda que acompanhado de estreitas relações de tipo clientelista com o Estado. Essa concentração acabou por gerar uma realidade que vai de encontro ao que a Constituição de 1988 dispõe em seu artigo 223, i.e. a complementaridade entre os sistemas público, estatal e privado de comunicação (Brasil, 1988).

Essa contradição ocorre tendo em vista os outros dois sistemas (especialmente o público) se demonstram absolutamente raquíticos frente ao privado (Albuquerque, 2011, p.85-6; Azevedo, 2006, Miola, 2012). Por outro lado, nos últimos anos o Estado brasileiro e as políticas governamentais têm incrementado os aparatos dos outros dois sistemas em questão. Um incremento que estaria associado ao desenvolvimento daquilo que Sant'Anna (2005) denomina de “mídia das fontes” e que, assim, gerou a oferta de informações produzidas pelo próprio Estado sem passar pela lógica comercial das empresas privadas.

Na esteira desse movimento, destacam-se “a criação de emissoras de radiodifusão – a exemplo da NBR, TV Senado, TV Câmara e TV Justiça, em âmbito nacional” (MARQUES &

¹¹⁵ Fonte “Organizações Globo obtêm aumento de 12% na receita” em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view_ed688_organizacoes_globo_obtem_aumento_de_12_na_receita> Acesso em 05 de fevereiro de 2014.

¹¹⁶ Fonte: “Orçamento para publicidade institucional cresce 33,8% em ano eleitoral” em: <<http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/7673#sthash.ttXXKpIR.dpuf>> Acesso em 05 de fevereiro de 2014.

MIOLA, 2010, p.17). Se a criação desses canais fortaleceu o sistema estatal, foi a criação da Empresa Brasil de Comunicação (a EBC) em 2007 que sinalizou, pela primeira vez, uma política da União mais ousada em favor de um sistema público de comunicação social (ver Miola, 2012). No entanto, como mapeia o trabalho referenciado, muitas críticas emergiram durante o processo de criação e implementação da EBC. Isso porque tal processo apresentou diversas características que afastam a empresa daquilo que se concebe como comunicação pública por excelência, i.e. autonomia de gestão e operação em relação ao Estado e ao governo.

(d) do nível de regulação exercida sobre os media em nome do interesse público

A simples existência de regulação dos mercados e imposição de regras pelas quais as empresas de comunicação devem operar não pode ser considerada como algo necessariamente comprometedor ou indutor da autonomia do sistema mediático. Isso porque é preciso considerar a natureza, o conteúdo, assim com os efeitos das práticas de regulação numa escala sistêmica.

Com relação a esta escala, a regulação dos meios de comunicação no Brasil é considerado extremamente baixa, dado que ele seria ainda menor do que o estadunidense, já bastante liberal em comparação à realidade da Europa continental (Albuquerque, 2011, p.86, Azevedo, 2006). No entanto, isso não significa que a legislação brasileira careça completamente de diretrizes regulatórias. O déficit de regulação se dá, na verdade, pela inoperância do Estado e da sociedade em traduzir a legislação em regras mais específicas e, por fim, em política pública efetiva. Como explicita Edna Miola:

Há restrições à propriedade cruzada de meios e à concessão de emissoras a políticos; criação das emissoras educativas; ênfase no interesse público nas atividades de radiodifusão, mas os dispositivos regulatórios são tão vagos que, na prática, tornaram-se inócuos. (MIOLA, 2012, p.140-141)

Esse caráter vago, assim com o respectivo déficit regulatório da comunicação foi, por outro lado, aliviado em algumas áreas. A regulação mais relevante nesse sentido foi expressa pelas leis que restringem a propaganda política paga, assim como a produção de reserva de espaço gratuito para os partidos de acordo com a cota deles na Câmara dos Deputados. (Albuquerque, 2011, Azevedo, 2006). Ademais a legislação eleitoral foi incrementada de modo a corrigir distorções ao pluralismo democrático que se mostraram flagrantes nos primeiros pleitos democráticos pós-redemocratização, especialmente no primeiro, o de 1989.

Na ocasião, “a cobertura da grande imprensa foi abertamente favorável, tanto na mídia impressa quanto na mídia eletrônica, a Collor.” (AZEVEDO, 2006, p.106).

Como forma de compensar a distorção provocada por esse tipo de favorecimento, a lei 9.504 de 30/09/1997 estabeleceu regras específicas que

[...] regulamentam fortemente a programação e o noticiário das rádios e televisões três meses antes dos eventos eleitorais, impedindo assim qualquer tentativa destes veículos apoiarem ou beneficiarem direta ou indiretamente partidos e candidatos. Esta legislação, associada ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), transformou pela via do constrangimento institucional os meios eletrônicos nos veículos mais democráticos do nosso sistema de mídia durante os períodos eleitorais. (AZEVEDO, 2006, p.105)

Coincidentemente ou não, o nível de pluralismo, assim como de equilíbrio na cobertura jornalística da grande imprensa dos períodos eleitorais subsequentes se transformou significativamente. Ao longo deles, houve um salto em termos de cobertura balanceada e equilibrada entre os principais candidatos (Azevedo, 2006; Porto Vasconcelos & Bastos, 2004, Porto, 2007; Miguel, 2004). Diante disso e da própria natureza da regulação em tela, pode-se aferir que ela “não se trata de irrupção arbitrária do Estado brutalizando os campos de comunicação” (GOMES, 2004, p.59). O que esteve em jogo, portanto, foi a regulação legítima da comunicação social com vistas a garantir valores e princípios democráticos.

4.1.2 Relação com o mercado

Dentre os três polos de aproximação do sistema mediático com os outros setores sociais aqui analisados, i.e. entre Estado, elites políticas e mercado, é na interface com o último que o ponto de aproximação se apresenta como mais estreito. Isso de tal modo –assim aponta Albuquerque (2011, p.86) – que o Brasil jamais pôde experimentar, tal como os vizinhos do norte e da Europa, algum tipo de “*commercial deluge*”. Isso porque o sistema mediático brasileiro teve, desde o início, uma predominância de agentes privados na condução das empresas de comunicação de massa. Estas se mantêm robustas e predominantes em relação aos outros agentes e setores aqui analisados. Uma predominância marcada inclusive pelo oligopólio, baixa pluralidade externa e propriedade cruzadas dos meios de comunicação.

Sendo assim, trata-se de um mercado desigual e extremamente concentrado em que poucas famílias e setores abocanham a maior parte da audiência e, conseqüentemente, da receita gerada por esse setor econômico. Nesse mapa de desigualdades, o setor mais lucrativo e mais concentrador é o da mídia eletrônica, especialmente o da TV aberta (Albuquerque, 2011; Azevedo, 2006; Pieranti, 2006).

A imprensa, por sua vez, também apresenta alto grau de concentração, mas de modo mais restrito à esfera local e regional. O poder do setor como um todo, desse modo, não é comparável ao da mídia eletrônica tendo em vista que o “principal acesso dos brasileiros ao sistema de mídia se dá através da mídia eletrônica, o rádio e a televisão, indicando que pelo menos 2/3 da população obtêm suas informações básicas sobre o país e o mundo através destes dois veículos.” (AZEVEDO, 2006, p.97).

Isso ajuda a explicar a taxa proporcional de circulação de jornais impressos na população adulta, considerada baixa em termos comparativos (Albuquerque, 2011, p.78). Os baixos índices de circulação podem estar associados ao nível historicamente baixo de letramento da população e, ao mesmo tempo, devido ao fato de que a imprensa brasileira, especialmente a chamada “imprensa de referência”, dirige-se às camadas mais letradas da população:

Com uma circulação dirigida para os leitores das classes AB (os chamados ‘formadores de opinião’), os grandes jornais, além da linguagem sóbria e culta, priorizam a cobertura política e econômica e praticam um jornalismo opinativo que coexiste com a tendência mais recente de se fazer um jornalismo de informação. (AZEVEDO, 2006, p.96)

A estreita relação do sistema mediático brasileiro em relação ao mercado ocorre, todavia, não apenas devido ao fato de que os agentes privados concentram mais audiência e receita do que os agentes públicos, estatais e políticos. Ocorre também devido a sua dependência em relação às agências financeiras (bancos) e ao capital estrangeiro. Isso porque foi a partir deles que as empresas de comunicação se modernizaram e, por conseguinte, deles tornaram-se umbilicalmente dependentes para realizar os investimentos necessários para competir num mercado de permanente inovação tecnológica e alta intensidade financeira (Pieranti, 2006).

Essa dependência pode ajudar a explicar porque, durante os últimos pleitos eleitorais, a imprensa foi tão ativa e advocatícia em favor das “perspectivas dos mercados financeiros.” (PORTO, 2007, p.31). Uma perspectiva que, aliás, não sofreu qualquer tipo de contestação discursiva por parte das elites políticas que participaram de tais pleitos. Esse foi caso documentado por Luis Felipe Miguel durante as eleições de 2002:

Nas entrevistas e nos debates, o âncora do Jornal Nacional, William Bonner, cobrava de todos (em especial dos três opositoristas) a "manutenção dos contratos", o pagamento das dívidas externa e interna e o compromisso com o ajuste fiscal. Da forma como o diálogo era posto (e uma vez que nenhum candidato se dispunha a contestá-lo), parecia que Bonner exigia algo tão evidente quanto a honestidade no trato com o dinheiro público, isto é, algo

que não permitisse discordâncias no campo da política e que marcasse o desviante como portador de um déficit moral. (MIGUEL, 2004, p.102)

A falta de contestação por parte dos candidatos, assim como o fechamento do campo discursivo em relação ao tema da economia (ver também Porto, 2007) indica que não apenas o sistema mediático se tornou extremamente dependente dos fluxos de capitais financeiros, mas os próprios governos. Um fenômeno que, como aponta Habermas (2012), coloca limites decisivos sobre a liberdade de ação dos Estados e da capacidade da opinião pública de se impor diante os imperativos sistêmicos dos mercados. Pode-se perceber, portanto, que esses imperativos têm asfixiado a capacidade crítica não apenas do campo mediático e jornalístico, mas das próprias elites políticas, as quais se encontram numa situação em que a margem de manobra, nos assuntos macroeconômicos, é muito pequena:

O fato é que, gostemos disso ou não, um determinado conjunto de características desta fase do capitalismo influencia diretamente os modos e os meios do governo e determina as prioridades dos Estados que são excessivamente vulneráveis aos movimentos dos recursos dos investidores estrangeiros. (GOMES, 2004, p.133).

4.1.3 Relação com as elites políticas

O modo mais apropriado de se analisar a relação entre sistema mediático e elites políticas tem sido alvo de intenso debate na literatura especializada (Albuquerque, 2011, 2012, 2013; Donsbach & Patterson, 2004; Hadland; 2011; Hallin & Mancini, 2011; Hanitzsch et al, 2011; McCargo, 2012). Trata-se, no caso, de determinar padrões de relação entre os atores em tela que possam gerar comparações entre os sistemas mediáticos de diferentes países.

No epicentro desse debate se encontra a variável “paralelismo político”. Ela foi proposta por Hallin & Mancini para servir ao tipo de comparação em tela, mas essa mesma variável tem sofrido intensa crítica, especialmente de Albuquerque (2011, 2012, 2013).

O autor toma justamente o caso brasileiro para sustentar a perspectiva de que essa variável apresenta severas limitações para comparações fidedignas à complexidade e à diversidade dos sistemas mediáticos ao redor do mundo. Isso porque a variável “paralelismo político” só consegue identificar de modo preciso relações estáveis entre veículos de comunicação e elites políticas, ou pelo menos entre esses meios e orientações ideológicas tradicionais (da direita à esquerda, por exemplo). Ela, no entanto, seria débil em identificar o caráter ativo que a imprensa pode assumir de modo flexível e não necessariamente ligado a uma corrente de valores políticos ideológicos ligados claramente à esquerda ou à direita.

A retórica da prática jornalística brasileira seria exemplar nesse sentido, pois ela atuaria se posicionando politicamente em relação ao jogo político, só que não em nome de uma visão ideológica ou de determinados setores sociais, mas em nome do próprio interesse público, próximo, portanto, ao da retórica estadunidense de vigilante (*watchdog*) do sistema político (Albuquerque, 2005, p.487). O sistema mediático brasileiro, todavia, ultrapassaria as aspirações dessa retórica, pois ele reivindicaria a prerrogativa de intervir no jogo político em nome dos próprios interesses nacionais, podendo atuar, desse modo, como árbitro das disputas políticas setoriais vinculadas a ideologias partidárias ou a instituições do sistema político. Por consequência, sua atuação se daria de modo ambivalente em relação ao ordenamento institucional da democracia liberal e encontraria na concepção de “Poder Moderador” uma linha de continuidade histórica para esse tipo de intervenção no jogo político:

Argumento que uma atitude ambivalente com relação às instituições políticas liberais tem sido uma característica permanente da vida pública brasileira e, em muitas ocasiões, diferentes instituições se candidataram (ou foram convidadas) a desempenhar o papel de um "quarto poder". Sugiro que, principalmente a partir dos anos 1980, a imprensa reivindicou para si esse papel, recorrendo, para justificar suas reivindicações, a uma retórica norte-americana. (ALBUQUERQUE, 2005, p.487)¹¹⁷

Isso não significa, por outro lado, que, antes da década de 80, o sistema mediático não tenha exercido um papel ativo e advocatício em relação ao jogo político. Pelo contrário, é notório seu apoio concedido tanto ao golpe de 1964, assim como à sustentação do projeto de poder dos militares. Um apoio que, no entanto, foi perdendo força e se transformando em oposição ao regime autoritário. Assim, “a grande imprensa escrita evoluiu de um apoio entusiasmado à implantação do regime militar para uma oposição liberal e moderada, porém crescente” (AZEVEDO, 2006, p.104).

No entanto, esse movimento não foi de modo algum uniforme em relação a toda a extensão do sistema mediático. Enquanto foi possível verificar tal tendência na imprensa escrita, a mídia eletrônica, especificamente a Rede Globo, agiu de modo muito mais reativo ao desmonte do regime autoritário. A emissora chegou inclusive a participar de um “complô para fraudar os resultados, em uma tentativa de evitar a vitória do líder populista de esquerda Leonel Brizola – o chamado "escândalo Proconsult" (MIGUEL, 2004, p.92). A emissora,

¹¹⁷ Tradução livre de: “I sustain that an ambivalent attitude to the liberal political institutions has been a permanent trait of Brazilian political life and, on many occasions, different institutions claimed (or were invited) to play the role of a ‘Fourth Branch’. I suggest that, mainly since the 1980s, the press has claimed to play that role, recurring to an American-like rhetoric to justify its claims.”

ademais, omitiu informações sobre a campanha das “Diretas Já”, a qual já encontrava em vários setores da imprensa amplo apoio (Azevedo, 2006).

Nos anos seguintes, o caráter ativo e advocatício do sistema mediático brasileiro continuou sendo característica marcante da conjuntura política nacional. Além do apoio à campanha das “Diretas Já”, tanto a eleição de Collor, como seu *impeachment* tiveram na mídia um ator social decisivo (Albuquerque, 2005, Azevedo, 2006).

Só que esses primeiros anos da redemocratização, tal como vimos anteriormente, foi também acompanhado de severas distorções de princípios democráticos, pois a cobertura dos veículos se mostrou tendenciosa e desequilibrada em relação aos candidatos e às elites políticas correspondentes. Essa distorção, no entanto, não decorreu do simples fato de terem existido alguns produtos jornalísticos tendenciosos em sua cobertura. Isso porque, quando um jornal é declaradamente partidário, ele assume um contrato comunicativo distinto e, em contextos, de pluralidade externa, faz parte fundamental do debate público democrático (ver Habermas, 1984). No entanto, esse não tem sido o caso da realidade brasileira, marcada pela baixa pluralidade externa e por contratos muito distintos dos estabelecidos pela imprensa partidária. Em tal contexto:

[...] o princípio democrático da diversidade e pluralidade estaria inevitavelmente dependente do ideal normativo da objetividade tão cara à perspectiva teórica do jornalismo liberal, ou seja, dependente da presença de uma diversidade interna em cada órgão de imprensa que permita o confronto de opiniões divergentes e coberturas balanceadas em que todos os lados e atores em disputa sejam contemplados. (AZEVEDO, 2006, p.98)

Essa pluralidade interna, por sua vez, só veio a existir depois de regulação (vista acima) e de ampla contestação na sociedade sobre o papel exercido pelas práticas jornalísticas dominantes. Tudo isso parece ter deixado a cobertura política mais equilibrada e pluralista a partir de 1994 (Azevedo, 2006; Miguel, 2004, Porto, 2007; Porto et al, 2004).

Outro fator que pode ter influenciado essa mudança de postura teria sido o fortalecimento do caráter comercial dos produtos jornalísticos. Como aponta Albuquerque, “à medida que a democracia foi se tornando mais consolidada no Brasil, a maior parte das grandes organizações jornalísticas foi adotando uma orientação comercial e de maximização da audiência (*catch –all attitude*)” (ALBUQUERQUE, 2011, p.81)¹¹⁸.

¹¹⁸ Tradução livre de: “As democracy became more consolidated in Brazil, most of the leading news media organizations adopted a market-driven, catch-all attitude”

Wilson Gomes em *Transformações da Política* estabelece uma linha de raciocínio que pode levar a crer que foi essa orientação que impeliu o sistema mediático a deixar de funcionar ao modo clássico do paralelismo político:

[...] quando as instituições que produzem comunicação de massa passam a funcionar como empresas [...] o cálculo econômico, que manda prestar atenção no que o consumidor demanda, substitui com vantagem o cálculo político, que mandava levar em consideração as perspectivas de ganho do grupo ou partido político. (GOMES, 2004, p.172).

Alexander (1990, p.130) apresenta um raciocínio similar ao de Gomes quando estabelece uma correlação entre nível de diferenciação e o modelo midiático predominante, dando a entender que quanto menos diferenciado o sistema dos *media* é do seu entorno (em especial do sistema político), mais ele tende a ser partidário em sua cobertura política. Uma das formas que impulsionaria essa diferenciação dos *media* em relação ao sistema político seria justamente a maximização da audiência, condição imposta pela lógica comercial.

Esse raciocínio exposto por Gomes e Alexander, ainda que absolutamente plausível em contextos de baixa competição e polarização política, deixa de o ser para mercados mais pulverizados e com públicos mais segmentados, inclusive em termos ideológicos. Em tal situação, as empresas de comunicação continuam, e até com mais vigor, prestando atenção ao que o consumidor demanda. A questão é que o mercado, com sua própria diferenciação interna, passa a ter nichos de consumidores sedentos de um jornalismo ativo e advocatício.

Esse tipo de diferenciação de mercado pode ser observado nos EUA no qual a lógica empresarial funciona a todo vapor, inclusive dando margem de lucro e forte audiência para a conservadora *Fox News*. Seu tamanho e força no mercado de mídia estadunidense é evidência, segundo Daniel Hallin e Paolo Mancini, de que:

[...] não há nenhuma conexão necessária entre a comercialização da mídia e um profissionalismo neutro. O processo de comercialização é susceptível de criar novas formas de jornalismo partidário e de paralelismo político, mesmo que tal processo enfraqueça os antigos. (HALLIN & MANCINI, 2004, p.286)¹¹⁹

A própria realidade brasileira parece confirmar, portanto, o argumento dos autores, pois ainda que mais comercialmente orientada, as práticas jornalísticas, no Brasil, não deixaram de assumir papel ativo e advocatício. É possível, assim, perceber, no sistema informativo dos *media*, uma coexistência entre uma cobertura pluralista/equilibrada e uma

¹¹⁹ Tradução livre de: “[...] there is no necessary connection between commercialization of media and neutral professionalism. The shift toward commercialization is likely to create new forms of advocacy journalism and political parallelism, even as it undercuts old ones.”

atuação ativa/advocatória. Uma coexistência que inclusive ultrapassa os períodos eleitorais e faz parte de debates públicos específicos (ver Maia, 2009; Miola 2012). É justamente, nesse sentido, que tem argumentado Albuquerque (2005, 2011, 2012, 2013). Essa perspectiva sustentada pelo autor tem mobilizado revisões, por parte de Hallin & Mancini (2011), acerca da capacidade da variável “paralelismo político” em descrever com fidedignidade o tipo de relação que o sistema mediático estabelece com as elites e sistemas políticos ao redor do mundo:

A proposta de Albuquerque em desagregar o conceito de paralelismo político e, em particular, de separar o pluralismo externo - ou seja, a tendência do diferentes meios de comunicação em se alinhar a diferentes tendências partidárias – do papel ativo dos meios de comunicação – o qual se refere á tendência da mídia de intervir na vida política, de se envolver partidariamente, ou de tentar influenciar os acontecimentos políticos – parece ser uma ideia potencialmente valiosa, e que se encaixa nos achados de outros colaboradores, incluindo Balcytiené e McCargo. Assim como no caso do profissionalismo jornalístico, o fenômeno do paralelismo político pode, de fato, ser multidimensional, e trata-se de uma questão em aberto até que ponto suas diferentes formas ou elementos variam juntos. (HALLIN & MANCINI, 2011, p. 295)¹²⁰

A proposta de pensar a relação do sistema mediático com as elites políticas e, por consequência, com os debates públicos a partir de uma perspectiva multidimensional tem encontrado fortes justificativas na pesquisa comparativa de estudos do jornalismo. Esse foi o caso revelado pelas 1.800 entrevistas conduzidas por Hanitzsch e colegas (2011) em 18 países, dentre eles o Brasil. De acordo com os dados fornecidos pelos autores, os jornalistas brasileiros, em comparação aos colegas estadunidenses e alemães, demonstram o nível mais alto de concordância de que é seu papel “advogar por transformação social” (Anexo A, p.292). Os autores encontraram esse tipo de liderança advocatória também em outros jornalistas de países em desenvolvimento e com regimes democráticos em consolidação. Assim, os pesquisadores sustentam que há uma tendência em direção ao intervencionismo “entre jornalistas de sociedades em desenvolvimento e democracias em transição.” (Hanitzsch et al, 2011, p.281).

O debate atual na pesquisa em jornalismo demonstra, assim, que é necessário se analisar a relação entre o sistema mediático e as elites políticas não mais de um paradigma de

¹²⁰ Tradução livre de: “Albuquerque’s proposal that we disaggregate the concept of political parallelism and, in particular, that we separate external pluralism – that is, the tendency for different media to express different partisan tendencies – from the political activity of media – the tendency of media to intervene in political debate, to engage in advocacy, or to try to influence political events – seem like a potentially valuable idea, and it fits the findings of other contributors, including Balcytiené and McCargo. As with the case of journalistic professionalism, the phenomenon of political parallelism may in fact be multidimensional, and it is an open question to what extent its different forms or elements will vary together.”

vinculação permanente entre esses setores. Um paradigma no qual os produtos desse sistema assumiriam vinculações políticas estáveis. Passa a ser mais fecundo, portanto, compreender as circunstâncias e variáveis que elevam o nível de intervenção do sistema mediático no jogo político e também nos debates públicos. Para se avaliar esse nível de intervenção, Albuquerque propõe analisar as práticas jornalísticas da grande mídia em termos de seu caráter “ativo”.

Essa abordagem analítica, no entanto, pode, por sua vez, levar a uma obnubilação das distintas características que compõem o nível de intervenção política do sistema mediático. Nesse sentido, Donsbach e Patterson (2004) já haviam defendido que a noção de "um jornalismo ativo" deve ser mantida separada da compreensão de “um jornalismo advocatício”. Enquanto o primeiro "atuaria mais plenamente como um participante do debate, enquadrando, interpretando, ou investigando os assuntos políticos", o jornalista ligado ao jornalismo advocatício ou mesmo militante seria "aquele que atua com base em posicionamentos políticos na forma correspondente a de um ator político", o que significa que ela ou ele "toma partido e faz isso de uma forma consistente, substancial e agressiva" (p. 265).

Essa diferença, ainda que seja pouco detalhada e desenvolvida pelos autores, parece produtiva para nossos propósitos, pois ela sinaliza a existência de diversas dimensões com as quais as práticas jornalísticas podem intervir no jogo político e no debate público. Dimensões que guardam contribuições diferentes para o processo democrático e que também podem variar de modo distinto entre e *nos* sistemas mediáticos. Nessa pesquisa, ao analisar as diferenças internas do sistema mediático brasileiro ao cobrir a COP-15 (ver 6º capítulo), poderemos perceber a importância de estabelecer essa distinção entre jornalismo ativo e advocatício.

4.1.4 Da autonomia do sistema mediático no caso brasileiro

Nas seções anteriores, foram examinadas as relações que o sistema mediático brasileiro tem estabelecido com o Estado, o mercado e as elites políticas. Nesse exame, o principal propósito foi identificar as zonas de dependência e de autonomia das práticas mediáticas em relação a essas instâncias. Nesse sentido, percebeu-se que as maiores instituições da comunicação de massa possuem uma orientação fortemente comercial, enquanto as empresas menores tendem a ter uma relação ambígua com as elites políticas, o Estado e o mercado. Nessa fronteira pouco clara entre interesses públicos e privados, as relações clientelistas preponderam.

Em paralelo, também percebemos os sistemas público e estatal de comunicação passaram por um crescimento inédito no país. Mesmo inédito, tal crescimento, contudo, ainda é incipiente e, além disso, não conseguiu determinar uma zona clara de demarcação entre a forma estatal e pública de comunicação.

Diante desse quadro, percebe-se, por um lado, um sistema com baixa pluralidade externa, a qual se mantém inclusive em tempos de comunicação digital, uma vez que a concentração do consumo de informação jornalística na internet se dá em torno das mesmas empresas que dominam o mercado impresso e eletrônico de comunicação há décadas (ver Manrich et al, 2013).

Por outro lado, a pluralidade externa e, principalmente, a interna se expandiram fortemente, inclusive quando levamos em conta o jornalismo *online*. Mesmo com conteúdo praticamente clonado das versões impressas e eletrônicas, este conta frequentemente com ferramentas de comentários e passa, com a exacerbação da convergência digital, a ser consumido em grande escala em outros ambientes digitais, especialmente naqueles especializados em redes sociais (ver Lycarião, 2012b). Em tais ambientes – que inclusive são os mais usados e acessados na rede – há uma grande oferta e pluralidade de fontes de informação, elevando, portanto, as opções de milhões de brasileiros que buscam informação.

No entanto, é preciso enfatizar que, mesmo com o aumento dessa oferta, muitos desses milhões ainda continuam acessando e consumindo preferencialmente as mesmas fontes de informação de três, quatro décadas atrás. Por isso, a expansão da pluralidade interna, nesses pontos centrais do sistema mediático brasileiro, é um elemento de suma importância para a justiça política do sistema deliberativo a ele correspondente. Diante do aumento dessa pluralidade (amplamente catalogado pela pesquisa em mídia e eleições referenciada anteriormente), é possível, portanto, atribuir um papel ativo e advocatício por parte da mídia nacional em que a baixa pluralidade externa é compensada por um crescimento da pluralidade interna, a qual tende a reproduzir, em termos de visibilidade e valência, o capital político que as elites políticas acumulam ao longo do processo democrático.

Esse aumento de pluralidade interna, além de um ganho democrático inequívoco, pode ser considerado indício de incremento da autonomia do sistema mediático em relação às elites políticas e ao Estado. Na seção anterior, discutiu-se, até que ponto, o aumento dessa pluralidade interna – e da própria autonomia sistema mediático – estariam relacionados à orientação comercial que as empresas de comunicação de massa mais importantes possuem. Nesse sentido, argumentei em favor de que a lógica comercial pode explicar apenas parcialmente esse processo. Isso porque a própria diferenciação interna do mercado de

comunicação pode levar e sustentar produtos jornalísticos com baixa pluralidade interna e, também, com grande caráter ativo e advocatício.

Tendo isso em vista, é preciso recorrer a outras variáveis para explicar e entender as transformações das práticas jornalísticas brasileiras nas últimas décadas. Uma delas seria o fortalecimento do próprio campo jornalístico e de sua respectiva cultura profissional. Estas, segundo Gomes (2004), adentrariam as instituições da comunicação de massa formando “uma proteção contra a injeção dos interesses políticos e contra a intromissão dos interesses econômicos na produção e estruturação dos materiais e conteúdos que circulam na esfera de visibilidade pública.” (p.172). A instituição de um campo jornalístico poderia explicar, assim, o aumento de pluralidade interna, pois o fortalecimento desse campo estaria acompanhado de uma autocompreensão em termos de deveres democráticos e de promoção da cidadania. Uma autocompreensão que “tende a impedir que o interesse de ganhos do patrão ou a perspectiva de vantagem do partido político funcione como critério para a apuração e para a edição do jornal.” (GOMES, 2004, p.173).

Nesse sentido, mais uma vez as perspectivas de Gomes e Alexander convergem, pois este aponta que “outro fator estrutural que conduz a uma diferenciação do sistema mediático é o crescimento das normas profissionais e a autorregulação dentro da própria profissão” (ALEXANDER, 1990, p.126)¹²¹. Exemplos históricos de autorregulação, dentro desse ramo de atividade dos *media*, são os conselhos de imprensa (ver Hallin & Mancini, 2004, p.290).

Além disso, Hallin e Mancini apontam que o controle interno e institucionalizado feito pelos próprios jornalistas não é necessariamente ligado ao caráter comercial dos *media*, pois a mercantilização das instituições da comunicação de massa “não é necessária para o desenvolvimento de instituições ou profissões autônomas; do mesmo modo que a profissionalização e a autonomia do Poder Judiciário não depende de sua comercialização” (ibidem)¹²². Ademais, esse controle interno é de fundamental importância, pois a cultura profissional do jornalismo, muitas vezes, coloca-se contra as intromissões das lógicas puramente comerciais nas notícias (Hallin & Mancini, 2004, p.289). Pamela Shoemaker e colegas sintetizam a questão, apontando que “as características institucionais e as rotinas

¹²¹ Tradução livre de: “another structural factor producing media differentiation is the growth of professional norms and self-regulation within the journalistic profession itself.”

¹²² Tradução livre de: “is not necessary to the development of autonomous institutions or professions; obviously the professionalization and autonomy of the judiciary or administrative corps does not depend on their commercialization.”

produtivas fornecem aos editores de notícias uma proteção contra influências externas” (SHOEMAKER et al, 2008, p.80)¹²³.

Ao lado da expansão do campo jornalístico, a crítica sobre as práticas jornalísticas que ocorrem no seio do sistema interacional sobre os *media* é outra variável que pode explicar as transformações do jornalismo brasileiro nas últimas décadas. Esse sistema foi conceituado por Braga (2006) e ilustrado pelo autor a partir de casos empíricos, tais como a implementação de coluna para ombudsman na Folha de S. Paulo, O “Conselho do Leitor” do Zero Hora, além do “Observatório da Imprensa”.

Diante, então, dos apontamentos feitos ao longo deste capítulo, foi possível encontrar indícios de que estão presentes, com maior ou menor força, os seguintes elementos no sistema mediático brasileiro (1) relativa autonomia frente às forças do mercado e do Estado; o qual se tornou concebível mediante a expansão de (2) um controle interno exercido pelo campo jornalístico e por sua cultura profissional e (3) um constrangimento externo exercido pelo sistema interacional de resposta sobre a mídia.

Isso não implica concluir que esses elementos têm sido fortes o suficiente para conferir uma autonomia robusta ao sistema mediático nacional. Isso porque diversos elementos ainda impedem que isso ocorra. Dentre eles, estão os oligopólios midiáticos, a fragilidade do sistema público de comunicação, a força de pressão (*lobby*) dos sindicatos trabalhistas diminuta em relação a dos patronais, o caráter, muitas vezes, inócuo dos conselhos de comunicação e de imprensa, a forte influência de interesses privados no processo de aprovação e revogação das concessões públicas de radiodifusão, etc.

No entanto, mesmo oferecendo pesados déficits à autonomia do sistema mediático brasileiro, tais circunstâncias também não são suficientemente fortes para submeter o sistema mediático aos interesses exclusivos de alguma das instâncias aqui analisadas: ou seja, ao mercado, ao Estado ou às elites políticas. Todas essas instâncias influenciam o modo e as características da comunicação de massa no Brasil. Nessa disputa por influência e controle, vimos que as forças privadas foram, até agora, predominantes. No entanto, essa correlação de forças têm se transformado no sentido de um maior equilíbrio e pluralidade de quem comunica, para quem e sob quais efeitos.

Uma pluralidade que, por sua vez, acaba por impor ao sistema deliberativo a necessidade de formas diferenciadas de comunicação para que o princípio de justiça política desse sistema seja satisfeito. Essa diferenciação deve, então, atender as necessidades e

¹²³ Tradução livre de: “the institutional characteristics and routines of the news media provide gatekeepers some insulation from the power of outside influences.”

demandas referentes às diversas identidades e perspectivas que compõe a comunidade política. Necessidade que se torna ainda mais aguda quando a complexidade não se refere apenas ao público, mas também aos problemas sociais, alguns dos quais que acabam por envolver conhecimento técnico-científico e que precisam ser regulados em escala internacional. Como os públicos possuem diferentes níveis de *expertise* e conhecimento sobre esses problemas, então se faz necessário um sistema de comunicação que medeie o debate público em torno de tais problemas com uma pluralidade condizente a esses diferentes públicos e, portanto, a seus respectivos distintos níveis de *expertise*.

Sendo, em tal circunstância, a função primordial do sistema mediático desvelar uma mediação preliminar desses problemas e com essa pluralidade, então cabe perguntar de que modo as práticas jornalísticas do sistema nacional teriam produzido uma mediação da COP-15 desse tipo. Tendo em vista o estado da arte em comunicação & política - além das especificidades do sistema mediático nacional apontadas ao longo desse capítulo - é oportuno que lancemos algumas hipóteses gerais de pesquisa. Isso porque, a partir de tais hipóteses, será possível testar e refinar o conhecimento disponível acerca da capacidade da mediação jornalística em fornecer à esfera cidadã produtos e informações que ajudem a superar os problemas de legitimação democrática que os eventos de governança transnacional têm gerado.

4.2 Hipóteses gerais de pesquisa

Neste capítulo, a autonomia do sistema mediático brasileiro e suas características estiveram no centro de análise. Dentre essas características, destacou-se o peso central ocupado pela mídia eletrônica no sentido de maximizar audiência, tornando-se, assim, o centro de visibilidade pública da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, também foi possível perceber que a prática jornalística da imprensa tradicional – aquela mais afeita a *hard news* – abrange um público bem mais limitado e possui uma orientação que, de acordo com Azevedo (2006) dirige-se a leitores das classes A e B através de linguagem rebuscada, em que o jornalismo opinativo coexiste com o jornalismo de informação. Trata-se, portanto, daquilo que se tem chamado de imprensa de referência ou imprensa de qualidade (*quality press*) e que, sob alguns aspectos, tem presumidamente mais credibilidade e influência na formação da opinião pública (ver Mundim, 2012).

Levando em conta, então, as características referidas acima desses dois setores do sistema informativo dos *media* brasileiro, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: Enquanto a mídia eletrônica (o telejornalismo) tende a cobrir eventos como a COP-15 com níveis mais elevados de inteligibilidade e verdade, a imprensa de qualidade tende a fornecer níveis mais altos de publicidade.

Essa hipótese se fundamenta no pressuposto de que a mediação jornalística de produtos informacionais massivos é constrangida a transformar o conteúdo das arenas discursivas especializadas para os valores e demandas cognitivas de seu público-alvo. Uma transformação que, desse modo, orientar-se-ia no sentido de garantir compreensibilidade do conteúdo em tela a esse público. É, então, de se esperar que os meios de comunicação que visam alcançar maiores audiências (a mídia eletrônica) tenderão a realizar essa transformação numa intensidade maior do que os meios de comunicação da imprensa de qualidade. Esta, como vimos, dirige-se a um público bem mais restrito e pressupõe deste mesmo público conhecimento e habilidades de interpretação relativamente mais elevados do que a média da população.

Também torna-se plausível acreditar que esta mesma imprensa irá fornecer maiores níveis de publicidade, pois essa imprensa tende a combinar, tal como apontado por Azevedo (2006), jornalismo de opinião (escrutínio público) com informativo. Além disso, trata-se de um setor que tende a cobrir os temas de política e economia com mais intensidade, especialmente a partir de técnicas de apuração derivadas do jornalismo investigativo. A imprensa de qualidade, aliás, tem sido aquela que, dentro da literatura especializada, é tida como o principal agente no desvelamento de segredos dos bastidores do poder e, portanto, na produção do escândalo político (ver Thompson, 2000).

Com relação ao princípio normativo de verdade, o conhecimento disponível acerca do sistema mediático brasileiro, em específico, não nos permite sustentar qualquer expectativa de que a imprensa tende a apresentar níveis maiores ou menores de erros do que o telejornalismo. No entanto, é possível derivar a expectativa de que esses erros serão maiores no caso da imprensa de referência a partir de pesquisas que já compararam esses tipos de produtos jornalísticos. Os resultados da pesquisa de Hanson & Weaver sugerem justamente isso:

Os resultados da pesquisa indicam que há diferenças substantivas nos erros que aparecem na imprensa e na televisão. Erros objetivos não se fazem necessariamente ausentes do telejornalismo, mas ficou claro que as fontes reclamam menos deste. Três razões podem ser apontadas para este fato. As reportagens do telejornalismo são mais curtas e, assim, há menos

oportunidades para este tipo de erro. Em segundo lugar, as reportagens do telejornalismo são tecnicamente menos detalhadas. (As matérias do impresso costumam conter mais números e detalhes específicos. Quanto mais números existem na matéria, maior a probabilidade de que algum deles apresentem falhas). Em terceiro lugar, a televisão usa sonorais [*soundbites*] no lugar de citações, o que elimina um conjunto de problemas inerentes às reportagens do jornalismo impresso. (HANSON & WEAVER, 2004, p.555)¹²⁴

Além disso, é preciso levar em conta que, por abrir mais espaço à opinião, a informações extraoficiais e aos bastidores da política, a imprensa de qualidade acaba por se mostrar mais propícia a publicar informação que não pode ser checada e, que, portanto mais propensa a apresentar imprecisão ou distorção. Por isso, sustenta-se a hipótese que o telejornalismo irá desempenhar níveis mais satisfatórios de verdade do que a imprensa de referência.

Por outro lado, a despeito de qualquer possível diferença entre os centros do sistema mediático brasileiro a esse respeito, defende-se aqui que o peso da “distorção”, na cobertura da COP-15, não será tão forte quanto diversos autores deliberacionistas têm sugerido (ver capítulo II). Contudo, deve-se ter em vista que os pesos dos fenômenos comunicativos dependem dos pressupostos das balanças conceituais que são utilizadas para se analisar e mensurar tais fenômenos. Desse modo, o peso superestimado em relação à “distorção” decorre muito mais de certos pressupostos e arranjos conceituais do que de mensurações “imprecisas” ou metodologicamente inadequadas dos fenômenos comunicativos em questão.

Dentre as diferenças teóricas entre os trabalhos que pressupõem um alto nível distorção e as deste trabalho, destaque-se a disposição deste em interpretar as operações dos *media* de enquadramento e de mediação sob um ponto de vista sistêmico e interacional. Um ponto de vista a partir do qual é possível perceber que os *media* massivos ocupam apenas parte de um processo comunicacional que é constituído de várias etapas, cada um exercendo funções específicas para o sistema deliberativo (ver capítulos I e II). Ao partirmos de tal concepção, é de se esperar, ao menos, que “os processos de mediação e enquadramento não irão necessariamente afetar de modo negativo a qualidade dos debates públicos” (MAIA, 2012, p.46)¹²⁵. Desse modo, propõe-se a segunda hipótese de pesquisa:

¹²⁴ Tradução livre de: “The survey results do indicate that there are substantive differences in the errors that appear in print and in television. Objective errors aren’t necessarily absent from the television screen, but it is clear that sources complain about them less. There may be three reasons for this fact. Television stories are shorter so there is less opportunity for this type of error. Second, television stories are less technically detailed. (Newspaper stories usually contain more numbers and specific details. The more numbers that are in the story, the greater likelihood that one of them will be wrong.) Third, television uses soundbites instead of reporter-generated quotes, which eliminate a whole set of problems inherent in newspaper reporting.”

¹²⁵ Tradução livre de: “the processes of mediation and framing will not necessarily negatively affect the quality of public debates.”

H2: Os erros e as imprecisões da cobertura da COP-15 não serão fortes o suficiente a ponto de gerar uma distorção decisiva dos padrões discursivos dessa arena de debate.

Tendo em vista esse conjunto de asserções, é possível se valer, então, de um conjunto de expectativas sobre o desempenho de setores centrais do sistema mediático brasileiro na cobertura da COP-15. No entanto, essas expectativas, até o momento, restringem-se ao desempenho correspondente aos três princípios normativos de verdade, inteligibilidade e publicidade. Elas, desse modo, ainda não especificam critérios e variáveis capazes de gerar comparações entre níveis maiores e menores desses princípios em cada veículo e também não especificam parâmetros de análise que possam distinguir, por exemplo, uma distorção “decisiva” de uma “não decisiva”.

Além disso, essas hipóteses ainda não especificam como os princípios normativos neles referenciados serão analisados em função das cinco atribuições normativas descritas, ao longo do segundo e terceiro capítulos, com o objetivo de evidenciar a potencialidade normativa da mediação jornalística em contextos de alta complexidade regulatória. Sendo assim, ainda não é possível elaborar hipóteses cujos testes possam fornecer dados e análises para as cinco perguntas de pesquisa apresentadas no capítulo anterior.

Para que isso seja possível, é preciso, antes, especificar como as cinco atribuições normativas em questão e suas respectivas dimensões analíticas se interceptam com os princípios de verdade, publicidade e inteligibilidade nas práticas concretas da atividade jornalística. Trata-se, portanto de saber e mensurar o que faz, por exemplo, uma cobertura ter mais linguagem especializada do que outra, como um produto jornalístico é mais atuante em termos de monitoramento ativo e crítico do que outro, etc. Somente munido de procedimentos capazes identificar essas diferenças é que se poderá construir um conjunto de hipóteses específicas acerca do desempenho do sistema mediático nacional na cobertura da COP-15. Com o objetivo de traçar esses procedimentos e hipóteses, segue-se o próximo capítulo deste trabalho.

V – A COBERTURA DA COP-15 EM ANÁLISE: DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para cada assertiva das hipóteses de pesquisa discutida no capítulo anterior, elaborou-se algumas variáveis e constructos analíticos capazes de testar sua validade em função de seu princípio normativo correspondente. O presente capítulo se volta a apresentar esses constructos analíticos, as variáveis e também os métodos de codificação desenvolvidos, os quais se voltaram a uma análise de conteúdo e interpretativa¹²⁶ das sessões da COP-15, assim como da cobertura dessa Conferência feita pelo JN e pela FSP. Ademais, são apresentadas, além das hipóteses específicas de pesquisa, as técnicas e os princípios metodológicos operacionalizados neste trabalho.

5.1 A cobertura da COP-15: critérios de seleção e descrição do corpus

Nesta seção, serão apresentadas os critérios de seleção e os procedimentos de coleta do material analisado para esta pesquisa. Este material está dividido em dois conjuntos principais. Um se refere às sessões formais da COP-15 e outro ao conjunto de matérias jornalísticas que compuseram a amostra da cobertura desse evento.

5.1.1 O corpus da cobertura

O primeiro desafio metodológico para testar as hipóteses de pesquisa deste trabalho consiste em selecionar instâncias centrais do sistema informativo dos *media*. Por “central”, não se deve entender elementos representativos desse sistema em termos populacionais, tais como uma amostra aleatória de produtos e matérias jornalísticas capaz de “representar” estatisticamente a cobertura brasileira da COP-15.

Por centros do sistema mediático nacional, deve-se entender pontos de concentração e distribuição de características específicas que sejam relevantes a esta pesquisa. Dentre as características em questão, interessa-nos analisar produtos jornalísticos que concentrem

¹²⁶ Sobre as vantagens de combinar métodos quantitativos e interpretativos, Macnamara faz a seguinte observação: “Pode-se concluir a partir de Hansen et al. (1998), Shoemaker e Reese (1996) e outros autores citados que uma combinação de análise de conteúdo quantitativa e qualitativa oferece o melhor dos dois mundos e, ainda, que uma combinação de metodologias quantitativas e qualitativas de análise de conteúdo é necessária para compreender os significados e os possíveis impactos de textos dos *media*.” (MACNAMARA, 2003, p.06). Tradução livre de: “It can be concluded from Hansen et al. (1998), Shoemaker and Reese (1996) and others cited, that a combination of quantitative and qualitative content analysis offers the best of both worlds and, further, that a combination of quantitative and qualitative content analysis methodologies is necessary to fully understand the meanings and possible impacts of media texts.”

visibilidade pública e qualidade jornalística. Daí que a análise da cobertura da COP-15 se deu em função do seu:

- (a) seu centro de visibilidade pública;
- (b) seu centro de qualidade jornalística.

Com relação ao primeiro, trata-se daquilo que Wilson Gomes definiu como sendo o ponto demograficamente mais relevante em que “ações e pessoas são representadas diante de uma larga atenção pública concentrada.” (GOMES, 2009, p.185). Trata-se, no caso do jornalismo brasileiro, do Jornal Nacional.

Já o segundo centro se refere àquilo que a literatura especializada tem chamado de imprensa de referência ou imprensa de qualidade e que, sob alguns aspectos, tem presumidamente mais credibilidade e influência na formação da opinião pública (ver Mundim, 2012). Nesse caso, selecionar o produto jornalístico que expressa melhor o centro da imprensa de referência não é tão fácil como o de visibilidade. Isso porque a imprensa de referência é marcadamente regional e muito mais pulverizada do que o produto singular que compõe o centro de visibilidade pública. Tendo isso em vista, optamos por trabalhar com a cobertura da Folha de São Paulo (FSP) pelo fato de ser um dos veículos mais tradicionais nesse setor, por oferecer seu conteúdo digitalmente em versão fac-simile e por ter a maior circulação nesse nicho no ano da cobertura da COP-15, i.e. em 2009¹²⁷.

Diante disso, a cobertura da COP-15 foi submetida a uma análise interpretativa e de conteúdo através do JN (n=21) e da FSP (n=65). O período selecionado foi o mesmo do evento: 07 a 19 de dezembro de 2009, o que totalizou 12 dias de cobertura. A seleção da COP-15 se justifica inclusive pelo fato de que essa COP foi a edição que mais cobertura teve no JN nos últimos anos, estabelecendo, desse modo, condições adequadas para uma pesquisa comparada - dia a dia - com a FSP, a qual, pelo próprio gênero jornalístico, oferece maior diversidade e volume de matérias. Diante dessa diversidade diferenciada, analisou-se apenas matérias na forma de notícias ou reportagens. Ou seja, editoriais, charges, entrevistas e colunas assinadas não integram a amostra analisada. Sob esse critério e outros de natureza formal¹²⁸, a amostra foi de caráter censitário¹²⁹.

¹²⁷ Fonte: “Maiores jornais do Brasil” em <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>> Acesso em 06 de fevereiro de 2014.

¹²⁸ Para mais detalhes sobre a coleta da amostra e seus critérios, ver o livro de códigos deste trabalho.

¹²⁹ Sobre as vantagens de uma amostra censitária para análise de conteúdo ver Macnamara (2003, p.13).

5.1.2 O corpus da COP-15

Ao se propor a análise da mediação jornalística na cobertura da COP-15, parte-se da compreensão de que a transparência oficial da UNFCCC oferece os insumos “originais” pelos quais atores políticos em nome do Brasil expressaram seus posicionamentos. Nesse âmbito se encontrariam, portanto, os posicionamentos dos representantes aí implicados em seu estado *in natura* e que acabaram sofrendo transformações, traduções e também distorções por parte da mediação jornalística. Como a análise dessa mediação tem de necessariamente tomar esses insumos como fonte para saber o peso de cada uma dessas intervenções da mediação jornalística, faz-se imperativo também selecionar e analisar tais insumos.

Para isso, uma longa e exaustiva identificação das declarações dos representantes brasileiros e do G-77 foi realizada por meio do *site* da UNFCCC, na seção “Webcast” da COP-15. Essa seção mostra um índice dos tipos de vídeos que documentaram a COP-15. A página apresenta quatro opções de seleção de vídeos em termos de conteúdo, duas das quais foram selecionadas para os propósitos desta pesquisa, sendo a saber: (a) os vídeos das plenárias (Plenary); (b) conferências de imprensa (Press Conference)¹³⁰.

No âmbito dessas duas fontes, foram selecionados todos os vídeos de sessões plenárias (*plenary*) e das coletivas de imprensa (*press conference*) que apresentaram declarações em nome do Brasil. Sob esses critérios, 47 vídeos foram identificados, 37 dos quais provenientes de sessões plenárias e outros 10 de coletivas de imprensa.

No que diz respeito às declarações realizadas em plenárias foram identificadas todas as vezes em que o Brasil ou o G77 aí se pronunciaram. Foram 36 declarações, das quais duas são, na verdade, discursos proferidos pelo então presidente Lula. Um desses discursos (o proferido no dia 18 de dezembro) está fora das plenárias e foi classificada pela UNFCCC como uma situação “informal” de “High Level Segment”¹³¹.

¹³⁰ As outras duas foram: (c) apresentações (Side Event) e (d) as declarações de chefes de estado (Statements at the High-Level Segment). Este último item, na verdade, é uma seleção interna feita pelo secretariado da UNFCCC do conteúdo dos vídeos das plenárias. Uma seleção que se restringe aos discursos de chefes de estado e que, portanto, exclui as declarações e intervenções realizadas pelos diplomatas e chefes de delegação diplomática. Isso implica que, na prática, há somente três fontes de conteúdo. Dessas, apenas duas possuem insumos discursivos proferidos oficialmente em nome do Brasil. Trata-se dos vídeos das plenárias e das conferências de imprensa. Elas são, portanto, as fontes primárias do corpus da transparência oficial da UNFCCC.

¹³¹ Esses dois discursos estão transcritos e disponíveis no sítio da Biblioteca da Presidência da República. Eles foram, então, baixados e passaram a compor parte do corpus desta pesquisa. Com o objetivo de dispor também da transcrição das declarações realizadas pelos diplomatas brasileiros (14 desse tipo), foram feitas tentativas de obtê-las junto ao poder executivo, inclusive através visita pessoal ao Itamaraty, em Brasília. Todas as tentativas, nesse sentido, não obtiveram sucesso. No caso das declarações do G77, este disponibilizou, em seu sítio na internet, a transcrição de todas as declarações solicitadas, inclusive – e ironicamente – daquelas proferidas por diplomatas brasileiros em nome do G77.

5.2 Traduzindo princípios normativos em operadores analíticos

Essa seção visa apresentar o conjunto de pesquisas empíricas e reflexões teóricas que serviram para fundamentar as categorias analíticas e as variáveis desta investigação. Nessa apresentação, os referidos trabalhos e reflexões serão confrontados com as necessidades específicas desta pesquisa. Tais necessidades levaram a diversas adaptações dos modos possíveis de operar e conceber os conceitos de inteligibilidade, publicidade e verdade como parâmetros normativos para se analisar a cobertura da COP-15. Essa seção, desse modo, não se detém aos detalhes operativos da codificação das variáveis que visam falsear esses parâmetros. Isso porque tais detalhes estão especificados no livro de códigos deste trabalho, o qual pode ser lido – em prol de uma compreensão mais abrangente dos critérios e procedimentos metodológicos empregados - em paralelo a este capítulo. Recomenda-se, portanto, que, para cada variável indicada neste capítulo, consulte-se o livro de códigos para o devido esclarecimento do passo a passo de sua codificação.

5.2.1 Inteligibilidade

A hipótese de pesquisa assume que o centro de visibilidade pública (o JN) tende a apresentar uma cobertura da COP-15 mais inteligível do que a imprensa de referência. O elemento principal acionado para justificar essa assertiva se refere à busca por visibilidade. Desse modo, “visibilidade” seria uma variável independente que influenciaria o nível de inteligibilidade dos produtos jornalísticos.

Para aferir o nível de visibilidade das matérias, estabeleceu-se duas variáveis: (a) visibilidade dos *media* e (b) gradiente de visibilidade. Ambas almejam descrever a mesma propriedade (o nível de visibilidade da matéria), só que enquanto a primeira operacionaliza essa descrição atribuindo o nível de visibilidade em função do produto jornalístico (i.e. matérias do JN com maior e matérias da FSP com menor visibilidade), a segunda adiciona mais um ponto de escala atribuindo às matérias da FSP dois níveis possíveis de visibilidade (média e baixa). Essa inclusão foi motivada pela expectativa de que as matérias de primeira página e com maior destaque nos jornais impressos serão mais lidas do que as matérias com menor destaque, sendo, portanto, mais visíveis. Essa expectativa se fundamenta nos resultados da pesquisa de Eilders (1997, p.139-165), a qual demonstrou que o nível destaque

das matérias de jornais impressos influencia positivamente quais matérias são selecionadas e lidas pelos leitores¹³².

Para aferir, então, a correlação entre visibilidade e inteligibilidade, esta foi mensurada a partir de elementos que podem incrementar a retenção da informação contida na matéria (*recall*), assim como a acessibilidade cognitiva dessas informações. Para isso, o grau de presença e intensidade dos seguintes elementos foram identificados: (a) fatores de noticiabilidade; (b) informação de contextualização; (c) tradução de linguagem especializada para linguagem ordinária; (d) dramatização, e, por último, (e) visualização.

Todos esses cinco elementos são tidos como capazes de, sob determinadas circunstâncias, ampliar o nível de inteligibilidade dos produtos jornalísticos. Com o objetivo de esclarecer essas circunstâncias, segue-se a discussão específica de cada elemento em questão.

5.2.1.1 Fatores de noticiabilidade

Diante da imensa quantidade de informações ofertada pela rápida expansão do sistema informativo, tornou-se ainda mais dispendioso *satisfazer a atribuição normativa da esfera pública de selecionar quais os temas e “questões relevantes”* (HABERMAS, 2008, p.15) *da atualidade em acordo com os interesses cognitivos da audiência*. Nesse sentido, Christiane Eilders (2006, p.05) observa que se, por um lado, não há grande controvérsia de que a seleção é necessária para reduzir a complexidade do mundo social, por outro, os critérios a compor esse processo de seleção estão sujeitos a permanente debate.

A respeito desses critérios, há uma vasta literatura preocupada em desvendar os *valores-notícia* que fariam parte da cultura profissional do jornalismo e que, portanto, explicariam os parâmetros pelos quais os profissionais dos *media* selecionariam o que, de fato, pode ser considerado notícia. Sob essa abordagem, os critérios em tela são compreendidos à luz do campo jornalístico e, desse modo, não há como aferir se esses *valores-notícia* efetivamente ajudam a reduzir a complexidade do mundo em convergência com os mesmos critérios que as audiências utilizam, de modo independente, para distinguir o que é relevante do que não é. Verificar essa convergência se torna fundamental para uma

¹³² Ela aponta, nesse sentido, que tanto os fatores de noticiabilidade como as características formais das notícias (o destaque da matéria na diagramação do jornal) parecem ser variáveis que conjuntamente podem influenciar, com um grau decisivo, as decisões dos leitores acerca de quais notícias ler „Möglicherweise wirken hier Nachrichtenfaktoren und formale Merkmale zusammen und verstärken sich gegenseitig.“ (EILDERS, 1997, p.140). Tradução livre: “Possivelmente, os fatores de noticiabilidade e as características formais reforçam umas às outras.”

forma intersubjetiva de se estabelecer a agenda pública e enquadrá-la, pois a atribuição de relevância não “se trata de estímulo com uma característica objetiva, mas de uma construção relacional.” (EILDERS, 2006, p.13)

Tabela 1 – Influência dos fatores de noticiabilidade sob a seleção jornalística assim como sob as duas fases de recepção

	Seleção jornalística	Escolha das matérias pelos receptores	Fixação pelos receptores
Influência positiva	Estabilidade Alcance Controvérsia Proeminência	Estabilidade Controvérsia	<i>Controvérsia</i> <i>Influência/Proeminência</i> <i>Personalização</i> <i>Insucesso</i> <i>Surpresa*</i>
Influência negativa	Facticidade Surpresa	Benefício	<i>Êxito</i> <i>Facticidade*</i> <i>Alcance</i>

* Não foram computados por não se ter obtido valor de Krippendorff alfa satisfatório
Fonte: Traduzido e adaptado pelo autor de Eilders (1997, p.259)

Os trabalhos de Eilders, em especial sua tese de doutoramento (1997), oferecem uma contribuição relevante no mapeamento dessa construção relacional, pois, nessa pesquisa em particular, os critérios de relevância utilizados pelos jornalistas foram comparados com os utilizados pelos receptores. Tais critérios são denominados de fatores de noticiabilidade e a pesquisa de Eilders apresentou evidências de que alguns desses fatores são utilizados tanto pelos receptores como pelos jornalistas¹³³. Mais do que isso, evidenciou-se que alguns desses fatores estão correlacionados com uma maior fixação (recordação) da informação contida no material noticioso (*recall*), enquanto outros apresentam correlação inversa, ou seja diminuindo o nível de fixação. Ao discutir tais resultados (ver tabela 01), a autora aponta que:

¹³³ Sobre o caráter incipiente, mas promissor deste tipo de pesquisa, a autora observa que: “Considerando a produção ainda pequena, mas crescente de estudos de recepção na pesquisa sobre valores-notícia, os fatores de noticiabilidade podem ser considerados como parâmetros de seleção utilizáveis de maneira eficaz tanto por parte dos *media* como por parte do público na retenção de notícias.” (EILDERS, 2006, p. 11)

Ao examinar a fixação de informação das matérias, os fatores controvérsia, surpresa, influência/proeminência, personalização e insucesso confirmaram a hipótese de servirem como critérios para o processamento [informativo da audiência] enquanto facticidade, êxito e alcance não promoveram a fixação do conteúdo das matérias correspondentes. (Eilders, 1997, p.260)¹³⁴

Com o propósito de aferir o peso de cada tipo de fator de noticiabilidade (daqueles que promovem fixação x daqueles que não promovem), esses fatores discriminados por Eilders foram testados em termos de confiabilidade (Kapha) e posteriormente codificados para todas as 81 matérias que compuseram o corpus da cobertura da COP-15. No teste de confiabilidade, os fatores “facticidade” e “surpresa” não alcançaram níveis satisfatórios (Kapha 0.425 e 0.451 respectivamente)¹³⁵. Desse modo, eles não compuseram as variáveis produzidas para os dois tipos de fatores de noticiabilidade em tela (fixação x não fixação).

Sendo assim, a variável *fatores de fixação* foi composta pelos fatores *controvérsia*, *influência*, *proeminência*, *personalização* e *insucesso*. Já a variável para de *não fixação* foi composta por *êxito* e *alcance*. Enquanto a primeira variável serve como indicador para a promoção de inteligibilidade, a segunda passa a representar mitigação desse princípio normativo.

5.2.1.2 Informação de contextualização

A COP-15, como vimos no capítulo III, envolve, não apenas um “labirinto institucional” cuja compreensão requer considerável esforço cognitivo, mas diz respeito também a um tema pouco de alta complexidade (o das mudanças climáticas). Desse modo, torna-se inconcebível pressupor que um controle público difuso e competente seja possível sobre as discussões e decisões desse tipo de instituição sem que o público em questão compreenda, antes de tudo, a natureza do problema em debate. Torna-se, aliás, pouco provável que a esfera cidadã venha a pressionar seus representantes para que estes tomem medidas corretivas em torno de um problema cujas causas, consequências e possíveis soluções sequer lhe são conhecidas. Para que a esfera cidadã possa, então, apropriar-se desse tipo de conhecimento numa escala massiva e difusa, torna-se fundamental que o sistema

¹³⁴ Tradução livre de: „Bei der Untersuchung der Beitragserinnerung konnten die Faktoren Kontroverse, Überraschung, Einfluss/Prominenz, Personalisierung und Schaden als Verarbeitungskriterien gemäß der Hypothese bestätigt werden, während Faktizität, Reichweite und Nutzen die Erinnerung an entsprechend Beitragsinhalte nicht begünstigten.“

¹³⁵ 40 matérias foram aleatoriamente selecionadas e codificadas cegamente por cada codificador. A amostra de 40 unidades foi utilizada, tendo como referência o exemplo utilizado por Hayes & Krippendorff (2007) para exemplificar o teste Kapha. Agradeço Diogo Campos Sasdelli pelo trabalho diligente que realizou como codificador das 81 matérias para os fatores de noticiabilidade.

informativo dos *media* forneça insumos informativos adicionais que ajudem a contextualizar e a compreender fenômenos sociais complexos.

Com o propósito de aferir o provimento desse tipo de informação, na cobertura da COP-15, esta pesquisa aplicou variáveis para identificar informações e enquadramentos referentes às consequências, causas e possíveis soluções das mudanças climáticas. Essas variáveis foram desenvolvidas pelo projeto “Sustainable Media Events” (ver Wessler Wozniak & Lück, 2013) e sofreram algumas adaptações, inclusive a partir de uma leve expansão de seu leque de variáveis referente às soluções¹³⁶.

Essas variáveis - ao estarem organizadas em enquadramentos correspondentes às causas, consequências e remediações – passam a operacionalizar algumas funções de inteligibilidade que são atribuídas por Entman ao próprio ato de enquadrar:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto, de tal forma a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral e / ou recomendação de solução para o mesmo. (ENTMAN, 1993, p.52)¹³⁷

Ademais, segundo parte da literatura em psicologia cognitiva, uma história que contém “informação sobre as causas e efeitos de eventos relevantes deverá incrementar sua compreensibilidade “ (BERINSKY & KINDER, 2006, p.643)¹³⁸.

5.2.1.3 Tradução de linguagem

Como já observado nos dois primeiros capítulos, a linguagem cotidiana se apresenta como *medium* capaz de traduzir os diversos códigos especiais. No entanto, somente a partir de uma verificação empírica que se torna possível produzir evidências em favor da compreensão de que a mediação jornalística atuaria decisivamente nessa tradução e, portanto, *traduziria a linguagem especializada dos sistemas para a linguagem ordinária*. Trata-se, contudo, de um desafio metodológico, pois não se conseguiu, até o presente momento, exemplos de pesquisas que realizassem esse tipo de investimento à luz da teoria habermasiana.

Em compensação, há uma literatura emergente que tem concentrado seus esforços em justamente perceber as características distintivas da linguagem especializada do vernáculo ordinário, assim como as práticas de tradução de um para o outro. Dentro dessa literatura,

¹³⁶ Essas adaptações estão especificadas no livro de códigos.

¹³⁷ Tradução livre de: “To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described.”

¹³⁸ Tradução livre de: “information about the causes and effects of relevant events should increase understanding.”

destacam-se os trabalhos organizados e produzidos por Maurizio Gotti (2005, 2006). A partir deles, algumas características distintivas do discurso especializado em relação ao ordinário passam a ser identificáveis e mensuráveis nas práticas jornalísticas. Uma mensuração que inclusive deve, segundo os pressupostos defendidos por Gotti, passar pela quantificação, pois a especificidade do discurso especializado não se dá pelo uso “de regras linguísticas ausentes da linguagem geral [ordinária], mas por seu uso quantitativamente mais intenso e pragmaticamente mais específico de tais regras.” (GOTTI, 2005, p.23) .

Ao apontar razões de ordem pragmáticas que distinguem a linguagem especializada da ordinária, Gotti estabelece um pressuposto comum ao quadro habermasiano e à abordagem interacional de sistema deliberativo que foi desenvolvida no primeiro capítulo deste trabalho. De acordo com esse pressuposto, a linguagem se modula de acordo com os universos discursivos instaurados pelas situações comunicativas que a sociedade moderna e sua crescente diferenciação social proporciona. Esse raciocínio sugere que, quanto maior o grau de modernidade de uma sociedade, maior é a diversidade dos universos discursivos existentes, assim como dos tipos de modulação discursiva que condicionam e disciplinam os atos de fala.

No caso da COP-15, o que está em jogo é um universo discursivo que se desenvolve através de modulações linguísticas especializadas. Isso decorre do fato de que as sessões da cúpula do clima estarem situadas num contexto interacional marcado por contratos comunicativos que induzem a formas discursivas de alta formalidade e, portanto, diferenciadas em termos pragmáticos da linguagem comum.

Diante disso, interessa aos propósitos desta pesquisa verificar a intensidade com que cada centro do sistema mediático brasileiro em análise apresentou e traduziu as discussões e os eventos em torno da COP-15 para a linguagem ordinária. Tendo em vista tais propósitos, as próximas seções irão discriminar indicadores analíticos e variáveis para a análise de conteúdo da cobertura em tela.

(a) *Linguagem ordinária*

Para verificar o nível de intensidade e variações com que a COP-15 foi apresentada e traduzida em dois pontos fundamentais do sistema informativo dos *media* (o JN e a FSP), três variáveis foram operacionalizadas, sendo, a saber, a) explicação de vocabulário especializado; b) referência a emoções e c) verbalização.

A explicação de vocabulário especializado (o que inclui abreviações e siglas) constitui parte daquilo que Gotti define como “popularização”¹³⁹. Essa prática seria tão característica do jornalismo que este, ao lado da escola, pode ser considerado como um dos principais agentes pelos quais a linguagem cotidiana se renova e se expande em seu repertório. Isso porque, como observa Gotti:

Nas popularizações, uma quantidade menor de termos técnicos é empregada, já que o discurso se baseia principalmente em palavras retiradas da linguagem geral. Também o uso de definição varia quantitativamente, embora não da mesma maneira que a terminologia. Na verdade, o processo de definição é empregado repetidamente em textos pedagógicos, pois o objetivo é ilustrar de forma sistemática, não só a lógica conceitual dentro de uma determinada disciplina, mas também seu padrão linguístico. A definição terminológica, por seu turno, não é tão difundida no discurso especializado, em que o significado de certas expressões é tomado como pré-interpretado [*taken for granted*] dentro da comunidade especializada. (GOTTI, 2005, p.207, tradução livre).

A popularização desempenhada pela mediação jornalística, ao lado das práticas pedagógicas, fazem, desse modo, com que “termos em ambientes especializados estejam, cada vez mais, fazendo parte da linguagem cotidiana” (GOTTI, 2005, p.64).

A presença de marcas de expressividade emotiva, por sua vez, é indicada por Gotti (2005, p.35) como mais frequente no discurso ordinário do que no especializado. Este, segundo o autor, é caracterizado pelo uso menos intenso de referências a estados ou reações emocionais. Sendo assim, para os efeitos dessa pesquisa um uso mais intenso desse tipo de referência nas matérias jornalísticas que integram o corpus em análise representa um indicativo de linguagem ordinária.

O último indicativo aqui proposto se refere à proporção de verbos que o texto jornalístico apresenta (verbalização). Trata-se de uma proporção que, segundo as pesquisas de Susanne Göpferich (2006a, 2006b), tende a aumentar quando textos científicos são interpretados por receptores não iniciados (i.e por pessoas leigas). Tendo isso em vista, ela indica que uma forma de tornar textos técnicos e especializados mais compreensíveis é recorrer a construções verbais em preferência às nominais (Göpferich, 2009).

¹³⁹ “Popularizações se direcionam diferentemente [da linguagem especializada] a um público leitor amplo e tratam de temas especializados de maneira similar ao discurso geral e à experiência cotidiana do cidadão leigo. O objetivo é principalmente informativo e busca ampliar o conhecimento do leitor em vez de desenvolver um sistema conceitual secundário.” (GOTTI, 2005, p.204, tradução livre).

(b) *Linguagem especializada*

Ao mesmo tempo, os experimentos de Göpferich (2006a, p.83) demonstraram que os mesmos receptores que recorreram à verbalização para interpretar textos especializados acabam também por encontrar maior dificuldade em compreender aqueles textos com maior proporção de substantivos, i.e. com maior nível de *nominalização*. Esta, segundo Gotti, trata-se de uma característica “bastante comum do discurso especializado (não apenas na língua inglesa, mas também na italiana e em outras línguas)” (2005, p.77). A consequência de seu uso relativamente mais frequente nos textos técnicos e científicos “é o aumento da densidade lexical, i.e. uma percentagem maior de substantivos num texto.” (GOTTI, 2005, p.81, tradução livre). Sendo assim, a nominalização se mostra como um indicador válido de mensuração de linguagem especializada.

Além de nominalização, mais duas outras variáveis foram desenvolvidas e operacionalizadas para se identificar o nível de linguagem especializada das matérias, sendo, a saber presença a) de siglas e b) de vocabulário especializado.

A primeira consiste em identificar a densidade com que siglas e abreviações são utilizadas sem que seu significado por extenso esteja explicitado na matéria. Trata-se de indicadores válidos para a identificação de linguagem especializada, dado que elas conferem concisão ao texto, o que, segundo Gotti (2005, p.50), é uma das características da linguagem especializada.

A outra variável identifica o nível de linguagem especializada de uma matéria a partir da análise de seu léxico. Quando este apresentar algum termo cuja frequência ao repertório da linguagem ordinária seja considerada incomum, tal termo será considerado de natureza especializada. Como esse tipo de codificação é suscetível a dúvidas por parte do codificador, o qual pode presumir, sem muita confiança, que este ou aquele léxico é de comum conhecimento, a confirmação da codificação deve se dar mediante o uso de dicionário – o qual indica de modo independente se o termo é próprio de uso técnico ou científico¹⁴⁰. Nesta mesma variável, assumiu-se que empréstimos linguísticos e estrangeirismos também podem ser contabilizados como léxico especializado. Nesse sentido, Gotti (2005, p.65) explica que tal recurso ganhou preferência pelo discurso especializado, em particular o científico, pois palavras estrangeiras, em especial emprestadas do latim e do grego, “era algumas vezes utilizadas pois elas tidas como capazes de expressar um conceito bastante complexo de forma concisa” (GOTTI, 2005, p.159, tradução livre).

¹⁴⁰ Para mais detalhes sobre os procedimentos de codificação, ver o livro de códigos deste trabalho.

Deste modo, a linguagem especializada passa a ser capaz de ser identificada, nas matérias da cobertura da COP-15, a partir de três variáveis (nominalização, siglas e léxico especializado). É oportuno esclarecer que essas variáveis – incluindo também as designadas para a mensuração de linguagem ordinária - abrangem apenas aquelas características que se mostraram operacionalizáveis em termos de análise de conteúdo. Há, portanto, nos trabalhos de Gotti, de Göpferich e de outros linguistas um leque bem mais extenso de elementos capazes de diferenciar a linguagem especializada da ordinária (ver Ahmad 2006, Catenaccio, 2006). Não obstante, considera-se que os recursos linguísticos que estão sendo analisados e mensurados se mostram como indicadores, além de válidos, também confiáveis para produzirem evidências consistentes dessa distinção.

5.2.1.4 Dramatização

Outra forma de atribuir inteligibilidade aos materiais jornalísticos se refere à dramatização e à narrativização. Tais recursos já foram brevemente explorados no primeiro capítulo como capazes de produzirem inteligibilidade de problemas políticos complexos. Nesse sentido, Fischer argumenta que a narrativa na vida cotidiana “é a forma primária de conferir sentido a fenômenos complexos.” (2009, p.160). Além disso, defende-se que, em comparação com “complicados números de tabelas ou gráficos científicos, um drama bem escrito pode transmitir mais facilmente um entendimento prático das implicações sociais e políticas de eventuais configurações sociais.” (ibidem, p.208-209).

Esse argumento parece imediatamente concebível para obras literárias, cinematográficas e afins. Mas no que concerne à prática jornalística, será que o mesmo tipo de efeito é possível de ser observado? Partindo desse tipo de questionamento, o estudo desenvolvido por Marcel Machill, Sebastian Köhler e Markus Waldhauser (2007) apresenta indícios positivos nesse sentido. Isso porque os resultados da referida pesquisa “dão suporte à compreensão de que um nível razoável de narratividade pode tornar o material telejornalístico mais fácil de compreender e de ser lembrado [pela audiência].” (MACHILL et al, 2007, p.200)¹⁴¹.

Ao conduzir essa pesquisa, os autores se defrontaram com algumas dificuldades metodológicas – que, a propósito, esta pesquisa também enfrentou. Nesse sentido, os autores destacam que, além do fato das teorias narrativas terem sido desenvolvidas para obras

¹⁴¹ Tradução livre de: “Our results support the assumption that a sensible degree of narrativity can help make television news easier to remember and understand.”

literárias, sequer é possível encontrar uma terminologia amplamente aceita do que efetivamente significa contar uma história (ibidem, p.190).

Para superar essas dificuldades, os autores propõem isolar alguns aspectos centrais presentes na teoria da narrativa em Aristóteles. A partir dessa teoria, uma narrativa pode ser concebida sinteticamente como a apresentação ou encenação de “pessoas que agem” (MACHILL et all, 2007, p. 191)¹⁴².

Essa definição converge com a de Werner Wolf (2004), o qual compreende a narrativa como a “concatenação e representação de experiências temporais, especialmente ações.” (WOLF, 2004, p.84). Ele propõe sistematizar a identificação dessa concatenação a partir de uma abordagem “*intermedial*”, i.e. aplicável a vários dispositivos mediáticos e não apenas à literatura. Para isso, o autor propõe uma análise de narratemas. Estes são definidos do seguinte modo:

[...] eles consistem em ‘*personagens*’ antropomórficos como os centros de uma *ação* multifásica, ou de uma pluralidade de *acontecimentos* que se desdobram no *tempo* e no *espaço*, e são frequentemente identificados em alguma configuração *temporal e espacial* específica. Nas narrativas típicas, como os contos de fadas, a *ação* contém algum *conflito*; estando, conseqüentemente, ligada a *personagens* que têm a faculdade de *escolha consciente* e de modo a apresentar implicações externas. (WOLF, 2004, p.88, destaques no original)¹⁴³

Desse modo, é possível perceber que tanto Wolf como Machill e colaboradores compreendem a *ação* e seus *actantes* (personagens, pessoas, etc.) como os elementos centrais a partir dos quais outros elementos vão se agregando e dando intensidade (dramática) a uma narrativa¹⁴⁴. Dentre esses elementos, destacam-se a identificação do contexto espaço-temporal

¹⁴² Apesar de oferecerem indicadores para identificar diferentes níveis de estruturas narrativas em materiais jornalísticos - tais como standalone narration, serial narration e explanatory narration - os autores não explicitam, de maneira detalhada, como operacionalizar tais indicadores. Para solucionar esse problema, tentou-se estabelecer contato com os autores por correio eletrônico, mas sem sucesso. Outro problema encontrado foi a ausência, no trabalho deles, de uma definição mais precisa da noção. Tendo em vista essas duas dificuldades, duas adaptações respectivas foram feitas. A primeira: no lugar de uma análise da matéria baseada na totalidade do seu texto (como os autores parecem sugerir), a área de codificação se restringiu às duas primeiras ocorrências dos indicadores de elementos narrativos mínimos (ação e atante). Isso foi feito, pois, de outro modo, haveria um favorecimento de matérias mais longas em detrimento de mais curtas. Segunda adaptação: a operacionalização do indicador “ação” foi feita a partir das indicações oferecidas pelo livro de códigos de Eilders (1997). Para mais detalhes nesse sentido, ver o livro de códigos deste trabalho.

¹⁴³ Tradução livre de: “[...] they comprise anthropomorphic ‘characters’ as the centres of a multiphase action, or of a plurality of happenings that unfold in time and space, and are frequently set in some specific temporal and spatial setting. In typical narratives such as fairy tales the action contains some conflict; it is consequently linked to characters that have the faculty of conscious choice, and shows some external results.”

¹⁴⁴ Por isso, Wolf concebe a narratividade “como um conceito gradativo, o qual permite uma narratividade mais ou menos intensa a depender da quantidade e da natureza dos narratemas que ocorrem nos casos concretos”. (WOLF, 2004, p.86). Tradução livre de: “as a gradable concept allowing for a more or less intensive narrativity, depending on the number and nature of narratemes occurring in concrete cases.”

da ação, a caracterização dos actantes em personagens, assim como a existência de conflito entre eles.

Levando em conta essa estrutura analítica, a codificação de dramatização nas matérias se organizou em torno dos elementos centrais de uma narrativa (i.e. ação e personagens). Por isso, foram elaboradas dois conjuntos de variáveis, um referente ao detalhamento da ação e outro à caracterização dos actantes em personagens.

(a) *Detalhamento da ação*

Com o propósito de identificar a intensidade com que a ação é contextualizada em termos espaçotemporais, variáveis foram produzidas de modo a determinar se o elemento narrativo mínimo (ação e actante) tem seu lugar de ocorrência e sua localização temporal explicitamente especificadas na matéria. Esse procedimento foi repetido duas vezes de modo a verificar se as ações foram apresentadas em sequência cronológica. Isso porque, segundo parte da literatura em psicologia cognitiva, uma narrativa em ordem cronológica tende a incrementar sua compreensibilidade (Berinsky & Kinder, 2006, p.643). Ademais, Wolf aponta que “os narratemas sintáticos encontram na cronologia seus princípios básicos de concatenação.” (WOLF, 2004, p.88)¹⁴⁵.

(b) *Personagens*

No conjunto de variáveis que detalham a ação, dois actantes e suas respectivas ações são especificadas. No entanto, nem todo actante pode ser caracterizado como personagem já que este é definido, parafraseando Wolf, por seu caráter antropomórfico, o que inclui a faculdade de escolha consciente e cuja ação desencadeia resultados externos, dentre eles a produção de *emoção* e/ou a instauração de um *conflito*.

Com o propósito de identificar se esses três elementos (personagem, emoção e conflito), algumas variáveis do livro de códigos “*Sustainable Media Events*” (Wessler; Wozniak & Lück, 2013) foram adaptadas e operacionalizadas. Para a identificação dos personagens, utilizou-se aquelas variáveis que especificam *heróis*, *vilões*, e *vítimas*. Para emoção, a variável homônima do referido livro de códigos foi utilizada. Já *conflito* foi identificado a partir da ocorrência positiva de uma das opções de codificação da variável “*overall theme*”¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Tradução livre de: “the syntactic narratemes comprise chronology as a basic principle of concatenation”

¹⁴⁶ Trata-se da opção 5, i.e. “(Social/ political) conflict” (ver Wessler et al, 2013, p.67)

5.2.1.5 Visualização

O bordão de que “uma imagem vale mais do que mil palavras” nunca foi tão problemático de ser sustentado, especialmente se o valor em questão se referir à capacidade de um produto mediático oferecer informação inteligível. Isso porque a pesquisa empírica, por um lado, vem demonstrando que a ilustração imagética é sim um elemento positivamente associado ao aumento da compreensibilidade de conteúdos informativos. No entanto, esse incremento tem sido identificado quase sempre em sincronia com o áudio ou texto (ver Machill et al, 2007; Prior, 2013).

A propósito, para imagens sem texto, a compreensibilidade tende até ser significativamente menor do que matérias compostas somente por texto. Esse, pelo menos, foi o resultado encontrado por Vall Pippis (2009) e colaboradores. Eles realizaram uma pesquisa com estudantes universitários para testar o efeito que vários tipos de combinações entre texto/áudio e imagem em notícias *online* tiveram sobre a fixação de informação (*recall*) desses estudantes:

a média com maior fixação ocorreu quando os participantes receberam a versão do texto com fotos e legenda (M = 3,70, DP = 1,311), seguido pela versão com apenas texto (M = 3,62, DP = 1,197). As versões menos eficazes foram a com protótipos textuais graficamente animados (M = 2,70, DP = 1,311) e a com muitos gráficos, mas sem texto (M = 2,58, DP = 1,252). (p.07)¹⁴⁷

Tendo em vista, então, que o aumento de inteligibilidade mediante o uso de imagens ocorre apenas quando tal recurso está claramente associado a conteúdo em áudio ou texto, essa pesquisa desenvolveu três variáveis que identificam justamente essa concomitância, sendo, a saber, (a) informação de contextualização, (b) lead e (c) outra imagem.

Essas variáveis verificam se, entre outros, as informações de conteúdo anteriormente codificadas apresentam imagens ilustrativas. Esse é o caso para a *informação de contextualização*. Ademais, também se verificou se há imagem ilustrativa do *lead* (com foco para os elementos identificados na análise de dramatização) ou *outra imagem* ilustrando explicitamente conteúdo ao longo do texto/áudio da matéria.

É preciso, contudo, esclarecer que, dada as diferenças estruturais (no que diz respeito ao uso de elementos visuais) entre o jornalismo impresso e o telejornalismo, o desenho e a

¹⁴⁷ Tradução livre de: “the most highly recalled mean occurred when the participants were given the text with photos and caption version (M= 3.70, SD= 1.311), followed by the all text version (M= 3.62, SD= 1.197). The less effective versions were the no text animated graphics prototype (M= 2.70, SD= 1.311) and the graphics rich with no text version (M= 2.58, SD= 1.252). “

operacionalização dessas variáveis buscou tornar comparável o que, à primeira vista, parece incomparável. Uma das principais disposições, nesse sentido, foi codificar, para as matérias do JN, a concomitância entre conteúdo e imagem em absoluta sincronia. Tal procedimento se justifica inclusive devido à sobreposição entre imagem e conteúdo com que a transmissão e a consequente recepção de telejornal se processa. O que não é o caso do jornal impresso, em que a visualização das imagens e de seu texto se dá em separado e de modo descontínuo ao texto do corpo da matéria:

Poynter descobriu que as manchetes e as fotos são as primeiras paradas visuais dos leitores de jornal impresso, sendo ainda que manchetes grandes são visualizadas com mais frequência do que as pequenas, grandes fotos mais visualizadas do que as pequenas e fotos coloridas obtendo maior visualização do que fotos em preto e branco (Adam, Quinn, & Edmonds, 2007) (BUEHNER, 2011, p.3).¹⁴⁸

A probabilidade de uma legenda ser visualizada e fixada, em um jornal impresso, depende da cor e do tamanho da foto, assim como da seção do jornal em que a foto aparece (Garcia e Stark, 1991). Legendas de fotos das matérias principais, as quais geralmente são fotos maiores, têm maior propensão de serem visualizadas (Quinn et al., 2007). As legendas que acompanham fotos menores foram processadas a 16% em Garcia e Stark (1991), enquanto que legendas de fotos maiores alcançaram 38%. No estudo de Hansen (1994), 33 por cento das legendas foram processadas; no entanto, em relação a outros objetos, as legendas foram fixadas mais tardiamente pelos leitores (LECKNER, 2012, p.175)¹⁴⁹.

Tendo em vista essas tendências gerais de leitura de jornal impresso, a codificação de visuais se orientou pela proximidade espacial com a matéria e também pela pertinência temática. Ademais, as legendas foram incorporadas como parte do texto.

Sob essas diretrizes, também foi elaborada uma variável para aferir circunstâncias em que o uso de elementos visuais, ao invés de incrementar o nível de compreensibilidade do material jornalístico, atua no sentido de mitigá-los. Essas circunstâncias são indicadas por Machill e colaboradores:

É possível inferir (Brosius e Birk, 1994: 182) que imagens que correspondem ao texto de forma planejada e intencional melhoram o

¹⁴⁸ Tradução livre de: “Poynter found that headlines and photos are the first visual stops for print readers, with large headlines being viewed more frequently than small ones, large photos being more effective than small photos, and color photos outperforming black and white photos (Adam, Quinn, & Edmonds, 2007)”.

¹⁴⁹ Tradução livre de “The probability of a caption being fixated on in a print newspaper, depends on the colour and size of the photo, and on the section of the news-paper in which the photo appears (Garcia and Stark, 1991). Captions accompanying photos in lead stories, commonly larger photos, are more likely to be seen (Quinn et al., 2007). Captions accompanying smaller photos were processed to 16 per cent in Garcia and Stark (1991), compared to captions of larger photos, processed to 38 per cent. In the study by Hansen (1994), 33 per cent of the captions were processed; however, compared to other objects the captions were fixated on late by the subjects”.

desempenho da fixação [informacional], enquanto as chamadas *stock news images* ("imagem de papel de parede") ou reportagens em que a imagem não corresponde com o conteúdo textual do lead tendem a gerar uma menor fixação. (2007, p.13). (MACHILL et al, 2007, p.188-189)¹⁵⁰.

Com o propósito, então, de verificar a incompatibilidade entre o recurso visual e o texto ou áudio, desenvolveu-se e se codificou a variável *desconexão cognitiva*.

5.2.2 Publicidade

A hipótese de pesquisa assume que o centro da imprensa de referência (a FSP) tende a apresentar uma cobertura da COP-15 com maiores níveis de publicidade do que o centro de visibilidade pública (o JN).

Para testar essa hipótese, o princípio de publicidade foi operacionalizado a partir da composição de três variáveis, sendo a saber, (a) transparência oficial; (b) escrutínio público; e (c) publicidade ampliada. Essas variáveis isolam características que estariam sobrepostas na atribuição normativa da mediação jornalística em *monitorar ativa e criticamente centros de poder de modo a ampliar o escopo de visibilidade de pública*. As variáveis em questão tiveram como unidade de análise o proferimento (*utterance*). Este é definido e operacionalizado da seguinte maneira:

Um proferimento é um ato de fala ou declaração de um único falante. Uma única matéria pode conter vários proferimentos do mesmo indivíduo ou organização separados em parágrafos diferentes, cada um dos quais é codificado separadamente. (FERREE et al, 2002, p.50)¹⁵¹.

5.2.2.1 Transparência oficial

No segundo capítulo, observou-se que o monitoramento ativo se realiza fundamentalmente por meio de práticas relacionadas ao jornalismo investigativo, o qual traz à tona informações que atores e instituições, muitas vezes, hesitam em tornar oficialmente públicas.

Isso não significa, contudo, que o monitoramento em questão se restrinja a fornecer de bastidores e extraoficial. Isso porque monitorar passa também por apresentar aquilo que as

¹⁵⁰ Tradução livre de: "One can assume (Brosius and Birk, 1994: 182) that, in particular, sensibly planned and produced images that correspond to the text improve the retention performance whereas so-called stock news images ('image wallpaper') or reports where the image doesn't coincide with the content of the text lead to lower retention."

¹⁵¹ Tradução livre de: "An utterance is a speech act or statement by a single speaker. A single article can contain multiple utterances by the same person or organization, separated in different paragraphs, each of which is coded separately." (FERREE et al, 2002, p.50)

instituições e atores fornecem como informação oficial. Essa apresentação, aliás, é de suma importância, pois ela torna o próprio desvelamento dos bastidores e da informação extraoficial inteligível ao público. De outro modo, não seria possível contrastar a cortina oficial dos fatos e declarações dos atores políticos com aquilo que, por trás dessas cortinas, desnuda o poder. Em suma, como perceber o cair das cortinas sem que se tenha percebido, antes, que elas defronte estavam?

Tendo em vista, portanto, a necessidade de identificar a parte e a intensidade com que cada centro mediático (JN e FSP) reportou a versão oficial proferida em nome do Brasil nas sessões da COP-15, procedeu-se a uma codificação da transparência oficial da UNFCCC. Essa codificação se deu a partir três componentes básicos: *ações, temas e posicionamento*¹⁵². As ações identificam “o que fazer” em relação a um *tema*. O posicionamento, por sua vez, identifica se o declarante se coloca a *favor* ou *contra* a proposta ou demanda política que abarca uma ação política. Com objetivo de identificar, em cada proferimento, os atores que foram imputados a responsabilidade de realizar a ação dessa proposta, assim como a quais atores ela (a ação) se dirige ou favorece, dois conjuntos de variáveis foram estabelecidos: *agentes e destinatários*, respectivamente.

Uma vez que todos os proferimentos válidos presentes nas sessões da COP-15 foram codificados, as mesmas variáveis foram aplicadas para se codificar as matérias do JN e da FSP. Essa codificação foi, desse modo, organizada em dois bancos de dados. Um correspondente à transparência oficial da COP-15 e outro à cobertura. Esses bancos se comunicam e são comparáveis entre si através dos *casos* comuns. Um caso representa, desse modo, insumos discursivos encontrados nas sessões na cobertura de modo que a *ação, tema, posição, agentes e destinatários* desses insumos são tão similares que se passa a considerar que eles se referem à mesma demanda ou proposta política. Tendo em vista esse procedimento, para cada ocorrência de uma proposta ou demanda política encontrada sessões da COP-15 e na cobertura, codifica-se a ocorrência de um *caso*.

¹⁵² Essas variáveis surgiram como resultado de três rodadas de codificação e foram desenhadas a partir de técnicas como abstração, atribuição de códigos ao aspecto central da proposta ou demanda política e outros. Para mais detalhes e variáveis de como essas técnicas foram operacionalizadas ver o livro de códigos e para a explicação das referidas técnicas, ver Graneheim & Lundman (2004, p.106-7). Ademais, enquanto as variáveis “descrição” e “tema” foram produzidas com base no conteúdo manifesto e também latente, as variáveis referentes aos agentes foram produzidas apenas levando em conta o conteúdo manifesto (explícito) no material de origem (os vídeos e documentos). Já com relação às matérias jornalísticas, excetuando-se as referidas variáveis, todas foram codificadas com base apenas no conteúdo manifesto.

5.2.2.2 Publicidade ampliada

A segunda variável a compor a noção de publicidade corresponde à noção de publicidade ampliada. Esta se refere ao caráter ativo do jornalismo na medida em que ele fornece informações que, apesar de serem frequentemente produzidas por atores políticos, são desveladas pela prática jornalística. Um desvelamento que pode ocorrer mediante o jornalismo investigativo, pela revelação e proliferação de informações confidenciais, por redes informais e até íntimas que os jornalistas eventualmente estabelecem com atores políticos. No entanto, não importa tanto a esta pesquisa a forma e o método como esse tipo de informação foi publicada na cobertura da COP-15, mas se, como e em que medida ela amplia a publicidade produzida pelas fontes oficiais de informação. Para isso, a variável em questão foi produzida a partir da agregação de três possibilidades de codificação: *informação extraoficial*; *informação de bastidores* e *escândalo*.

(a) *Informação extraoficial*

A informação extraoficial identifica insumos “exclusivos” produzidos pelo jornalismo, mas que não necessariamente foram publicados sem o consentimento e colaboração das fontes que os produziram. Eles são consideradas “extraoficiais”, pois não puderam ser encontrados nas sessões da COP-15. Eles não correspondem, portanto, a nenhum *caso* (ver variável “transparência oficial” acima).

Seria plausível considerar esse tipo de insumo informativo como sendo de informação de bastidores. Contudo, para efeitos dessa pesquisa, estabeleceu-se que esta informação (a de bastidores) foi produzida de modo independente da vontade e colaboração das fontes.

Por isso mesmo, em alguns casos a codificação de informação extraoficial encontrou zonas de incerteza em relação à sua capacidade de ser efetivamente extraoficial. A principal razão dessas incertezas decorreu do fato de que parte do posicionamento político oficial adotado pelo Brasil e pelo G77 e a China não foi informado nem tornado público através das sessões plenárias da UNFCCC. Nesse sentido, o governo brasileiro, por exemplo, já havia lançado algumas informações aos jornalistas e as tornado públicas por canais de comunicação oficiais *ad hoc* como o *twitter* <<https://twitter.com/#!/cop15brazil/>> cujo título é “COP-15

Brasil”. A questão é que muito do conteúdo desse perfil, assim como de outros canais desse tipo, não está mais disponível para ser consultado na íntegra¹⁵³.

Há, portanto, uma parcela de transparência oficial que não pôde ser checada enquanto parte do posicionamento público assumido por representantes e atores políticos formais que falaram em nome do Brasil durante a COP-15.

(b) Informação de bastidores

Desse modo, “informação de bastidores” se refere a toda informação que, na cobertura, seja explicitamente classificada como “vazamento” ou com outras noções que indiquem que a informação foi tornada pública sem o consentimento de quem a produziu. Deve-se atentar que há diferença entre, por exemplo, a disponibilização voluntária que o *Wikileaks* faz de informação confidencial e o desagrado que essa publicação traz a quem a efetivamente produziu e detinha o sigilo dessa informação - i.e. governos, corporações, etc. Tendo em vista essa diferença, todo proferimento com marcas explícitas de “vazamento” foi codificado como informação de bastidores.

(c) escândalo

A opção de codificação “escândalo”, por sua vez, refere-se a insumos na cobertura que sugerem choque público ou forte desaprovação moral em relação a uma ação ou declaração de um ator político. Essas declarações ou ações podem envolver qualquer ator e não apenas os representantes políticos que falaram em nome do Brasil. Um escândalo pode ser também fruto do vazamento de informações de bastidores. Para diferenciar um do outro, deve-se levar em conta que, enquanto as informações de bastidores não são geralmente acompanhadas de explícita desaprovação moral, o escândalo o é. Desse modo, “escândalo” foi codificado apenas quando houve menção explícita a uma reação generalizada ou uma avaliação moral de forte desaprovação sobre o fato ou evento relatado, ou simplesmente menção a um escândalo “X”.

5.2.2.3 Escrutínio público

A esfera pública política surge, segundo Habermas, a partir da transformação da esfera pública literária “numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado” (1984

¹⁵³ O terceiro tweet desse perfil, por exemplo, possui uma url que, quando clicada, redireciona a um endereço que não pode ser encontrado.

[1962], p.68) Ao explorar “as funções políticas da esfera pública”, Habermas destaca o papel do jornalismo político, o qual ao, final do século XVIII, aparece “com suas características de crítico severo do poder constituído.” (ibidem, p.79).

A variável escrutínio público se refere a esse tipo de prática jornalística, sendo que a avaliação crítica foi codificada tanto como (desfavorável) ou positiva (favorável). Nessa análise, além desse caráter positivo ou negativo, também foi identificada a distribuição quantitativa desse escrutínio. Ademais, esse escrutínio foi analisado tendo em vista o caráter advocatício das práticas jornalísticas, o qual é definido por Donsbach e Patterson como algo que se estabelece de forma “substantiva, consistente e agressiva” (2004, p.265). Tendo isso em vista, estabeleceu-se uma análise interpretativa sobre o nível de agressividade e contundência com que o escrutínio público foi realizado na cobertura.

5.2.3 Verdade

Uma das principais características apontadas pelos deliberacionistas em relação ao sistema mediático é que ele seria responsável por distorcer sistematicamente a esfera pública (Parkinson, 2012, p.165). Como já discutido, é comum encontrar esse tipo de assertiva na literatura em deliberação pública, sendo, contudo, muito incomum encontrar evidências empíricas e operações metodológicas consistentes que permitam falsear esse pressuposto¹⁵⁴.

Uma exceção, nesse sentido, foi vista no capítulo II, especificamente a partir dos trabalhos de Parkinson (2005, 2006), os quais indicam “dramatização” e os valores-notícia como elementos reveladores dessa distorção. Esses parâmetros, contudo, não são considerados por esta pesquisa como válidos para aferir distorção¹⁵⁵. Em sentido diverso, neste trabalho eles estão sendo operacionalizados como indicativos de inteligibilidade.

Isso não significa, contudo, que as práticas jornalísticas estão isentas de distorção. Essa prática inclusive pode ser tão regular quanto o ato de enquadrar dramaticamente os debates e moldar os eventos sociais à forma de “notícia” e “reportagens”. O que se propõe aqui, portanto, é deixar de aprioristicamente tomar estas últimas como práticas de distorção. Isso porque tal procedimento tende a gerar, antes mesmo de qualquer análise empírica, a percepção de uma vocação inequívoca por parte dos *media* em agir em prol da depauperação da esfera pública. Afinal, qual prática jornalística de caráter massivo não dramatiza ou não utiliza critérios de seleção para a produção de seus materiais?

¹⁵⁴ No entanto, as análises apresentadas pelo autor são questionáveis em diversos aspectos. Para discussão específica a esse respeito, ver capítulo II.

¹⁵⁵ Ver mais adiante discussão sobre o princípio metodológico de validade.

Propõe-se, desse modo, mensurar a distorção com base no princípio normativo de verdade da razão comunicativa. Esse princípio, nesse sentido, leva-nos a procurar fundamentos mais objetivos e menos apriorísticos a partir dos quais se pode apontar que as práticas jornalísticas violaram, neste ou naquele momento específico, um princípio normativo da esfera pública:

Um julgamento pode ser objetivo quando emitido com base numa pretensão transubjetiva de validade que tenha o mesmo significado para quaisquer observadores e destinatários, assim como para o próprio sujeito que age. Verdade e eficiência são pretensões desse tipo. (HABERMAS, 2012a, p.34).

Com o propósito de operacionalizar a análise de verdade e de sua contradição (a distorção), dois indicadores analíticos foram desenvolvidos, sendo a saber: (a) erro (ou imprecisão); e, por último, (b) dissonância discursiva. Esses indicadores são operacionalizados ao nível do proferimento a partir da comparação de como a transparência oficial¹⁵⁶ da COP-15 foi reportada pelos *media*.

5.2.3.1 Erro

Com o objetivo de mensurar “distorção” a partir de parâmetros transubjetivos, o procedimento de codificação seguirá algumas orientações gerais da pesquisa sobre “accuracy in journalism” (ver Meyer, 2007; Hanson & Wearden, 2004 e Trench & Knowlton, 2009). É preciso, contudo, esclarecer que não será utilizado aqui o procedimento metodológico mais comum dessa tradição de pesquisa, que é verificar aquilo que foi reportado com as fontes. Trata-se do procedimento “pergunte à fonte”

Isso porque foi constatado que a avaliação da qualidade e da exatidão das matérias pelas fontes tendem a ser influenciadas pela simpatia ou antipatia que as fontes previamente possuem com relação ao veículo de comunicação. Denominado de “co-orientation effect”, esse achado revelou limites em se confiar o julgamento da exatidão jornalística à fonte, a qual, em tais pesquisas, geralmente é entrevistada diante das matérias que reportaram suas declarações (ver Hanson & Wearden, 2004).

Esse tipo de entrevista se justificou em alguns estudos dessa tradição de pesquisa, pois muitas das declarações realizadas, à época, não podiam ser analisadas pelo(a) pesquisador(a) tendo à disposição o “raw material” (o material que foi editado pelo jornalista). Nessas

¹⁵⁶ O método de codificação aqui proposto tem, no entanto, o problema de não ser aplicável no caso daquelas declarações extraídas fora das arenas formais. Esse é o caso da informação de bastidores e extraoficial, por exemplo.

situações, os pesquisadores tinham como única alternativa para a análise da precisão jornalística ter de entrevistar as fontes que produziram as informações utilizadas e editadas pelos jornalistas.

Não obstante, esse não é o caso da presente pesquisa. Isso porque já há a disponibilidade, na internet, do material que indica o conteúdo da transparência oficial da COP-15 e das sessões plenárias correspondentes¹⁵⁷. Esse procedimento de consulta, na internet, da matéria-prima utilizada pelos jornalistas se mostra um método mais seguro de verificar o erro e, portanto, a precisão jornalística. Isso porque tal método oferece uma forma mais próxima de um procedimento transubjetivo, já que a análise realizada pelo pesquisador fica sujeita a ser averiguada de modo irrestrito, tanto pelas fontes como por outros pesquisadores. Isso, claro, não garante que a codificação seja ela mesma isenta de imprecisões, mas garante que qualquer um(a) possa apontar exatamente quais foram essas imprecisões de codificação e sua implicação para os resultados dessa pesquisa.

A variável “erro”, nesse sentido, utiliza os *casos* da transparência oficial como fio condutor para cinco opções de codificação, sendo a saber: (a) sem erro, (b) informação incompleta; (c) informações básicas; (d) qualidade da descrição; e, por último, (e) erro grave.

A primeira se aplica quando não é possível encontrar erro. A segunda quando a descrição da *ação* no proferimento da matéria apresenta menos informações do que a ocorrência menos detalhada do mesmo caso identificado no âmbito das sessões da COP-15. A terceira opção, por sua vez, é codificada quando um proferimento da matéria apresenta imprecisões informativas referentes a aspectos formais das sessões, tais como a data em que foi organizada, o nome do declarante, o nome da sessão etc. Já a quarta opção identifica os proferimentos que apresentam imprecisão substantiva quanto à descrição da demanda ou proposta feita em nome do Brasil nas arenas discursivas formais da COP-15. A última opção, por seu turno, refere-se a uma informação contraditória quanto ao posicionamento em relação à proposta ou demanda política reportada. Ou seja, enquanto nas sessões é possível observar e

¹⁵⁷ Aliás, o procedimento de se utilizar o material produzido pelas fontes na internet foi utilizado por uma das pesquisas em exatidão jornalística aqui referenciadas: “Vários casos advindos dos campos da ciência e da comunicação médica ilustram como a crescente disponibilidade do material das fontes dos jornalistas em espaços da web aumenta os recursos de pesquisa sobre precisão jornalística. Agora se torna possível superar as limitações das primeiras pesquisas que utilizavam entrevistas com as fontes como forma de medir a precisão. Em nosso próprio estudo, combinamos entrevistas com verificações independentes. Mas esta disponibilidade também tem implicações para a confiança do público no trabalho dos jornalistas. A facilidade com que a matéria-prima dos jornalistas pode ser encontrada [pelo público] deve servir como uma advertência aos jornalistas no sentido deles tomarem maiores cuidados com o uso de tal material. Os leitores, especialmente aqueles com um interesse particular ou especializado em uma determinada área, podem acessar o material de origem utilizado pelos jornalistas e, talvez, avaliá-lo de maneira mais precisa e competente do que estes.” (TRENCH & KNOWLTON, 2009, p.09, tradução livre).

codificar posicionamento do declarante como “a favor”, os *media* reportam como se o declarante fosse “contra” e vice-versa.

5.2.3.2 Distorção discursiva

Esse indicador analítico, diferentemente dos demais, não foi desenhado de modo a fazer com que as informações quantitativas expressem diretamente seu nível de presença na cobertura da COP-15 ou em suas sessões. Isso porque a análise aqui pretende combinar elementos quantitativos e, *em maior instância, interpretativos* de como a FSP e o JN reportaram a transparência oficial daqueles que falaram em nome do Brasil na cúpula do clima de Copenhague.

Os elementos quantitativos se referem à identificação e à visualização gráfica proporcional dos temas, ações e casos mais frequentes tanto nas sessões da COP-15 como da cobertura. A partir da comparação dos dados de cada arena discursiva, torna-se possível analisar e interpretar a intensidade com que a cobertura apresentou as seguintes características discursivas: (a) ressonância; (b) opacidade e (c) dissonância.

A ressonância discursiva ocorre quando a cobertura apresenta os insumos discursivos em tela numa intensidade e numa importância política consonante àquelas mensuradas e interpretadas no âmbito das sessões da COP-15. Nesse caso, não há distorção, mas sim uma satisfação do princípio de publicidade do sistema de deliberativo. Os indicadores de distorção discursiva se restringem, portanto, à dissonância e à opacidade discursiva. Enquanto esta ocorre no momento em que a cobertura simplesmente ignora a intensidade e a importância dos insumos discursivos observados nas sessões da COP-15, aquela identifica um aumento ou redução exagerada, por parte da cobertura, dessa intensidade e importância. A avaliação dessa importância se dará mediante a análise do mérito substantivo das ações, temas e casos selecionados, ignorados ou enfatizados pela cobertura.

5.3 Panorama da relação entre normas e operadores analíticos

Ao longo deste capítulo, tentou-se esclarecer os fundamentos teórico-metodológicos que moldaram os operadores analíticos dessa pesquisa. Agora cabe esclarecer como esses operadores e suas respectivas variáveis interceptam as cinco atribuições normativas da mediação jornalística apontadas no 2º capítulo deste trabalho.

Tabela 2 – Intercepção das dimensões analíticas com as normativas: constructos analíticos e variáveis

	Inteligibilidade	Publicidade			Verdade		
Tradução	Linguagem ordinária x Linguagem especializada						
	Explicação de Voc. Verbalização Ref. a emoções	Siglas Nominalização Voc. especial.					
Seleção	Dramatização						
	Personagens	Detalhamento da ação					
Precisão	Fatores de noticiabilidade						
	Fixação x Não-fixação			Transparência oficial			Qualidade da descrição
			Casos	Ações	Temas	Info. incompleta	
Recursos cognitivos adicionais	<i>Ressonância discursiva</i>						
							Erro
				Casos	Ações	Temas	Distorção
							<i>Opacidade e dissonância discursiva</i>
Cão de guarda	Dissonância cognitiva						
	Visualização						
	Lead	Adicional					
	Info de ontexualização						
Cão de guarda	Conseq.	Causas	Soluções				
	Informação de contextualização						
	Escrutínio público						
				Favorável	Crítico		
Cão de guarda	Publicidade ampliada						
			Escândalo	Oficial	Bastidores		

Fonte: Elaborada pelo autor

Um panorama gráfico de onde estas intercepções estão localizadas pode ser visualizado na tabela 2. Em sua coluna esquerda, as cinco atribuições da mediação jornalísticas estão condensadas em cinco dimensões analíticas¹⁵⁸. Na parte superior, estão localizados os princípios normativos do agir comunicativo e da esfera pública operacionalizados (inteligibilidade, publicidade e verdade). No interior da tabela, encontram-

¹⁵⁸ Do seguinte modo: a) traduzir a linguagem especializada dos sistemas para a linguagem ordinária (tradução); b) selecionar temas e questões em acordo com os interesses cognitivos da audiência (seleção); c) dispor de produtos jornalísticos que sirvam como marcadores de credibilidade informativa mediante o provimento de informação precisa (precisão); d) fornecer insumos informativos adicionais que ajudem a contextualizar e a compreender fenômenos sociais complexos (recursos cognitivos adicionais); e) monitorar ativa e criticamente os centros de poder de modo a ampliar o escopo de visibilidade de pública dos sistemas sociais (cão de guarda).

se os operadores analíticos (em negrito) e as variáveis que os compõem (em tamanho menor e em fonte normal). Os operadores analíticos, desse modo, constituem-se em pontos de interceptação das dimensões analíticas com as normativas.

O ponto que concentra mais interceptações se situa em torno de “transparência oficial”. Isso porque ele desdobra variáveis que se relacionam, ao mesmo tempo, com duas dimensões analíticas (seleção e precisão) e com dois princípios normativos (publicidade e verdade). As variáveis em questão são *casos*, *ações* e *temas*. Estas, como visto anteriormente, além de servirem para determinar o nível de *transparência oficial* da cobertura - a qual junto com *escrutínio público* e *publicidade ampliada* mensuram o nível de publicidade – também serve para que sejam analisados os dois operadores analíticos para verdade, i.e. *erro* e *distorção discursiva*.

5.4 Hipóteses específicas de pesquisa

No capítulo anterior, foram propostas duas hipóteses gerais de pesquisa¹⁵⁹. Com base nessas hipóteses, foram desenvolvidos, no presente capítulo, operadores analíticos e variáveis que pudessem descrever e mensurar o desempenho da cobertura da COP-15 em função de princípios e atribuições normativas da mediação jornalística. Uma vez estabelecidos esses operadores analíticos, agora as hipóteses gerais serão destrinchadas em hipóteses específicas de modo a indicar o desempenho esperado da cobertura para cada operador analítico e variável aqui apresentada. Para a primeira hipótese, temos, então, as seguintes hipóteses específicas:

H1a: Para inteligibilidade: *Quanto maior a visibilidade da matéria, maior será seu índice de inteligibilidade, ou seja, de fatores de noticiabilidade, tradução de linguagem, informação de contextualização, dramatização e visualização.*

H1b: Para publicidade: *A FSP irá apresentar índices mais elevados de publicidade do que o JN, o que implicará maiores índices em termos de transparência oficial, escrutínio público e publicidade ampliada.*

H1c: Para verdade: *O JN irá apresentar menos erros do que a FSP.*

¹⁵⁹ Sendo elas: H1: *Enquanto a mídia eletrônica (o telejornalismo) tende a cobrir eventos como a COP-15 com níveis mais elevados de inteligibilidade e verdade, a imprensa de qualidade tende a fornecer níveis mais altos de publicidade;* H2: *Os erros e as imprecisões da cobertura da COP-15 não serão fortes o suficiente a ponto de gerar uma distorção decisiva dos padrões discursivos dessa arena de debate*

Para a segunda hipótese de pesquisa, segue-se o seguinte:

H2a: *A cobertura da COP-15 irá apresentar níveis maiores de informação sem erro do que com algum tipo de imprecisão.*

H2b: *Essa mesma cobertura irá apresentar níveis mais intensos e consistentes de ressonância discursiva do que de distorção.*

5.5 Técnicas e princípios metodológicos operacionalizados

Nesta seção, serão esclarecidas quais as técnicas e abordagens metodológicas empregadas para quantificar e analisar os resultados dessa pesquisa. Nesse contexto, também serão apresentados os procedimentos utilizados para se testar as hipóteses específicas apresentadas acima. Em seguida, esses procedimentos serão discutidos em função de três princípios metodológicos, sendo a saber: validade, confiabilidade e replicabilidade.

5.5.1 Das técnicas: como os resultados foram produzidos e as hipóteses testadas

Uma vez que todas as matérias e declarações da COP-15 foram codificadas, os dados foram agregados em diferentes níveis (das variáveis simples às variáveis compostas). Em todos esses níveis, as hipóteses foram testadas.

Para a hipótese referente à inteligibilidade (H1a), com exceção para os indicadores “fatores de noticiabilidade”, “dramatização” e “visualização”¹⁶⁰, a quantificação foi estabelecida a partir de uma razão proporcional que dividiu o número de ocorrências de cada variável pelo número de palavras correspondente à área de codificação¹⁶¹. Em seguida, os valores resultantes dessa proporção foram agregados a partir da soma de escores padronizados toda vez que as escalas de valor se mostraram diferentes. De posse dos dados, correlações de Spearman¹⁶² foram aplicadas em todos os níveis de agregação possíveis.

¹⁶⁰ Para estas variáveis as correlações foram realizadas a partir do número absoluto de ocorrência pela matéria, pois, para o tipo de fenômeno que essas variáveis identificam, não há evidências para supor que a chance de sua ocorrência se modifica em função da extensão (número de palavras) da matéria.

¹⁶¹ Para a especificação da área de codificação de cada variável, consultar o livro de códigos.

¹⁶² Esse tipo de teste estatístico foi considerado como adequado para testar a hipótese de pesquisa H1a, pois os tipos de variáveis envolvidas correspondem àquelas tida como adequadas para esse tipo de teste. Este é capaz de identificar significância estatística para a correlação entre variáveis quantitativas contínuas com categóricas ordinais (ver Spearman, 1904). Esse é justamente o caso das variáveis envolvidas na hipótese H1a, em que as variáveis (dependentes) referentes à inteligibilidade são quantitativas contínuas, enquanto a variável independente (visibilidade) se trata - em ambas as possibilidades (dos *media* ou como gradiente) - de uma

Já para quantificar as variáveis indicadoras de publicidade, procedeu-se a uma soma da quantidade de ocorrências (de proferimentos válidos à variável de interesse) em uma matéria. A quantidade correspondente foi multiplicada por 100 (para evitar valores com muitas casas decimais) e dividida pelo número de palavras do corpo da matéria. Com isso, foi possível chegar a uma média de cada variável presente na matéria e também nos diferentes níveis de agregação. Desse modo, a quantificação de cada variável se deu em termos proporcionais e evitou, do mesmo modo como na quantificação de inteligibilidade, resultados enviesados pela quantidade absoluta¹⁶³. Para testar as hipóteses H1b e H1c, comparou-se, então, a média de cada variável (simples e compostas) em cada cobertura em questão (JN x FSP). Para tal propósito, foram aplicados testes Anova.

Já para se verificar o nível de erros tanto da cobertura, como do JN e da FSP separadamente (hipóteses H1c e H2a), os proferimentos relativos à transparência oficial com erros foram contabilizados e comparados em termos equivalentes aos proferimentos sem erros. Para isso, gráficos de barras foram produzidos para evidenciar o peso de cada tipo de proferimento.

De modo a testar a hipótese H2b, procedeu-se a uma soma dos temas, ações e casos mais frequentes de cada arena discursiva em questão (sessões da COP-15 x cobertura jornalística). Os valores dessas somas foram, então, utilizados para se compor gráficos de pirâmide populacional com o objetivo de comparar a distribuição relativa das unidades das variáveis em questão (temas ações e casos) em cada arena discursiva. De posse desses gráficos, uma análise interpretativa e crítica da cobertura foi feita tendo como referência três constructos analíticos: ressonância, dissonância e opacidade discursiva.

5.5.2 Dos princípios: buscando equilíbrio entre validade, confiabilidade e replicabilidade

O desenho e os procedimentos metodológicos desta pesquisa buscaram satisfazer três princípios, sendo estes, a saber, os de (a) validade; (b) confiabilidade (ou intersubjetividade); e (c) replicabilidade.

O primeiro princípio se refere à capacidade dos operadores e procedimentos analíticos descreverem, de modo eficiente, as categorias conceituais de interesse da pesquisa. Nesse

variável categórica ordinal. Agradeço Rafael Melo por ter auxiliado na indicação desse e dos outros testes estatísticos operacionalizados por esta pesquisa.

¹⁶³ Esse tipo de procedimento é similar ao utilizado por Benson (2010) e se mostrou bastante eficiente para gerar a comparação da categoria “criticism” entre diferentes mídias de diferentes países (França e EUA). Isso porque, ao traduzir tal variável em termos de uma proporção, evita-se que o volume maior de cobertura de um determinado veículo acabe produzindo a impressão de que essa qualidade seja considerada também maior.

sentido, do mesmo modo que os conceitos de “sensação térmica” é descrito a partir de variáveis como temperatura, umidade relativa do ar e velocidade do vento, esta pesquisa utilizou os operadores analíticos *erros* e *distorção discursiva* para mensurar “distorção” e, conseqüentemente, intensidades distintas de *verdade* na cobertura da COP-15. Essa distinção de níveis de verdade se faz viável tendo em vista que quanto menos distorção apresentar a cobertura, mais objetiva (verdadeira) ela será.

O princípio de validade coloca em questão se tal dedução é válida. Com o objetivo, então, de demonstrar a validade dos operadores analíticos desta pesquisa, procedeu-se, nas sessões anteriores deste capítulo, a uma apresentação do conjunto de pesquisas empíricas e reflexões que fundamentaram tais operadores como plausivelmente válidos.

O segundo princípio metodológico operacionalizado se refere à *confiabilidade* com que os operadores são aplicados. Já não se trata, portanto, de verificar a compatibilidade entre conceitos e operadores analíticos, mas de verificar, se os resultados produzidos por esses operadores são confiáveis. Desse modo, ao medir a temperatura do ambiente para aferir a sensação térmica, será que o termômetro utilizado fornecerá uma medição de temperatura confiável? Ou, no caso desta pesquisa, será que a quantidade de erros identificados na cobertura da COP-15 é, de fato, a quantidade correta?

Esse tipo de questionamento é de suma importância na análise de conteúdo, pois, em sua definição tradicional, esse tipo de técnica consiste em descrever “com máxima objetividade, precisão e generalidade o que é dito por um determinado sujeito em um determinado espaço e tempo” (LASSWELL, LERNER AND POOL apud MACNAMARA, 2003, p.02)¹⁶⁴.

Dai surge uma grande preocupação, sob essa perspectiva mais tradicional, em se garantir a confiabilidade dos resultados apresentados, pois o ato de determinar de forma “objetiva” e “precisa” o sentido de um texto - algo que é, a rigor, aberto à interpretação - acaba por levantar forte desconfiança. Desconfiança no sentido de colocar em questão se os resultados apresentados pelo pesquisador (a) não foram, voluntária ou involuntariamente, influenciados por um viés interpretativo.

¹⁶⁴ Tradução livre de “with optimum objectivity, precision, and generality, what is said on a given subject in a given place at a given time”

Tabela 3 – Valores de Krippendorff alfa (Kalpha) por variável

Variável	Kalpha	Variável similar ou repetida
Número de palavras	0,9089	Número de palavras do corpo
Formato	0,7363	Sem repetição
Editoria	1	Sem repetição
Autor	0,924	2o autor
Localização da matéria	0,661	Gradiente de visibilidade
Referência às COPs	0,923	Ref. a COPs passadas Ref. a COP15 Ref. a COP futuras
Tipo de ator	0,948	Tipo do person. (vítima, herói e vilão) Tipo de: fonte, agente*, destinatário* e alvo
Cargo do ator	0,777	Cargo do person. (vítima, herói e vilão) Cargo da: fonte, agente*, destinatário* e alvo
Origem do ator	0,807	Origem do person. (vítima, herói e vilão) Origem da: fonte, agente*, destinatário* e alvo
Tipo de citação (à fonte)	0,935	Sem repetição
Nota coberta	não realizado	Sem repetição
Chamada ao vivo	não realizado	Sem repetição
Presença na abertura	não realizado	Sem repetição
Fatores de fixação	0,879	Sem repetição
Fatores de não-fixação	0,845	Sem repetição
Todos os fatores	0,87	Sem repetição
Consequencias	0,638	Sem repetição
Causas	0,695	Sem repetição
Soluções ^a	0,788	Sem repetição
Tradução de linguagem	não realizado	Sem repetição
Detalhamento da ação	não realizado	Sem repetição
Vítima (personagens)	0,697	Sem repetição
Vilão (personagens)	0,613	Sem repetição
Herói (personagens)	0,621	Sem repetição
Emoção (personagens)	0,659	Sem repetição
Tema geral da matéria (person.)	0,65	Conflito
Visualização	não realizado	Sem repetição
Escrutínio público	não realizado	Sem repetição

* Variável comum aos dois bancos de codificação (i.e. ao da cobertura jornalística e ao das sessões)

^a Incluiu-se mais uma variável não presente no teste original

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 4 – Variáveis em que o teste de Krippendorff alfa (Kalpha) não se aplica

	<u>Por baixa complexidade</u>	<u>Por alta complexidade</u>
	COBERTURA	Título Ident. do documento Data* Visibilidade dos media Tipo de texto Ident. do vídeo Nomes em geral*
SESSÕES	Palavras do documento Transcrição Url do documento Sessão Ordem numérica do video	Tempo inicial* Tempo final

* Variável comum aos dois bancos de codificação (i.e. ao da cobertura jornalística e ao das sessões)

Fonte:Elaborada pelo autor

Com o propósito de controlar essa desconfiança, tem crescido a prática de submeter os operadores analíticos da análise de conteúdo aos chamados testes de confiabilidade (*intercoder reliability tests*)¹⁶⁵. Esses testes consistem em conferir se codificadores, em uma codificação (cega e independente) de um mesmo conteúdo, chegam a resultados equivalentes ao utilizarem um determinado operador analítico. Se os resultados forem considerados similares o suficiente, então o operador analítico é considerado confiável.

¹⁶⁵ Mcnamara apresenta a importância da condução desse tipo de teste a partir das palavras de Tinsley e Weiss: “Mesmo quando um investigador principal conduz a maior parte da pesquisa, um teste de confiabilidade a partir de uma sub-amostra codificada por um segundo ou terceiro codificador é importante para assegurar, segundo Tinsley e Weiss (1975), que ‘os números não sejam o resultado de idiosincrasias subjetivas do pesquisador.’ (MACNAMARA, 2003, p.10). Tradução livre de: “Even when a primary researcher conducts most of the research, a reliability sub-sample coded by a second or third coder is important to ensure that, in the words of Tinsley and Weiss (1975), “obtained ratings are not the idiosyncratic results of one rater’s subjective judgement” (p. 359).”

Esta pesquisa procedeu a este tipo de técnica como uma das formas de satisfazer o princípio de confiabilidade. Para tanto, aplicamos o teste de Krippendorff Alpha (Kalpha) para a maioria das variáveis em que a aplicação deste tipo de técnica se mostrou adequada. Os resultados deste tipo de teste cujo valor mínimo recomendado é de 0.667 (KRIPPENDORFF apud DYLKO et al, 2011, p.840-841) encontram-se na tabela 3. Esta, além dos referidos resultados, discrimina quais variáveis a ele foram submetidas. Isso porque há variáveis que a aplicação desse tipo de teste não se mostra adequada, seja por serem de baixa complexidade, seja por justamente o oposto. Estas variáveis estão identificadas na tabela 4.

No que diz respeito às variáveis de alta complexidade, é oportuno apontar que elas dão a ver os limites epistemológicos que a compreensão tradicional de análise de conteúdo carrega, o que traz inclusive severos riscos a outros princípios metodológicos quando testes de confiabilidade são aplicados de modo indiscriminado.

Para ilustrar esse risco, é oportuno recorrer ao trabalho de Hayes & Krippendorff (2007). Enquanto os autores são bem persuasivos no que diz respeito à superioridade operacional do Krippendorff alfa em relação a outros tipos de testes de confiabilidade, eles não estabelecem qualquer reflexão acerca dos impactos que a produção desse tipo de teste pode ter para a *validade* dos resultados obtidos. Esse tipo de reflexão, no entanto, é possível de ser encontrada na sistematização que Rossmann (2005) faz da análise de conteúdo. Ela chega inclusive a propor que “um alto nível de validade que pretenda apreender todas as nuances dos constructos teóricos acaba por mitigar a confiabilidade. De modo recíproco, um alto nível de confiabilidade frequentemente impede um alto nível de validade. ” (ROSSMANN, 2005, p.44)¹⁶⁶.

Essa assertiva tende a ser válida para variáveis de média e alta complexidade, pois variáveis de baixa complexidade - tais como a identificação da “editoria” em que uma matéria foi publicada (ver tabela 3) – podem combinar, sem maiores problemas, altos níveis de validade e confiabilidade. Sendo assim, só no caso de variáveis de média e alta complexidade é que altos índices de confiabilidade tendem a sacrificar altos níveis de validade. Isso implica, em termos práticos, que, para alcançar altos níveis confiabilidade em certos operadores analíticos de média e alta complexidade, uma redução de complexidade do fenômeno que se pretende analisar se faz necessária.

¹⁶⁶ Tradução livre de “Eine hohe Validität, die jeden noch so kleinen Aspekt des theoretischen Konstrukts zu erfassen versucht, geht zu Lasten einer hohen Reliabilität. Umgekehrt geht eine hohe Reliabilität häufig zu Lasten der Validität.”

Como um dos interesses centrais dessa pesquisa é justamente investigar como a complexidade de insumos discursivos se transformam de uma arena discursiva para outra, procurar a atender o princípio de confiabilidade ou intersubjetividade por meio de testes rigorosos de confiabilidade entre codificadores seria justamente perder de vista a identificação dessa complexidade. Sua identificação, a propósito, necessitou de intenso processo de imersão tanto no material analisado, como investigação posterior com o objetivo de esclarecer os elementos que a linguagem técnica das plenárias da COP-15 muitas vezes obscurecem¹⁶⁷. Os resultados daí resultantes não seriam passíveis de serem replicados por meio do tradicional processo de treinamento de codificadores e, portanto, por meio de um teste de confiabilidade. Para isso, seria preciso que cada codificador adicional se engajasse de modo similar no processo de imersão da análise, o que, portanto, seria inviável.

Sendo assim, para se garantir o princípio de *intersubjetividade*¹⁶⁸, tão caro à análise de conteúdo, como a qualquer procedimento metodológico diligente, esta pesquisa foi desenhada de modo a permitir que cada codificação realizada pudesse ser verificada externamente. Para viabilizar tal verificação, estão disponíveis a examinadores externos os seguintes itens: o banco de dados, o material analisado, os documentos de codificação, assim como os livros de códigos para cada banco de dados (correspondente a cada arena discursiva). Com isso, cada uma das observações realizadas pode ser verificada e eventualmente questionada pela comunidade científica. Isso tem impacto inclusive sobre a confiabilidade dos resultados, dado que “a confiança aumenta se os resultados forem apresentados de uma forma que permita ao leitor conceber interpretações alternativas” (GRANEHEIM & LUNDMAN, 2004, p.110)¹⁶⁹.

Desse modo, a confiança aumenta não porque todo examinador externo irá necessariamente concordar com a codificação, já que, no caso da codificação de variáveis complexas, não existe “apenas um significado possível ou uma efetivação universal dos resultados da investigação, mas apenas o significado mais provável de uma perspectiva

¹⁶⁷ Exemplo pode ser encontrado no documento P031 (Código de ação PP045) e no documento P038 (“or rubber-stamp a text or texts coming out of the blue”). Outro exemplo se encontra no mesmo documento no que se refere ao “double-track process”.

¹⁶⁸ Macnamara explica como a ideia de intersubjetividade é uma noção mais precisa do que objetividade para se aferir à confiabilidade da análise de conteúdo: “Um dos principais objetivos de qualquer investigação científica deve ser o de fornecer uma descrição ou explicação de um fenômeno de uma forma que evite ou minimize as inclinações interpretativas do pesquisador e, mesmo que uma efetiva objetividade não seja possível, deve-se buscar a coerência analítica e aquilo que os estudiosos denominam de intersubjetividade.” MACNAMARA, 2003, p.08). Tradução livre de: “A major goal of any scientific investigation must be to provide a description or explanation of a phenomenon in a way that avoids or minimizes the biases of the investigator and, while true objectivity may not be possible, it should strive for consistency and what scholars term intersubjectivity.”

¹⁶⁹ Tradução livre de: “Trustworthiness will increase if the findings are presented in a way that allows the reader to look for alternative interpretations.”

particular” (GRANEHEIM & LUNDMAN, 2004, p.105)¹⁷⁰. O aumento de confiança reside, portanto, em dar condições para que o (a) leitor (a) e para examinadores externos compreendam, dentre um rol de escolhas e perspectivas possíveis, quais foram as que efetivamente foram efetivamente adotadas durante o processo de codificação e análises dos dados.

Nesse contexto, é oportuno aventar para o fato de que a mera presença de um teste de confiabilidade, além de não garantir validade (aliás, podendo até comprometê-la), também não garante o terceiro princípio metodológico aqui operacionalizado, i.e. o replicabilidade¹⁷¹, o qual, segundo Macnamara

[...] é um critério-chave para toda a pesquisa científica. A replicabilidade é determinada pela plena divulgação das informações sobre a metodologia e os procedimentos. No caso da análise de conteúdo, deve-se incluir a lista de códigos ou livro de códigos; orientações e instruções de codificação para os codificadores; o método de codificação utilizado no caso de codificação humana; detalhes de programas utilizados; e todos os dados que dão suporte às conclusões. (2003, p.13)¹⁷².

Tendo em vista esses elementos que operacionalizam o princípio de replicabilidade, faz-se notar que muitas das pesquisas que apresentam testes de confiabilidade não disponibilizam livros de códigos que permitam que os resultados sejam replicados. A fim de evitar tal problema, disponibilizamos o livro de códigos dessa pesquisa com alto nível de detalhamento. A combinação desses elementos tem por objetivo garantir equilíbrio entre os três princípios metodológicos de validade, confiabilidade (ou intersubjetividade) e replicabilidade.

¹⁷⁰ Tradução livre de: “There is no single correct meaning or universal application of research findings, but only the most probable meaning from a particular perspective.”

¹⁷¹ É oportuno também notar que a apresentação de testes de confiabilidade não elimina a necessidade de atribuir confiança ao pesquisador que apresenta seus resultados. Isso porque as codificações podem ocorrer em vários níveis de independência entre os codificadores. Ademais, por experiência própria, tenho constatado que um nível satisfatório de Kapha pode decorrer mais de um cuidadoso processo de treinamento do que de instruções precisas previamente estabelecidas para o codificador e, por conseguinte, para a comunidade científica. Sendo assim, defendo que uma análise efetivamente confiável é aquela que é capaz de garantir replicabilidade dos resultados da pesquisa. Para a replicabilidade, são fundamentais a disponibilização do material analisado e livro de códigos detalhado, de tal modo que permita a qualquer pesquisador repetir o mesmo procedimento da pesquisa, chegando a resultado similares ou até contraditórios, mas, em ambas as possibilidades, comparáveis.

¹⁷² Tradução livre de: “is a key criterion for all scientific research. Replicability is determined by full disclosure of information on methodology and procedures. In the case of content analysis, this should include the Code Book/Coding List; coding guidelines and instructions to coders; method of coding used in the case of human coding; details of any software programs used; and all data supporting conclusions.”

VI – UMA MEDIAÇÃO PRELIMINAR DA COP-15

Esse capítulo está dividido em quatro partes. A primeira apresenta, em linhas gerais, os resultados da pesquisa. A seção subsequente utiliza os resultados para propor reflexões e análises em relação às perguntas de pesquisa. Já a terceira seção discute os achados à luz da literatura especializada. Nesse contexto, são sublinhadas as contribuições que esta pesquisa oferece à literatura em tela. A quarta e última seção aponta alguns limites deste trabalho, assim como sugestões para pesquisas futuras.

6.1 Uma leitura preliminar dos resultados

Uma observação panorâmica dos dados da pesquisa confirma a percepção de que o telejornalismo possui critérios de seleção e espaço bem mais restritos do que aqueles estabelecidos pela imprensa de referência¹⁷³. Isso se confirmou inclusive numa condição pouco favorável, pois, nesta pesquisa, não foram codificadas nem contabilizadas entrevistas, editoriais, cartas ao leitor e outros tipos de materiais típicos do jornalismo impresso. Mesmo em tal situação, o JN, como se pode observar na tabela 5, apresentou não apenas uma quantidade menor de matérias sobre mudanças climáticas e a COP-15 (21 contra 65 da FSP), mas, também, o número de palavras foi quase três vezes menor (7.863 contra 22.632 da FSP). Esse número de palavras corresponde à soma das palavras que compõe a área de codificação das variáveis agregadas para publicidade, ou seja ao número de palavras do corpo da matéria (ver livro de códigos).

Como as variáveis de publicidade foram analisadas, num primeiro momento, ao nível do proferimento, pode-se perceber que, além de devotar uma quantidade de conteúdo menor em termos absolutos, o JN também apresentou, em termos proporcionais, quantidade menor de publicidade. Enquanto a razão de publicidade para o JN é de 48 proferimentos para 7.863 palavras (0,006), a FSP apresentou uma razão de 213 proferimentos para 22.632 palavras (0,009).

Tal disposição parece ter tido repercussões também para as variáveis referentes ao princípio normativo de verdade (*Wahrheit*), pois, do mesmo modo que a FSP apresentou, em termos absolutos e proporcionais, mais publicidade do que o JN, aquela também apresentou, nos mesmos termos, mais erros do que este. De todo modo, veremos, ao longo deste capítulo,

¹⁷³ Como aponta Parkinson: “Cada meio tem estritos limites físicos, o que significa que apenas uma pequena parte de qualquer história pode ser contada. A televisão e o rádio são muito mais limitados do que a mídia impressa, isso de tal modo que ‘o texto de um programa de meia hora não conseguiria encher a primeira página de um jornal impresso’ (PARKINSON, 2005, p.177, tradução livre).

que esses erros tiveram, na cobertura como um todo, peso menor em comparação ao provimento preciso de informação. Só que essa precisão, em termos de ressonância discursiva, não se mostrou evidente devido a indícios de opacidade e dissonância discursiva. Como resultado, a hipótese H2b¹⁷⁴ não pôde ser confirmada.

Se, por um lado, o JN ofereceu uma intensidade de publicidade menor do que a FSP, por outro, a satisfação ao princípio de inteligibilidade no JN foi bem mais robusta. Uma diferença inclusive mais forte e estatisticamente significativa do que as outras diferenças anteriormente mencionadas. Para o exame dessas diferenças, seguem-se, então, as próximas seções deste capítulo.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas gerais

	Sessões	Cobertura	JN	FSP
Número de vídeos	47	62	62	0
Documentos transcritos	63%	100%	100%	100%
Número de matérias	nsa	86	21	65
Número de proferimentos	441	261	48	213
Número de palavras (corpo)	nsa	30495	7863	22632
Proporção de publicidade	nsa	0,008	0,006	0,009

Fonte: Elaborada pelo autor

6.1.1 Da produção de inteligibilidade

Nesta secção, os resultados para a hipótese H1a¹⁷⁵ serão descritos do nível mais desagregado ao mais agregado das variáveis. No que diz respeito ao nível mais agregado, os resultados confirmam a hipótese em questão não apenas substantivamente, mas também com significância estatística. Todavia, essa confirmação assume diferentes níveis de força a depender da variável em questão. Com o propósito de identificar esses diferentes níveis, assim como os achados que eles revelam, segue-se a apresentação específica dos resultados de cada variável referente à inteligibilidade.

¹⁷⁴ A hipótese H2b previu que a cobertura da COP-15 iria apresentar níveis mais intensos e consistentes de ressonância discursiva do que de distorção.

¹⁷⁵ A hipótese H1a previu que, quanto maior a visibilidade da matéria, maior seria seu índice de inteligibilidade, ou seja, de fatores de noticiabilidade, tradução de linguagem, informação de contextualização, dramatização e visualização.

6.1.1.1 Fatores de noticiabilidade depurados

Como se pode observar na tabela 6, os fatores de noticiabilidade depurados em termos de inteligibilidade se mostraram como positivamente correlacionados à visibilidade dos *media* ($r = 0,103$, $p = 0,345$). A depuração dos fatores de noticiabilidade é resultado da subtração dos fatores de não-fixação (negativamente associados à visibilidade dos *media*) pelos de fixação (com correlação positiva de $r = 0,057$ e $p = 0,600$).

Tabela 6 – Correlações de Spearman entre inteligibilidade e visibilidade dos *media* (FSP para JN)

	Visibilidade dos <i>media</i> ^a (n = 86)	
	<i>r</i>	<i>P</i>
Fatores de Noticiabilidade Depurados	0,103	0,345
Todos os fatores	-0,05	0,65
<i>Fatores de fixação</i>	0,057	0,6
<i>Fatores de não fixação</i>	-0,11	0,304
Informação de Contextualização	0,117	0,282
Consequencias	0,191	0,077*
Causas	0,419	0,000***
Soluções	-0,15	0,181
Tradução de Linguagem	0,263	0,014**
Linguagem Ordinária	0,077	0,482
<i>Explicação de vocabulário</i>	-0,35	0,000***
<i>Verbalização</i>	0,323	0,000***
<i>Referência a emoções</i>	0,128	0,239
Linguagem Especializada	-0,34	0,000***
<i>Siglas</i>	-0,45	0,000***
<i>Nominalização</i>	-0,16	0,151
<i>Vocabulário especializado</i>	-0,07	0,503
Dramatização	0,07	0,522
Detalhamento da ação	-0,13	0,241
Personagens	0,249	0,021**
Visualização	0,542	0,000***
Informação de contextualização	0,088	0,418
Lead	0,427	0,000***
Outra imagem	0,427	0,000***

r = Correlação de Spearman; *P* = Probabilidade; *a* = 2 graus de liberdade

Significância (two-tailed test):

* $p < 0.10$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$

Fonte: Elaborada pelo autor

Mesmo não apresentando significância estatística, o processo de depuração dos fatores de noticiabilidade se mostra evidente quando se compara a soma de todos os fatores - em que a correlação é levemente negativa ($r = -0,05$, $p = 0,65$) - com os fatores de noticiabilidade depurados. Não apenas a direção da correlação é revertida, como a força da correlação se transforma, pois de uma leve, quase insignificante correlação negativa, chega-se a uma correlação positiva fraca, mas considerável.

Tabela 7 – Correlações de Spearman entre inteligibilidade e gradiente de visibilidade

	Gradiente de visibilidade^b (n = 86)	
	r	P
Fatores de Noticiabilidade Depurados	0,03	0,783
Todos os fatores	-0,05	0,639
<i>Fatores de fixação</i>	0	0,996
<i>Fatores de não fixação</i>	-0,04	0,729
Informação de Contextualização	-0,02	0,84
Consequencias	0,197	0,069*
Causas	0,402	0,000***
Soluções	-0,27	0,012**
Tradução de Linguagem	0,165	0,13
Linguagem Ordinária	-0,08	0,493
<i>Explicação de vocabulário</i>	-0,35	0,001***
<i>Verbalização</i>	0,184	0,09*
<i>Referência a emoções</i>	0,124	0,254
Linguagem Especializada	-0,34	0,001***
<i>Siglas</i>	-0,37	0,001***
<i>Nominalização</i>	-0,17	0,112
<i>Vocabulário especializado</i>	-0,08	0,442
Dramatização	0,043	0,691
Detalhamento da ação	-0,14	0,21
Personagens	0,216	0,045**
Visualização	0,619	0,000***
Informação de contextualização	0,195	0,072*
Lead	0,466	0,000***
Outra imagem	0,466	0,000***

r= Correlação de Spearman; P= Probabilidade; b = 3 graus de liberdade

Significância (two-tailed test)

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Fonte: Elaborada pelo autor

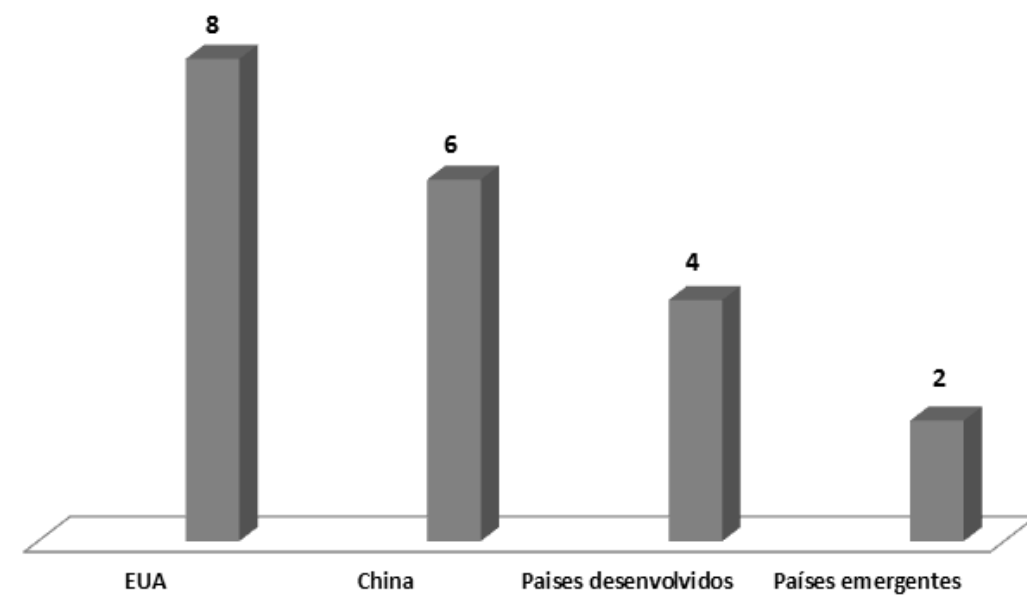
Isso quer dizer que, enquanto as matérias da FSP apresentaram uma cobertura com fatores de noticiabilidade que tanto promovem a inteligibilidade como a mitigam, o JN foi mais criterioso em trabalhar com fatores que promovem a fixação de informação e, ao mesmo tempo, em evitar aqueles que agem em sentido oposto.

Não obstante, o mesmo não pode ser afirmado para quando a visibilidade é mensurada em forma de gradiente. Como se pode observar na tabela 7, a direção dos resultados¹⁷⁶ é a mesma daquela observada para a visibilidade dos *media*. Todavia, as forças das correlações são bem menores do que aquelas encontradas na visibilidade dos *media*.

6.1.1.2 Informação de contextualização

Um fenômeno ainda mais complexo foi observado na variação dos diferentes enquadramentos pelos quais a informação de contextualização pode assumir. Como se pode observar na comparação das tabelas 6 e 7, enquanto este tipo de informação está positivamente correlacionado à visibilidade dos *media* ($r = 0,117$, $p = 0,282$), com relação ao gradiente de visibilidade, há fraca correlação negativa ($r = -0,022$, $p = 0,840$).

Figura 7 – Países apontados como responsáveis pelo problema

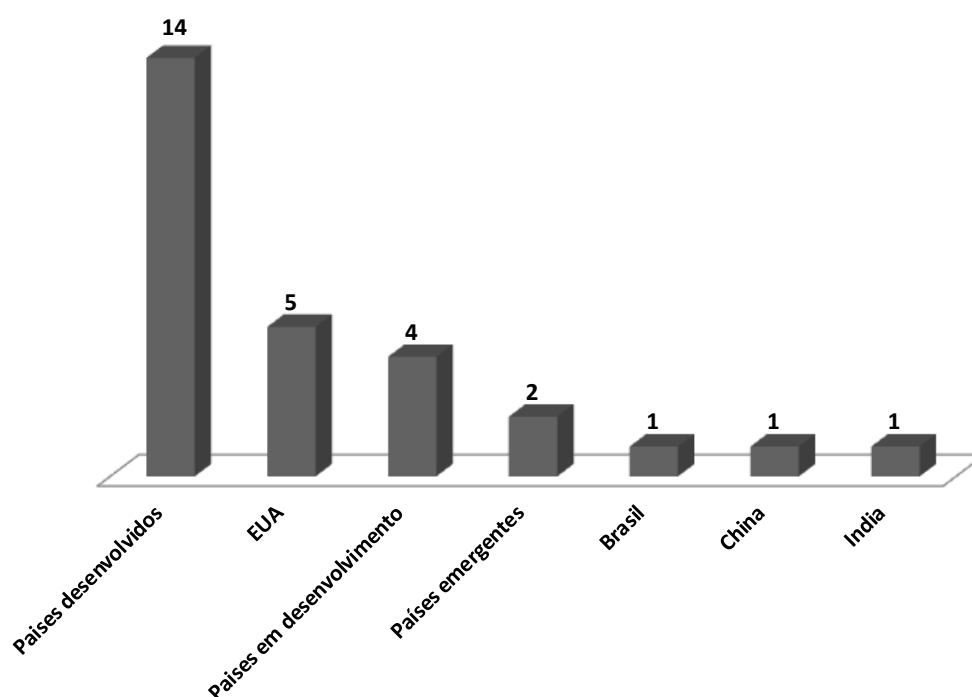


Fonte: Autor

¹⁷⁶ A única exceção se refere aos fatores de fixação, que no lugar de serem positivamente associados, demonstram não ter qualquer relação com a visibilidade ($r = 0,000$ e $p = 0,996$)

De todo modo, em ambas formas de se mensurar a visibilidade das matérias, as informações relativas às *causas* e às *consequências* das mudanças climáticas esteve positivamente correlacionada ao aumento de visibilidade. Nesses estratos mais visíveis, não só as causas, mas como os causadores do problema foram apontados mais numa correlação positiva com a visibilidade (ver figura 7). Uma correlação que inclusive se fez estatisticamente significativa tanto para a visibilidade dos *media*¹⁷⁷, como para o gradiente de visibilidade¹⁷⁸.

Figura 8 – Países apontados como responsáveis pela solução do problema



Fonte: Elaborada pelo autor

O elemento desestabilizador, portanto, refere-se às informações relativas às *soluções*, as quais, em ambas as possibilidades de mensuração de visibilidade, esteve correlacionada negativamente ($r = -0,15$ e $p = 0,181$ para visibilidade dos *media*; $r = -0,27$ e $p = 0,012$ para gradiente de visibilidade). Desse modo, enquanto as causas e causadores estiveram presentes nas faixas mais visíveis, as soluções e os principais responsáveis por executá-las estiveram presentes nas faixas menos visíveis (ver figura 8 para os principais responsáveis identificados na cobertura).

¹⁷⁷ ($r = 0,191$, $p = 0,077$ para consequências; $r = 0,419$, $p = 0,000$ para causas)

¹⁷⁸ ($r = 0,197$; $p = 0,069$ para consequências; $r = 0,402$; $p = 0,000$ para causas)

Tais resultados podem ser explicados com base tanto nos pressupostos que fundamentaram as hipóteses de pesquisa, como nos resultados referentes à distribuição de atenção que a FSP devotou às variáveis referentes à publicidade. Como vimos anteriormente na tabela 5, a FSP cercou o centro político da COP-15 com monitoramento ativo e crítico em maior intensidade que fez o JN. Como esse centro tende a se debruçar mais sobre questões relativas às soluções das mudanças climáticas, então se pode compreender as razões pelas quais a informação de contextualização da FSP se concentrou mais em torno das soluções do que fez o JN. Ou seja, parece que, ao enquadrar a COP-15 com mais ênfase em seus aspectos políticos do que fez o JN, a FSP acabou também por devotar mais espaço à informação de contextualização referente às soluções do que às causas e consequências.

Só que a noção de visibilidade, em termos gradativos, mostra um fenômeno ainda mais interessante: a FSP tendeu, em suas matérias de maior destaque (i.e. com maior visibilidade), a dedicar menor atenção para informação de contextualização relativa às soluções do que fez em matérias de menor destaque (i.e. com menos visibilidade)¹⁷⁹. Isso parecer confirmar, portanto, os pressupostos teóricos que fundamentaram as hipóteses de pesquisa. Enquanto a produção de visibilidade de um problema complexo induz o fornecimento de informações capazes de gerar uma compreensão acerca da gravidade e das origens desse problema (suas causas e consequências), as faixas do jornalismo de menor visibilidade, mas com maior discursividade, abordam, com mais ênfase, as soluções mais adequadas e justas para esse problema. Dito de outro modo, enquanto a produção de visibilidade parecer induzir a oferta de informação para aqueles que possuem pouco repertório acerca do problema, o jornalismo direcionado ao “cidadão (ã) bem informado (a)” tenderia a devotar mais esforços no sentido de dar a ver as zonas formais e informais tanto de dissenso como de consenso em torno desse problema.

6.1.1.3 Tradução de linguagem

Com a tradução de linguagem, a correlação com a visibilidade não se deu nos mesmos termos daqueles observados na informação de contextualização. Enquanto a maioria das variáveis desta mostrou-se ainda mais fortemente correlacionada ao gradiente de visibilidade do que à visibilidade dos *media* (consequências e soluções), naquela (i.e. na tradução de

¹⁷⁹ As médias de informação referentes à solução para gradiente de visibilidade foram as seguintes: visibilidade baixa, i.e. matérias de menor destaque na FSP (n = 32) = 1,204 com dp = 0,721; visibilidade média, i.e. matérias com mais destaque na FSP (n = 33) = 0,832 com dp = 0,565; visibilidade alta, i.e. matérias do JN (n=21) = 0,850 com dp = 0,753. Teste Anova dessas médias teve os seguinte resultados: F = 2,937 e sig. = 0,059.

linguagem) apenas a minoria das variáveis apresentou essa progressão (i.e. nominalização¹⁸⁰ e vocabulário especializado¹⁸¹).

Isso implica que a hipótese se confirmou aqui mais em função da visibilidade dos *media* do que em função de uma noção mais abstrata de visibilidade (i.e. em termos de gradação). Enquanto a correlação de tradução de linguagem com esta foi de $r = 1,65$ e $p = 0,13$ (sem significância estatística), com aquela foi de $r = 0,263$ e $p = 0,014$ (com significância estatística). Sendo assim, a hipótese se confirma em ambos os cenários, só que com diferenças de força e com importantes implicações para uma compreensão mais nuançada dos efeitos que a busca por visibilidade pode ter sobre as práticas jornalísticas.

É oportuno, nesse sentido, destacar que o exame discriminado de cada variável revela um fenômeno bem mais complexo do que antevisto pelos pressupostos e pelo conhecimento utilizado para fundamentá-los. Este é o caso da variável referente à “explicação de vocabulário”, a qual, ao contrário das expectativas, esteve *negativamente* associada à visibilidade (com significância estatística praticamente igual em ambas as formas de operacionalização¹⁸²).

Isso implica que, quanto maior a visibilidade da matéria, menos propensão ela demonstrou a apresentar insumos de explicação de termos especializados. Como resultado, a linguagem ordinária, a qual deveria, segundo a hipótese de pesquisa, estar inequivocamente correlacionada à visibilidade, assim o esteve apenas para a visibilidade dos *media* ($r = 0,077$ e $p = 0,482$), chegando, no caso do gradiente, a apresentar correlação sob força equivalente (fraca), só que em sentido negativo ($r = -0,075$ e $p = 0,493$).

Desse modo, o que acabou determinando a confirmação da hipótese de pesquisa foi a forte correlação negativa entre linguagem especializada e visibilidade (com significância estatística praticamente igual em ambas as formas de operacionalização¹⁸³). Isso significa que, quanto maior foi visibilidade da matéria, mais ela esteve propensa a evitar o uso de linguagem especializada.

Quando levamos em conta que a tradução de léxico especializado acaba, ainda que pedagogicamente, apresentando formas da linguagem especializada, houve, então, uma forte associação das matérias com maior visibilidade em evitar qualquer traço de linguagem especializada. Isso, por um lado, implica que, em tais circunstâncias, a mediação jornalística deixa de exercer suas funções pedagógicas e se abstém, portanto, de induzir o público a se

¹⁸⁰ $r = -0,156$ e $p = 0,151$ para visibilidade dos *media* e $r = -0,173$ e $p = 0,11$ para gradiente de visibilidade.

¹⁸¹ $r = -0,07$ e $p = 0,504$ para visibilidade dos *media* e $r = -0,08$ e $p = 0,44$ para gradiente de visibilidade.

¹⁸² $r = -0,353$ e $p = 0,000$ para visibilidade dos *media* e $r = -0,353$ e $p = 0,001$ para gradiente de visibilidade.

¹⁸³ $r = -0,339$ e $p = 0,000$ para visibilidade dos *media* e $r = -0,338$ e $p = 0,001$ para gradiente de visibilidade.

familiarizar com o repertório especializado que constitui os regimes de governança tais como os da COP-15. Por outro lado, ao evitar qualquer traço de linguagem especializada, podemos também considerar que os estratos mais visíveis do sistema mediático aqui analisados tenderam a tornar seus materiais inteligíveis de tal forma que a recepção não precisaria devotar esforço cognitivo adicional para decodificar seu conteúdo, tais como o aprendizado e a aquisição de novo repertório vocabular.

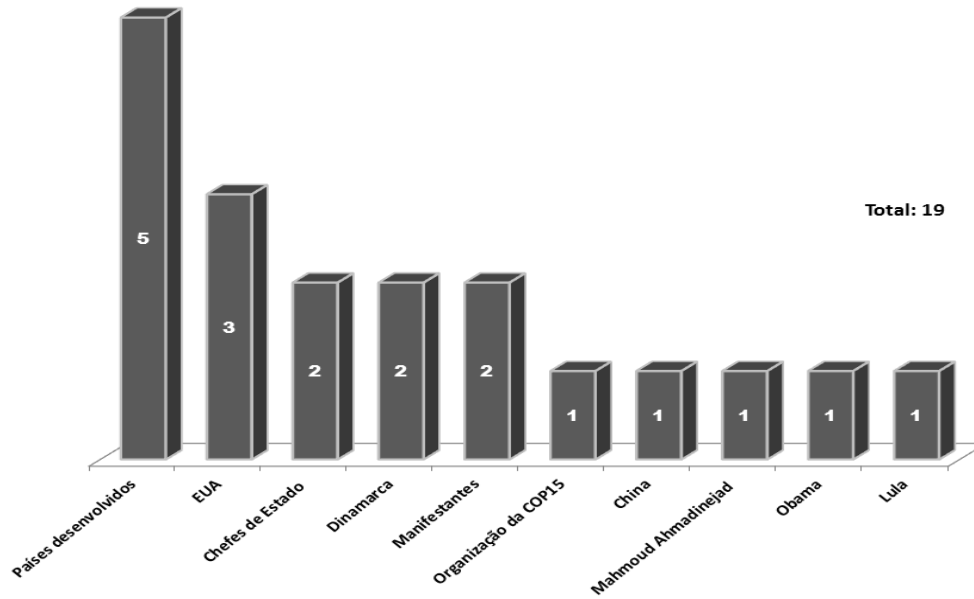
Ao mesmo tempo, as funções pedagógicas do sistema mediático parecem ter sido mais intensas nos estratos menos visíveis do sistema mediático do que nos mais visíveis¹⁸⁴. Nestes, *a inteligibilidade pode ter sido mais robusta justamente pelo enfraquecimento das funções pedagógicas*, pois a comunicação se utilizou mais da linguagem e repertório comuns do que tentou ampliá-lo¹⁸⁵.

6.1.1.4 Dramatização

Um quadro cheio de nuances também foi possível de ser observado para dramatização. O primeiro deles se refere aos resultados agregados das variáveis e que, portanto, indicam o nível de dramatização. Nesse nível mais agregado, a dramatização esteve positivamente correlacionada apenas um pouco mais à visibilidade dos *media* ($r = 0,070$ e $p = 0,522$) do que ao gradiente de visibilidade ($r = 0,043$ e $p = 0,691$), pois a diferença das correlações se mostrou pequena, além de serem ambas as correlações baixas.

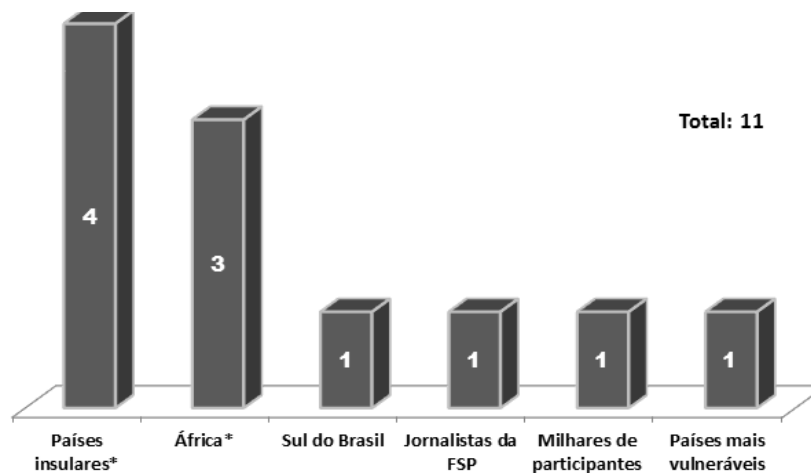
¹⁸⁴ Esse comportamento observado neste caso não deve ser tomado como representativo do padrão regular e geral do sistema mediático. Para mais detalhes nesse sentido, ver a seção 6.4 deste trabalho.

¹⁸⁵ Uma interpretação alternativa foi apresentada durante a defesa deste trabalho por um dos arguidores. Apontou-se que o fator explicativo preponderante para a ausência de explicação de vocabulário especializado nos materiais jornalísticos não seria a visibilidade, mas sim “o tempo de exposição”. No entanto, até o momento último de fechamento deste trabalho, os dados capazes de subsidiar tal interpretação não se fizeram disponíveis.

Figura 9 – Personagens: atores apresentados como vilões pela cobertura

Fonte: Elaborado pelo autor

Ademais, o exame discriminado das variáveis também aponta para situações que acabaram por quebrar a previsibilidade linear proposta pela hipótese de pesquisa. Enquanto a variável “detalhamento da ação” se mostrou negativamente correlacionada à visibilidade¹⁸⁶, a variável “personagens”, por sua vez, esteve associada positivamente. Todavia, algumas diferenças relevantes podem ser observadas em relação ao que ocorreu com a variável discutida anteriormente (tradução de linguagem).

Figura 10 – Personagens: atores apresentados como vítimas pela cobertura

* Resultados produzidos após agregação de dados com base na localização geográfica do ator (para "África") e com base no tipo de país (para "Países insulares").

Fonte: Elaborado pelo autor

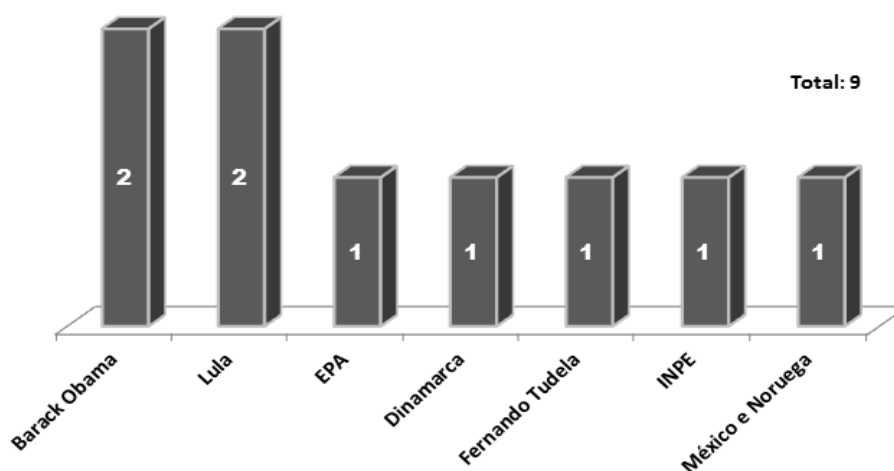
¹⁸⁶ $r = -0,128$ e $p = 0,241$ para visibilidade dos *media* e $r = -0,137$ e $p = 0,210$ para gradiente de visibilidade.

A primeira diferença se refere à força da correlação. Enquanto “explicação de vocabulário” especializado foi uma variável que, para a tradução de linguagem, posicionou-se com significância estatística numa direção contrária à hipótese, a variável de dramatização que apresentou significância estatística foi justamente aquela que confirma a hipótese, i.e. a variável “personagens”. Acerca destes, como se pode verificar nas figuras 9, 10 e 11, a cobertura apresentou bem mais vilões (n=19) e vítimas (n=11) do que heróis (n=9).

Uma segunda diferença diz respeito às implicações substantivas para a compreensão dos efeitos da visibilidade sobre as práticas jornalísticas. Isso porque o resultado inesperado para a variável “explicação de vocabulário” pode ser explicado como algo que, na verdade, acaba por garantir maior inteligibilidade aos materiais jornalísticos mais visíveis. Isso porque esses materiais, ao evitarem a linguagem especializada¹⁸⁷, acabam por reduzir o esforço cognitivo que a audiência precisaria dispor no processo de recepção.

Já no caso da variável “detalhamento da ação”, o mesmo tipo de análise não se mostra adequado, pois, como visto no capítulo anterior, os narratemas relativos ao *tempo*, ao *espaço* e aos envolvidos em uma *ação* (seus *actantes* e *objetos*) são fundamentais para garantir a inteligibilidade de um texto narrativo. Se há menos narratemas desse tipo no texto das matérias em questão, torna-se inevitável assumir que a inteligibilidade foi aí prejudicada. Diante desse quadro, duas circunstâncias podem vir a explicar o comportamento inesperado da variável “detalhamento da ação”.

Figura 11 – Personagens: atores apresentados como heróis pela cobertura



Fonte: Elaborada pelo autor

¹⁸⁷ Mesmo que o custo seja a diminuição das funções pedagógicas.

A primeira se refere a como essa variável foi operacionalizada. Como se pode constatar no livro de códigos, a variável foi codificada a partir do corpo da matéria, ignorando-se, portanto, o título e o subtítulo para o jornal impresso (a FSP) e a chamada para o telejornalismo (para o JN). Essa escolha metodológica foi feita tendo em vista que, enquanto as ações contidas no título, subtítulo e nas chamadas antecipam ações e fatos que serão detalhados posteriormente, o corpo da matéria é que efetivamente se dedica à ação de narrar (ver livro de códigos). Ademais, caso os elementos em tela não tivessem sido ignorados, haveria uma tendência de favorecimento das formas narrativas do telejornalismo. Isso porque, nos títulos e subtítulos do jornalismo impresso, há geralmente poucos verbos (ações) e mais uma apresentação dos temas que serão desenvolvidos ao longo da matéria. Isso não é o caso das chamadas, as quais em uma frase ou duas sintetizam a notícia, inclusive especificando, além de ações, seu tempo, lugar e objeto. A escolha em torno do corpo da matéria pode ter, portanto, resolvido um problema (o de subestimar o detalhamento da ação para jornalismo impresso) para trazer outro: o de subestimar o detalhamento da ação no telejornalismo.

No entanto, isso não explica tudo, pois, como se pode observar, a correlação negativa de detalhamento da ação com visibilidade teve um leve incremento no gradiente de visibilidade. Se o problema fosse apenas da estrutura narrativa dos diferentes gêneros jornalísticos em questão, a tendência seria que essa correlação ficasse menor ou igual, e não maior, como foi observado. Assim, as matérias da FSP com menor destaque (as menos visíveis) foram justamente aquelas que mais detalharam a ação.

Diante disso, uma segunda circunstância pode ter contribuído para esse fenômeno: a utilização de elementos visuais. Estes, ao darem a ver o lugar de uma ação e os sujeitos implicados nela (actantes e objetos), carecem, muitas vezes, que estes sejam novamente especificados no corpo da matéria. Tal circunstância explicaria, inclusive, porque as matérias da FSP com menor destaque precisaram detalhar mais as ações, no corpo da matéria, do que as matérias com mais destaque e, portanto, visibilidade. Isso porque, como veremos logo adiante, as matérias mais visíveis (inclusive da FSP) foram justamente aquelas que, no universo das 65 matérias da FSP, mais se utilizaram de elementos de visualização.

6.1.1.5 Visualização

Até agora, todos os indicadores analíticos que mensuraram o nível de inteligibilidade das matérias apresentaram, nas variáveis desagregadas, nuances e até valores contraditórios

aos que seriam esperados com base na hipótese de pesquisa H1a. Todavia, esse não foi o caso para visualização. Isso porque todas as variáveis que compuseram esse indicador analítico apresentaram valores uniformemente coerentes à hipótese de pesquisa em questão.

Tal uniformidade foi inclusive literal para as variáveis visualização de “lead” da matéria e para “outra imagem”¹⁸⁸. Diante desse grau incomum de uniformidade, verificou-se se não teria havido uma duplicação acidental na hora de se computar os dados. Constatou-se, no entanto, que essa duplicação não ocorreu e que, portanto, essas variáveis tiveram efetivamente o mesmo desempenho, tal como demonstrado pelos valores para as correlações de Spearman (ver tabelas 6 e 7).

A confirmação uniforme da hipótese de pesquisa em todas as variáveis que compuseram visualização não foi, entretanto, a única característica distintiva desse indicador analítico em relação aos outros anteriormente observados. Isso porque a visualização foi o único indicador analítico agregado para inteligibilidade que apresentou uma correlação com o *gradiente de visibilidade* maior do que com a *visibilidade dos media* ($r = 0,619$, $p = 0,000$; e $r = 0,542$, $p = 0,000$, respectivamente). Enquanto os fatores de noticiabilidade depurados, a informação de contextualização, a tradução de linguagem e a dramatização obtiveram correlações menores e até divergentes com o gradiente de visibilidade, a visualização apresentou, não apenas uma correlação maior, como foi, em ambas as formas de mensuração de visibilidade, estatisticamente significativa (ver tabelas 6 e 7).

Essa correlação maior ocorreu devido ao fato de que as matérias da FSP com maior destaque apresentaram mais visualização do que aquelas de menor destaque¹⁸⁹ e também devido à distribuição dos valores em maior consonância à escala de gradação estabelecida pela variável em questão. Uma distribuição que foi, portanto, mais coerente à progressão do seu gradiente de visibilidade do que foi em função da progressão da visibilidade dos *media*.

Como resultado, o peso ocupado pelo indicador visualização parece ter sido o mais decisivo para a confirmação da hipótese de pesquisa H1a. Por isso mesmo, estabeleceram-se testes de correlação que permitissem comparar os valores de todos os indicadores analíticos para inteligibilidade junto com aqueles que excluíssem os valores correspondentes à visualização. Esses valores se encontram na tabela 8 e eles demonstram que, mesmo excluindo o seu indicador mais significativo (a visualização), a hipótese de pesquisa H1a se

¹⁸⁸ Ambas as variáveis obtiveram os seguintes resultados: $r = 0,427$ e $p = 0,000$ para visibilidade dos *media* e $r = 0,466$ e $p = 0,000$ para gradiente de visibilidade.

¹⁸⁹ As médias de visualização para *gradiente de visibilidade* foram as seguintes: visibilidade baixa, i.e. matérias de menor destaque na FSP ($n = 32$) = 1,31 com $dp = 0,859$; visibilidade média, i.e. matérias com mais destaque na FSP ($n = 33$) = 2,00 com $dp = 0,661$; visibilidade alta, i.e. matérias do JN ($n=21$) = 2,71 com $dp = 0,453$. Teste Anova dessas médias indicou os seguintes resultados: $F = 25,478$ e $sig. = 0,000$.

confirma, mesmo em situações limites de validação. A única diferença é que, na situação mais limite possível (sem visualização e em função do gradiente de visibilidade), a hipótese não pode ser mais confirmada com significância estatística, mas “apenas” substantivamente.

As aspas no “apenas” não são arbitrárias quando se leva em conta as implicações que os resultados divergentes à hipótese de pesquisa tiveram para a compreensão da relação entre visibilidade e inteligibilidade nas práticas jornalísticas. Como foi possível observar ao longo da análise desses resultados divergentes, eles, ao invés de evidenciarem um divórcio entre visibilidade e inteligibilidade, demonstram, na verdade, que o casamento desses fenômenos comunicacionais apresenta muito mais nuances do que, até então, assumia-se.

Tabela 8 – Correlações de Spearman entre inteligibilidade (com x sem visualização) com os tipos de visibilidade (gradiente x dos *media*)

	Gradiente de visibilidade ^b (n = 86)		Visibilidade dos <i>media</i> ^a (n = 86)	
	<i>r</i>	<i>P</i>	<i>r</i>	<i>P</i>
Inteligibilidade com visualização	0,281	0,009***	0,366	0,001***
Inteligibilidade sem visualização	0,063	0,563	0,199	0,066*

r= Correlação de Spearman; *P*= Probabilidade; a= 2 graus de liberdade; b= 3 graus de liberdade

Significância (two-tailed test)

* *p*<0.10; ** *p*<0.05; ****p*<0.01

Fonte: Elaborada pelo autor

Ao testar as suposições iniciais, percebeu-se que o quadro geral encontrado foi até fidedigno, mas com contornos que deram a ver que, no sistema mediático, a produção de inteligibilidade pode estar sendo distribuída não apenas em função da visibilidade dos produtos jornalísticos, mas também em função do próprio gênero. Tanto é que a visibilidade dos *media*, além de ser uma variável que indica diferença de visibilidade, também está indicando, nesta pesquisa, diferença entre gêneros jornalísticos (telejornalismo x jornalismo impresso). E foi justamente essa variável que foi capaz de indicar com maior poder explicativo a correlação positiva entre inteligibilidade e visibilidade. Maior, ao menos, do que a variável “gradiente de visibilidade”, a qual, diferentemente da primeira, mensurou a mesma propriedade (visibilidade), só que independentemente do gênero jornalístico.

De todo modo, deve-se ter claro que, mesmo estatisticamente menos significativa, essa mensuração da visibilidade em seu nível mais abstrato de manifestação - que ocorre, portanto, sem depender do gênero jornalístico – trouxe contribuições relevantes para uma compreensão

mais nuançada do aumento de inteligibilidade das produções jornalísticas. Como foi possível observar, além da visualização, as variáveis “explicação de vocabulário”, “soluções” e “detalhamento da ação” apresentaram comportamentos que, sem essa noção mais abstrata de visibilidade, não poderiam ter sido explicados com a mesma abrangência e precisão aqui reclamadas.

Há, contudo, ainda muito espaço para ampliar tanto a precisão como a abrangência em tela. Tal como observado em relação à variável “detalhamento da ação”, algumas explicações apresentadas para os resultados divergentes às nossas expectativas iniciais são tentativas e precisam, desse modo, ser submetidas a novos testes e desenhos de pesquisa para serem confirmadas. Há, portanto, mais nuances e heterogeneidades não observadas entre a visibilidade e a inteligibilidade das práticas jornalísticas do que foi possível aqui mensurar.

6.1.2 Da produção de publicidade

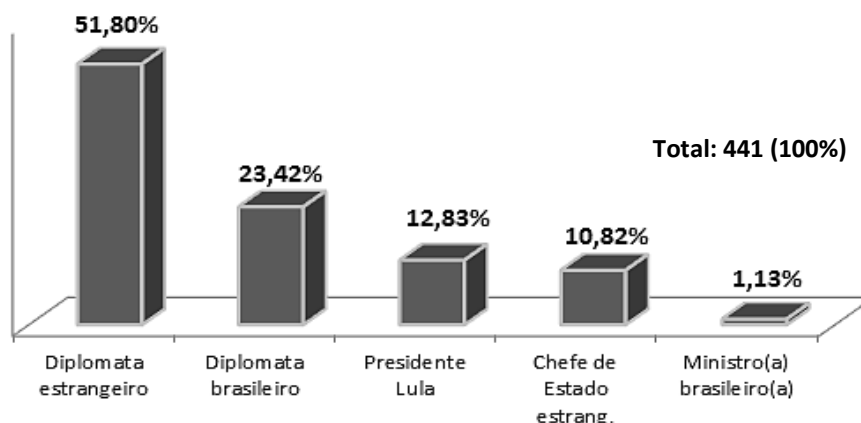
Nesta seção, os resultados para a hipótese H1b¹⁹⁰ serão descritos do nível mais desagregado ao mais agregado das variáveis. No nível mais agregado, os resultados confirmam a hipótese em questão substantivamente, mas sem significância estatística. No nível mais desagregado, as variáveis que não apresentaram resultados convergentes à hipótese foram, a saber, *informação de bastidores* e *escândalo*. No segundo nível de agregação, a hipótese se confirmou, nos mesmos termos estatísticos, em todos os seus indicadores analíticos agregados, com exceção para transparência oficial.

6.1.2.1 Transparência oficial

A cobertura da transparência oficial da COP-15 analisada por esta pesquisa se refere ao conteúdo das demandas ou propostas políticas expressas por declarantes em nome do Brasil. Nesse sentido, é oportuno identificar suas principais fontes tanto na cobertura como nas sessões da COP-15.

¹⁹⁰ A hipótese H1b prevê que A FSP irá apresentar índices mais elevados de publicidade do que o JN, o que implicará maiores índices em termos de transparência oficial, escrutínio público e publicidade ampliada.

Figura 12 – Distribuição dos proferimentos nas sessões pelos tipos de declarantes

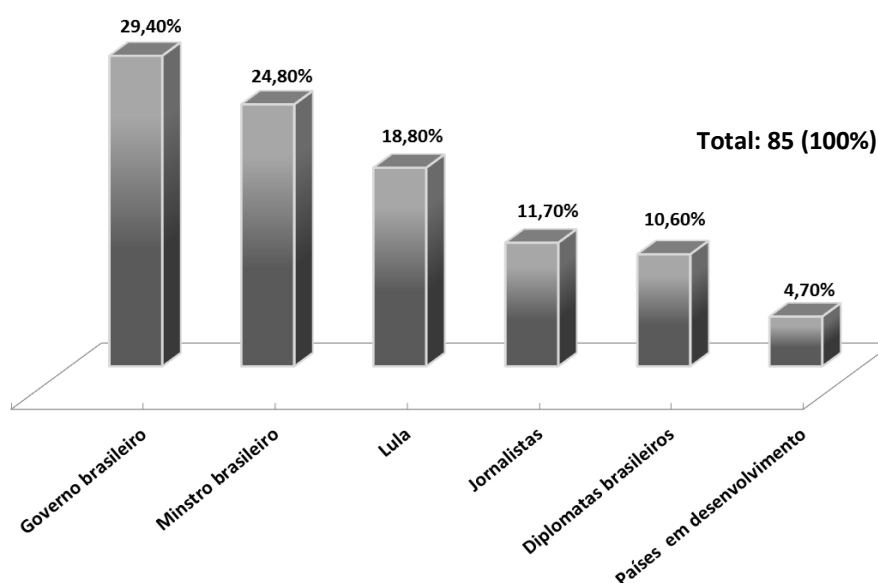


Fonte: Elaborada pelo autor

Com relação às sessões, os declarantes que mais apresentaram demandas ou propostas políticas foram os estrangeiros, os quais apresentaram 62,62 % dos proferimentos (ver figura 12). Os declarantes brasileiros expressaram, desse modo, 37,38%, sendo os diplomatas nativos os predominantes (com 23,42%). Os diplomatas, aliás, lideraram a produção dos insumos discursivos em análise, tendo gerado 75,22% deles. O quadro de fontes da cobertura foi sensivelmente diferente (ver figura 13). Aqui predominaram as fontes governamentais locais, as quais forneceram quase 85% dos insumos discursivos relativos a demandas e propostas políticas. Atores estrangeiros tiveram apenas 4,70% de participação¹⁹¹.

Ao se verificar a participação de cada produto jornalístico na mediação desse tipo de informação, é possível observar, conforme exposto na tabela 9, que transparência oficial foi o único indicador agregado para publicidade que apresentou resultados divergentes à hipótese de pesquisa. Enquanto a FSP reportou as declarações oficiais feitas em nome do Brasil com uma média de 0,26 de proferimentos/palavras (dp = 0,6), o JN realizou essa mesma mediação com uma média de 0,29 proferimentos/palavras (dp = 0,8).

¹⁹¹ Essas diferenças, como poderemos ver mais adiante, pode ter determinado algumas distorções discursivas.

Figura 13 – Fontes de transparência oficial na cobertura

Fonte: Elaborada pelo autor

Como se trata de uma diferença pequena acompanhada de desvios padrões relativamente altos, a força da diferença entre as médias acabou se mostrando fraca ($F = 0,1$, sig. = 0,8). De todo modo, por se configurar como uma amostra censitária, a diferença observada é substantiva e, portanto, indica que houve, ainda que timidamente, um maior nível de cobertura de transparência oficial no JN do que na FSP.

Isso, por outro lado, não implica, por si só, numa mitigação da intensidade com que a FSP exerceu um monitoramento ativo e crítico da COP-15 em relação àquele exercido pelo JN. Ao realizar uma comparação do peso que o provimento de transparência oficial teve para cada um desses centros do sistema mediático nacional em relação aos outros aspectos de publicidade, é possível observar justamente o contrário. Isso porque, em termos relativos, o JN esteve mais preocupado em reportar a fala oficial do que criticá-la ou desnudá-la através de publicidade ampliada¹⁹². Já a FSP apresentou, na sua cobertura, uma proporção maior de escrutínio público e reportou a fala oficial tanto quanto a desnudou¹⁹³. Isso implica que, enquanto o JN esteve mais próximo de um “monitoramento passivo” do regime de governança *ad hoc* montado pela COP-15, a FSP foi se voltou mais a um “monitoramento ativo e crítico” deste regime.

¹⁹² Seus resultados para escrutínio público e publicidade ampliada foram respectivamente: 0,20 e 0,23. Menor, portanto, do que 0,29 para transparência oficial.

¹⁹³ Seus resultados para escrutínio público e publicidade ampliada foram respectivamente: 0,37 e 0,26. Este último igual à média para transparência oficial e ambos, portanto, menores que escrutínio público.

6.1.2.2 Escrutínio público

O indicador analítico escrutínio público está para a publicidade, assim como visualização esteve para inteligibilidade. Isso porque todas as variáveis que compõem escrutínio público apresentaram resultados convergentes à hipótese de pesquisa H1b. Dentre essas variáveis, foi “escrutínio favorável” aquela que apresentou a maior diferença entre as coberturas da FSP e do JN¹⁹⁴. Esta foi a variável que, aliás, apresentou, dentre todas as mensuradas, a maior força de diferença entre as médias ($F = 2,25$, sig. = 0,13).

Isso, não obstante, não pode ofuscar o peso maior que a crítica desfavorável teve tanto para a cobertura como um todo como para a FSP. Em ambas as instâncias, o volume médio deste tipo de crítica foi maior. Nesse sentido, enquanto a média de crítica favorável a atores políticos na FSP foi de 0,11 (d.p. = 0,29) proferimentos/palavras, a média para crítica contrária foi de 0,26 (d.p. = 0,47). Já a crítica favorável do JN foi de 0,01 (d.p. = 0,007) e a contrária 0,19 (d.p. = 0,4). É possível verificar, portanto, um desempenho de ambos os produtos jornalísticos mais próximo ao ideal de “watchdog” do que à ideia de mídia chapa branca, i.e. “lapdog”.

Tabela 9 – Análise de variância (One-way Anova) da cobertura (FSP x JN) da COP-15 em relação à publicidade

	FSP (n = 65)		JN (n = 21)		ANOVA ^a	
	Média	dp	Média	dp	F	Sig.
Transparência oficial	0,26	0,6	0,29	0,8	0,1	0,8
Escrutínio público	0,37	0,59	0,2	0,41	1,48	0,22
Favorável	0,11	0,29	0,01	0,07	2,25	0,13
Contrário	0,26	0,47	0,19	0,4	0,37	0,54
Publicidade ampliada	0,26	0,48	0,23	0,63	0,05	0,81
Extraoficial	0,22	0,47	0,06	0,21	2,17	0,14
Bastidores	0,03	0,13	0,14	0,61	1,92	0,16
Escândalo	0,01	0,04	0,02	0,09	0,79	0,37
Publicidade	0,9	0,91	0,74	1,19	0,41	0,52

F= força da diferença entre as médias; P= Probabilidade; a= 1 grau de liberdade
Significância (two-tailed test):

Fonte: Elaborado pelo autor

¹⁹⁴ FSP: 0,11 de proferimentos/palavras (d.p. = 0,29) e JN: 0,01 de proferimentos/palavras (d.p. = 0,07).

Não obstante, o JN não produziu uma só crítica, seja favorável ou desfavorável a atores brasileiros. Isso, no pouco que ocorreu, concentrou-se em torno de China e EUA. Além dessa menor diversidade de atores criticados, a forma com que as críticas foram expressas se demonstram ser menos agressivas do que a FSP. Um exemplo é encontrado na edição do dia 11 de dez. 09, na qual se diz: “Estados Unidos e China, que juntos emitem 40% dos gases que provocam o efeito estufa, se acusam mutuamente de fazer pouco. E, pelo menos nisso, os dois *parecem* estar certos.” (grifo nosso). A FSP, por sua vez, demonstrou-se menos hesitante e mais abrangente na hora de produzir suas avaliações críticas: “EUA, China, Brasil, Índia e África do Sul fecham acordo tímido, sem metas de redução de Co2.”¹⁹⁵

Desse modo, é oportuno aventar a plausibilidade com que a FSP tende a apresentar, em condições mais abrangentes de cobertura, um nível de jornalismo advocatício ainda mais intenso do que o JN. Isso porque, como já observado, as matérias aqui analisadas estiveram circunscritas àquelas factualmente orientadas. Num desenho de pesquisa que eventualmente viesse a incluir editoriais, colunas assinadas, entrevistas e cartas ao leitor, é muito plausível que as diferenças aqui encontradas se apresentariam como ainda maiores. As diferenças relativas ao escrutínio público aqui evidenciadas foram, desse modo, produzidas numa situação limite de validação.

6.1.2.3 Publicidade ampliada

Esse indicador para publicidade apresentou em suas variáveis resultados, ora convergentes, ora divergentes à hipótese de pesquisa. Enquanto “informação extraoficial” teve maior presença relativa na FSP (0,22 de proferimentos/palavras com 0,47 de desvio padrão) do que no JN (0,06 de proferimentos/palavras com 0,21 de desvio padrão), “informação de bastidores”¹⁹⁶ e “escândalo” estiveram mais presentes no JN. No entanto, a diferença para “escândalo” foi a menor de todas entre as variáveis¹⁹⁷.

Como a diferença das médias, entre os produtos jornalísticos em análise, para “informação extraoficial” foi a maior, isso acabou determinando com que, em seu nível agregado, o indicador “publicidade ampliada” apresentasse uma média apenas levemente maior para a FSP do que para o JN. Por isso a força da diferença entre as médias desse indicador foi a menor de todas: $F = 0,05$ e $\text{sig.} = 0,81$.

¹⁹⁵ Trecho da matéria “Longa jornada” publicada no dia 19 de dez. 09.

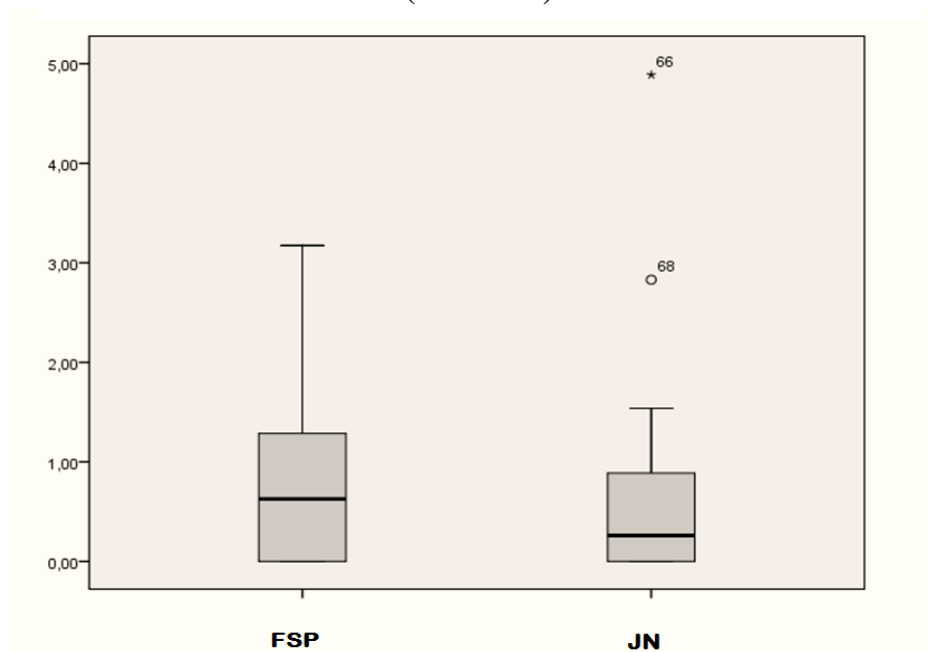
¹⁹⁶ Para a FSP: 0,03 de proferimentos/palavras com 0,13 de desvio padrão; JN: 0,14 de proferimentos/palavras com 0,61 de desvio padrão.

¹⁹⁷ Para a FSP: 0,01 de proferimentos/palavras com 0,04 de desvio padrão; JN: 0,02 de proferimentos/palavras com 0,09 de desvio padrão.

Diante disso, a confirmação da hipótese H1b em termos substantivos só se faz evidente ao agregarmos todas as variáveis e indicadores e, desse modo, obtermos os resultados totais para publicidade. Como se pode observar na tabela 9, esta teve para a FSP a média de 0,9 de proferimentos /palavras com desvio padrão = 0,91 e para o JN a média de 0,74 com desvio padrão de 1,19. Esses dados indicam que a FSP não apenas apresentou uma média maior de publicidade, como o provimento dos insumos que serviram para mensurá-la se distribuíram de modo mais uniforme do que no JN, já que este apresentou um desvio padrão maior para publicidade.

Essa diferença relativa à forma com que essa publicidade foi distribuída, entre as unidades de análise (as matérias), faz-se observável na figura 14. O boxplot em questão mostra que as matérias das FSP com maiores valores para publicidade tenderam a se concentrar numa faixa de valores maior do que as matérias do JN. Ademais, como se pode observar, a média do JN esteve claramente influenciada por dois *outliers* (matérias com valores 3 vezes acima do desvio padrão), o que não foi o caso para a FSP.

Figura 14 – Box Plot da distribuição de publicidade pelos *media* (JN x FSP)



Fonte: Elaborada pelo autor

Isso implica que, além de prover uma proporção relativamente maior de publicidade do que o JN, a FSP também distribuiu os insumos discursivos constitutivos dessa propriedade de modo a aumentar a chance do leitor (a) esporádico de notícias a se deparar com este tipo de insumo. Uma chance que, por sua vez, mostrou-se muito menor para a audiência do JN,

especialmente para aqueles que, por ventura, não tivessem assistido as duas matérias com os maiores índices de publicidade (as matérias outliers). Perdendo essas matérias, a chance do telespectador esporádico do JN em encontrar o tipo de insumo discursivo em questão cai dramaticamente.

6.1.3 Da satisfação ao princípio de verdade

As hipóteses H1c, H2a e H2b se referem a aspectos relativos ao princípio normativo de verdade. Enquanto a hipótese H1c realiza ao mesmo tipo de comparação feito até agora (FSP x JN), as hipóteses H2a e H2b comparam o desempenho da cobertura como um todo em função do peso das categorias e variáveis referentes à verdade, ou seja imprecisão (erros) x precisão (informação sem erros); e ressonância discursiva x dissonância/opacidade discursiva.

6.1.3.1 Erros

Ao se analisar os resultados dispostos nas figuras 15 e 16, pode-se perceber, conforme previsto pela hipótese H1c, que a FSP apresentou mais erros do que o JN. Este apresentou 2 proferimentos (relativos à transparência oficial) com algum tipo de erro num universo de 14. Isso equivale a menos de 1,4 proferimento com erro a cada 10. Já a FSP gerou 19 proferimentos com algum tipo de erro num universo de 50 proferimentos. Ou seja, a cada 10 proferimentos, a FSP apresentou algum tipo de erro em 3,8 deles.

Figura15 – Frequência de erros na FSP

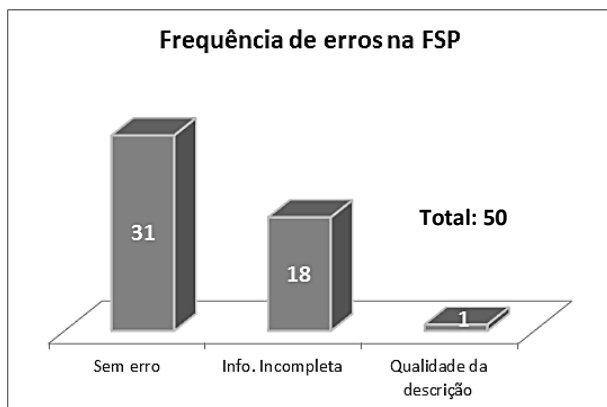
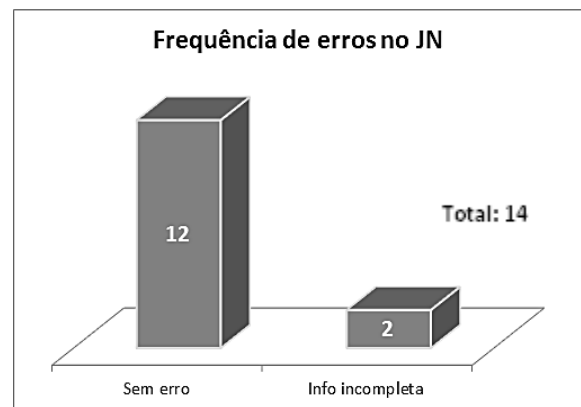


Figura 16 – Frequência de erros no JN



Fonte: Elaborada pelo autor

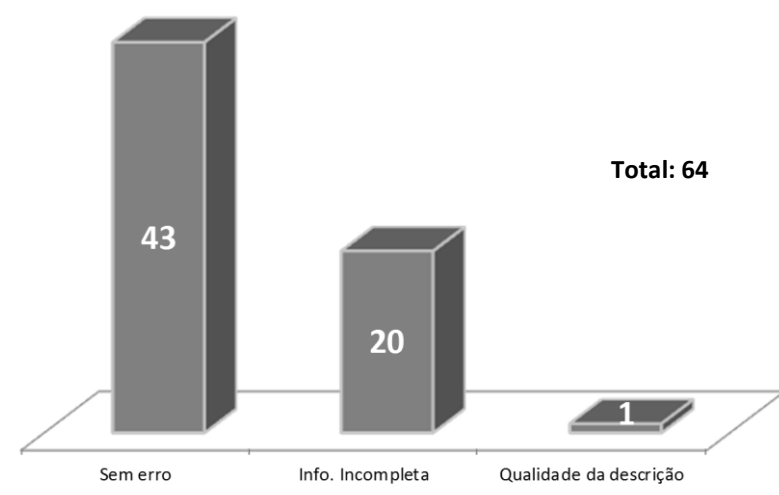
De todo modo, os dados também demonstram que a proporção de proferimentos sem erro foi maior, em ambos os centros mediáticos, do que a proporção de proferimentos com

algum tipo de erro (ver figura 17). Além disso, é oportuno observar que, mesmo quando houve algum tipo de erro, a grande maioria (95%) consistiu em “informação incompleta”.

Esse tipo de erro, por sua vez, tende apresentar, em alguns casos, uma relação muito tênue entre uma informação de baixa qualidade e, portanto, distorcida (por estar incompleta) e entre uma informação condensada, a qual, decorrente da necessidade de brevidade imposta pelas rotinas produtivas do jornalismo, acaba deixando algum elemento importante de fora. Desse modo, os erros que inequivocamente constituiriam uma distorção das declarações encontradas nas sessões da COP-15 foram muito raros. Nesse caso, houve apenas uma ocorrência para “qualidade da descrição”, a qual ocorreu na FSP. O tipo mais grave (erro na posição), por sua vez, não teve nenhuma ocorrência, seja para a FSP, seja para o JN.

Todavia, é de suma relevância que esses resultados sejam considerados à luz das limitações em se alcançar, com os procedimentos metodológicos atualmente disponíveis, uma mensuração abrangente e precisa da mediação jornalística. Isso porque a raridade dos erros mais graves, assim como o caráter tênue da “informação incompleta” demonstram, mais do que evidências em favor das hipóteses de pesquisa, o tamanho do desafio que é mensurar de forma válida e confiável a noção de “distorção”. Registre-se que, mesmo sendo uma das variáveis que mais consumiram tempo e checagem cuidadosa dos dados, a codificação dos “erros” deixou, muitas vezes, mais dúvidas do que certezas.

Figura 17 – Frequência de erros da cobertura (FSP e JN)



Fonte: Elaborada pelo autor

Esse esforço metodológico permitiu, entretanto, incrementar o nível de confiabilidade de algumas análises. Dentre elas, a de que o diagnóstico inequívoco em torno da vocação das

práticas jornalísticas para a distorção só pode ser confortavelmente sustentado num nível meramente abstrato. Isso porque, assim que esse diagnóstico se volta ao plano empírico para coletar evidências, estas, ou são muito fracas para sustentar a ideia de uma distorção de tipo *sistemática e decisiva*, ou, então, as evidências mais fortes oferecidas apresentam problemas de validade ou confiabilidade.

O primeiro caso se constitui dos chamados erros objetivos (ver Meyer, 2007, p.93-106). Este tipo de erro se, por um lado, pode ser importante para verificar o cuidado dos jornalistas em reproduzirem corretamente datas, nomes e números, pouco dizem, por outro, da sua habilidade e disposição em mediar declarações e insumos discursivos de modo a preservar a qualidade original de seu conteúdo *político*.

O segundo tipo de erro - os chamados erros “subjetivos” - mesmo quando analisado em situações controladas e extremamente restritas de verificação (como as desta pesquisa), apresenta grande potencial para que o erro subjetivo possa ser proveniente mais do codificador do que do material jornalístico analisado. Afinal, se é razoável assumir que os jornalistas possuem suas próprias preferências interpretativas, o mesmo se aplica para o pesquisador ou pesquisadora que analisa a prática jornalística.

Diante, então, das limitações metodológicas aqui apontadas, é possível afirmar que a distorção em questão provavelmente venha a ser mais resultado de um diagnóstico apressado sobre os efeitos presumidos que as práticas jornalísticas teriam sobre o sistema deliberativo do que uma característica efetivamente verificável dessas práticas.

6.1.3.1 Distorção discursiva

O peso relativo da opacidade, dissonância e ressonância discursiva demonstrou um quadro ainda mais complexo. Isso porque os elementos de distorção se mostraram pouco relevantes no nível mais abstrato de identificação das demandas e propostas políticas, i.e. em termos de seus *temas*. Só que os elementos de distorção se mostraram bem mais consistentes e até predominantes ao nível das *ações* e dos *casos*. Desse modo, o nível de distorção discursiva da cobertura variou bastante quando se leva em consideração cada um dos componentes que identificaram o conteúdo e a frequência das demandas ou propostas políticas.

Ao se observar a variedade desses componentes e sua respectiva cota de atenção reservada pela cobertura, logo se pode perceber que alguns deles obtiveram cotas maiores do que outros. Essas cotas podem ser deduzidas a partir dos dados que estão disponíveis na tabela 10. Esta mostra que os casos abrangeram 20% dos proferimentos (88 casos = 88

proferimentos de um total de 441). Já dos 20 tipos de temas que foram encontrados nesses 441 proferimentos das sessões, 13 deles chegaram a sofrer cobertura. Isso significa que mais da metade (65%) dos temas acabaram tendo algum tipo de atenção mediática. Trata-se, portanto, de uma cota de atenção muito maior do que aquela referente aos casos e às ações. Dos 126 diferentes tipos de ações mencionados nas propostas ou demandas políticas, apenas 32 delas, i.e. em torno de $\frac{1}{4}$ (25%), tiveram algum tipo de atenção mediática. Esses dados demonstram, portanto, que, em geral, apenas uma fração minoritária dos insumos discursivos analisados pelos operadores analíticos em questão tiveram algum tipo de aparição na cobertura jornalística aqui analisada.

Apesar dessa cota minoritária, ainda seria possível concluir que a ressonância poderia ter predominado em relação à opacidade e à dissonância discursiva. Isso se torna possível assim que se leva em conta a configuração e as funções do ambiente informativo dos *media* no sistema deliberativo. Como visto anteriormente, por trabalhar com critérios de noticiabilidade que visam condensar, selecionar e traduzir a complexidade social, esse ambiente irá irremediavelmente apresentar apenas uma pequena porção dos insumos discursivos das arenas deliberativas formais.

**Tabela 10 – Estatísticas descritivas da cobertura da COP-15
(transparência oficial)**

	Sessões	Cobertura
Proferimentos	441	85
Tipos de ações	216	32
Ações (total)	441	85
Tipos de temas	20	13
Temas (total)	441	85
Tipos de casos	34	34
Casos (total)	88	85

Fonte: Elaborada pelo autor

O que se torna, então, decisivo para aferir a qualidade dessa seleção não se refere, em primeira instância, ao quanto ela seleciona, mas ao que é selecionado e como esse conteúdo é

tratado em termos de inteligibilidade e verdade. Para aferir este princípio normativo (*Wahrheit*), propõe-se, além dos procedimentos já apresentados, verificar se o que foi selecionado pela cobertura se mostra como politicamente mais importante e relevante em relação àquilo que não foi selecionado.

Todavia, a atribuição dessa importância necessita de critérios objetivos e analíticos explícitos para garantir uma avaliação confiável e válida da seleção perpetrada pela mediação jornalística em função do princípio normativo em tela.

Nesse sentido, como referência objetiva de análise, foram levados em consideração os pesos relativos concedidos pelos declarantes às diferentes ações, temas e casos aqui identificados. Esses pesos foram comparados com aqueles concedidos pela cobertura aos mesmos itens dos temas, ações e casos em questão.

Como critério analítico, o peso concedido pela cobertura a esses itens será avaliado em seu mérito quanto a efetuar uma descrição acurada das principais controvérsias que animaram as sessões da COP-15 e que se mostraram, portanto, como decisivas para compreender as causas políticas que impediram, ao seu final, um acordo com força de lei internacional.

Com o propósito de analisar a cobertura da COP-15 sob tais parâmetros, os insumos discursivos referentes às propostas e demandas políticas feitas em nome do Brasil serão apresentados dos seus itens mais abstratos (os temas) aos mais específicos (os casos), os quais representam o conteúdo completo de uma demanda ou proposta política.

(a) temas

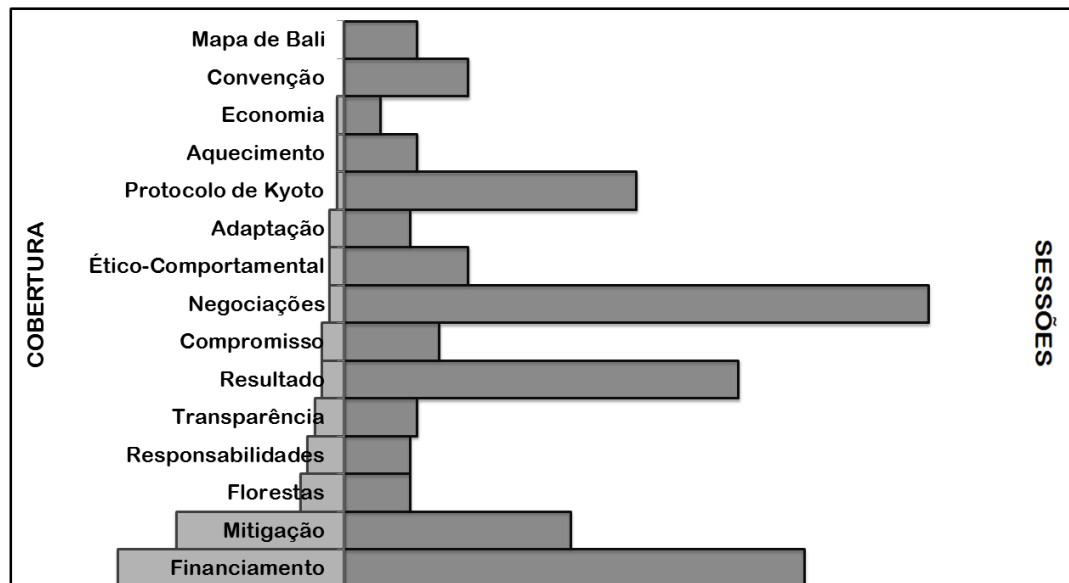
Em prol do objetivo de comparar os pesos concedidos pelos declarantes aos diferentes temas identificados com aqueles concedidos pela cobertura, um gráfico dos temas mais frequentes foi criado (ver figura 18). Nesse caso, foram selecionados todos os 13 temas da cobertura e os 13 mais frequentes das sessões. Como resultado, o gráfico populacional fornece alguns indícios de quais temas foram omitidos, ou enfatizados diferentemente na cobertura.

Em termos de omissão (opacidade discursiva), destacam-se os temas referentes ao Mapa de Bali e à Convenção (a UNFCCC). Esses temas se ligam fortemente ao tema das *negociações*, o qual foi um dos mais enfatizados entre os declarantes que formalmente falaram em nome do Brasil durante a COP-15. Esses temas se relacionam fortemente, pois eles indicam a preocupação dos países em desenvolvimento em colocar na agenda da COP-15 o resultado das negociações da COP-13, a qual gerou o Mapa de Bali e, além disso, agendar as questões relativas aos procedimentos da Convenção. Como se poderá ver mais adiante,

esses temas foram alvo de ações, assim como de demandas e propostas políticas que se mostraram decisivas para organizar os conflitos que impediram um consenso pleno ao final da 15ª Cúpula do Clima.

No que diz respeito à dissonância discursiva, o tema que se mostrou mais dissonante foi justamente o das negociações. Depois dele, encontram-se os temas “Protocolo de Kyoto” e “resultado”, o qual se refere à ênfase que os declarantes deram à necessidade de chegar a um resultado em Copenhague que fosse justo, equilibrado, bem-sucedido, acordado etc. Ele organiza, portanto, demandas em prol do consenso e da forma de alcançá-lo. Ainda que deliberativamente importante para motivar os negociadores a alcançarem esse tipo de resultado, sua omissão não parece ter sido problemática, pois ele não se mostrou decisivo para uma compreensão das clivagens que estavam colocadas nas sessões. Isso não foi o caso para o tema “Protocolo de Kyoto”, o qual, como veremos adiante, dividiu esforços, países e coalizões em verdadeiras trincheiras discursivas.

Figura 18 – Temas mais frequentes (cobertura x sessões)



Fonte: Elaborada pelo autor

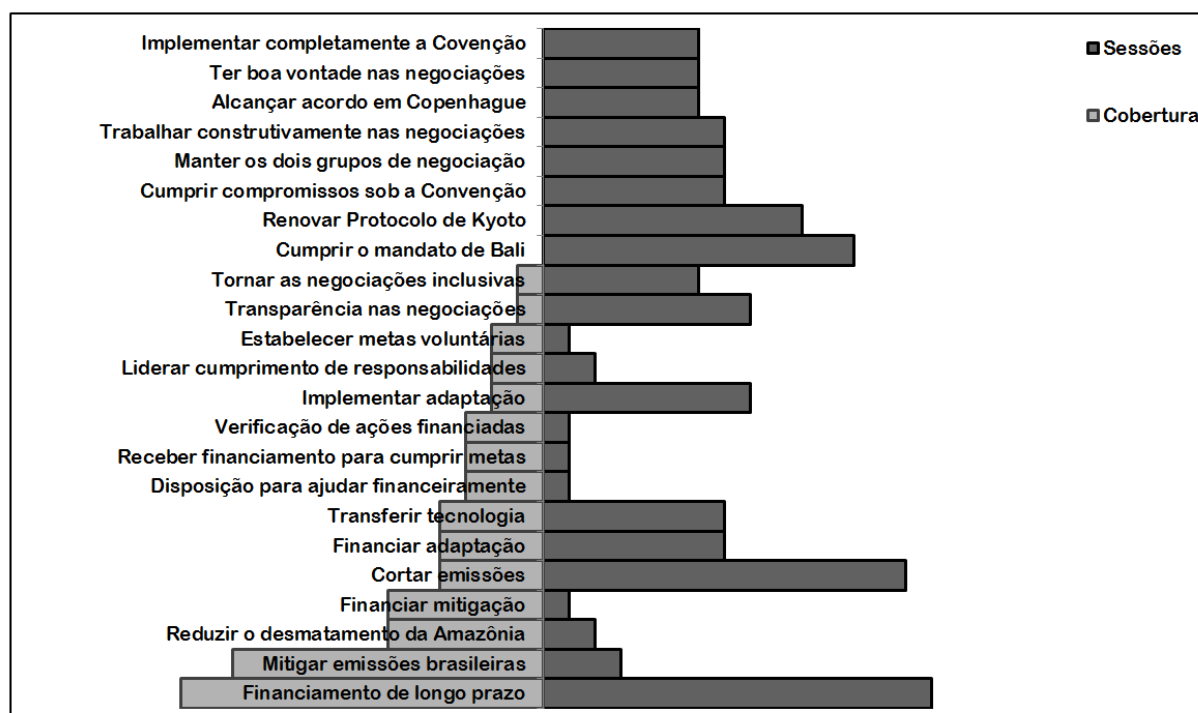
Já em termos de ressonância, pode-se verificar que a maioria dos temas apresentou indícios dessa característica. Os temas mais enfatizados tanto de um lado como de outro foram mitigação e financiamento. Ambos se mostraram de grande relevância para entender a posição ocupada pelo Brasil e países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos. Os detalhes dessa posição ficarão mais claros ao examinarmos as ações e os casos mais proeminentes em ambas as arenas discursivas em análise.

(b) ações

Como visto na tabela 10, o componente referente às ações das demandas e propostas políticas identificadas na COP-15 foi o mais diverso, apresentando 216 tipos, só que apenas 32 delas foram reportadas. Com objetivo de verificar em que medida esse subconjunto representou a faixa mais importante dentre o universo total em questão, criou-se um gráfico (figura 19) a partir das 15 ações mais frequentes em cada arena discursiva.

A faixa relativa às ações que se mostraram invisíveis na cobertura está disposta na parte superior da pirâmide. Aí é possível identificar aqueles temas que se mostraram opacos ou dissonantes estão aqui sendo especificados em termos mais específicos, ou seja de ações político-administrativas. Nesse sentido, em torno do tema Mandato de Bali é possível identificar uma ação em torno de seu cumprimento. Já como ações referentes ao tema “Convenção” estão opacas as seguintes ações: “Implementar completamente a Convenção” e “Cumprir Compromissos [firmados] sob a Convenção”.

Figura 19 – Ações mais frequentes (coberturas x sessões)



Fonte: Elaborada pelo autor

Com relação aos temas “Resultado”, “Negociações” e “Protocolo de Kyoto” - os quais já haviam sido alvo de dissonância discursiva - há ações relativas a eles que se mostraram opacas, sendo elas respectivamente: “Alcançar acordo em Copenhague”; “Ter boa vontade

nas negociações”, “Trabalhar construtivamente...”, “Manter os dois grupos de negociação” e, por último, “Renovar o PK”.

Destas as que foram mais decisivas para demarcar as zonas de dissenso das sessões se referem às duas últimas, as quais, a propósito, estão umbilicalmente relacionadas. Isso porque a posição insistentemente defendida pelos declarantes do G77 e a China era de que um Acordo de Copenhague só seria possível caso houvesse, ao mesmo tempo, a renovação do Protocolo de Kyoto. E isso, para ser possível, era necessário que o grupo encarregado de estabelecer essa renovação, o AWG-KP fosse alvo do mesmo engajamento com que as partes dedicavam ao outro grupo de negociação, o AWG-LCA, do qual o rascunho para o novo acordo estava sendo debatido.

Como o Protocolo de Kyoto estabelecia metas de redução de emissões apenas para países desenvolvidos, estes concentravam as suas energias no AWG-LCA, onde um novo acordo – o de Copenhague - poderia estender obrigações para alguns do países em desenvolvimento, além de outras medidas que o Protocolo de Kyoto não previa. Dentre os países em desenvolvimento mais cobrados, estavam na linha de frente justamente China, Brasil e Índia. Estes, por sua vez, “não queriam qualquer acordo que ameaçasse a arquitetura de Kyoto, que lhe era extremamente conveniente.” (ABRANCHES, 2010, p.149). Para evitar essa ameaça, os países em desenvolvimento tinham a seu favor as regras da Convenção e o Mandato de Bali, os quais previam justamente a concomitância do novo acordo com a renovação do PK. Isso explica porque temas e ações ligadas a estes elementos foram também muito frequentes nas demandas e propostas políticas dos declarantes que falaram em nome dos países em desenvolvimento, e, portanto, do Brasil.

Deste modo, constitui-se em efetiva distorção a opacidade discursiva sob as ações que tratavam da continuidade do PK e de seus aspectos relacionados (a continuidade das negociações em dois grupos, o Mandato de Bali etc.). Sem mencionar estas ações, a cobertura deixou de fora elementos decisivos que organizaram as zonas de dissenso que inviabilizaram um Acordo de Copenhague com o mesmo *status* jurídico que teve o PK.

As razões para a opacidade dos temas e ações em questão começam a se revelar quando se analisa atentamente as ações que apresentaram indícios de dissonância discursiva. Foram elas: “Tornar as negociações mais inclusivas”; “Transparência nas negociações”; “Cortar emissões”; “Financiar mitigação”; e “Mitigar emissões brasileiras”. Essas dissonâncias indicam que as ênfases da cobertura tenderam a ser ressonantes mais à perspectiva do governo brasileiro do que da perspectiva do G77 e a China cujos porta-vozes,

como visto na figura 12, dominaram a maior parte dos proferimentos com demandas e propostas políticas.

Esse viés, além de já indicado pela composição das fontes da cobertura (ver figura 13), mostra-se muito evidente para as dissonâncias que ocorreram quando o tema “mitigação” foi especificado em ações. Como vimos anteriormente, esse foi um dos temas que teve grande ressonância discursiva, só que a cobertura acabou privilegiando as ações desse tema que se referiram ao contexto nacional. Tanto é que “mitigar emissões brasileiras” apresentou dissonância a mais na cobertura, enquanto a ação mais generalista “cortar emissões” apresentou dissonância a menos. O mesmo fenômeno ocorreu no nível dos casos. É o que veremos a seguir.

(c) *casos*

A figura 20 mostra os 11 casos mais frequentes em cada arena discursiva sob análise (foram 34 ao todo). Como se pode observar, aqui a opacidade não se faz observável nem concebível, pois os casos são, por definição, propostas ou demandas políticas compartilhadas por ambas arenas discursivas. O que a pirâmide demonstra, portanto, são as diferentes ênfases que as demandas ou propostas políticas receberam em cada arena.

Figura 20 – Casos mais frequentes (cobertura x sessões)

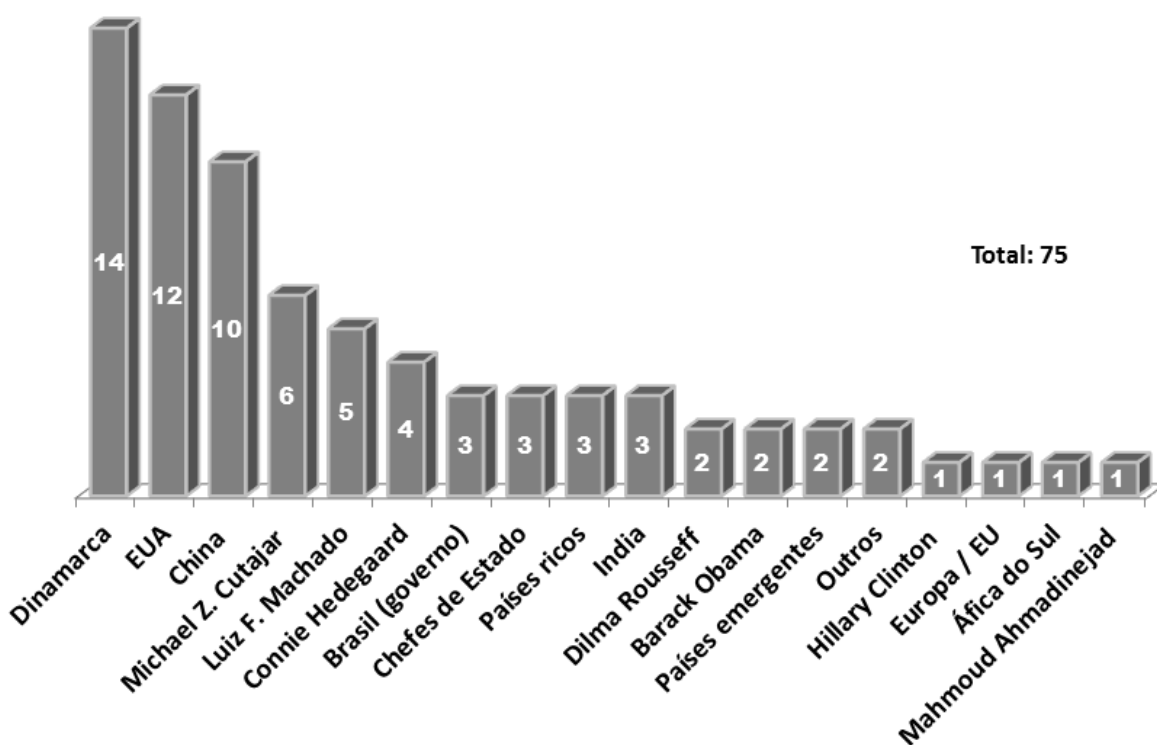


Fonte: Elaborada pelo autor

Parte do padrão dessa ênfase vai na mesma direção daquilo que já havia sido observado na comparação de como essas ênfases deixaram de ter alto grau de uniformidade nos temas para assumir considerável grau de discrepância (dissonância) em relação às ações.

Nesse sentido, o que havia acontecido com o tema relativo à mitigação ficou ainda mais evidente. Enquanto a proposta do Brasil de reduzir a curva estimada de suas emissões foi a proposta política que mais recebeu atenção da cobertura, a mesma proposta teve apenas um peso médio nas sessões da COP-15. Isso demonstra, portanto, um claro viés na forma com que a cobertura selecionou as propostas e demandas políticas feitas em nome do Brasil na COP-15.

Figura 21 – Frequências das avaliações negativas de atores na cobertura



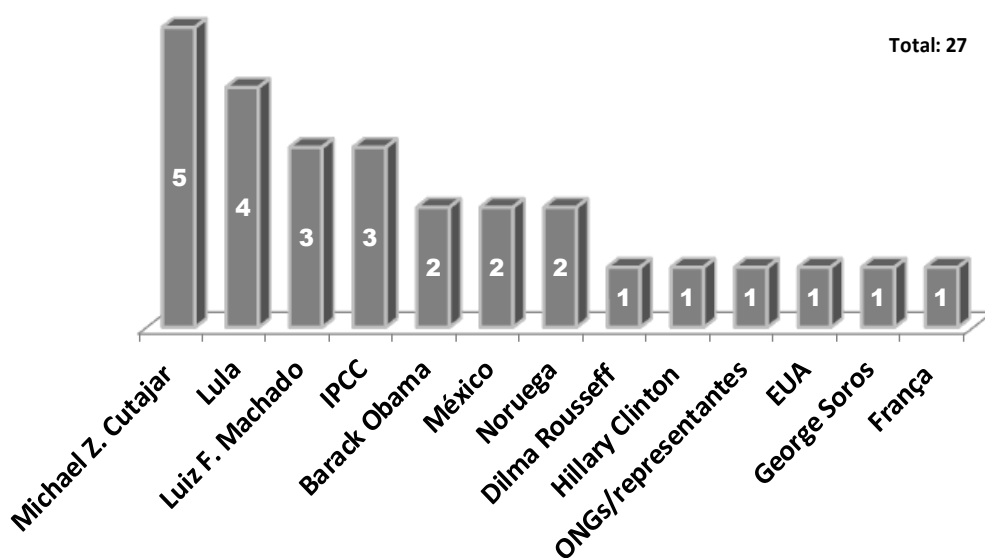
Fonte: Elaborada pelo autor

Em relação ao tema “financiamento” e a ação “financiamento de longo prazo” – que haviam apresentado forte ressonância discursiva - pode-se perceber que houve indícios, no nível dos casos, de dissonância discursiva, especialmente no que se refere ao caso “financiamento (generalista)”. No entanto, esse indício deve ser interpretado levando em conta o fato de que as questões ligadas ao financiamento foram as que mais produziram casos e, na maioria deles, não houve clara dissonância. Ademais, a dissonância quantitativa para “financiamento (generalista)” demonstra, na verdade, que a cobertura se mostrou mais preocupada em reportar demandas ou propostas políticas mais específicas e detalhadas do que o padrão predominante encontrado nas sessões. Em tal arena discursiva, os declarantes

frequentemente se furtavam de especificar quem deveria receber esse financiamento e quem deveria provê-lo. O viés da cobertura em selecionar demandas e propostas que contivessem esse tipo de informação parece ter sido, portanto, mais uma evidência a favor de uma mediação de qualidade do debate do que uma distorção do mesmo.

O mesmo não pode ser dito, não ao menos com bases nos dados em questão, para os casos referentes à demanda por “Inclusão” [nas negociações] e por mais “Transparência” das mesmas. Como se pode notar, elas apresentaram indícios quantitativos de dissonância discursiva. Esse indícios, por sua vez, tornam-se ainda mais consistentes quando se tem em perspectiva que a forma com que as negociações foram conduzidas, durante a COP-15, foi alvo de grande controvérsia durante todo o processo. Isso porque essa forma foi por, diversas vezes, considerada como pouco transparente e inclusiva. Daí que, nas sessões, o tema “negociações”, foi um dos mais enfatizados, assim como as demandas por transparência e inclusão nesse âmbito acabaram também sendo as mais repisadas.

Figura 22 – Frequências das avaliações positivas de atores na cobertura (FSP e JN)

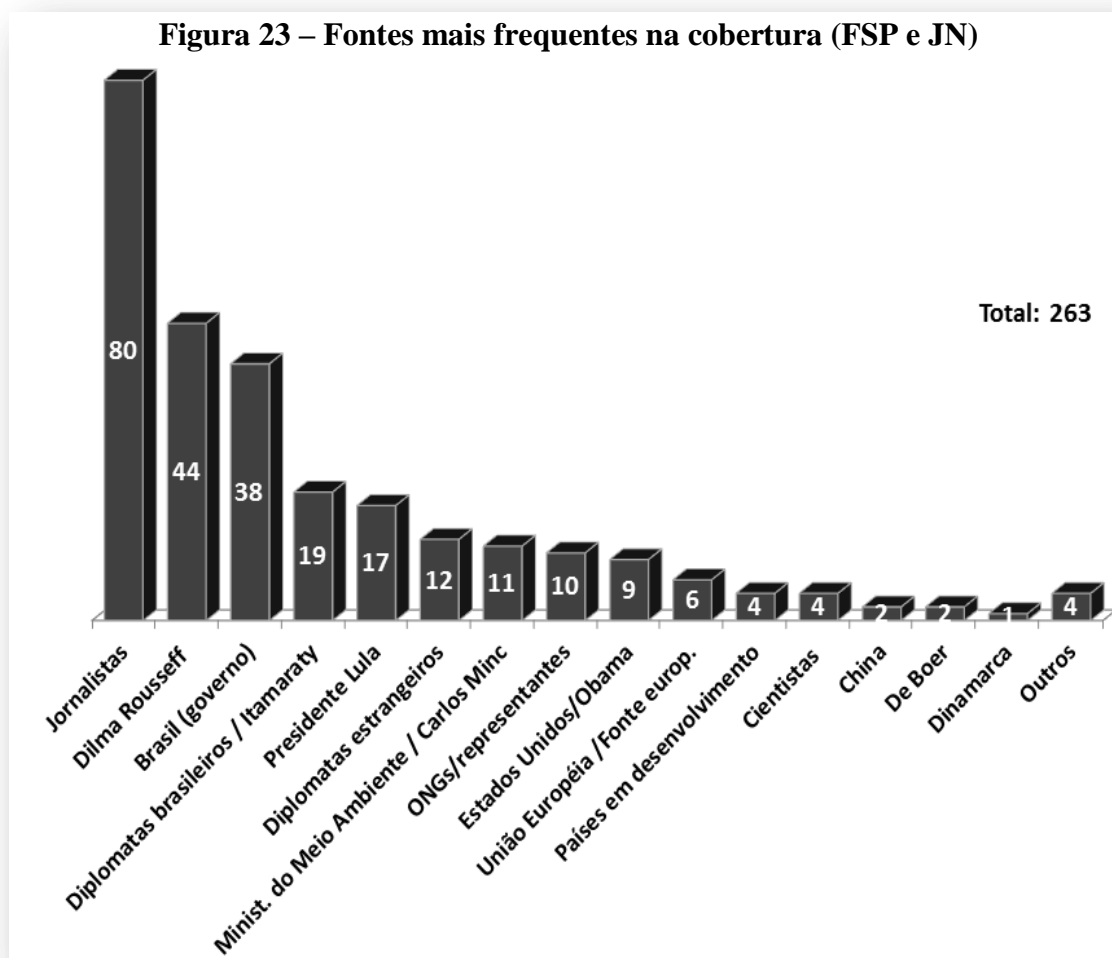


Fonte: Elaborada pelo autor

Na liderança desse tipo de padrão discursivo esteve justamente o G77 e a China, especialmente na voz do negociador sudanês Lumumba Stanislaus Di-Aping, o qual durante as plenárias e conferências de imprensa foi severo crítico de como o processo de negociação estava sendo conduzido pela presidência da Dinamarca. Esse tom crítico esteve presente desde o começo quando, já no segundo dia de negociações, foi revelado que a presidência dinamarquesa estaria tentando fechar um acordo nos bastidores com as grandes potências para

pressionar as demais nações a aceitar o resultado “possível”. Esse episódio e outros¹⁹⁸ geraram, segundo Sérgio Abranches, uma escalada de desconfiança e contestação do processo, o que culminou com as nações africanas abandonando temporariamente as negociações:

Delegações africanas deixaram todas as mesas de negociação, reclamando de falta de transparência e ação efetiva na cúpula do clima. [...] Os africanos reagiam a rumores de que os países desenvolvidos negociavam em paralelo um novo documento, que seria apresentado diretamente aos chefes de Estado na quinta-feira. (ABRANCHES, 2010, p.174).



Fonte: Elaborada pelo autor

¹⁹⁸ Abranches relata que a presidência da COP-15, presidida por Connie Hedegaard, foi alvo de intensa crítica depois do vazamento em questão: “Connie ainda causaria outra comoção naquela quarta-feira ao anunciar que o plenário seria convocado a deliberar sobre dois textos, que estariam à disposição das delegações em breve e seriam apresentados formalmente pelo presidente Rasmussen. O anúncio causou furor entre os que suspeitavam de conspiração de uma pequena elite, desde o vazamento do ‘documento dinamarquês’, no começo da COP15.” (ABRANCHES, 2010, p.191).

Esse tipo de reação, todavia, não foi ignorada pela cobertura, tal como parece sugerir os dados referentes aos casos (ver figura 20). Tanto é que a revelação das negociações paralelas sofreu cobertura tanto pela FSP com pelo JN¹⁹⁹. Este, em reportagem do dia 08 de dezembro, noticiou que “a indignação dos africanos ecoou pelo centro de convenções. Eles reagem à revelação de um acordo paralelo articulado pela Dinamarca, junto com Estados Unidos e Grã-Bretanha.” Já FSP, no dia seguinte, publica a matéria “Proposta de anfitriões vaza e cria celeuma em cúpula” em que o conteúdo dessa proposta é detalhado, inclusive citando palavras-chave e temas que se mostraram ausentes nos gráficos 18, 19 e 20 (temas, ações e casos respectivamente):

o texto dinamarquês cita um compromisso em auxiliar os países mais pobres a se adaptarem à mudança climática. Ele não cita assistência aos países em desenvolvimento com emissões a mitigar -e, nesse ponto, é uma ruptura com o Plano de Ação de Bali, documento que serve de base à discussão em Copenhague. Mas cobra deles metas. No Protocolo de Kyoto (1997) só os países desenvolvidos, maiores responsáveis pelo aquecimento global, tinham de se comprometer com o corte. (FSP, Doc FSP020, 2009)

Ao se analisar outros dados desta pesquisa, é possível perceber que a opacidade e dissonância anteriormente indicadas podem ter sido menos intensas do que até agora fomos levados a crer. Um indício, nesse sentido, é observável na distribuição do criticismo desfavorável entre os atores políticos. Essa distribuição está presente na figura 21 e ela informa que o ator mais criticado na cobertura foi justamente a presidência dinamarquesa da COP-15. Ao mesmo tempo, esse ator não foi alvo de cobertura favorável, não, ao menos, em termos de avaliação favorável (ver figura 22)

Um exemplo de criticismo com relação à Dinamarca pode ser encontrado na matéria “Comando dos dinamarqueses semeia discórdia” publicada pela FSP, no penúltimo dia de cobertura analisado (19/12), e que apresenta o seguinte trecho:

Os anfitriões da conferência do clima criaram em torno de si mesmos um clima de desconfiança que paralisou negociações e fez países em desenvolvimento endurecerem posições. Por duas vezes, tentaram aprovar textos de acordo escritos por eles que foram considerados ilegítimos por outros países. (FSP, Doc FSP115, 2009).

Esse exemplo fornece uma pista preciosa que pode explicar porque a crítica às negociações de bastidores liderada pela Dinamarca não apresentou traços relevantes na cobertura dos temas, ações e casos da transparência oficial. A pista em questão é que essa

¹⁹⁹ Isso levando em conta que o tipo de informação em tela se refere à “informação de bastidores” e cujo provimento foi relativamente mais intenso pelo JN do que pela FSP (ver tabela 9).

crítica não foi reportada como sendo do Brasil ou dos países em desenvolvimento, mas de outros atores. Como a computação dos dados para transparência oficial na cobertura só levou em conta como fonte atores políticos formais que falaram em nome do governo brasileiro ou dos países em desenvolvimento, logo a crítica ao processo das negociações que, com vimos foi robusta na cobertura, parece ter sido produzida muito mais pela fala dos próprios jornalistas e de outros atores do que pelos que falaram em nome do Brasil.

Tal explicação ganha plausibilidade quando se observa quais foram as fontes predominantes da cobertura de modo a incluir todos os proferimentos, e não apenas os referentes à transparência oficial. Tal como disponível na figura 23, os jornalistas e as fontes governamentais dominaram o fornecimento de declarações relativas à publicidade da COP-15. Quando se compara esses dados com os relativos às das fontes de transparência oficial (ver figura 13), logo se percebe fortes indícios de que a crítica às negociações e à condução dinamarquesa se deu mais pelas mãos dos próprios jornalistas do que pela fontes que falaram em nome do Brasil.

Diante desses dados, torna-se razoável afirmar que a cobertura da COP-15 pelo JN e pela FSP foi marcada mais por ressonância discursiva do que por distorção. Em contrapartida, essa análise se sustenta em explicações tentativas e com dados indiretos. Além disso, os dados gerados com o objetivo específico de testar a hipótese H2b apresentam evidências contraditórias e ambíguas.

Deste modo, julga-se que essa hipótese não pode ser confirmada nem refutada com segurança, o que, por sua vez, reforça o que já havia sido apontado com relação à análise dos erros: a de que a atribuição de distorção do debate público como resultado da intervenção das práticas jornalísticas tende a se fundamentar mais em pressupostos e impressionismos do que em evidências válidas, confiáveis e robustas.

6.2 Os resultados face às perguntas de pesquisa: sistematizando os achados

Ao longo deste capítulo, foram expostos e discutidos os resultados à luz das hipóteses de pesquisa. Agora esses resultados serão utilizados para responder as perguntas que animaram esta investigação. A primeira delas colocou o seguinte problema:

- a) *De que modo a tradução da linguagem especializada para a linguagem ordinária se distribui ao longo do sistema mediático em relação à cobertura da COP-15?*

Com base nos resultados e análises referentes à tradução (dramatização e tradução de linguagem), pode-se afirmar que, enquanto a linguagem especializada se concentrou nos pontos menos visíveis do centro da imprensa de referência (na FSP), a linguagem ordinária, por sua vez, não variou significativamente ao longo do sistema mediático. Em compensação, a distribuição das formas narrativas dramáticas tendeu a se concentrar com maior intensidade no centro de visibilidade pública do sistema informativo dos *media* (no JN).

Essas formas narrativas, no caso da cobertura da COP-15, mostraram-se a partir de recursos estético-expressivo que dramatizaram o sofrimento e a indignação das populações mais vulneráveis às mudanças climáticas (ver figura 10). Um sofrimento que seria decorrente não de forças arbitrárias da natureza, mas da tentativa consciente das grandes nações ricas e poluidoras (os vilões da história) em não assumirem compromissos com ações políticas condizentes com suas responsabilidades históricas. No flagrante de tal tentativa, a indignação foi encenada e os vilões denunciados em atos simbólicos e politicamente concretos de repúdio aos vilões (ver figura 9). A cobertura de tais atos constituiu, desse modo, parte fundamental dos recursos dramáticos encontrados na cobertura.

A presença desses recursos estético-expressivos pode, nesse sentido, ter sido importante para que os sentimentos em questão fossem traduzidos como politicamente relevantes e, assim, viessem a sensibilizar a atenção do público e a mobilizar a ação das autoridades envolvidas. Por outro lado, esses recursos não se mostraram como estratégias pedagógicas consistentes para iniciar o público leigo na linguagem especializada que constitui o regime da UNFCCC. Essa função pedagógica acabou se mostrando, na verdade, como refratária às zonas mais visíveis do sistema mediático e, assim, acabou se concentrando nas matérias de menor destaque da FSP.

Desse modo, é possível observar que a distribuição da produção de inteligibilidade acerca das questões relativas às mudanças climáticas se concentrou, na cobertura da COP-15, em função dos pontos com maior visibilidade do sistema mediático. As funções pedagógicas da tradução, por seu turno, demonstram tendência inversa.

Dito isso, cabe agora voltar à segunda pergunta de pesquisa, a qual trouxe questões acerca das estratégias de redução de complexidade social perpetradas pela seleção jornalística a partir da seguinte questão:

- b) *Como a mediação jornalística sintetiza e seleciona, ao longo do sistema informativo dos media, os debates e fatos gerados pela COP-15?*

Sobre o processo de seleção em tela, esta investigação trouxe evidências de que as zonas de maior visibilidade do sistema mediático tendem a utilizar com mais intensidade os critérios de seleção e formatação das notícias que presumidamente fazem avançar, mais intensamente, a apreensão da informação pelas audiências. Sob essa constatação, chegou-se à compreensão de que o centro de visibilidade pública (o JN) acabou selecionando aspectos das mudanças climáticas e da COP-15 mais convergentes aos interesses cognitivos da audiência por inteligibilidade.

Ademais, verificou-se que a mediação jornalística produzida por ambos os centros mediáticos aqui analisados selecionou suas fontes e conteúdo dos debates gerados pela COP-15 com forte viés oficial e nacional. Desse modo, a predominância das fontes governamentais brasileiras acabou por gerar uma cobertura sobre um problema global sob a perspectiva das forças políticas locais.

Já prevendo justamente a predominância desse tipo fonte e atores políticos, a terceira pergunta de pesquisa trouxe à baila o seguinte questionamento:

- c) A cobertura realizada pelos centros do sistema mediático consegue – após o processo de seleção e de tradução – evitar uma distorção sistemática dos atos comunicativos produzidos pelos representantes no âmbito das sessões da COP15?*

Acerca dessa questão, os dados demonstraram que não é incomum que, durante esse processo de seleção e tradução, ocorra perda considerável de informação. Uma perda que inclusive acabou deixando de lado insumos discursivos indispensáveis para que o sentido político das declarações dos representantes fosse adequadamente compreendido à luz de outras propostas e perspectivas políticas disponíveis. Por outro lado, a regularidade com que essa perda de informação ocorreu não foi de modo algum uniforme no sistema mediático. Nesse sentido, ela ocorreu de modo mais regular e consistente no centro da imprensa de referência (na FSP) do que no centro de visibilidade pública (no JN). Além disso, ao longo dos centros em questão, sua intensidade foi minoritária em relação ao provimento preciso de informação.

No entanto, o grau dessa precisão não foi possível de ser conclusivamente verificado tanto nesse nível mais básico dos erros como num grau mais extenso e complexo de manifestação, ou seja, no grau relativo ao modo como as perspectivas sustentadas pela representação de coalização da qual o Brasil se vinculou foram acuradamente mediadas (i.e. se com mais ressonância discursiva do que com distorção). Essas verificações não foram

conclusivas porque elas se mostraram mais exigentes do que a potencialidade explicativa dos métodos aqui desenvolvidos.

A conclusão do esforço investigativo foi de que, devido aos limites metodológicos não só desta pesquisa, mas como os da literatura revisada, os diagnósticos mais assertivos acerca da regularidade com que o sistema mediático introduz distorções no sistema deliberativo devem ser colocados sob suspeição. Tal suspeição deve ser ainda mais intensa quanto mais as evidências para essa distorção se fundamentarem nas características constitutivas da própria prática jornalística. Isso porque tal tipo de evidência faz com que a distorção seja um resultado *a priori* e inevitável, a não ser, claro, que se evite *a priori* que as práticas jornalísticas constituam parte importante do sistema deliberativo.

E justamente por se trabalhar com o pressuposto de que a mediação jornalística e o sistema mediático devem ser considerados como parte indispensável do sistema deliberativo, questionou-se como essa participação se daria mediante o provimento adicional de informação. Esse questionamento foi formulado do seguinte modo:

d) Como a mediação jornalística distribui, ao longo do sistema informativo mediático, informações de contextualização capazes de conferir inteligibilidade às declarações feitas pelos representantes nas sessões da COP-15?

A esse respeito, análise dos dados indicou que a distribuição de informação de contextualização assume trajetórias contraditórias a depender do seu subtipo. Se ela se referir às soluções do problema, sua disponibilidade será encontrada de modo mais concentrado nas faixas menos visíveis do sistema mediático. Se ela se referir às causas e consequências, a concentração se dará em sentido oposto, ou seja, nas faixas mais visíveis.

Esse achado se mostra, à primeira vista, contra intuitivo. Isso porque a própria COP-15 se mostrava, até agora, como mais um exemplo de que os debates públicos só ganham a atenção dos holofotes mediáticos nas fases de implementação. Pelo fato dessa fase tratar justamente das soluções, esperava-se que as faixas de maior visibilidade do sistema mediático iriam focalizar esse aspecto do debate. Mas o que ocorreu foi justamente o oposto.

Tal fenômeno passa a fazer sentido quando se leva em conta que, tratando-se de um tema complexo e de pouco domínio público, o sistema mediático pode ter se sentido compelido a trazer informações de pano de fundo acerca das causas e consequências do problema para que o público pudesse, então, compreender a importância e relevância da COP-15. Esse movimento se mostrou especialmente claro no JN, o qual produziu, ao longo da

cobertura, “uma série de reportagens especiais sobre os efeitos mais visíveis do aquecimento global.”²⁰⁰. Houve, desse modo, não apenas concentração desse tipo de informação nas faixas mais visíveis do sistema mediático, mas também o uso de documentação visual que pudesse ilustrá-lo.

O provimento de informação relativo às soluções do problema não se mostrou, contudo, restrito à análise de enquadramentos. Ele se mostrou também presente nas práticas mediáticas relativas ao princípio de publicidade. Acerca dessas práticas, a quinta pergunta de pesquisa colocou em questão o seguinte problema:

e) De que modo o sistema mediático, ao cobrir a COP-15, exerce diferentes níveis de monitoramento ativo e crítico?

Os resultados indicaram que tanto o caráter ativo quanto a dimensão crítica (ou advocatícia) desse monitoramento não estão distribuídos igualmente entre os centros do sistema mediático brasileiro aqui estudados. Nesse caso, além da FSP ter se posicionado mais em relação aos atores políticos do que o JN o fez, ela concentrou mais esforços em apresentar informação não oficial, ampliando, portanto, com mais ênfase o escopo de visibilidade pública em torno das autoridades e instituições constitutivas da COP-15.

Essa diferença de ênfase, contudo, também não foi desempenhada de modo equivalente. Em termos comparativos, a FSP atuou mais como ator crítico do debate do que um ator ativo. Desse modo, enquanto a FSP apresentou um monitoramento ativo e crítico mais intenso do que o JN, esta diferença foi muito mais relevante em seu aspecto crítico do que ativo, tendo em vista que a variável “publicidade ampliada” indicou uma diferença pequena entre os dois centros mediáticos em questão.

Ao responder as perguntas específicas de pesquisa, torna-se agora possível propor uma reflexão mais apurada em torno do problema central dessa investigação. Este consiste em saber se a cobertura brasileira das sessões da COP-15 pode ter ajudado a superar os obstáculos comunicacionais que os cidadãos e cidadãs tendem a enfrentar ao tentar monitorar seus representantes em processos de governança transnacional.

A esse respeito, o estudo de caso desenvolvido por esta pesquisa fornece extensos subsídios em favor da compreensão de que os elementos necessários à superação em tela foram distribuídos com diferentes níveis de intensidade ao longo do sistema mediático. Nenhum desses elementos esteve, portanto, completamente ausente nos diferentes estratos

²⁰⁰ ver documento JN002 do banco de dados

desse sistema que foram aqui analisados. A diferença consistiu, portanto, na intensidade e frequência como que cada um desses elementos foi distribuído.

A mediação jornalística parece agir, desse modo, como uma espécie de prisma que *transforma* a percepção de insumos discursivos vindos de uma direção (das arenas formais de deliberação) para outra (a esfera de visibilidade mediática) a partir de uma distribuição, sob diversos estratos, e com diferentes frequências das qualidades normativas da esfera pública (i.e. publicidade, inteligibilidade e verdade). Com isso, ao mesmo tempo os insumos produzidos nas arenas formais de deliberação já não guardam qualquer semelhança com a forma da notícia ou da reportagem, estas, ao longo do sistema mediático, destrincham esses insumos e os transformam de acordo as necessidades comunicativas da comunidade política do sistema deliberativo. Uma comunidade que, em sociedades complexas e pluralistas, estabelece demandas normativas também complexas e plurais.

Dito isto, deve-se questionar como essa proposição e os resultados desta pesquisa contribuem para o avanço do conhecimento disponível acerca da relação entre mídia e política em sociedades democráticas. Com objetivo de esclarecer essas questões, segue-se a próxima seção deste capítulo.

6.3 Os achados face a pesquisas anteriores: discussão dos resultados

Esta seção tem por objetivo discutir e apontar quais contribuições que os achados desta pesquisa oferecem para a compreensão da mediação jornalística para o sistema deliberativo e, portanto, para a legitimação democrática em contextos de alta complexidade social. Para isso, tais achados serão sintetizados e comparados com aqueles produzidos pela literatura revisada.

6.3.1 Da produção de inteligibilidade

A democracia deliberativa pressupõe como princípio normativo que as ações e debates perpetradas pelas agências de representação política estejam disponíveis em uma linguagem e em condições de apreensão cognitiva condizentes com a diversidade de sua esfera cidadã. Isto se aplica inclusive àqueles cidadãos menos atentos ao mundo político e com pouco repertório informacional acerca de temas que entrelaçam política com questões técnico-científicas. Em suma, esse tipo de cidadão e cidadã também têm o direito de estar a par e influenciar decisões e debates políticos que lhe concernem enquanto cidadão, inclusive decisões e debates que são organizados por regimes transnacionais de governança.

Ao mesmo tempo, não há dúvida que uma esfera cidadã atenta e com vasto repertório informacional será bem mais capaz de exercer um controle público difuso e competente da esfera pública do que cidadãos desatentos e pouco informados. Por isso mesmo, é compreensível que a explosão da indústria da comunicação de massa, nas primeiras décadas do século XX, tenha provocado inquietação no pensamento crítico. Nesse sentido, Adorno e Horkheimer já haviam observado, à época, que, nos produtos dessa indústria, “[t]oda ligação lógica que pressuponha um esforço intelectual é escrupulosamente evitada.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.128).

Não obstante, mesmo que, na média, a esfera cidadã, ou ao menos as elites formadoras de opinião, sejam dotadas de forte disposição a escrutinar o poder político e a se informar sobre o mesmo, sempre haverá uma parcela de cidadãos que se encontram abaixo dessa média. E sob tal condição, não é aceitável, em termos democráticos, que tais cidadãos e cidadãs não disponham de condições de, ao longo do tempo, aproximar-se dessa média ou mesmo a superá-la, tornando-se, portanto, formadores de opinião. Só que a conquista dessa progressão, até agora, não havia sido concebida como uma condição associada à indústria da comunicação de massa. Pelo contrário, a dedução lógica que ainda predomina, em boa parte dos que pensam a comunicação de massa sob uma perspectiva crítica, é que essa indústria tende a incitar uma espécie de regressão intelectual dos sujeitos, tal como já formulado por Adorno décadas atrás:

Não é por nada que na América podemos ouvir da boca dos produtores cínicos que seus filmes devem dar conta do nível intelectual de uma criança de onze anos. Fazendo isso, eles se sentem mais incitados a fazer de um adulto uma criança de onze anos. (ADORNO, 1971, p.294).

Essa dedução ou expectativa, no entanto, tem sido frustrada pela pesquisa empírica que fundamentou a criação e aplicação de vários operadores analíticos desta pesquisa. Nesse sentido, Prior constatou (2013) que, ao adicionar elementos visuais a certos produtos informativos, os efeitos positivos de incremento do repertório informacional foram maiores em determinados conjuntos de cidadãos do que em outros. Dentre estes que tiveram um aumento de repertório mais intenso, destacam-se aqueles indivíduos com menor nível de educação formal.

Quando se constata que o operador analítico que mais variou positivamente com a visibilidade foi a visualização, logo chegamos a um conjunto de expectativas totalmente diferente acerca dos efeitos democráticos de determinados produtos jornalísticos. Nesse sentido, constatou-se que o JN foi aquele que mais proveu visualização e também

dramatização da cobertura da COP-15. Sobre o efeito desses elementos nas audiências, Machill e colegas apontam que:

Em particular, o nosso estudo oferece indicações iniciais de que uma reportagem narrativizada tem efeitos fortes especialmente sobre o segmento de espectadores de até 30 anos de idade, que têm menos informação prévia à sua disposição, que são menos interessados no tema e que, em geral, raramente se informam através de notícias da televisão ou dos jornais. (MACHILL et al, 2007, p.200)²⁰¹.

A presença de dramatização, não obstante, é possível de ser identificada não apenas no telejornalismo. Nesse sentido, Carneiro apontou, em sua pesquisa sobre a cobertura do *O Globo* sobre mudanças climáticas ao longo de 2007, que eventos “especial e temporalmente discretos assumiram, na ótica da narrativa do aquecimento global, um sentido integrado e urgente.” (CARNEIRO, 2007, p.119).

A tradução dessa urgência, como vimos através dos resultados desta pesquisa, foi levada a cabo pelo aumento de informação acerca das causas e consequência das mudanças climáticas nas faixas mais visíveis dos centros mediáticos do sistema informativo dos *media*. Essa informação, ao evidenciar os principais responsáveis, vítimas e vilões do problema, conduziu uma dramatização apta a sensibilizar o público a se engajar na busca de mais informações acerca da complexidade do problema e das instituições criadas para resolvê-la.

O provimento desse tipo informação de caráter mais pedagógico, por sua vez, tende a estar disponível nos estratos menos visíveis do sistema mediático. Ao mesmo tempo, nesses mesmos estratos, a linguagem especializada passa a ser bem mais comum. Essa concentração, por sua vez, pode ser explicada pelo tipo de público que se utiliza com maior regularidade dos materiais aí disponíveis. Um tipo de público, que, conforme apontam Adolphsen e Lück, é percebido pelos jornalistas que costumam cobrir eventos como as da COP-15 como mais cosmopolita e letrado e, portanto, mais capaz de compreender expressões e formas linguísticas especializadas:

Os jornalistas que possuem uma orientação internacional afirmam projetar como sua audiência um público bastante alfabetizado e politicamente interessado. Por esta razão, esses jornalistas não explicam cada informação de pano de fundo que reportam. Isto está de acordo com os resultados de pesquisas a indicar que os públicos transnacionais são bastante letrados (Bruggermann / Schluz-Forberg 2009). Em contraposição, os jornalistas com uma orientação mais nacional tendem a apresentar a informação de

²⁰¹ Tradução livre de: “In particular, our study gives initial indications that a narrative presentation has particularly strong effects in the segment of viewers up to 30 years old who have less prior information at their disposal, are less interested in the topic and overall rarely take notice of the news on the television or in newspapers.”

modo mais pormenorizada. Eles parecem trabalhar com uma imagem mais precisa do seu público leitor, mantendo um contato mais próximo à sua delegação nacional e também enfatizam as implicações concretas da mudança climática com mais frequência. (ADOLPHSEN & LÜCK, 2012, p.151)²⁰².

Esses padrões diferenciados de cobertura apontados pelos autores parecem se ajustar, em certos aspectos, muito bem aos encontrados nas coberturas do JN e da FSP. O primeiro sendo mais propenso a reportar a voz oficial das autoridades nacionais e o segundo a criticar uma faixa mais ampla de atores políticos, ao mesmo tempo que estabelece um padrão de reportagem que demanda do leitor um maior esforço cognitivo e também repertório informacional.

No entanto, nossa pesquisa contribui para um entendimento mais nuançado desse fenômeno, uma vez que foi demonstrado aqui que o quadro é um tanto quanto mais complexo. Isso porque a prática de explicar vocabulário especializado, e, portanto, constituinte de informação de pano de fundo esteve, ao contrário das expectativas, mais associado à cobertura da FSP do que do JN. Desse modo, pode-se dizer que os usuários da FSP estiveram mais propensos a se apropriar do sistema conceitual secundário (especializado) necessário a uma compreensão abrangente tanto do problema das mudanças climáticas como das organizações internacionais desenvolvidas para lidar com ele.

Todavia, deve-se ter claro que apenas o sistema informativo ampliado é capaz de prover o volume mais extenso de informações que é necessário para que essa compreensão, de fato, ganhe uma abrangência condizente à complexidade dos elementos em questão. Não será, portanto, apenas lendo notícias e reportagens que a esfera cidadã será capaz de se familiarizar com o complexo regulatório que envolve a governança global em torno das mudanças climáticas.

Sendo, então, incapaz de prover esse aprofundamento informacional mais extenso, defende-se aqui a tese de que uma função desempenhada pelo sistema mediático seria a de desvelar uma mediação preliminar da complexidade social. A função de explorar em detalhes essa complexidade, por sua vez, tende a ser exercida com maior eficiência pelo sistema informativo ampliado. De toda sorte, para que os cidadãos leigos em um determinado tema presente na agenda pública cheguem a utilizar esse sistema para adquirir um entendimento

²⁰² Tradução livre de: “Especially those journalists with a global orientation stated that they assume their audience to quite literate and politically interested. For this reason, they do not explain every piece of background information. This is in line with findings that transnational audiences are rather literate (Brüggermann/Schluz-Forberg 2009). In contrast, journalists with a more national orientation break issues down in more detail. They seem to have a more precise picture of their audience, maintain closer contact to their national delegation and also emphasize the concrete implications of climate change more often.”

arrazoado da questão em debate, é preciso que eles tenham de antemão, além de algum conhecimento em torno do mesmo, motivação suficiente para fazê-lo.

É justamente no provimento desses pressupostos que reside a importância de uma mediação preliminar da complexidade social provida pelo sistema mediático. Isso porque essa mediação, como visto ao longo deste capítulo, favorece, nas faixas mais visíveis do sistema mediático, que públicos pouco interessados ou motivados em informação política acabem tomando conhecimento de temas e informações dessa natureza. Essa mediação pode ser considerada, assim, de suma importância para o sistema deliberativo, pois, através dela, os cidadãos e cidadãs são estimulados a utilizar o sistema informativo ampliado a partir de um quadro referencial sensível à complexidade dos temas em debate na esfera pública.

Com o objetivo de esclarecer como esse quadro referencial resultante da mediação jornalística pode ser não apenas sensível à complexidade social, mas, também, produtor da mesma, segue-se a próxima seção.

6.3.2 Do provimento de publicidade

A ação de monitorar ativamente e criticamente o poder foi o parâmetro que guiou a análise de como diferentes centros do sistema mediático nacional geraram uma cobertura da COP-15 em acordo com o princípio de publicidade. Os desdobramentos dessa análise, por sua vez, demonstram que, mesmo apresentando diferenças importantes quanto ao monitoramento em tela, esses centros privilegiaram as fontes governamentais ao cobrir essa cúpula do clima. Isso acabou por conferir a essa cobertura um certo tom oficialista, o que converge com as expectativas que já haviam sido sinalizadas por estudos anteriores, especificamente no que se refere à marca oficialista em tela (Cardoso, 2013, Gomes, 2009, Miola, 2012).

Por outro lado, essas mesmas pesquisas, em especial a de Miola e de Cardoso, demonstram que esse tom oficialista tende a ser contrabalançado pela presença de insumos críticos dirigidos justamente às fontes governamentais. Nesse sentido, Miola aponta que “mesmo quando as perspectivas reportadas são predominantemente dos atores estatais [...] os argumentos do Governo podem ser criticamente apresentados e confrontados com contra-argumentos.” (MIOLA, 2012, p.249). A pesquisa de Cardoso, a esse respeito, é reveladora, pois se observou que, justamente em período precedente à COP-15, a cobertura sobre mudanças climáticas da FSP e do *O Globo* foi bastante crítica do governo, pois “quando o assunto era uma avaliação mais geral da política governamental e da posição brasileira nas negociações internacionais os textos apresentaram majoritariamente uma avaliação negativa da posição brasileira.” (CARDOSO, 2013, p.24)

No entanto, o provimento desse padrão de crítica, ao contrário das expectativas, não se concentrou no governo brasileiro, mas, sim, nos países desenvolvidos, em especial no país anfitrião da COP-15, a Dinamarca. Mais do que isso, entre os atores mais bem avaliados esteve justamente o presidente Lula.

Em circunstâncias regulares, esse quadro poderia indicar um viés ainda mais oficialista por parte da cobertura. No entanto, se levarmos em conta que, na circunstância específica da COP-15, os poderes mais decisivos se concentram nas mãos de instituições internacionais e de países desenvolvidos, então pode se começar a suspeitar que a mudança do alvo preferido das críticas pode ter sido resultado de um monitoramento ativo e crítico do poder, ou, no caso, de quem tinha mais poder.

Essa suspeita começa se intensificar quando levamos em conta o comportamento substantivo dos atores políticos naquele momento decisivo e histórico que foi a COP-15. A esse respeito, verificou-se que, logo depois da Dinamarca e dos EUA, o terceiro ator mais criticado foi a China. Não sem razões, pois como apontou Eduardo Viola “numa manifestação de extremo conservadorismo, a China se opôs frontalmente tanto a estabelecer como meta uma redução de emissões mundiais de 50% até 2050, quanto uma meta específica dos países desenvolvidos de redução de emissões de 80% até 2050.” (VIOLA, 2010, p.19).

A cobertura favorável ao presidente Lula, por sua vez, também refletiu a disposição dos centros mediáticos em advogar em prol dos atores políticos que tomassem atitudes que fizessem avançar as zonas de consenso necessárias para que um acordo de Copenhague fosse alcançado. Nesse sentido, a atuação do presidente Lula se mostrou profícua na condução da delegação brasileira, a qual se mostrava dividida entre as posições do Itamaraty (mais próximas da China) e do Ministério do Meio Ambiente (mais distantes). Até então, havia predominado a posição do Itamaraty²⁰³, só que, durante a COP-15, “o presidente brasileiro mudou a posição do Brasil, afastando-se muito da posição da China e do que sempre haviam defendido juntos no G77+China.” (ABRANCHES, 2011, p.250).

Esse comportamento pró-ativo do presidente conquistou os holofotes mediáticos no seu segundo discurso feito em plenária oficial do evento. Essa intervenção foi estimada não apenas pelo plenário, mas também pela sala de imprensa:

²⁰³ Viola detalha com maior precisão temporal essa guinada da posição brasileira: “O Ministério do Meio Ambiente elevou consistentemente seu perfil desde agosto de 2009, forçando uma sensibilização maior por parte do presidente Lula e sua candidata Dilma, o que levou a uma derrota histórica dos Ministérios de Relações Exteriores e Ciência e Tecnologia, com o anúncio da mudança da posição brasileira incluindo metas quantitativas muito importantes de redução da curva esperada de emissões no ano de 2020, algo que poucos analistas avaliavam como possível em junho de 2009.” (VIOLA, 2010, p.22).

Na sala de imprensa, onde a maioria dos jornalistas acompanhava os discursos, porque haviam limitado a presença da imprensa no plenário Tycho Brahe, Lula foi aplaudido. Dele foi a primeira declaração franca e sincera sobre as dificuldades da negociação. [...] Depois falou Obama. Um discurso sem brilho e sem gestos de grandeza.” (ABRANCHES, 2011 , p.218).

Diante disso, é possível afirmar, para além da mera suspeita, que a cobertura dos centros mediáticos nacionais exerceu um monitoramento ativo e crítico de quem efetivamente tinha mais poder ou posições rígidas, sendo, ao mesmo tempo, mais benevolente com aqueles que tentavam destravar as negociações. Com esses dados e análises, é possível, então, apontar que esta pesquisa oferece uma contribuição ao conhecimento disponível acerca dos padrões de cobertura jornalísticos. Nesse sentido, evidenciou-se aqui que, em circunstâncias atípicas, tais como aquelas instauradas pela COP-15, a cobertura pode deixar de concentrar suas forças críticas nos atores nacionais e passar a focalizá-la em atores internacionais.

Esse direcionamento crítico se mostrou como válido nos termos formulados por esta pesquisa, pois ele esteve acompanhado daquele tipo de informação que desvela os bastidores do poder. Tal desvelamento trouxe luz e escrutínio público aos bastidores das negociações da COP-15, onde se tentava costurar um acordo sob termos publicamente indefensáveis:

O destino da COP15 não seria definido nas reuniões de negociação que começariam dali a pouco, mas estava sendo objeto de conversas e conspiratas nas altas esferas da diplomacia do clima e da política global. E de forma excludente. A maioria dos países presentes estava sendo deixada de fora. Essas suspeitas minavam a confiança entre os parceiros, antes mesmo do início dos trabalhos da COP15. (ABRANCHES, 2010, p.124).

Os fluxos comunicativos dessas negociações de bastidores não conseguiram, entretanto, permanecer sob segredo. Ao serem despidos pela publicidade mediática, esses fluxos provocaram reações contundentes daqueles que estavam sendo excluídos do processo negocial. Ao saber dessa exclusão pela imprensa, alguns deles, como vimos anteriormente, chegaram inclusive a abandonar temporariamente as negociações. Isso demonstra, portanto, que a mediação jornalística contribuiu, não apenas para aumentar o escopo de visibilidade pública em torno das instituições e agentes políticos da COP-15, como esse aumento de visibilidade teve implicações para a própria dinâmica entre essas instituições e agentes.

Ao demonstrar isso, esta pesquisa contribui para dar a ver algumas nuances acerca do processo com que o sistema mediático desvela uma mediação preliminar da complexidade social. Isso porque que essa mediação não se trata, nos termos luhmannianos, de uma mera “redução de complexidade”, pois o desvelar em questão descortina a própria complexidade do poder.

Esse aumento de complexidade pode inclusive ser reclamado, com as devidas ponderações²⁰⁴, nos termos definidos por Luhmann (2009, p.184), na medida em que a complexidade se define a partir da seleção das relações possíveis entre os elementos do sistema. Tal complexidade se expande, então, a partir da ampliação do espectro de relações possíveis entre os elementos (em níveis de escala) que são selecionados pelo sistema. Ora, quando o sistema mediático, através do jornalismo investigativo e da ampliação da publicidade oficial, insere caminhos adicionais de interpretação dos atos e atores políticos, então a esfera pública vê aumentada a escala de seleções²⁰⁵ que a formação da opinião pública pode produzir sobre estes mesmos atos e atores.

O aumento de complexidade social produzido pelo desvelamento do poder pelas práticas jornalísticas é resultado justamente desse aumento de possibilidades interpretativas, especialmente daquelas tornadas possíveis pelos atos e declarações discrepantes que os atores políticos frequentemente apresentam quando se compara o conteúdo desses atos e declarações feitos nos bastidores políticos com aquele exibido nas instâncias oficiais de poder. Ao dar a ver a existência dessas discrepâncias, a mediação jornalística desvela, então, parte da própria complexidade social. Ao fazer isso, ao invés de reduzir essa complexidade, ela contribui para sua expansão, pois os olhos que passam a ver o que há por trás das cortinas já não podem enxergar o palco com o mesmo olhar.

Outra contribuição desta pesquisa a se destacar se refere como a interpretação da intervenção política do jornalismo a partir da noção mais restrita de “práticas advocatícias” (Donsbach & Patterson, 2004) foi capaz de confirmar os argumentos de Albuquerque (2011) acerca dos limites da noção de “paralelismo político” para se descrever o perfil do sistema mediático brasileiro. Isso porque, mesmo quando toma posição política clara – e, no caso da COP-15, houve evidente tomada de posição pró Acordo - o jornalismo dos centros desse sistema não o faz de maneira partidária. Não, ao menos no sentido de eleger, dentro do espectro das elites políticas - alvos fixos para elogiar ou criticar. A mudança de tratamento em relação ao governo brasileiro durante a COP-15, em que deixou de ser alvo preferencial das críticas para ser dos elogios, demonstra justamente isso.

Nesse contexto, é importante não perder de vista as contribuições que as práticas advocatícias do jornalismo podem trazer para o sistema deliberativo, pois a cobertura dos acontecimentos e debates políticos:

²⁰⁴ Desde que não assumamos como válida a noção de sistema autopoietico para definir os sistemas sociais (ver 2º capítulo).

²⁰⁵ “Precisamente porque o sistema seleciona uma ordem, ele se torna complexo, já que se obriga a fazer uma seleção da relação entre seus elementos.” (LUHMANN, 2009, p.184).

[...] é importante para a deliberação pública não somente quando se apresenta equilibrada ou fundamentada em critérios deontológicos que garantem um perfil determinado de prestação de informações: mesmo aquelas intervenções que, sabidamente, mostram-se alinhadas a determinadas visões de mundo, campos interpretativos ou interesses de grupo podem contribuir para a promoção de uma audiência crítica. (MARQUES & MIOLA, 2010, p.11).

No entanto, é oportuno frisar que o caráter advocatício não está distribuído de maneira homogênea entre os centros do sistema mediático brasileiro aqui estudados. Tanto a análise interpretativa, com a de conteúdo da cobertura da COP-15 indicaram que a FSP se posicionou mais em relação aos atores políticos do que o JN. Ademais, os resultados aqui encontrados vão na mesma direção da pesquisa de Miola (2012, p.244). Esta, além de ter demonstrado a intervenção política desempenhada pela imprensa brasileira no debate sobre a criação da EBC, evidenciou também que este papel foi perpetrado com maior ênfase nas revistas semanais *Veja* e *Carta Capital*. Esta ênfase maior por parte dessas revistas semanais converge com os resultados de outras pesquisas anteriores (ver Azevedo, 2004, 2006).

Diante desse conjunto de resultados, pode-se apontar como uma das contribuições desta pesquisa a essa literatura o provimento evidências em favor de um quadro de distribuição da força da intervenção política do jornalismo no sistema mediático brasileiro. Nesse quadro, essa intervenção, em seu caráter advocatício, tende a ser mais forte no centro da imprensa de revista semanal (na *Veja*) e mais fraco em seu centro de visibilidade pública (o JN). Como setor intermediário, estaria o centro de qualidade jornalística (a FSP).

6.3.3 Da satisfação ao princípio de verdade

Esta pesquisa teve como ponto de partida o problema de como a mediação jornalística poderia auxiliar a esfera cidadã no monitoramento e constrangimento de seus representantes em situações de alta complexidade social. Só que esse processo começou a ser colocado em questão quando se percebeu que diversos pesquisadores da teoria deliberacionista apontavam os *media* como responsáveis pela introdução de distorções sistemáticas na esfera pública. Dada a força desse diagnóstico, mostrou-se imperativo verificar o quanto essa distorção inviabilizaria a potencialidade dos *media* em desvelar uma mediação preliminar da complexidade social.

Ao tentar operacionalizar essa verificação, foi possível observar que ela só poderia atender aos princípios metodológicos de validade, confiabilidade e replicabilidade em situações muito restritas de análise. Sob tais situações, os resultados da pesquisa apenas

confirmaram aquilo que já se sabia através da literatura sobre precisão jornalística. Os telejornais tendem a ser mais precisos, enquanto a imprensa menos. Não obstante, o tipo de erro encontrado não foi capaz de confirmar a existência de uma distorção de tipo sistemática, pois o tipo mais comum de erro se referiu mais a uma informação de tipo incompleta do que efetivamente distorcida.

Nesse sentido, é oportuno recordar que a FSP, ao mesmo tempo que teve um maior índice de informação incompleta, esteve também mais disposta a cobrir informações de publicidade ampliada. Esse tipo de informação, por sua vez, oferece mais riscos de ser imprecisa do que as declarações oficiais. Só que correr riscos, como foi observado, pode ser um custo necessário para que uma mediação jornalística mais ativa e, portanto, mais fiscalizadora do poder ocorra. Se o jornal decide não correr esses riscos, ele pode até melhorar seu nível de precisão, mas “um jornal com nível zero de erros factuais é um jornal que estoura o *deadline* e/ou assume poucos riscos. O público [...] não espera que os jornais sejam perfeitos.” (MEYER, 2007, p.99).

Dito isso, o fato é que, dadas as condições extremamente restritas com que a precisão das informações foi verificada nesta pesquisa, não é possível concluir que elas sejam capazes de traduzir com fidedignidade o fenômeno que se pretendia captar. Isso porque esse fenômeno extrapola em muito o espectro da “transparência oficial” e daquele conteúdo que pôde ser checado e comparado.

Algo similar aconteceu quando se tentou avaliar a relação entre ressonância e distorção discursiva. Nesse caso, ao se analisar os dados produzidos com o fim específico de apreender essa relação, constatou-se tendências contraditórias, confirmando, por um lado, que “o entrecruzamento entre as arenas discursivas não deveria ser pensado como um processo harmonioso [...] [já que] elas nem sempre se mostram conectadas ou porosas umas às outras” (MENDONÇA & MAIA, 2012, p.292)²⁰⁶.

Por outro, constatou-se, em convergência aos resultados de Miola (2012, p.252)²⁰⁷, que houve grande compartilhamento entre as arenas dos *media* e das sessões da COP-15 dos temas mais relevantes para compreender o debate público que estava instaurado em torno e no seio dessa cúpula do clima. Esse nível de compartilhamento se mostrou ainda mais intenso quando dados indiretos – ou seja, produzidos sem a intenção de evidenciar esse

²⁰⁶ Tradução livre de “the interlocking of arenas should not be thought of as harmonious [...] discursive arenas are not always porous and connected.”

²⁰⁷ Um compartilhamento que, similarmente a nossos resultados, abrangeu mais de um tema: “O mesmo tipo de controvérsia se estabeleceu no debate mediado, com a problematização dos limites entre o caráter estatal e o caráter público de emissoras de rádio e televisão geridas nos âmbitos federal e estadual. Os parlamentares e a imprensa compartilharam também o interesse em debater as políticas de financiamento para tais emissoras.”

compartilhamento – demonstraram que a contestação discursiva em torno do processo negocial não foi intensa apenas nas sessões, mas também na cobertura. Essas evidências só foram possíveis, pois aqui se estabeleceu uma análise multidimensional da mediação jornalística.

Isso acabou por demonstrar que desenhos de pesquisa que visem identificar especificamente a dimensão relativa à precisão com que as práticas jornalísticas medeiam debates públicos têm pela frente desafios metodológicos de vulto a serem superados. Sendo assim, a principal contribuição desta pesquisa para o conhecimento disponível acerca da tendência do jornalismo em distorcer o debate público consiste em evidenciar os limites epistemológicos decisivos que surgem ao tentar se produzir evidências empíricas válidas, confiáveis e replicáveis para a identificação desse tipo de distorção.

Nesse sentido, essa pesquisa também trouxe contribuições para uma compreensão mais consistente da fragilidade de algumas estratégias analíticas que poderiam se mostrar tentadoras para se demonstrar a distorção em tela. Dentre essas estratégias, destacam-se a de utilizar os critérios jornalísticos e a dramatização como indicadores analíticos.

Todavia, como já demonstrado não apenas por esta pesquisa, mas, também, em uma investigação anterior (Lycarião, 2010a e 2011) e, ainda antes, pelo trabalho de Mafra (2006) e de McAdam (1996), os recursos estético-expressivos da dramatização não podem ser considerados como necessariamente fontes de depauperação da esfera pública. As evidências dessas pesquisas sugerem, na verdade, que os recursos em tela podem ser fundamentais para a expansão e fortalecimento de princípios normativos da deliberação democrática.

O mesmo agora foi evidenciado para os critérios jornalísticos, os quais - ao serem avaliados em seu caráter relacional com os critérios das audiências - demonstram que as faixas mais visíveis desse sistema não selecionam nem moldam as notícias simplesmente com base em critérios autopoiéticos. A esse respeito, essa pesquisa demonstrou que houve uma tendência dos pontos centrais de produção de visibilidade pública em preferir os fatores de noticiabilidade que estimulam o aumento de inteligibilidade do conteúdo informativo. Isso de tal forma que foram abertas aqui novas fronteiras de interpretação sobre como os fatores de noticiabilidade tendem a se concentrar nos produtos jornalísticos com maior visibilidade.

As fronteiras, até então existentes, levavam a crer que esses fatores como um todo tendem a se mostrar mais intensamente em produtos jornalísticos de maior circulação e, portanto, de maior visibilidade. A Tabela 9 de Eilders (1997, p.185) oferece resultados que indicam justamente isso, pois os fatores de noticiabilidade, em sua totalidade, foram mais frequentes em jornais com maior alcance de público, i.e. a imprensa nacional (*überregionale*).

No entanto, essa maior concentração foi observada para todos os fatores e não apenas para aqueles positivamente associados ao aumento de fixação do conteúdo informativo.

Os resultados da pesquisa aqui realizada sugerem, desse modo, um quadro ainda mais nuançado deste padrão de concentração dos fatores de noticiabilidade. Isso porque, ao inserimos um salto ainda maior de visibilidade do aquele analisado por Eilders, verificou-se, diferentemente da pesquisa da autora, que os fatores de noticiabilidade como um todo não apresentaram correlação positiva com a visibilidade, mas somente aqueles fatores depurados em termos de inteligibilidade. Isso demonstrou, portanto, a possibilidade de haver uma moderação da correlação entre visibilidade e fatores de noticiabilidade pela variável “fatores de noticiabilidade depurados” (em termos de inteligibilidade).

Diante disso, além de novas agendas de investigação para os fatores de noticiabilidade, estabeleceu-se, nesta pesquisa, uma contribuição no sentido de identificar quais indicadores seriam válidos para a mensuração de distorção e quais não seriam. A esse respeito, demonstrou-se ser mais produtivo tomar os critérios de seleção jornalísticos e a dramatização como indicadores para inteligibilidade do que para distorção.

6.4 Apontamentos para pesquisas futuras

Como indicado anteriormente, os resultados referentes aos fatores de noticiabilidade e também a outras variáveis dessa pesquisa não são estatisticamente significantes. Para os resultados a elas correspondentes, é necessário que evidências adicionais sejam produzidas para verificar se os resultados em questão representam uma tendência geral do sistema mediático ou apenas a caracterização específica da cobertura da COP-15.

Essa verificação, por seu turno, será tão mais extensiva e conclusiva quanto mais métodos semelhantes aos aqui empregados forem aplicados a condições diversas de cobertura. Para tanto, seria produtivo expandir a análise para a cobertura de eventos nacionais, já que os resultados aqui encontrados decorrem de um evento de política internacional. Ademais, outras formas de amostra que não censitárias - inclusive com maior escala temporal e volume de matérias - testariam os achados dessa pesquisa de forma mais abrangente.

Outra forma de diversificar as condições de cobertura seria incluir mais produtos do mesmo gênero jornalístico e com diferentes níveis de visibilidade. Isso poderia esclarecer se as variáveis dependentes da hipótese H1a variaram mais em função da visibilidade ou do gênero jornalístico. Ainda sobre esta hipótese, é oportuno recordar que sua operacionalização se voltou a indicadores que já haviam sido identificados por pesquisas anteriores como

positivamente associados ao aumento de inteligibilidade. Não obstante, tais pesquisas identificaram essa associação, na maior parte das vezes, com poucas variáveis e com técnicas estatísticas básicas. Isso impede de conceber o efeito que a interação entre os diferentes indicadores aqui analisados tende a produzir sobre a inteligibilidade do material jornalístico.

Tendo isso em vista, os resultados para a hipótese H1a só poderão ser conclusivos quando pesquisas de recepção forem realizadas demonstrando como a interação dos indicadores aqui observados geraria efeitos significativos no nível de compreensão dos materiais noticiosos. Por meio desse tipo de pesquisa, também seria possível verificar quais dos indicadores aqui analisados têm mais efeito sobre a inteligibilidade e os quais têm menos. Com essas informações, seria possível, assim, construir modelos preditivos mais precisos e sofisticados acerca da relação entre os diferentes tipos de cobertura e seu respectivo nível de inteligibilidade.

No entanto, deve-se ter claro que não há características capazes de traduzir a noção de inteligibilidade de forma universal. Como já registrado na literatura revisada, alguns estímulos são capazes de produzir efeitos mais consistentes em certos públicos do que em outros. Desse modo, noções como “visualização” não podem ser tomadas como universalmente válidas para a promoção de inteligibilidade, até porque há públicos que sequer utilizam a faculdade da visão para se informarem. Diante disso, é oportuno apontar que as pesquisas de recepção, até agora, parecem privilegiar um padrão sensorial hegemônico, ignorando, portanto, desenhos de pesquisa que incluam públicos que não compartilham desse padrão dominante, a exemplo dos deficientes visuais e dos surdos.

Tendo isso em vista, seria produtivo que pesquisas futuras se engajassem em experimentos com públicos de cidadãos que não participam do padrão sensorial dominante. Até porque estes cidadãos e cidadãs também precisam ser reconhecidos em suas necessidades específicas por inteligibilidade do mundo político e social, sendo dever também da comunidade científica promover tal reconhecimento e a possibilidade de satisfazer tais necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou investigar como as práticas jornalísticas, ao serem organizadas sistematicamente, podem auxiliar a esfera cidadã a controlar regimes regulatórios marcados por alta complexidade social.

Para tanto, optou-se por analisar a cobertura da COP-15. Este caso se mostrou adequado, pois esta Conferência do Clima, além de ter provocado um volume inédito de cobertura sobre um tema complexo, como o das mudanças climáticas, envolveu um regime de governança, até então, praticamente desconhecido: a UNFCCC. Um regime, ele mesmo, organizado sob padrões tão flexíveis e multifacetados que fazem dele um arranjo institucional de difícil assimilação, pois requer intenso esforço cognitivo para ser apreendido em sua completude. Como resultado, a cobertura da COP-15 se mostrou como um caso exemplar em que o valor epistêmico da mediação jornalística poderia ser testado em condições de alta complexidade social.

Para conduzir esse teste, algumas hipóteses de pesquisa foram formuladas e, posteriormente à análise, foram problematizadas à luz de dados que se mostram a elas divergentes. Ao realizar esse procedimento metodológico, esta pesquisa buscou compreender que fenômenos comunicativos esses dados divergentes representavam. Mediante tal esforço, foi possível encontrar alguns achados que revelaram contribuições significativas para a literatura especializada em Comunicação & Política.

Esses achados, assim como os demais resultados dessa pesquisa enfrentam, contudo, diversas limitações que nos impedem de chegar a conclusões compreensivas. Para, então, aumentar o nível de generalização dessas conclusões, são necessárias evidências adicionais, especialmente no que se refere à confirmação de que se os resultados aqui apresentados representam efetivamente uma tendência geral do sistema mediático ou apenas a caracterização específica da cobertura da COP-15. Além disso, os resultados referentes aos distintos níveis de desempenho das matérias analisadas em termos de inteligibilidade só poderão ser conclusivos quando pesquisas de recepção forem realizadas demonstrando como a interação dos indicadores aqui operacionalizados gera efeitos significativos no nível de compreensão dos materiais noticiosos.

Apesar das limitações dessa pesquisa, é importante frisar que seus resultados se mostraram válidos para encaminhar reflexões e proposições analíticas relevantes para tratar os problemas específicos formulados em torno da cobertura da COP-15. Esses problemas, por

sua vez, foram analisados à luz de três princípios normativos da esfera pública, sendo eles, a saber, o princípio de inteligibilidade, de publicidade e de verdade.

A esse respeito, verificou-se que o telejornalismo do JN satisfaz o princípio normativo de inteligibilidade com desempenho superior ao da FSP. No entanto, essa diferença só se mostrou incontornável ao se levar em conta os dados agregados produzidos pelas variáveis que mensuraram esse desempenho. Ao se observar os dados desagregados, foi possível perceber, que em algumas variáveis, os desempenhos se invertiam e, assim, a FSP passava a apresentar índices superiores ao do JN.

Para entender essa inversão de desempenho e a complexidade que ela traz para a divisão do trabalho epistêmico, foi decisiva a operacionalização da noção de visibilidade como variável independente. Isso porque ela demonstrou indícios de que os jornalistas, independentemente do veículo em questão (se a FSP ou o JN), modulam os materiais jornalísticos de modo diferente a depender da abrangência do público presumido. Quanto maior for a abrangência desse público, maior será, por exemplo, a tentativa deliberada de evitar a linguagem especializada e, assim, de garantir uma inteligibilidade ampla do material jornalístico produzido.

Ao se analisar o desempenho desses veículos em relação ao princípio normativo de publicidade, foi encontrado algo similar aos resultados relativos ao princípio de inteligibilidade. Isso porque também se demonstrou que a hipótese sobre aquele princípio, antes confirmada sem maiores dúvidas no nível agregado dos dados, passou a apresentar resultados contraditórios no nível desagregado. Ao explorar o significado substantivo desses dados mediante análise qualitativa dos mesmos, percebeu-se que o JN esteve mais próximo de um padrão de monitoramento oficialista da COP-15 e a FSP, por sua vez, mais próxima de um padrão advocatício. Isso implica dizer que, enquanto o JN esteve mais propenso a reportar a fala oficial dos atores políticos analisados, a FSP esteve mais propensa a criticá-la (em maior medida) ou a endossá-la (em menor medida).

Entretanto, num aspecto relativo ao princípio de publicidade, os dois centros midiáticos em questão obtiveram desempenho equiparáveis. Trata-se do provimento do tipo de informação que ampliou o escopo de visibilidade pública em torno dos atores e instituições que constituíram a COP-15. Nesse sentido, a cobertura foi capaz de desvelar fatos e declarações desses atores que estavam escondidos nas zonas de segredo dos bastidores das negociações. Ao fazer isso, a cobertura mostrou que, por trás das cortinas oficiais, havia elementos que contradiziam ou problematizavam a fala de atores políticos envolvidos no

processo de negociação. Ao fazer isso, a mediação jornalística deu a ver a complexidade política e social em torno da COP-15.

Além de investigar os princípios normativos de publicidade e inteligibilidade, esta pesquisa também buscou testar a hipótese de que ambas as coberturas (JN e FSP) apresentariam um desempenho satisfatório ao princípio de verdade. Esse desempenho satisfatório deveria consistir num provimento de informações precisas o suficiente a ponto de evitar uma distorção sistemática dos padrões discursivos da arena formal de debate da COP-15. Com o objetivo de identificar o nível da distorção em tela, foram desenvolvidos dois indicadores analíticos, sendo a saber: (a) erro (ou imprecisão); e, (b) distorção discursiva.

Em relação ao primeiro indicador, os dados mostraram que a proporção de proferimentos *sem erro* foi maior que aqueles com algum tipo de erro, em ambos os veículos.

Em relação à distorção discursiva, os dados revelaram um quadro mais complexo. Por um lado, os elementos de distorção foram pouco intensos no nível mais abstrato de análise dos proferimentos, o qual identificou os temas dos mesmos. No entanto, os indicadores de dissonância discursiva se mostraram bem mais intensos e até predominantes nos níveis mais detalhados de análise dos proferimentos, os quais, além dos temas, levaram em conta o conteúdo das ações políticas defendidas pelos representantes. Diante desses dados contraditórios e ambíguos, ficou claro que, apenas a partir de uma análise multidimensional dos processos discursivos mediados pelo sistema mediático, é que se torna possível chegar a resultados abrangentes o suficiente para verificar a qualidade com que as práticas jornalísticas medeiam as arenas discursivas do sistema deliberativo.

A complexidade do fenômeno em questão revelou que a noção de distorção extrapola em muito aquilo que as ferramentas metodológicas atualmente disponíveis são capazes de mensurar. Assim sendo, proposições fundadas em noções correntes sobre a precisão com que as práticas jornalísticas medeiam debates públicos têm pela frente desafios metodológicos de vulto a serem superados. Este achado mostra-se relevante, pois a maior parte dos estudos a argumentarem que os *media* introduzem distorções sistemáticas na esfera pública sequer estabelecem esforços metodológicos a fim de demonstrar essa proposição com dados confiáveis, replicáveis e válidos. Desse modo, tal argumento acaba por ser sustentando a partir de um ponto de vista intuitivo dos processos de mediação discursiva perpetrados pelos *media*.

Ao examinar o desempenho da cobertura da COP-15 à luz dos três princípios normativos operacionalizados (inteligibilidade, publicidade e verdade), foi, então, proposto que a medição jornalística do sistema mediático brasileiro proveu, tal com um prisma da

esfera pública, diferentes estratos informativos em torno desse evento. Estratos que, por serem plurais e internamente diferenciados, poderiam servir a uma comunidade política com demandas comunicativas heterogêneas, diversas e, portanto, também internamente diferenciadas. Diante disso, pode-se afirmar que a cobertura em questão é um indício consistente de que o sistema mediático se mostra como um fator indispensável à legitimação democrática de regimes de governança marcados por alta complexidade social.

Isso, no entanto, não pode ser confundido com a ideia de que os resultados substantivos da COP-15 foram democraticamente legítimos. Muito menos significa que a cobertura em tela alcançou padrões excelentes de qualidade jornalística. Isso porque ambas as instâncias falharam em tratar, com a devida atenção, das causas que impediram - e impedem até hoje - que um efetivo regime de governança internacional se edifique conforme as disposições mais elementares de um processo democrático.

Para entender essas causas, é oportuno identificar algumas omissões da cobertura aqui analisada. Como, por exemplo, aquela decorrente de não se ter questionado o principal negociador brasileiro à época da COP-15 - o então embaixador Luiz Figueiredo Machado (atualmente Ministro das Relações Exteriores) - sobre a razão dele ter rechaçado, já na primeira sessão da COP-15, a tentativa da delegação de Papua Nova Guiné de discutir a aplicação da regra 42 dos procedimentos da Convenção.

A regra 42 é a única que tem sido deixada de fora em relação às disposições que têm guiado os procedimentos da Convenção²⁰⁸. Ela dispõe, com exceção de alguns temas, que as decisões, após o devido debate e após esgotadas as possibilidades de consenso, podem ser tomadas mediante votação cujo item seja aprovado por mais de dois terços das partes. Como esta regra não obteve consenso até hoje, a única forma de tomar decisões que a UNFCCC possui é mediante o consenso unânime entre as partes. Por isso mesmo, o Acordo de Copenhague não se constituiu em decisão efetiva da Convenção. Foi apenas um documento de que a presidência da Conferência tomou nota.

O que a representação diplomática de Papua Nova Guiné tentou trazer à pauta do debate em plenário, logo após a pomposa cerimônia de abertura, foi o mérito de se implementar a regra 42. Essa regra, segundo o negociador chefe do país arquipélago, Kevin Conrad, mostrava-se oportuna àquele momento, pois um consenso unânime “significa que qualquer acordo aqui só pode pretender chegar no mais baixo denominador comum entre nós.

²⁰⁸ Essas regras estão disponíveis em < <http://unfccc.int/resource/docs/cop2/02.pdf> > Acesso em 08 de março de 14.

Do nosso ponto de vista [...] tomar decisões com base apenas no menor denominador comum é, além de irresponsável, seriamente negligente”²⁰⁹.

Kevin Conrad fez esse apelo logo após citar as drásticas transformações e impactos que as mudanças climáticas já haviam causado em seu país. Para ele, e para outros representantes dos países mais vulneráveis a essas mudanças, estava muito claro que o tempo para evitar o agravamento agudo dos impactos da mudança do clima estava se esgotando.

Após a intervenção de Conrad, a presidente da Conferência, Connie Hedegaard, informou ao negociador que não seria produtivo debater a questão em plenário, pois consultas feitas às partes já havia indicado que a implementação da regra 42 não obteria consenso. Ela propôs, então, continuar consultando as partes na tentativa de alcançar o consenso necessário para que, eventualmente, ela fosse então implementada.

Kevin Conrad não se deu por satisfeito e disse que aquele era o momento e a hora de se debater a questão. Ou seja, na frente do olhar e da inédita atenção pública que estava colocada sobre os negociadores, e não, portanto, na surdina das consultas de gabinete. A insistência de Conrad parecia irritar a todos. Mostrou-se deselegante e perturbadora do andamento regular que era esperado para aquela situação. Seu apelo foi, então, refreado pelo negociador brasileiro, que, irritado, também apelou ao colega: “por favor, deixe-nos trabalhar”.

Não havia clima para a agenda de Conrad. Ele era representante naquele momento não apenas de um arquipélago de ilhas ameaçado pela força eminente de uma natureza alterada pela intervenção humana. Ele representava uma ilha discursiva, isolada e incapaz de evitar de ser subsumido pelo oceano de interesses divergentes que lhe rodeava.

Após a intervenção do negociador brasileiro, as negociações seguiram seu curso regular e, sob esse curso, chegaram exatamente no mínimo denominador que Conrad havia alertado. Mesmo sob esse mínimo denominador, não houve consenso unânime. Resultado: o JN deu a manchete, no dia 19 de dezembro daquele ano, de que o “suposto acordo, anunciado ontem pelo presidente americano Barack Obama, foi considerado decepcionante - especialmente porque não tem força de lei, nem estabelece metas concretas para a redução mundial de gases poluentes.” A FSP, por sua vez, numa das poucas primeiras páginas

²⁰⁹ “Consensus means that any agreement here can only aspire to the lowest common denominator amongst us. From our perspective [...] making decisions based only on the lowest common denominator is beyond irresponsible, it’s gravely negligent.” Conteúdo disponível ao tempo 01:24:41 do seguinte vídeo: <http://unfccc4.meta-fusion.com/kongresse/cop15/templ/play.php?theme=unfccc&id_kongresssession=2279> Acesso em 08 de março de 14.

dedicada ao assunto, apresentou como matéria principal de capa “Cúpula do clima acaba em fracasso”.

Muito se destacou, portanto, o fracasso que já havia sido prenunciado por Conrad. Mas sobre o episódio envolvendo o embate de perspectivas deste com as do negociador brasileiro não se escreveu uma linha. Tanto os jornalistas, como os observadores não perguntaram, nas conferências de imprensa, muito menos noticiaram qual era, afinal, a posição política do Brasil em relação à regra 42. Segundo consta no banco de dados desta pesquisa, a posição em relação ao tema por parte da delegação brasileira foi codificada como “incerta”. Isso porque o que foi rechaçado por Figueiredo foi colocar, na agenda de debate do plenário, a implementação da regra 42 e não o mérito da implementação em si.

Ao não dar atenção a esta questão, a não fazer essas perguntas, a cobertura evitou que viessem à tona algumas das razões que têm permitido a constante deterioração do regime de governança criado para tratar das mudanças climáticas. Um regime que, por trabalhar sob condições raras de consenso, – o de tipo unânime – mina qualquer possibilidade de contrariar interesses locais. Como observa Abranches, as “regras da Convenção do Clima foram feitas para proteger interesses nacionais. Não serviam para acordos que exigissem mudanças estruturais e novas prioridades para as políticas de governo.” (ABRANCHES, 2010, p.199).

Esse diagnóstico ajuda a explicar porque aquelas perspectivas mais otimistas que haviam se aberto alguns meses após a COP-15 acabaram não vingando. Tais perspectivas se abriram como resultado da progressiva adesão de vários países ao Acordo de Copenhague:

Para aqueles analistas que utilizavam apenas a palavra “fracasso” para caracterizar a Conferência de Copenhague, o quadro de março de 2010 mostra-se mais complexo. Pela primeira vez, EUA, Austrália, China, Brasil, Índia, Indonésia, África do Sul, México e Coréia do Sul estão assumindo o compromisso político de reduzir suas emissões ou o crescimento de sua curva de emissões, e esse compromisso vem com números anexados. (VIOLA, 2010, p.20)

No entanto, o termo “fracasso” parece novamente fazer sentido quando levamos em conta o que ocorreu nas últimas COPs. Para entender os impactos negativos desses acontecimentos, é preciso levar em conta que, mesmo com o aumento de participantes no acordo de Copenhague, o tamanho de corte de emissões que ele representava já estava, segundo Viola, “muito aquém dos níveis requeridos pela ciência.” (ibidem). Além disso, o autor ainda adverte que o acordo e os compromissos acima destacados não precisaram ser ratificados por nenhum Parlamento e seus cumprimentos passaram, portanto, a depender

“inteiramente de que cada um dos países cumpra com suas promessas. É uma situação muito *sui generis* e incerta na história dos tratados internacionais.” (ibidem).

O certo é que, nas COPs seguintes, além de se constatar que grande parte das promessas não havia sido cumprida, algumas delas foram inclusive refeitas para patamares menos exigentes. Foi o caso do Japão e da Austrália que, na COP-19 em Varsóvia, anunciaram a revisão de suas metas para baixo. Isso era concebível, uma vez que, não sendo ratificados em lei, os compromissos poderiam ser alterados mediante a simples mudança de governo.

A política global do clima se mostra, desse modo, extremamente vulnerável à situação conjuntural de cada país. Muito dos quais, aliás, haviam enviado para Copenhague delegações pouco sensíveis à magnitude do problema que estava em debate:

Um acordo com substância e efetividade, dentro das regras formais da Conferência das Partes, ficara praticamente impossível. São 192 países dispostos a usar o poder de veto. A maioria de votantes muito circunstanciais, sem papel relevante nas negociações, deliberava sobre assuntos de grande complexidade, alto impacto e interdependentes, com os olhos postos no curto prazo ou em seus interesses específicos. (ABRANCHES, 2010, p.194).

Como resolver esse impasse? Como constituir um regime de governança internacional que venha a prover essa substância e efetividade? Sobre isso, deve-se ter claro que a simples implementação da regra 42 não constitui nenhum tipo de panaceia que destravaria todas as dificuldades impostas a um regime tão complexo de governança como o da UNFCCC. Aliás, caso a única coisa diferente, em Copenhague, tivesse sido a implementação da regra 42, é possível afirmar que qualquer acordo viabilizado por essa regra tenderia a sofrer déficits de legitimidade ainda mais severos.

Isso porque a mera concentração de poder nas mãos de instituições internacionais tende a intensificar as lacunas de responsabilização e controle externos já existentes. No caso da COP-15, essas lacunas foram - em parte e temporariamente - encurtadas pela visibilidade mediática que essa conferência obteve. Mas, caso decisões de tipo majoritárias, tivessem sido tomadas, antes ou depois desta Conferência, o nível de controle pela esfera pública seria provavelmente muito menor. E, mesmo em Copenhague, qualquer decisão aí produzida seria implementada por uma Convenção cujos tomadores de decisão eram apenas extensões do poder executivo dos países que dela participam, i.e. uma assembleia de diplomatas. Seria democraticamente legítimo que uma assembleia não eleita tomasse decisões tal como um Parlamento?

Ademais, é preciso retomar ao ponto nevrálgico que constitui o processo de monitoramento aberto e contínuo dos centros de poder político pela esfera cidadã. Esse processo foi explicitado nos primeiros capítulos deste trabalho e ele pressupõe não apenas que o sistema mediático produza estratos informativos diversificados, mas requer que o sistema informativo ampliado forneça a possibilidade dos cidadãos e cidadãs ultrapassarem a ponte comunicativa da “mediação preliminar”. Só que, para essa travessia, é preciso que exista do outro lado um sistema informativo ampliado capaz de adensar esta mediação. Para isso, esse sistema necessita fornecer informações, além de completas, também inteligíveis. Não obstante, conforme observado no terceiro capítulo, o regime institucional de governança da UNFCCC oferece uma transparência oficial que pode até satisfazer o primeiro requisito, mas certamente não o segundo.

Diante disso, pode-se perceber que a tentação de transferir mais poder a organizações internacionais pode ter como custo o estrangulamento de diversos processos e procedimentos democráticos. Tendo em vista esse dilema, pensadores como Jürgen Habermas (2012c) e James Bohman (2007a) tem proposto novos conceitos e arquiteturas institucionais de ordem global que permitam um aumento simultâneo do poder político dessas instituições e também das formas e de controle externo das mesmas. A esse respeito, Habermas (2012c, p.53-73) chega a defender a produção de uma Constituição Global ao lado de um parlamento de mesma ordem. Isso tudo sob égide de uma comunidade cosmopolita de cidadãos globais, os quais elegeriam os membros desse Parlamento de povos.

Desse modo, é possível perceber que, por trás do “fracasso de Copenhague”, permaneceram veladas muito mais questões do que a cobertura foi capaz de trazer à tona. Dentre elas, a proposta da delegação de Papua Nova Guiné de implementar a regra 42 representava apenas a ponta do iceberg. E mesmo esta não emergiu à esfera de visibilidade mediática, demonstrando, portanto, que a cobertura da COP-15 deixou de tematizar as causas procedimentais que tornam o regime de governança da UNFCCC ineficiente.

É preciso, contudo, tomar essa crítica não apenas como uma crítica de mídia, mas, sobretudo, como uma crítica de sociedade. Isso porque a invisibilidade das questões procedimentais em tela é mais sintomática da indisposição generalizada em prol de uma transformação estrutural da política contemporânea do que um problema específico das práticas jornalísticas aqui analisadas. Trata-se, portanto, de um claro sinal de que a internacionalização da política se transformou numa agenda política impopular, pois a “explosão de entusiasmo da virada do século, que anunciava uma nova ordem mundial

baseada em organizações internacionais, em vez de nações, e na colaboração entre os países, em lugar da soberania tradicional, parece já ter dado marcha a ré.” (GIDDENS, 2010, p.254).

Por isso, é preciso se estar ciente de que defender a necessidade de uma estrutura de governança internacional e democrática com soberania suficiente para gerar políticas vinculantes não significa que a conquista de tal estrutura seja imediatamente viável no curto prazo. No entanto, é preciso, tal como Kevin Conrad, insistir e, algumas vezes, até de modo inconveniente, dado que o papel do trabalho intelectual não se restringe à descrição do presente ou à projeção de realidades futuras plausíveis, mas envolve também a crítica e a tomada consequente de posição política.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. Copenhague: antes e depois. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ADOLPHSEN, M. & LÜCK, J. Non-routine interactions behind the scenes of a global media event: How journalists and political PR professionals co-produced the 2010 UN climate conference in Cancún. In *Medien & Kommunikationswissenschaft*, Sonderband “Grenzüberschreitende Medienkommunikation”, Hamburgo, p.141-158, 2012.
- ADORNO, T. A indústria cultural. in: COHN, Gabriel. *Comunicação e Indústria Cultural*, Editora Nacional, São Paulo, 1971. p.287-295.
- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In.: *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 113 – 156.
- ALBUQUERQUE, A. Another 'Fourth Branch': Press and political culture in Brazil. *Journalism* (London), London, v. 6, n.4, p. 486-504, 2005.
- ALBUQUERQUE, A. O paralelismo político em questão. *Revista Compolitica*, v. 2, p. 6-28, 2012.
- ALBUQUERQUE, A. Media/Politics Connection: Beyond Political Parallelism. *Media, Culture & Society*, v. 35, p. 747-763, 2013.
- ALBUQUERQUE, A. On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective. In: Daniel C. Hallin; Paolo Mancini. (Org.). *Comparing Media Systems Beyond Western World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 72-95.
- ALEXANDER, J.C. ‘The Mass News Media in Systemic, Historical and Comparative Perspective’, In: Alexander, J.C. & Colomy, P.B. (Org.) *Differentiation Theory: Problems and Prospects*, New York: Columbia University Press, 1990. pp. 107–152.
- ANTILLA, Liisa. Climate of scepticism: US newspaper coverage of the science of climate change. *Global Environmental Change*, 15(4), p.338-352, 2005.
- ARATO, Andrew. Representação, soberania popular e accountability. *Lua Nova*. São Paulo, n. 55-56, 85-95, 2002.
- AVRITZER & COSTA, Sérgio, Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 4, pp. 703 a 728, 2004.
- AZEVEDO, Fernando. Mídia e Democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, v.12, n.1, p.88-113, 2006.
- BECK, U. From industrial society to risk society. In: Dryzek, John S./ Schlosberg, David (Hg.): *Debating the Earth. The Environmental Politics Reader*. Oxford: Oxford University Press, 1998, p.327-346. [Originalmente publicado em 1992]

BENNETT, Lance et al. Managing Public Sphere: Journalistic Construction of the great globalization Debate. *Journal of Communication*, v.54, n.3, pp.437–54, 2004.

BENSON, R. What makes for a critical press? A case study of French and U.S. immigration news coverage. *International Journal of Press/Politics*, v.15, n.1, pp.3-24, 2010.

BENSON, R. & HALLIN, D. How States, Markets and Globalization Shape the News: The French and U.S. National Press, 1965–1997. *European Journal of Communication*, v.22, n.1:pp.27-48, 2007.

BERINSKY, A. J., & KINDER, D. R. Making sense of issues through media frames: Understanding the Kosovo crisis. *Journal of Politics*, v.68, n.3, p.640-656, 2006.

BOCUHY, C. *Falta reconhecer que estamos numa crise de civilização*. [S.I.], 16 abril 2012 Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/planeta/2012/04/16/falta-reconhecer-que-estamos-numa-crise-de-civilizacao/>> Acesso em 17 de abril de 2012. Blog: Blog do Planeta.

BOHMAN, James. *Public deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Cambridge: MIT, 1996.

BOHMAN, J. The Division of labour in Democratic Discourse: media, experts, and deliberative democracy. In: CHAMBERS, Simone; COSTAIN, Anne (Org.). *Deliberation, Democracy and the Media*. New York: Rowman and Littlefield, 2000. pp.47-64.

BOHMAN, J. *Democracy Across Borders: From Demos to Demoi*. MIT Press, 2007a.

BOHMAN, James. Political Communication and the Epistemic Value of Diversity: Deliberation and Legitimation in Media Societies. *Communication Theory*, v.17,p.348–55, 2007b.

BOHMAN, James & REHG, William. 2007. Jürgen Habermas In: The Stanford Encyclopedia of Philosophy, Edward N. Zalta (ed), <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2007/entries/habermas/>> Acesso em 07 de abril de 2012.

BOYKOFF, M. T., & BOYKOFF, J. M. (2004). Balance as bias: Global warming and the US prestige press. *Global Environmental Change*, 14 , 125-136.

BOYKOFF, Maxwell & NACU-SCHMIDT, Ami. World Newspaper Coverage of Climate Change or Global Warming, 2004-2013. Cooperative Institute for Research in Environmental Sciences, Center for Science and Technology Policy Research, University of Colorado, Web. Disponível em <http://sciencepolicy.colorado.edu/media_coverage>. Acesso em 20 de nov. de 2013.

BOYKOFF, Maxwell T. & MANSFIELD, Maria. Ye Olde Hot Aire: Reporting on human contributions to climate change in the UK tabloid press. *Environmental Research Letters*, v.3, n.2, p.1-8, 2008.

BOYKOFF, Maxwell T. Flogging a dead norm? Newspaper coverage of anthropogenic climate change in the United States and United Kingdom from 2003 to 2006. *Area*, v.39, n.4, p.470-481, 2007.

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia – dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 2005.

BROSIUS, H. B., & WEIMANN, G. Who Sets the Agenda Agenda-Setting as a Two-Step Flow. *Communication Research*, v.23, n.5, p.561-580, 1996,.

BUEHNER, T. M. College Student Preferences for Trendy versus Classic Typefaces. Operant Subjectivity: *The International Journal of Q Methodology*, v.35, n.1, pp.1–36, 2011.

CARDOSO, F.M. *Mídia e mudanças climáticas no Brasil entre demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável*. Dissertação de mestrado, UFMG, PPGcom, Belo Horizonte, 2013.

CARNEIRO, C. M. Z. “*Caos no clima*”: sensacionalismo, comunicação da ciência e a narrativa de O Globo sobre o aquecimento global. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, 2008.

CASTELFRANCHI, Yuriy . Para além da tradução: o jornalismo científico crítico na teoria e na prática. In: Massarani, L.; Polino, C.. (Org.). *Los desafíos y la evaluación del periodismo científico em Iberoamerica*. Jornadas Iberoamericanas sobre la ciencia en los medios masivos.. Santa Cruz de la Sierra: AECI, RICYT, CYTED, SciDevNet e OEA, 2008. p. 10-20.

CATENACCIO, Paola. The SARS Crisis Coverage in British Medical Journal and New Scientist. GOTTI, M. and GIANNONI, D. S. (Org.), *New Trends in Specialized Discourse Analysis*. Bern: Peter Lang, 2006. p.279-301.

CAUNE, Jean. *Pour une éthique de la médiation*. Grenoble: PUG, 1999

CHARAUDEAU, P. A communicative conception of discourse. *Discourse Studies*, v.4, n.3, p.301-318, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHRISTIANO, T. Rational deliberation among experts and citizens. In PARKINSON J. & MANSBRIDGE J (Org.). *Deliberative Systems: deliberative democracy at the large scale*. Cambridge University Press, 2012, p.27-51.

CHRISTOFOLETTI, R., & TERNES, M. O. Ética jornalística na primeira década do século XXI: um mapeamento de ocorrências. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v.9, n.24, p.75-94, 2012.

- COHEN, Jean L.. Civil society and globalization: rethinking the categories. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, pp. 419 a 459, 2003.
- COLEMAN, Renita, McCOMBS, Maxwell, SHAW, Donald & WEAVER, David. Agenda Setting. In: JORGENSEN, Karin Wahl & HANISTSCH, Thomas (Org.), *The handbook of journalism studies*,. London, New York: Routledge, 2009, p.147-160.
- COLEMAN, S. The new media and democratic politics", *New Media & Society*, Vol. 1 No.1, pp.67-74, 2000.
- CORREIA, João Carlos. *Os mass media entre o sistema e o mundo da vida*. Biblioteca on line de Ciências da Comunicação (BOCC). Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.
- CURRAN, J., IYENGAR, S., LUND, A. B., & SALOVAARA-MORING, I. Media System, Public Knowledge and Democracy A Comparative Study. *European Journal of Communication*, v.24, n.1, p.5-26, 2009.
- DAHLBERG, L. The habermasian public sphere. *Theorie and Society*, Vol. 34, p.111-136. 2005.
- DAHLGREN, Peter. *Media and Political Engagement: Citizens, Communication, and Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação como processo?. *Prisma.com – Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETEC*, nº 4, pp.1-36., 2007
- DISPENSA, J. M. & BRULLE, R. J. Media's social construction of environmental issues: focus on global warming – a comparative study, *International Journal of Sociology and Social Policy*, Vol. 23, n.10, pp.74 – 105, 2002.
- DONSBACH, W., & PATTERSON, T. E. Political news journalists. In: ESSER, F., & PFETSCH, B. (Org.) *Comparing political communication: theories, cases, and challenges*, 2004. pp.251-270.
- DRYZEK, J. S. Democratization as Deliberative Capacity Building. *Comparative Political Studies*, v. 42, n.11, pp.1379–402, 2009.
- DRYZEK, John S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, Vera S. P.; NOBRE, Marcos. *Participação e deliberação - teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 41-62.
- DRYZEK, John & NIEMEYER, Simon. Reconciling Pluralism and Consensus as Political Ideals. *American Journal of Political Science*, v.50, n.3,p p634–649, 2006.
- DRYZEK, John & NIEMEYER, Simon. Discursive representation. *American Political Science Review*, v.102, n.4, pp.481-492, 2008.

DYLKO I B, BEAM M A, LANDREVILLE KD AND GEIDNER N Filtering 2008 US presidential election news on YouTube by elites and nonelites. *New Media & Society*, v.14, n.5, pp.832-849, 2012.

EDGAR, Andrew. *Habermas: the key concepts*, Routledge, London and New York, 2006.

EILDERS, C.. *Nachrichtenfaktoren und Rezeption*. Westdt. Verlag, 1997.

EILDERS, Christiane. Synchronization of Issue Agendas in News and Editorials of the Prestige Press in Germany, *Communications*, v.24, n.3, p.301-328, 1999.

EILDERS, Christiane. News factors and news decisions. Theoretical and methodological advances in Germany. *Communications*, v.31, n.1, pp.5-24, abr. 2006.

ENTMAN, R.M. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v.43, n.4, pp.51-58 1993.

ESTEVEVES, J.P. Legitimação pelo procedimento e deslegitimação da opinião pública In J. M. (org.), *O pensamento de Niklas Luhmann*, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005.

FERREE, M., GAMSON, W., GERHARDS, J., & RUCHT, D. *Shaping abortion discourse: Democracy and the public sphere in Germany and the United States*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 2002.

FISCHER, F. *Democracy & Expertise: Reorienting Policy Inquiry*. New York Oxford University Press Inc., 2009.

FISHKIN, James. Possibilidades democráticas virtuais: perspectivas da democracia via internet. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (org.). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1992.

GAMSON, W. & MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, v.95, pp.1-37, 1989.

GIDDENS, Anthony. *A política da mudança climática*. Zahar, 2010.

GOMES, W. Audioesfera política e visibilidade pública: os atores políticos no Jornal Nacional. In: GOMES, Itania M. M.. (Org.). *Televisão e realidade*. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 175-222.

GOMES, W. Esfera pública política e comunicação em Direito e Democracia de Jürgen Habermas in GOMES, W. e MAIA, R. C. M. *Comunicação & democracia – problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008(a). pp. 69-115

GOMES, W. Esfera pública política e comunicação em mudança estrutural da esfera pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, W. e MAIA, R. C. M. *Comunicação & democracia – problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008(b). pp.31-68

GOMES, W. Da discussão à visibilidade in GOMES, W. & MAIA, R. C. M. *Comunicação & democracia – problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008(c). pp. 117-162.

GOMES, W. S. Esfera Pública Política e Media. Com Habermas, Contra Habermas. In: RUBIM, A.; BENTZ, I.; PINTO, M. J.. (Org.). *Produção e Recepção dos Sentidos Mediáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998. pp. 155-185

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: Maia, R.;Castro, M.C.P.. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. pp. 49-62.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. v.12, n.3, p.214-222, setembro/dezembro 2005.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media II. In Rubim, A.A.C, Bentz, I. M. G. & Pinto, M. J. (Eds.), *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. São Leopoldo: Unisinos, Compos, 1999.

GOMES, W. & MAIA, R. C. M. *Comunicação & democracia – problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008

GOODIN, R.E. Sequencing deliberative moments. *Acta Politica*, v.40, pp.182–196, 2005.

GÖPFERICH, S. Comprehensibility Assessment using the Karlsruhe Comprehensibility Concept. *JoSTrans - The Journal of Specialized Translation*, v.11, pp.31-48, 2009.

GÖPFERICH, S. How Comprehensible are Popular Science Texts? The Use of Thinkingaloud Protocols and Log Files in Comprehensibility Research. In: GOTTI, M. & GIANNONI, D. S. (Org.) *New Trends in Specialized Discourse Analysis* . Frankfurt/M.: Lang, 2006(a), p.221–246.

GÖPFERICH, S. How Successful is the Mediation of Specialized Knowledge? — The Use of Thinking-aloud Protocols and Log Files in Comprehensibility Research. *HERMES Journal of Language and Communication Studies* Vol. 37, pp.67–93, 2006(b).

GORDON, Joyce C., DEINES, Tina & HAVICE, Jacqueline. Global warming coverage in the media: Trends in a Mexico city newspaper. *Science Communication*, v.32, n.2, pp.143-170, 2010.

GOTTI, Maurizio. *Investigating specialized discourse*. Bern: Peter Lang, 2005.

GRANEHEIM, U. H., & LUNDMAN, B. Qualitative content analysis in nursing research: concepts, procedures and measures to achieve trustworthiness. *Nurse education today*, v.24, n.2, pp.105-112, 2004.

GRUNDMANN, Reiner. *Ozone and climate: scientific consensus and leadership*. *Science, Technology, and Human Values*, v.31, n.1, pp.73–101, 2005.

GRUNDMANN, Reiner. Climate change and knowledge politics. *Environmental Politics*, 16, pp.414–432, 2007.

GUERRA, J. L. Ensaio sobre o Jornalismo: um contraponto ao ceticismo em relação à tese da mediação jornalística. In: *Congresso da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós*, Porto Alegre, 2000.

GUO, L., VU, H. T., & MCCOMBS, M. An Expanded Perspective on Agenda-Setting Effects. Exploring the third level of agenda setting. *Revista de Comunicación*, v.11, p.51-68, 2012.

GUREVITCH, M., & BLUMLER, J. G. Political communication systems and democratic values. *Democracy and the mass media*, 1990. pp.24-35.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [publicado originalmente em 1962].

HABERMAS, J. *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society*. MIT press, 1991 [publicado originalmente em 1962].

HABERMAS, Jürgen. *Faktizität und Geltung: Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*. São Paulo, n.36, p. 39-53, 1995.

HABERMAS, J. *Between Facts and Norms*. Cambridge, Ma: MIT Press, 1996.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia*. Volume I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997(a).

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia*. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997(b)

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, J. Concluding Comments on Empirical Approaches to Deliberative Politics, *Acta Politica*, v.40, pp.384–392, 2005.

HABERMAS, J. Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research. *Communication Theory*, v.16, n.4, pp.411-426, 2006.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. São Paulo: *Líbero*, ano XI, nº 21, p. 9-21, 2008 (Originalmente publicado em 2006)

HABERMAS, J. *Europe: the faltering Project*. Polity Press, 2009.

HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução de Paulo Astor Soethe. WMF Martins Fontes, 2012(a).

HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. Tradução de Paulo Astor Soethe. WMF Martins Fontes, 2012(b).

HABERMAS, J. *The Crisis of the European Union: a response*. Polity Press, 2012(c).

HADLAND, A. Africanizing Three Models of Media and Politics: the South African Experience. In HALLIN D & MANCINI P (Org.) . *Comparing Media Systems Beyond the Western World*, Cambridge University Press, 2011. pp.96-118.

HALLIN, D. & MANCINI, P (Org.) *Comparing Media Systems Beyond the Western World*, Cambridge University Press, 2011.

HALLIN, D., & PAPATHANASSOPOULOS, S.. Political clientelism and the media: Southern Europe and Latin America in comparative perspective. *Media, Culture & Society*, v.24, pp.175–195, 2002.

HALLIN, D & MANCINI, P. *Comparing Media Systems*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004.

HALLIN, Daniel C. Sound Bite News: Television Coverage of Elections, 1968-1988. *Journal of Communication*, v.42. n.2, 1992.

HALLIN, Daniel C .& MANCINI, Paolo. Speaking of the President: Political Structure and Representational Form in U.S. and Italian television news In: *Theory and Society*, v.13, pp.829-850, 1984.

HANITZSCH, T., HANUSCH, F., MELLADO, C., ANIKINA, M., BERGANZA, R., CANGOZ, I., ... & KEE WANG YUEN, E.. Mapping journalism cultures across nations: A comparative study of 18 countries. *Journalism Studies*, v.12, n.3, pp.273-293, 2011.

HANSON, G., & WEARDEN, S. T.. Measuring Newscast Accuracy: Applying a Newspaper Model to Television. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, v.81, n.3, pp.546–558, 2004.

HAYES, A. F., & KRIPPENDORFF, K. Answering the call for a standard reliability measure for coding data. *Communication Methods and Measures*, v.1, n.1, pp.77-89, 2007.

HENDRIKS, Carolyn, M. Integrated deliberation: reconciling civil society's dual role in deliberative democracy. *Political Studies*, v. 54, p. 486-508, 2006

KATZ, E. The two-step flow of communication: An up-to-date report on an hypothesis. *Public Opinion Quarterly*, v.21, n.1, pp.61-78, 1957.

KATZ, E. Introduction to the Transaction Edition In KATZ, E. & LAZARSELD, PF. *Personal Influence: The Part Played by People in the Flow of Mass Communication*, with a new Introduction by Elihu Katz and a foreword by Elmer Roper. New Brunswick: Transaction, 2006 [originalmente publicado em 1955], p.xv-xxvii

KUHA, Mai. Uncertainty about causes and effects of global warming in U.S. news coverage before and after Bali. *Language & Ecology*, v.2, n.4, pp.1-22, 2009.

KUNTZ, Rolf. Cobertura passiva e pouco didática. In: *Observatório da Imprensa*, Ano 16, No 688, 2012.

LECKNER, S. Presentation factors affecting reading behaviour in readers of newspaper media: an eye-tracking perspective. *Visual Communication*, v.11, n.2, pp.163-184, 2012.

LESKOVEC J, BACKSTROM L, AND KLEINBERG J (2009) Meme-tracking and the dynamics of the news cycle. *Proceedings of the 15th ACM SIGKDD international conference on Knowledge discovery and data mining*. ACM: 1-9.

LUBENOW, Jorge Adriano. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 51, n. 121, June 2010 .

LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.

LYCARIÃO, Diógenes. Internet e esfera pública: por uma abordagem teórico-metodológica acerca dos usos da internet pela sociedade civil organizada. Anais do I Seminário Nacional Sociologia e Política, Curitiba, 2009.

LYCARIÃO, Diógenes. *Greenpeace, espetáculo e internet: o intercruzamento entre diferentes modos de comunicação para se sustentar debates na esfera pública*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, Belo Horizonte, 2010(a).

LYCARIÃO, Diógenes. Esfera pública e sistema midiático: tensões entre visibilidade e discutibilidade. *Contemporanea* (UFBA. Online), v.08, pp.01-19, 2010(b).

LYCARIÃO, Diógenes. Internet e movimento ambientalista: estratégias do Greenpeace para a sustentação de debates na esfera pública. In: MAIA, R.C.M; GOMES, W.; MAQUES, F.P.J.A.. (Org.). *Internet e Participação Política no Brasil*. 1 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. pp. 257-292.

LYCARIÃO, Diógenes. Sistema dos media e deliberação pública: acerca do valor epistêmico da mediação para a legitimação democrática. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, J. S.; JACKS, N. A.. (Org.). *Mediação & Mídia*. 1 ed. Salvador: EDUFBA, p. 123-147, 2012a.

LYCARIÃO, Diógenes. Media systems and the public sphere: what does and does not change with the internet. Trabalho apresentado no *Political Studies Association Media & Politics Group Annual Conference*, University of Bedfordshire (Luton campus), 1-2 November, 2012b.

MACHILL, M., KÖHLER, S., & WALDHAUSER, M. The use of narrative structures in television news: an experiment in innovative forms of journalistic presentation. *European Journal of Communication*, v.22, n.2, pp.185–205, 2007.

MACNAMARA, J. Media content analysis: Its uses, benefits and best practice methodology. *Asia Pacific Public Relations Journal*, v.6, n.1, pp.1-34., 2003.

MAFRA, Rennan. *Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

MAIA, R. C. M Democracia e Internet como esfera pública virtual: aproximação às condições do discurso e da deliberação. In: MOTTA, L. G.; FRANÇA, V. R. V; WEBER, M. H.; PAIVA, R.. (Org.). *Estratégias e Culturas da Comunicação*. 1 ed. Brasília: Editora UnB, 2002, pp. 105-127.

MAIA, R. C. M. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: LEMOS, A. et al. *Mídia.br*. Porto Alegre: Sulina, 2004. pp.09-38.

MAIA, R. C. M. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, R. C. M & CASTRO, Maria Céres P. S.. (Org.). *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*, 2006. pp.11-46

MAIA, R. C. M. Deliberative democracy and typology of public sphere. *Studies in Communication*, v. 1, pp.69-102, 2007.

MAIA, R. C. M. Deliberação e Mídia. In: MAIA, Rousiley C.M.. (Org.). *Mídia e Deliberação*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008(a). pp. 93-122.

MAIA, R. C. M. Política deliberativa e reconsiderações acerca do conceito de esfera pública. In: Rousiley C.M. Maia. (Org.). *Mídia e deliberação*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008(b). pp. 55-92.

MAIA, R. C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. *Logos* (Rio de Janeiro), v. 14, p. 43-62, 2008(c).

MAIA, Rousiley C.M. (Org.). *Mídia e Deliberação*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008(d).

MAIA, R. C. M. Mediated deliberation and dilemmas of consolidating democracy in Brazil: the 2005 referendum for banning firearm Sales, *International Journal of Press & Politics*, 14, pp.313-334, 2009.

MAIA, R. C. M. Expanding the mass media role for the functioning of the public sphere. In: João Carlos Correia; Rousiley C. M. Maia. (Org.). *The Public Sphere Reconsidered: theories and practices*. Covilhã: Universida da Beira Interior - LabCom Books, 2011(a), pp. 141-151.

MAIA, R. C. M. . O papel democrático da sociedade civil em questão. *Lua Nova* (Impresso), v. n 81, p. 147-174, 2011(b).

MAIA, R. C. M. *Deliberation, the media and political talk*. New York: Hamptom Press, 2012.

MAIA, R. C. M. ; MARQUES, A. C. S. ; MENDONCA, R. F. Interações mediadas e deliberação pública: a articulação entre diferentes arenas discursivas. In: PRIMO, A.; OLIVEIRA, A.C; NASCIMENTO G. C; ROSINI V. M. (Orgs.). *Comunicação e Interações*. Porto Alegre: Sulina, 2008. pp. 93-110.

MANCINI, P. Media fragmentation, party system, and democracy. *The International Journal of Press/Politics*, v.18, n.1, pp.43-60, 2013.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. *Lua Nova*, São Paulo, v.67, p.105-138, 2006.

MANRICH, C., DINIZ, E. H., & DE SANDES-GUIMARÃES, L. V. Jornais brasileiros e sua atuação na internet. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*, v.12, n.1, p.1-30 2013.

MANSBRIDGE, J., BOHMAN, J., CHAMBERS, S., CHRISTIANO, T., FUNG, A., PARKINSON, J., & WARREN, M. E. *A systemic approach to deliberative democracy*. Deliberative systems, 2012. pp. 1-26.

MANSBRIDGE, Jane. “Deliberative democracy” or “democratic deliberation”? In: ROSENBERG S (Org.), *Deliberation, Participation and Democracy: Can the People Govern?* Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2007. pp. 251–271

MANSBRIDGE, Jane. Everyday talk in the deliberative system. In: MACEDO, Stephen (Org.). *Deliberative politics: essays on ‘democracy and disagreement’*. New York: Oxford University Press, 1999. pp. 211-239.

MARCINKOWSKI, F., & DONK, A. The Deliberative Quality of Referendum Coverage in Direct Democracy. *Javnost-The Public*, n.19, v.4, 2012.

MARQUES, A. C. S & MAIA, R. C. M. Emotional Appeal for Deliberation: The Homoerotic Bond in Soap Operas. In: MAIA, R.CM.. (Org.). *Deliberation, the Media and Political Talk*. 1ed.New York: Hamptom Press, 2012, pp. 183-210.

MARQUES, A. C. S; MENDONÇA, R. F.; MAIA, R. C. M. O Sistema Deliberativo e seus Espaços Discursivos: a articulação entre diferentes modos de comunicação. In: *XVI Compós -*

Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2007, Curitiba. Biblioteca da Compós, 2007.

MARQUES, F.P.J. & MIOLA, E. Deliberação Mediada: uma tipologia das funções dos media para a formação do debate público. In *Estudos em Comunicação* nº7 - Volume 1, pp.1-28, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício do cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MASON M. R. The governance of transnational environmental harm: Addressing new modes of accountability/responsibility. *Global Environmental Politics*, v.8, n.3, pp.8–24, 2008.

McADAM, D. The framing function of movement tactics: strategic dramaturgy in the american civil rights movement. In: McADAM, D., McCARTHY, J. D. & ZALD, M. N. (Org.) *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. pp.338-355.

MCCARGO, D. Partisan Polyvalence. Characterizing the political role of Asian media. in HALLIN D & MANCINI P (Org.) *Comparing media systems beyond the Western world*, 2012. pp.201-224.

McCOMAS, Katherine & SHANAHAN, James. Telling stories about global climate change: Measuring the impact of narratives on issue cycles. *Communication Research*, v.26, n.1, p.30-57, 1999.

McCOMBS, M. E., & SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. *Public opinion quarterly*, v.36, n.2, p.176-187, 1972.

MENDONÇA, R.F. Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público In: *I Congresso da Compolítica*, Salvador. Anais do Congresso, 2006(a).

MENDONÇA, R.F. Movimentos sociais e interação comunicativa: a formação da comunicação sem sujeito. *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 4, 2006(b), p. 73-98.

MENDONÇA, R.F. Contratos comunicativos e ação situada: uma abordagem pragmática, *E-compós*, Brasília, v.11, n.2, maio/ago. pp.1-17, 2008.

MENDONÇA, R.F. *Reconhecimento e deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais*. 2009. 369 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, Belo Horizonte.

- MENDONÇA, R.F. & MAIA, R.C.M. Atores coletivos e participação: o uso da razão pública em diferentes âmbitos interacionais In MAIA, R. C. M. (Org.) *Mídia e Deliberação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. pp.125-163.
- MENDONÇA, R.F. & MAIA, R. C. M. . Deliberation across arenas? Assessing the constitution of general claims about the future of leprosy colonies. In: MAIA, R. C. M.. (Org.). *Deliberation, the media and political talk*. 1ed.New York: Hampton Press, 2012. pp. 287-314.
- MEYER, Philip. *Os jornais podem desaparecer?* São Paulo, Ed. Contexto, 2007.
- MIGUEL, L. F. A descoberta da política: a campanha de 2002 na Rede Globo. In: RUBIM, A.A. (Org.) *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil*, 2004. pp. 91-105.
- MIGUEL, L. F. ; BIROLI, F. . Visibilidade na mídia e campo político no Brasil. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 53, p. 695-735, 2010.
- MIOLA, E. *Sistema deliberativo: tensões entre interesses públicos e privados*. Tese de doutorado, UFMG, PPGcom, Belo Horizonte, 2012.
- MUNDIM, P. S. Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. *Revista de Sociologia e Política* (Online), v. 20, p. 123-147, 2012.
- MYERS, Gregory, 2003. Discourse Studies of Scientific Popularization: Questioning the Boundaries. *Discourse Studies* v.5, n.2, p.265-279.
- NAPOLITANO, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). *Estud. av.*, São Paulo, v.24, n.69, 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000200024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de julho de 2014.
- NEBLO, M.. Thinking through Democracy: Between Theory and Practice of Deliberative Politics. *Acta Politica*, n. 40, p.169-81, 2005.
- NEIDHART, F. Foreword In: FERREE, M., GAMSON, W., GERHARDS, J., & RUCHT, D. (2002) *Shaping abortion discourse: Democracy and the public sphere in Germany and the United States*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 2002
- NORRIS, P. *A Virtuous Circle: Political Communications in Post-industrial Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- O'NEILL, J. The Rhetoric of Deliberation: Some Problems in Kantian Theories of Deliberative Democracy, *Res Publica*, v.8, p.249–268, 2002.
- OLAUSSEON, Ulrika. Global warming – global responsibility? Media frames of collective action and scientific certainty. *Public Understanding of Science*, v.18, n.4, pp.421-436, 2009.
- PARKINSON J. & MANSBRIDGE J (orgs.). *Deliberative Systems: deliberative democracy at the large scale*. Cambridge University Press, 2012.

PARKINSON, J. *Deliberating in the real world* - problems of legitimacy in deliberative democracy, 2006.

PARKINSON, John. Rickety Bridges: using the media in deliberative democracy. *British Journal of Politics*, v.36, p.175-183, 2005.

PETERS, B. Public Discourse, Identity and the problem of Democratic Legitimacy in WESSLER, H. (Org.). *Public Deliberation and Public Culture*. The Writings of Bernhard Peters (1993-2005). Basingstoke: Palgrave, 2008(a). pp.213-254,

PETERS, B. On Public Deliberation and Public Culture in WESSLER, H. (Org.). *Public Deliberation and Public Culture*. The Writings of Bernhard Peters (1993-2005). Basingstoke: Palgrave, 2008(b). pp.69-133

PETERS, B. The Functional Capacity of Contemporary Public Spheres Culture in WESSLER, H. (Org.). *Public Deliberation and Public Culture*. The Writings of Bernhard Peters (1993-2005). Basingstoke: Palgrave, 2008(c). pp.69-133

PETERS, B. Contemporary Journalism and its Contribution to a Discursive Public Sphere. in WESSLER, H. (Org.). *Public Deliberation and Public Culture*. The Writings of Bernhard Peters (1993-2005). Basingstoke: Palgrave, p.69-133, 2008(d)

PETERS, Hans Peter & HEINRICHS, Harald. Legitimizing climate policy: The "risk construct" of global climate change in the German mass media. *International Journal of Sustainability Communication*, no. 3, 14-36, 2008.

PETERS, B., & WESSLER, H.. Transnationale Öffentlichkeiten-analytische Dimensionen normative Standards, sozialkulturelle Produktionsstrukturen. In IMHOF, K., BLUM, R., BONFADELLI, H., & JARREN, O. (Org.) *Demokratie in der Mediengesellschaft*. VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2006, pp. 125-144.

PETERS, B; WESSLER, H; ECKER-EHRHARDT, M; DEREJE, C & SINDRAM, M. Red Biotechnology in Media Debate In: WESSLER, H (Org). *Public deliberation and public culture: The writings of Bernhard Peters*, 2008. pp.160-184.

PIERANTI, O. P.. Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula. *Lua Nova*, v. 68, p.91-121, 2006.

PIPPS, V., WALTER, H., ENDRES, K., & TABATCHER, P.. Information Recall of Internet News: does design make a difference? a pilot study. *Journal of Magazine & New Media Research*, v.11, n.1, p.1-20, 2009.

PORTO, M. Framing controversies: television and the 2002 presidential election in Brazil. *Political Communication*, v.24, n.1, p.19-36, 2007.

PORTO, M. *Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PORTO, M., VASCONCELOS, R. D., & BASTOS, B. B. A televisão e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002: análise do Jornal Nacional e do horário eleitoral. In: RUBIM, A.A. (Org.) *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil*, 2004. pp.68-90.

PRIOR, M. Visual Political Knowledge: A Different Road to Competence? *The Journal of Politics*, p.1-17, 2013.

QUÉRÉ, Louis. *Des miroirs équivoques*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.

REHG, W. Translator Preface In HABERMAS, Jürgen. *Between Facts and Norms*. Cambridge, Ma: MIT Press, 1996

REIS, Raul. Environmental news: Coverage of the Earth Summit by Brazilian newspapers. *Science Communication*, v.21, n.2, p.137-155, 1999.

RENEWICK, A., & LAMB, M. The quality of referendum debate: The UK's electoral system referendum in the print media. *Electoral Studies*, 2012.

RIBEIRO, Pedro Henrique. *Entre Eclusas e Espelhos: a esfera pública vista a partir de uma leitura crítica de Niklas Luhmann e de debates contemporâneos*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 2012, 308p.

RINKE, E. M., WESSLER, H., LÖB, C., & WEINMANN, C. Deliberative qualities of generic news frames: Assessing the democratic value of strategic game and contestation framing in election campaign coverage. *Political Communication*, v.30, n.3, p.474-494, 2013.

RODRIGUES, Adriano. Experiência, modernidade e campo dos media. 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>> Acessado em 12/02/2008.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1990.

ROSSMANN, C. Grundlagen der quantitativen Inhaltsanalyse. Institut für Kommunikationswissenschaft der Ludwig-Maximilians Universität, München, 2005. Disponível em: <http://home.ifkw.lmu.de/~rossmann/science/science_content/me_grundlageninh_altsanalyse.pdf> Acesso em 20 de nov. de 2013.

RYGHAUG, M. Obstacles to sustainable development: the destabilization of climate change knowledge. *Sustainable Development in press*, v.19, n.3, p.157-166. 2011.

SAMPAIO, R.C & DANTAS, M.T. Deliberação online em fóruns de discussão: um estudo dos potenciais democráticos do Cidadão Repórter. *Contracampo*, Niterói, nº 22, 2011

SAMPAIO, R.C; MARQUES, F.P.J; MAIA, R.C.M. Deliberações ampliadas ou restritas: perspectivas de integração. *Comunicação & Sociedade*, ano 32, n. 55, p. 203-229, jan./jun. 2011

SANT'ANNA, F. *Mídia das Fontes: o difusor do jornalismo corporativo*. Casa das Musas, 2005.

SHEHATA, A., & STRÖMBÄCK, J. Not (Yet) a New Era of Minimal Effects A Study of Agenda Setting at the Aggregate and Individual Levels. *The International Journal of Press/Politics*, v.18, n.2, p.234-255, 2013.

SCHUDSON, M. *The power of news*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

SHOEMAKER PJ, REESE SD. *Mediating the Message*. Longman: New York, 1996.

SIMON, A. & XENOS, M. Media framing and effective public deliberation. *Political Communication*, vol. 17, p. 363-376, 2000.

SPEARMAN, C.. The proof and measurement of association between two things. *American journal of Psychology*, v.15, n.1, p.72-101, 1904.

STEENBERGEN, M. R., BÄCHTIGER, A., SPÖRNDLI, M., & STEINER, J.. Measuring political deliberation: a discourse quality index. *Comparative European Politics*, v.1, n.1, p.21-48, 2003.

STRÖMBÄCK, J., & DIMITROVA, D. V. Political and Media Systems Matter A Comparison of Election News Coverage in Sweden and the United States. *The Harvard International Journal of Press/Politics*, v.11, n.4, p.131-147, 2006.

SWEETSER, K. D., GOLAN, G. J., & WANTA, W. Intermedia agenda setting in television, advertising, and blogs during the 2004 election. *Mass Communication & Society*, v.11, n.2, p.197-216, 2008.

THOMPSON, John B. *Political Scandal: Power and Visibility in the Media Age*. Cambridge: Polity, 2000.

TRENCH, Brian & KNOWLTON, Steven. Accuracy in journalism – a measure of performance? a determinant of trust? Paper presented to Trust, Truth and Performance, Journalism Workshop, Groningen, 2009.

TRESCH, Anke. Politicians in the Media: Determinants of Legislators' Presence and Prominence in Swiss Newspapers. *The International Journal of Press/Politics*, v. 14 n. 1 p.67-90, January 2009.

UNFCCC. Essential Background, Homepage, 2011. Disponível em : <http://unfccc.int/essential_background/feeling_the_heat/items/2915.php> Acesso em 10 de agosto de 2011.

UNFCCC. Essential Background, Homepage, 2012. Disponível em: <http://unfccc.int/essential_background/items/6031.php> Acesso em 26 de fevereiro de 2012.

UNFCCC. Text of the Convention, New York, 1992, p.01-24. Disponível em: <<http://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>> Acesso em 10 de maio de 2012.

VIOLA, Eduardo . A dinamica das potencias climaticas e o acordo de Copenhagen. *Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*, v. 23, p. 16-22, 2010.

VITALE, D. Jürgen Habermas, modernidade e democracia deliberativa. *Cadernos do CRH (UFBA)*, v. 19, p. 5-10, 2006.

VIZEU, A. & CORREIA, J. C. Between facts and news: journalism, common sense knowledge and public sphere, *Estudos em Comunicação*, n.1, p.305-318, 2007.

WARREN, Mark E. Institutionalizing Deliberative Democracy in ROSENBERG, Shawn W. (Org.) *Deliberation, Participation and Democracy*. Can the People Govern? (Houndmills, Basingstoke, Hampshire and London: Palgrave Macmillan), 2007. pp. 272-88.

WEAVER, D. H., ZHU, J. H., & WILLNAT, L. The bridging function of interpersonal communication in agenda-setting. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v.69, n.4, 1992, p.856-867.

WEIMANN, Gabriel. On the importance of marginality: One more step into the two-step flow of communication. *American Sociological Review*, p.764-773, 1982.

WESSLER, H. Mediale Diskursöffentlichkeiten im internationalen Vergleich—ein Forschungsprogramm. In *Medien & Kommunikationsforschung im Vergleich*, VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2008(a). pp. 219-236.

WESSLER, H. (Org.) *Public Deliberation and Public Culture*. The Writings of Bernhard Peters (1993-2005). Basingstoke: Palgrave, 2008(b)

WESSLER, Hartmut. Investigating Deliberativeness Comparatively, *Political Communication*, v.25, v.1, p.1- 22, 2008(c).

WESSLER, H., PETERS, B., BRÜGGEMANN, M., KLEINEN-VON KÖNIGSLÖW, K. & STIFFT, S. *Transnationalization of public spheres*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

WESSLER, H., & SCHULTZ, T. Can the mass media deliberate? Insights from print media and political talk shows. In: BUTSCH, R. (Org.) *Media and public spheres*, 2008. pp.15-27.

WESSLER, H.; WOZNIAK, A & LÜCK, J. (2013) Codebook ‘Sustainable media events? Production and discursive effects of staged global political media events in the area of climate change. Disponível em: <<http://climate.uni-mannheim.de/Downloads/Codebook%20for%20media%20content%20analysis.pdf>>
Acessado em 10 de fevereiro de 2014.

WOLF, W.. ‘Cross the Border-Close that Gap’: Towards an Intermedial Narratology. *European Journal of English Studies*, v.8, n.1, p.81-103, 2004.

XENOS, MA & KIM N. New mediated deliberation: Blog and press coverage of the Alito nomination. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v.13, n.2: 485-503, 2008.



Diógenes Lycarião -UFMG / PPGcom / EME- dramarc@gmail.com



MUDANÇAS CLIMÁTICAS SOB O PRISMA DA ESFERA PÚBLICA: a mediação jornalística como fator de legitimação democrática no caso da COP-15

Livros de Códigos

Versão junho de 2014

Versão anterior: fevereiro, 2014

Diógenes Lycarião

Nota de direitos autorais: Encoraja-se o uso deste livro de códigos e suas variáveis, mas gostaríamos de solicitar que esse uso fosse acompanhado da devida referência, inclusive da lista de referências correspondente às variáveis que foram incorporadas de outros livros de códigos.

I. LIVRO DE CÓDIGOS DAS SESSÕES DA COP-15

1. DA AMOSTRA

A amostra censitária das declarações formais em nome do Brasil feitas na COP-15 foi obtida a partir dos mecanismos de busca da página *online* da UNFCCC. Nessa página, foram selecionados todos os vídeos de sessões plenárias (*plenary*) e das coletivas de imprensa (*press conference*) que apresentaram declarações formais em nome do Brasil. Isso incluiu a delegação brasileira e qualquer outro declarante que falasse em nome de um conjunto de países que incluísse o Brasil. Sob esses critérios, 47 vídeos foram identificados, 37 dos quais provenientes de sessões plenárias e 10 de coletivas de imprensa.

2. VARIÁVEIS FORMAIS AO NÍVEL DA DECLARAÇÃO

V.1 Extensão do documento [EXT_DOC]:

- Informar a quantidade de palavras que o documento contendo a transcrição da declaração possui.
9999 = NSA (sem transcrição)

V.2 Transcrição da declaração [TRS_D]:

- Codificar se a declaração possui transcrição
1 = Sim
2 = Não

V.3 Identificação do documento da declaração [ID_DOC_D]:

- P001, P002... P047: indica o documento correspondente à transcrição e/ou da codificação da declaração e seus respectivos proferimentos.

V.4 Data da declaração [DATA_D]:

- Codificar a data em que a declaração foi realizada no seguinte padrão: dd/mm/aaaa

V.5 URL do documento [URL_DOC_D]:

- Se o documento transcrito estiver disponível na internet, por favor insira o endereço da URL: http://....
999 = NSA (o documento não possui transcrição ou não está disponível na internet)

V.6 Sessão [SESS]:

- Codificar em qual sessão a declaração foi realizada:
1 Welcoming Ceremony
2 COP
3 CMP
4 AWG-LCA
5 AWG-KP
6 SBI
7 SBSTA
8 High Level Segment
9 COP + CMP

- 10 COP + CMP + High Level
- 11 Press Conference
- 12 Outra
- 99 Incerto ou informação não encontrada

V.7 Número do vídeo [VID_NUM]:

- A coleta selecionou uma amostra de 47 vídeos contendo declarações que satisfazem os critérios da amostra. Codificar em qual dos vídeos (1 a 47)

V.8 Vídeo URL [VID_URL]:

- Informar a URL do vídeo em que a declaração se encontra
http://....

Exemplo:

<http://brasilnacop15.blogspot.com/2012/03/cop-7th-meeting-cmp-joint-high-level.html>

V.9 Identificação do declarante [DECLTE]:

- 1 Diplomata brasileiro
- 2 Diplomata estrangeiro em nome do Brasil
- 3 Presidente (Lula)
- 4 Líder de governo ou Estado em nome do Brasil
- 5 Assessor de imprensa da delegação brasileira
- 6 Assessor de imprensa estrangeiro em nome do Brasil
- 7 Ministro brasileiro
- 8 Ministro estrangeiro em nome do Brasil
- 9 Outro

V. 10 Tempo inicial [TEMP_0]:

- Informar tempo inicial de um intervalo aproximado em que a declaração poderá ser encontrada no seguinte padrão:
hh:mm:ss

V. 11 Tempo final [TEMP_F]:

- Informar tempo final de um intervalo aproximado em que a declaração poderá ser encontrada no seguinte padrão:

hh:mm:ss

3. VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DO PROFERIMENTO

As variáveis de conteúdo ao nível do proferimento tem por objetivo fazer uma varredura do posicionamento político expresso oficialmente em nome do Brasil nas sessões da COP-15. Mas o que constitui um proferimento? De acordo com as características dispostas pelos autores de *Shaping Abortion Discourse*, um proferimento possui apenas uma fonte ou declarante (*speaker*). Sendo assim, quando uma sentença apresentar conteúdo codificável no nível do proferimento sendo que tal conteúdo possa ser atribuído a vários declarantes (para as sessões) ou a várias fontes (para a cobertura), deve-se, então, codificar uma quantidade de proferimentos igual ao número de declarantes/fontes codificáveis.

Ademais, o estabelecimento da extensão de um proferimento é flexível e, portanto, não possui número mínimo ou máximo de palavras. No entanto, o recorte deve procurar ser o menor possível para evitar trazer dentro do proferimento informações que não são parte da categoria de interesse que motivou a codificação, assim como evitar, sempre que possível, o procedimento de repetição de codificação do trecho. No entanto observar que a conservação das informações referentes aos agentes e aos destinatários (ver descrição dessas variáveis adiante) devem ter prioridade. É preferível, portanto, repetir a codificação do mesmo proferimento a deixá-lo sem uma dessas informações.

Tendo em vista essas disposições sobre o proferimento, é oportuno repisar que sua codificação, no âmbito das sessões da COP-15, tem por objetivo realizar uma varredura do posicionamento político que aí foi expresso oficialmente em nome do Brasil. Essa varredura deve ser operacionalizada por meio da codificação de demandas ou propostas políticas e, de modo complementar, por variáveis que detalhem o conteúdo dessas propostas ou demandas. As seis variáveis que realizam esse detalhamento são as seguintes: *descrição, tema, ação, posicionamento, agentes e destinatários*.

A identificação da ocorrência de uma demanda ou uma proposta se realiza ao nível do proferimento. O trabalho de sua codificação consiste em identificar os proferimentos que tenham demandas ou propostas. Os proferimentos sem demandas ou propostas não devem, portanto, ser codificados. De modo a estabelecer sob quais circunstâncias um proferimento possui, então, uma demanda ou proposta, tornando-o, assim, codificável, as seguintes definições e diretrizes necessitam ser observadas:

- São considerados proferimentos codificáveis aqueles com orações com o verbo ser no tempo verbal presente ou imperativo que qualifiquem *ações* como importantes,

urgentes, necessárias ou que claramente estabeleça um posicionamento em relação a uma ação. Exemplo:

The Group [of 77 and China] supports the bottom-up Party-driven process.

No exemplo acima, a seguinte ação está sofrendo apreciação (favorável): Processo direcionado pelas partes de baixo para cima. Outro exemplo:

We do believe that the text has at its basis a critical important issue for the G77 which is its acceptance and structure which reflects the continuity of the Kyoto Protocol. This is a critical point of the G77 and it is something that we believe to be essential to the outcome that we are all looking for.

No exemplo acima, a seguinte ação está sendo defendida: a continuidade do Protocolo de Kyoto. Observar mais outro exemplo abaixo:

It is a sincere appeal to the organ, the COP, in the assessment and review of the effective implementation of the Convention to take appropriate measures ensuring that Article 4.3 of the Convention is adequately implemented.

No exemplo acima, a seguinte ação está sendo defendida: assegurar uma implementação apropriada do artigo 4.3 da Convenção.

- É preciso observar que, no entanto, as propostas ou demandas se encontram eventualmente sobrepostas, em tempo subjuntivo, colocadas em perspectiva futura, ou são condicionais. Para estes casos é preciso ter muita cautela e levar em conta que devem ser codificados apenas proferimentos em que o declarante *explicitamente* indica uma ação para ser posta em prática (ou ser recusada) no tempo presente ou futuro. De modo a esclarecer cada caso, observar abaixo as seguintes especificações.

a) Ações de demandas ou propostas em termos condicionais:

Se uma ação só for aceita em caso de uma condicionante, a ação que depende da condicionante deve ser considerada incerta e, portanto, não deve ser codificada. A condicionante - a qual é tomada como um pré-requisito para a aceitabilidade da outra ação - é considerada, no entanto, como uma demanda válida (pois foi explicitamente tomada como desejável ou indesejável) e, portanto, deve ser codificada. Exemplo:

A ambição de reduzir, em 50%, as emissões globais de gases de efeito estufa em 2050, em comparação com o ano de 1990, será vazia e sem sentido se não houver compromissos de financiamento de curto e médio prazo.

No exemplo acima, codificar apenas a condicionante, ou seja, “financiamento de curto e médio prazo”. Outro exemplo:

Se o aquecimento de 2 graus é o pressuposto do acordo, então que este acordo pereça.

No exemplo acima, a posição em relação ao acordo (recusa) depende da condicionante de que ele contenha a perspectiva de aquecimento de até 2 graus. O que efetivamente está sendo recusado, portanto, é esse pressuposto, e não necessariamente o acordo. Sendo assim, codificar apenas “permitir aquecimento de até 2 graus” como proposta ou demanda a ser recusada. Não obstante, orações que lidam com as *consequências* dessa ou daquela ação no futuro (ou falta de ação) *não* devem ser codificadas como tal. Exemplo:

A ambição de reduzir, em 50%, as emissões globais de gases de efeito estufa em 2050, em comparação com o ano de 1990, ajudará a assegurar o objetivo de enfrentar as mudanças climáticas.

➡ **Atenção:** Caso uma demanda ou proposta seja apresentada de forma incerta ou em termos de seus efeitos futuros de modo a estar semanticamente correlacionada a outra oração que expressa *explicitamente* sua aprovação ou recusa (i.e. em tempo presente, ou imperativo), então essa demanda ou proposta passa a ser codificável. Para fins de ilustração, o exemplo anterior foi tomado como referência e modificado:

A ambição de reduzir, em 50%, as emissões globais de gases de efeito estufa em 2050, em comparação com o ano de 1990, ajudará a assegurar o objetivo de enfrentar as mudanças climáticas. Por isso, devemos trabalhar para alcançar essa meta dentro do prazo.

No caso acima, codificar: “redução de 50%, as emissões globais de gases de efeito estufa em 2050, em comparação com o ano de 1990” como demanda ou proposta política. Isso porque o trecho em destaque expressa explicitamente o posicionamento em relação a uma ação política (i.e. reduzir em 50% as emissões globais).

b) Sobreposição de diversas demandas ou propostas num só proferimento:

Em muitos proferimentos, diversas demandas ou propostas acabam sendo compactadas. Essa sobreposição assume muitas formas e seria inviável listar todas as possibilidades em que isso pode ocorrer. Não obstante, essa sobreposição se dá mais frequentemente de duas formas: 1) proferimentos que possuem orações subordinadas de finalidade. Sendo assim, em caso de orações do tipo “Precisamos fazer X com o objetivo de conquistar Y”, tanto X como Y devem ser codificadas como demandas ou propostas políticas; 2) proferimentos que possuem orações

coordenadas sindéticas aditivas. Isso ocorre em proferimentos similares à seguinte estrutura: “Queremos fazer X e rejeitar Y”; ou “Queremos tanto X como Y”. Para fins de ilustração de cada possibilidade, conferir, a seguir, exemplo referente ao tipo 1 de sobreposição de demandas ou proposta em um só proferimento:

Controlar o aquecimento global é fundamental para proteger o meio ambiente.

No exemplo acima, duas demandas ou propostas são citadas: controlar o aquecimento global e proteger o meio ambiente. Ambas as ações são codificadas.

Agora ver exemplo abaixo referente ao tipo 2 de sobreposição de demandas ou proposta em um só proferimento:

In sum, the replenishment of the GEF is a discussion that must be driven by all Parties and not only by the GEF Council.

Aqui há duas ações que estão sendo consideradas, uma favoravelmente (a reposição do GEF deve ser direcionada por todas as partes) e outra desfavoravelmente (de uma reposição do GEF conduzida somente por seu conselho). Ambas devem ser codificadas.

Agora ver abaixo exemplo que combina tanto o tipo 1 como o tipo 2

We still keep the hope that we could reach a balanced outcome for all the elements of the Bali Action Plan for this COP, and will continue to engage constructively in the negotiations, in order to reach an equitable outcome for this session.

Nesse proferimento, três ações estão sendo consideradas. As duas primeiras - (a) um resultado equilibrado para todos os elementos do Plano de Bali e (b) a continuidade de um engajamento construtivo nas negociações - são apresentadas sob a estrutura do tipo 2 de sobreposição. A terceira ação (um resultado equitativo para a sessão) se dá sob a estrutura de sobreposição de tipo 1. Todas as ações, portanto, devem ser codificadas.

PROFERIMENTOS OU AÇÕES NÃO CODIFICÁVEIS:

- Proferimentos fazendo referências a propostas ou demandas claramente identificadas como feitas em outras COPs não devem ser codificadas, a não ser que o declarante expresse que tal demanda ou proposta ainda continua válida para a COP em curso (a COP-15).

- Descrições ou apreciações valorativas “a proposta é interessante”, “merece nossa atenção”, “o aquecimento global é uma ameaça à vida humana” não são formas explícitas de dar resposta ao que fazer e, portanto, não podem ser consideradas como codificáveis.
- Justificações de uma demanda ou proposta também não devem ser codificadas. No caso de proferimentos com estruturas similares a “devemos fazer X por causa de Y”. Codificar apenas X, uma vez que Y está justificando X.

V.12 Descrição da ação [DESCR_S]:

- A descrição se refere à ação de uma demanda ou proposta. Essa descrição deve resumir ao máximo a ação que está sendo rejeitada ou endossada. Deve resumir no sentido de eliminar os agentes e destinatários (ver variáveis abaixo) da demanda ou proposta e de modo retirar elementos discursivos que sejam dispensáveis para se descrever a ação. Exemplo:

Os países desenvolvidos devem assumir metas ambiciosas de redução de emissões à altura de suas responsabilidades históricas e do desafio que enfrentamos.

No exemplo acima, a descrição da ação pode ser resumida como “Metas de redução ambiciosas” ou “mitigação ambiciosa”. Isso porque todo o resto detalha a ação ou a modula em termos de outros elementos interpretativos que não qualifica a ação de modo substantivo. Primeiramente, deve-se excluir os agentes da ação, i.e. “os países desenvolvidos”. Essa informação é codificada em outra variável (ver adiante). Com relação “à altura de suas responsabilidades históricas”, deve-se considerar que se trata de uma especificação que está diretamente associada ao agente e, portanto, não se descreve exclusivamente o conteúdo da ação. Além disso, trata-se uma especificação que, na verdade, não detalha o exato nível das reduções, mas apenas a justifica a partir de um princípio. Sendo assim, trata-se de uma informação dispensável para a descrição. O mesmo pode ser considerado para “à altura do desafio que enfrentamos”.

Ademais, a descrição deve sempre se dar em termos afirmativos, mesmo que esta esteja sendo rejeitada pelo declarante. Isso porque essa rejeição é indicada na variável posição [POSIC_S]. Sendo assim, quando uma ação de uma proposta ou demanda estiver sendo rejeitada, a descrição irá transformar seu conteúdo de modo a deixar apenas a atividade política que está sendo considerada. Exemplos:

A continuidade das negociações depende da continuidade do Protocolo de Kyoto.

Sem a continuidade do Protocolo de Kyoto, não se concebe a continuidade das negociações.

Em ambos os exemplos, a descrição da ação deve ser a mesma: continuidade do Protocolo de Kyoto.

➡ **Atenção:** Por se tratar da mesma ação, a codificação para a variável “ações” deve utilizar o mesmo código.

- A ação de uma demanda ou proposta deve ser codificada e descrita de modo privilegiar o conteúdo mais específico desta. Exemplo:

O G77 e a China defendem um resultado que garanta financiamento estável e de longo prazo.

A descrição da ação acima deve, então, privilegiar o elemento mais específico da demanda/proposta, i.e. “garantia de financiamento estável e de longo prazo”, e não “resultado”. No entanto, quando a demanda ou proposta tiver um conteúdo generalista, então ele deve ser descrito enquanto tal. Exemplo:

Defendemos um resultado significativo

Na demanda ou proposta acima, deve-se descrever a ação que está sendo endossada: “um resultado significativo”

V.13 Ações (atribuição de código numérico) [AC_COD_S]:

- Após identificar um proferimento com uma demanda ou proposta, o próximo passo é codificar a ação que ela endossa ou rejeita. A ação, desse modo, responde à pergunta “o que fazer?” Para codificar a ação de uma proposta ou demanda, deve-se estabelecer um código numérico. Toda vez que uma proposta ou demanda envolver uma ação equivalente, deve-se considerar a codificação dessa ação equivalente sob o mesmo código numérico. Apenas durante o processo de revisão e codificação é que se poderá aferir com maior nível de segurança e confiabilidade as diversas formas pelas quais uma mesma ação pode ser expressa pelos declarantes. Por isso, a codificação das ações deve ser feita consultando-se as descrições anteriores assim como o contexto da declaração.

V.14 Posicionamento [POSIC_S]:

- Esta variável visa codificar se o declarante rejeita ou endossa a ação que está sendo referida na demanda ou proposta. Para isso, utilizar os seguintes códigos:

1 = Pró

2 = Contra

999 = NSA

De modo a ilustrar a operacionalização dessa variável, os exemplos anteriores estão sendo retomados abaixo:

A continuidade das negociações depende da continuidade do Protocolo de Kyoto.

Sem a continuidade do Protocolo de Kyoto, não se concebe a continuidade das negociações.

Ação: Continuidade do Protocolo de Kyoto

Posição: 1 (pró) para “continuidade do PK”.

As nossas metas não precisam de dinheiro externo.

Ação: Necessidade de dinheiro externo para [cumprimento de] metas

Posição: 2 (Contra)

V.15 Tema [TEMA_S]:

Ao longo da codificação, é possível perceber que certos temas tendem a se repetir. Tal como nos exemplos anteriores, temas como “o Protocolo de Kyoto”, “financiamento” e “metas de redução” são palavra-chave que se alastram ao longo das demandas e propostas realizadas nas sessões da COP-15 e indica sobre o que a ação se trata. No entanto, uma mesma ação pode fazer referência a mais de uma dessas palavras-chave. Ademais, algumas palavras se repetem constantemente sem que, no entanto, alcancem o status de “temas” propriamente dito. É o caso, por exemplo, da palavra “texto”, a qual se repete inúmeras vezes ao longo dos proferimentos. De modo, então, a superar esses problemas, os seguintes critérios e definições devem ser observados para uma identificação consistente do tema:

- Enquanto a ação responde à pergunta “o que fazer?”, o tema responde à pergunta “do que trata esta ação?”.

- Um tema emerge pela repetição de uma palavra-chave que seja capaz de responder validamente à pergunta acima. Como critério de repetição, utilizar o mínimo de 3 menções dessa palavra-chave ao longo do material a ser codificado.
- Para palavras-chave que se repetem constantemente, mas que não respondem satisfatoriamente à pergunta “sobre o que é esta ação”, é possível construir um tema capaz de conferir esta resposta de modo a guardar coerência semântica com a palavra-chave. Para a palavra-chave “texto”, por exemplo, isso foi realizado. O tema “redação de texto” (*drafting*) foi então construído de modo a indicar que a ação trata de modificar algum texto que está sendo discutido em sessão plenária.

Sob estes critérios, os seguintes temas emergiram:

- 1 Adaptação
- 2 Aquecimento
- 3 Capacitação
- 4 CCS (*Carbon dioxide Capture and Storage*)
- 5 Compromisso(s)
- 6 Comunicações Nacionais
- 7 Convenção (UNFCCC)
- 8 Economia
- 9 Financiamento
- 10 Florestas
- 11 Grupo de Contato
- 12 KP (Protocolo de Kyoto)
- 13 Mapa de Bali
- 14 Negociações
- 15 Redução de emissões
- 16 Responsabilidades
- 17 Resultado
- 18 Transferência tecnológica
- 19 Ético comportamental
- 20 Redação de texto (*drafting*)
- 99 Sem tema listado
- 998 Incerto

999 NSA

- No caso de uma dúvida da descrição ocorrer devido à concorrência de mais de um termo para aferir o tema da demanda ou proposta, deve-se então codificar aquele que aparecer primeiro no proferimento.
- Quando uma demanda/proposta fazer menção a um documento ou artigo da convenção sem especificar a qual tema se refere, a codificação da descrição será complementada mediante consulta a tal documento, levando em conta o título da seção referenciada e os primeiros parágrafos. A codificação da descrição se dará tomando como referência o primeiro termo ou palavra-chave que corresponder a um dos temas listados no menu de opções (acima). Exemplo:

It is a sincere appeal to the organ, the COP, in the assessment and review of the effective implementation of the Convention to take appropriate measures ensuring that Article 4.3 of the Convention is adequately implemented.

O proferimento acima endossa a seguinte ação: implementação adequada do artigo 4.3 da Convenção. Para codificar o tema dessa ação, deve-se consultar o referido artigo, o qual dispõe que: “The developed country Parties and other developed Parties included in Annex II shall provide new and additional financial resources to meet the agreed full costs incurred by developing country Parties in complying with their obligations under Article 12, paragraph 1.” O primeiro termo ou palavra-chave que corresponde a um dos temas listados é “financial resources”. O tema da referida demanda/proposta deve ser codificada, portanto, como financiamento.

AGENTES E DESTINATÁRIOS:

Demandas ou propostas, além de uma ação, podem eventualmente também indicar agentes e/ou destinatários. Para identificar a ocorrência destes, observar as seguintes definições e diretrizes de codificação:

- O agente de uma ação especifica quais países ou instituições deverão executá-la.

Exemplo:

Os países desenvolvidos devem assumir metas ambiciosas de redução de emissões à altura de suas responsabilidades históricas e do desafio que enfrentamos.

No exemplo acima, *os países desenvolvidos* são aqueles previstos de executar a ação e devem, portanto, ser codificados como os agentes da mesma.

- O destinatário de uma ação específica aqueles que serão beneficiados com tal ação ou a quem ou a quais instituições ela se dirige. Exemplo:

We should draw some funds from Joint Implementation Project and put these in the Adaptation Funds in order to help and support developing countries to solve their most urgent problems that is adaptation.

No exemplo acima, o destinatário da ação “utilizar fundos de financiamento do Joint Implementation para a adaptação” se trata dos países em desenvolvimento (*developing countries*). Estes devem, portanto, ser codificados como destinatários.

- A especificação dos destinatários e agentes só é válida para todas as ações dispostas em sequência de um proferimento. Isso de tal modo que a separação entre os agentes/destinatário e as ações de dê por vírgulas ou conjunções aditivas. Em caso de sentenças com orações subordinadas, por favor não codificar a existência de agentes/destinatários. Exemplo:

The Group of 77 and China would also like to appeal to all Parties, particularly Annex I Parties to engage faithfully in the negotiations to complete the mandate of the AWG-KP and to build a strong Kyoto Protocol.

O exemplo acima possui três ações: (1) engajar-se completamente e sinceramente nas negociações; (2) completar o mandato do AWG-KP; (3) construir um protocolo de Kyoto forte. Para as duas primeiras ações, dois agentes são especificados: (1) todas as partes; (2) partes do Anexo I.

Nesse caso, apenas as propostas/demandas (1) e (3) devem ter os agentes acima especificados. A proposta/demanda (2) faz parte de uma oração subordinada de finalidade e não pode possuir, portanto, destinatário nem agente.

- Quando a demanda ou proposta for proferida em primeira pessoa do singular, codificar o agente apenas para chefes de estado ou de governo.
- Quando o declarante associar uma execução de uma proposta/demanda a um “nós” sem nenhuma especificação adicional, por favor não codifique o agente. Isso porque a referência a um “nós” no discurso público frequentemente é implícita e carregada de ambiguidades com relação ao conjunto de agentes que compõe a coletividade referenciada (Peters & Wessler, 2006, p.130). Isso pode ser constatado no material sob análise, onde o “nós”, muitas vezes, parece fazer referência, ora à comunidade de países em nome do qual o representante fala, ora à totalidade das partes envolvidas nas

negociações. Outras vezes, a referência parece se dirigir à noção mais inclusiva de “nós”, i.e. enquanto humanidade.

V.16 Nome do agente [NOME_AG] (Wessler et al, 2013, V068, p.80):

- Escrever o nome do agente (ou, no caso de outras variáveis, destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) especificado na demanda ou proposta.

99 Incerto

999 NSA

V.17 Tipo do agente [TIPO_AG] (Wessler et al, 2013, V069, p.81):

- Codificar se o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) é individual (indicador por nome próprio) ou agente coletivo/institucional (i.e. indicado pelo nome de instituição ou grupo).

1 Agente individual (exemplos: ‘Barack Obama’, ‘Jayanthi Natarajan’, ou ‘diplomata sem nome especificado’)

2 Ator coletivo ou institucional (exemplos: ‘Brasil’, ou ‘países em desenvolvimento’)

V.18 Cargo do agente [CARG_AG] (Wessler et al, 2013, V070, p.81):

- Codificar o cargo, a função ou a respectiva afiliação institucional do agente (ou, para outras variáveis similares a esta, destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo). Para isso, tentar sempre que possível utilizar os códigos com quatro dígitos (mais específico). Em caso de dúvida, utilizar o de dois dígitos (mais abrangente).

11 representantes de ONG’s / ativistas

1101 ONG/representante de Think Tank ambientalista

- Codificar sob esta opção se o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) se enquadrar na categoria de uma ONG ou think tank de caráter ambientalista. Exemplos: Greenpeace, Instituto Imazon, WWF, Friends of the Earth, Climate Action Network, etc.

1102 ONG/representante de Think Tank – não ambientalista

- Codificar sob esta opção se o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) se enquadra na categoria de uma ONG ou think tank que não seja de caráter ambientalista. Exemplos: Instituto Ethos, Oxfam, Amnesty International, World Energy Council, etc.

1103 Ativista(s) ambiental(is)/manifestante(s) sem filiação institucional:

- Codificar sob esta opção se o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) se constituir em ativista(s) ou manifestante(s) ligados a causas ambientais, mas sem filiação institucional.

1104 Ativista(s)/manifestante(s) sem filiação institucional:

- Codificar sob esta opção se o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) se constituir em ativista(s) ou manifestante(s) sem filiação institucional e que não esteja associado a causas ambientais, tais como ativistas/manifestantes por direitos humanos, direitos trabalhistas, etc.

12 Agentes nacionais

1201 Governos em geral

- Codificar sob esta opção quando o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) se tratar de governos. Exemplos: países desenvolvidos, Japão, Brasil, EUA, etc.

1202 Chefe de governo (exemplos: Lula, Barack Obama, etc.)

1203 Chefe de Estado (exemplo: ‘Chadian President Idriss Deby’)

- Se o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) for tanto chefe de governo com chefe de Estado, codificar como ‘1202 - Chefe de governo’.

1204 Ator político – administração (exemplo: Ministro/Secretário, agência estatal)

- Esta opção também inclui membros das delegações participantes das COPs, os quais são chamados frequentemente de negociadores, diplomatas ou afins.

1205 Ator político – partido do governo/coalização

- Brasil: PT (Partido dos Trabalhadores), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PP (Partido Progressista), PSB (Partido Socialista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro);

1206 Ator político – oposição

- DEM (Democratas), PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PPS (Partido Popular Socialista); PV (Partido Verde)

1207 Ator político – afiliação incerta (a exemplo de ‘parlamentares’)

1208 Governo local

- Esta opção inclui o poder executivo municipal e estadual.

1209 Outras instituições nacionais: cortes, sindicatos, associações desportivas, etc.

13 Atores políticos internacionais

1301 Nações Unidas (ONU) ou organização afiliada (exemplos: UNFCCC, SBSTA, INEP, etc.)

1302 Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)

1303 União Europeia (UE) ou organização afiliada (exemplo: Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Conselho Europeu)

1304 Conselho da Europa

1305 BRICS

- Coalização de países emergentes que inclui Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul.

1306 BASIC

- Bloco de quarto grandes países em desenvolvimento - Brasil, África do Sul, Índia, e China.

1307 Organização de países exportadores de Petróleo (OPEP)

1308 União Africana (UA)

1309 Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)

1310 Organização dos Estados Americanos (OEA)

1311 Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA)

1312 Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS)

1313 Conselho do Ártico

1314 Banco Mundial

1315 Agência Internacional de Energia (IEA)

1316 G8/G8+5

1317 G20

1318 G77 e a China

1319 Outra instituição internacional: OSCE, CIS etc.

14 Negócios/Indústria (representantes)

1401 Negócios/Indústria (representantes) - empresa ou corporação específica

- Codificar apenas representantes falando em nome de suas empresas ou corporações. Um funcionário sem qualquer função executiva ou comunicativa é codificado como “1605 – cidadão ordinário”.

1402 Negócios/Indústria (representantes) - grupo de interesse ou setor industrial

15 Cientistas/pesquisadores

1501 Cientista ou pesquisador(a) / instituto de pesquisa

- Sob esta opção, são codificadas universidade ou cientistas ligados ao governo, a uma instituição de pesquisa ou a uma comissão de especialistas. Mas atenção: um cientista sob afiliação do IPCC é codificado como ‘1302’!

16 Outros atores

1602 Jornalistas ou a mídia em geral.

1603 Igreja / comunidade religiosa (representante)

1605 O público / cidadãos / cidadão ordinário

1606 Intelectuais

- Definimos intelectuais como pessoas de notável saber intelectual, cultural ou artístico e cujo saber lhe confere proeminência no discurso público. Exemplos: Delfim Neto, Jürgen Habermas, etc.

1607 Artistas ou celebridades

997 Outros

998 Incerto

999 NSA

V.19 Origem do agente [OGEM_AG] (Wessler et al, 2013, V013, p.26-27; V071, p.85):

- Codificar a origem do agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo).

1-221 Lista de Estados-membros das Nações Unidas, outros países e regiões globais.

222 Países desenvolvidos/industrializados/ricos

- Codificar esta opção também quando um termo alternativa for usado e que possa ser considerado como sinônimo para ‘países desenvolvidos’ ou ‘países industrializados’, tais como “países mais ricos”, “países ocidentais”, “nações de economia avançada”.

223 Países emergentes

- Aplicar as mesmas indicações para ‘222’

224 Países em desenvolvimento

- Aplicar as mesmas indicações para ‘222’

225 Países pobres/mais pobres

- Aplicar as mesmas indicações para ‘222’

226 Transnacional

227 Sem Estado

228 Várias origens

998 Incerto

999 NSA

- Organizações internacionais e instituições intergovernamentais, assim como seus respectivos representantes são codificadas como ‘226- Transnacional’ a não ser que o país ou região de origem do representante seja explicitamente mencionada.

➔ **Atenção:** Uma exceção é feita para representantes da União Europeia ou de suas instituições. (a exemplo da Comissão Europeia). Codificar a origem como ‘200 Europa’ no lugar de ‘transnacional’ a não ser que o respectivo país de origem do representante seja explicitamente mencionado.

V.20 Nome do destinatário [NOME_DEST]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.21 Tipo do destinatário [TIPO_DEST]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.22 Cargo do destinatário [CARG_DEST]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG]

V.23 Origem do destinatário [OGEM_DEST]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

V.24 Caso [CAS_S]:

- Codificar como caso toda proposta ou demanda política que se fazer presente também na cobertura.

Mas o que forma uma demanda ou proposta política? Uma proposta ou demanda política é um arranjo *ad hoc* entre a ação, o posicionamento (a favor ou contra), do tema, assim como dos agentes e destinatários da mesma. Desse modo, a codificação dos casos se dá a partir de um julgamento que o codificador realiza tendo em vista elementos qualitativos acerca da relação entre as informações que constam nessas variáveis.

O elemento qualitativo fundamental a demarcar a separação de um caso do outro repousa no significado político do arranjo em tela. Os casos, desse modo, almejam representar propostas ou demandas políticas apesar de certas diferenças. Entre estas está a diversidade de detalhamento com que os (as) representantes expressam as demandas ou propostas políticas (com maior ou menor nível de detalhamento). Ademais, as palavras utilizadas também

assumem diversas possibilidades (partir do uso de sinônimos ou até mesmo metáforas, por exemplo).

A visualização do caráter comum dessas demandas ou propostas tende a emergir, a despeito das diferenças em tela, quanto mais forem exaustivas a leitura das declarações feitas nas sessões da COP-15 e dos proferimentos na arena discursiva mediática. Essa visualização também tende a se acentuar pelo nível de investigação quanto à conjuntura política que envolve ambas as arenas discursivas.

De modo a ilustrar todas as variáveis desse livro de códigos, observar a codificação do seguinte proferimento (o qual pode ser encontrado na linha 429 da planilha de codificação das sessões da COP-15):

Se for necessário fazer um sacrifício a mais, o Brasil está disposto a colocar dinheiro também para ajudar os outros países. Estamos dispostos a participar do financiamento se nós nos colocarmos de acordo numa proposta final, aqui neste encontro. (Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em sessão da COP-15).

CODIFICAÇÃO DE EXEMPLO - VARIÁVEIS AO NÍVEL DA DECLARAÇÃO:**V.1 Extensão do documento [EXT_DOC]:**

1312 (palavras)

V.2 Transcrição da declaração [TRS_D]:

1 Sim

V.3 Identificação do documento da declaração [ID_DOC_D]:

P045

V.4 Data da declaração [DATA_D]:

18/12/2009

V.5 URL do documento [URL_DOC_D]:

http://www.cop15.gov.br/pt-BR/index4d9c.html?page=noticias/discurso-lula-transcriacao_cop15

V.6 Sessão [SESS]:

999 (Informação completa não disponibilizada)

V.7 Número do vídeo [VID_NUM]:

43

V.8 Vídeo URL [VID_URL]:

http://unfccc2.metafusion.com/kongresse/cop15_hls/templ/play.php?id_kongresssession=4273

V.9 Identificação do declarante [DECLTE]:

3 Presidente da república (Lula)

V.10 Tempo inicial [TEMP_0]:

00:10:24

V.11 Tempo final [TEMP_F]:

00:16:08

CODIFICAÇÃO DE EXEMPLO
VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DO PROFERIMENTO:

V.12 Descrição da ação [DESCR]:

Disponibilizar-se a ajudar financeiramente

V.13 Ações (atribuição de código numérico) [AC_COD]:

33050

V.14 Posicionamento [POSIC]:

1 Pro

V.15 Tema [TEMA]:

9 Financiamento

V.16 Nome do agente (Wessler et al, 2013, V068, p.80) [NOME_AG]:

Brasil

V.17 Tipo do agente: (Wessler et al, 2013, V069, p.81) [TIPO_AG]:

2 Institucional ou coletivo

V.18 Cargo do agente (Wessler et al, 2013, V070, p.81) [CARG_AG]:

1201 Governos em geral

V.19 Origem do agente (Wessler et al, 2013, V013, p.26-27; V071, p.85) [OGEM_AG]:

24 Brasil

V.20 Nome do destinatário:

Outros países

V.21 Tipo do destinatário:

2 Institucional ou coletivo

V.22 Cargo do destinatário:

1201 Governos em geral

V.23 Origem do destinatário:

998 Incerto

V.24 Caso:

34 – “Dinheiro brasileiro para fundo global”

O caso acima trata da disposição do Brasil em ajudar financeiramente outros países. Essa proposta foi o 34ª caso identificado, ou seja, trata-se da 34ª demanda ou proposta proferida em sessões da COP-15 e que sofreu cobertura nos veículos analisados. Essa proposta, apesar de ter sido proferida apenas uma vez nas sessões da COP-15, é composta por elementos que se repetiram ao longo de suas sessões. Ela trata, por exemplo, do tema de “assistência financeira”, o qual foi o tema mais enfatizado tanto nas sessões da COP-15, como na cobertura. O caráter único dessa proposta consiste na transformação do posicionamento político do Brasil ali sinalizada pelo presidente Lula. Isso porque, até então, o Brasil demonstrava resistência em se disponibilizar a participar do financiamento às mudanças climáticas de outros países. Essa foi a primeira vez que a superação de tal resistência foi oficialmente e publicamente comunicada.

PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES DE CODIFICAÇÃO:

- Quando um declarante faz menção de apoio ou oposição à fala de outros declarantes, identificando-os explicitamente, as demandas e propostas dos mesmos devem ser codificadas de modo a respeitar a sequência em que foram dispostos na sessão. Por exemplo: um declarante do G77 recusa uma proposta e atribui explicitamente esta a uma declaração anterior feita por um diplomata dos EUA. Nesse caso, identificar a declaração do diplomata estadunidense e a respectiva proposta. Codificar a proposta em acordo com o tempo que ela foi proferida e a posição do declarante de interesse (no caso, o G77, e não a dos EUA).
- Repetições da mesma demanda ou proposta, caso sejam feitas em sequência e na mesma declaração e sem informação adicional (relativa à posição, agente, ou destinatário), *não* devem ser codificadas. Nesse caso, elas são consideradas redundâncias, e não ênfase.

- Por outro lado, quando a demanda/proposta tiver mais de um agente ou destinatário, por favor repita a codificação da demanda ou proposta de modo a contemplar todos os citados, seja como agentes ou destinatários. Também repetir a demanda se ela contiver alguma informação referente a posição, agente ou destinatário adicional ou diferente da anterior.
- No caso de sessões ordinárias das plenárias não codificar perguntas dirigidas ao presidente da sessão ou ao presidente da mesa como demandas/propostas. No entanto, no caso de conferências de imprensa, por favor codificar caso o declarante expressar a demanda por algum tipo de informação.

Exemplo: 33032 (linha 244 do banco de dados correspondente)

II. LIVRO DE CÓDIGOS DA COBERTURA

1. DA AMOSTRA

A amostra abrange os dias de cobertura da COP-15 realizada tanto pela FSP como pelo JN. Esta corresponde ao período entre 07 de dez. de 2009 a 19 de dez. do mesmo ano, excetuando-se o dia 13 de dezembro (domingo), dado que não houve edição do JN nesse dia. No total, 12 dias de cobertura foram coletados e codificados.

Com relação à FSP, a coleta foi realizada por meio da combinação de dois métodos. O primeiro consistiu em verificar o conteúdo do sumário de cada edição do jornal e o segundo se deu através de pesquisas no motor de busca *online* do periódico. As palavras-chave utilizadas nessas pesquisas foram as seguintes: *Copenhague, COP-15; Conferência do Clima, Cúpula do clima, mudanças climáticas, aquecimento global, emissões de CO2, efeito estufa*. Todos os artigos contendo menos de 100 palavras foram excluídas da amostra. A contagem da quantidade de palavras foi feita automaticamente, uma vez que todas as matérias possuem versão digital. Para efeito dessa contagem, também foram incluídas as legendas dos visuais. Estas são consideradas parte integrante das matérias. Ademais, foram excluídas as matérias que não satisfizeram a categoria de materiais factualmente orientados, ou seja, todas as matérias que não fossem notícias ou reportagens foram excluídas da amostra. Assim, entrevistas, artigos de opinião e colunas não participam do universo das 65 matérias que foram coletadas e codificadas na FSP.

Com relação ao JN, as edições coletadas provém do banco de dados do CEADD (Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital), com a exceção do dia 08 de dezembro, a qual foi obtida através do portal de vídeos *Youtube*. A seleção das matérias se deu por meio de uma verificação ponto a ponto (fim e começo) de cada matéria das edições. Foram selecionadas aquelas matérias que tratassem do tema das mudanças climáticas, de seus subtemas ou da COP-15. Como parâmetro para essa aferição, foram usadas as mesmas palavras-chave utilizadas nas pesquisas feitas nos motores de busca *online* da FSP (ver parágrafo acima). Além disso, só foram coletadas matérias que satisfizessem o mesmo critério de 100 palavras. Consequentemente, as chamadas e a escalada de abertura do *JN* não participaram da amostra de 21 matérias que compuseram o material que foi codificado e analisado do *JN*.

2. VARIÁVEIS FORMAIS AO NÍVEL DA MATÉRIA:

V.1 Título [TIT]

- Indicar o título da matéria. Em caso de telejornal, o título corresponde à primeira frase da matéria.

V.2 Identificação do documento da matéria [ID_DOC_M]

- JN001, JN002.... JNn: indica o documento correspondente à transcrição da matéria do Jornal Nacional.
- FSP001, FSP002.... FSPn: indica o documento correspondente à transcrição da matéria da Folha de São Paulo

V.3 Data (= dd:mm:aaaa) [DIA_M]

- Indicar a data de publicação da matéria

V.4: Visibilidade dos media [VIS_M]

2 = FSP

4 = JN

V.5: Gradiente de visibilidade [VIS_GRA]

1 – Baixa:

- Codificar como “baixa visibilidade” matérias de impresso *com 400 palavras ou menos* que não satisfazem nenhuma das condições dos outros níveis de visibilidade (ver abaixo)

2 – Média:

- Há quatro tipos de matérias que devem ser codificadas como de “média visibilidade”:

(a) Matérias de capa

(b) Matérias dentro dos cadernos que tenham sido referenciadas na capa do jornal.

(c) A matéria principal do caderno (editoria). A matéria principal do caderno corresponde à sua primeira matéria.

(d) Matérias *com mais de 400 palavras* que não satisfazem nenhuma das outras três condições acima.

3 – Alta

- Todas as matérias do *JN* devem ser codificadas como sendo de visibilidade alta.

99 – Incerto

999 – NSA

V.6 Extensão da matéria [EXT_M]

- Informar a quantidade de palavras que a matéria possui. Para efeito da contagem levar em conta as seguintes diretrizes:

Para jornal impresso (FSP):

- Incluir na contagem os seguintes elementos: corpo da matéria, subtítulos, título e também as legendas dos visuais (fotografias, infográficos, etc.). A atribuição de um visual a uma matéria no jornal impresso se dá a partir da análise da diagramação da página. Nesse caso, qualquer parte do texto da matéria (título, subtítulos e corpo) que estabelecer proximidade imediata com um visual, este deverá ser codificado como parte da matéria.
- Excluir da contagem: nome da cidade em que a matéria foi apurada e produzida e a identificação dos autores da matéria.

Para telejornais (JN):

- Contabilizar todas as palavras do texto transcrito.

V.7 Extensão do corpo da matéria [EXT_COR_M]

- Informar a quantidade de palavras que o corpo da matéria possui. Para jornais (a FSP), o corpo da matéria corresponde ao texto que vem logo em seguida ao título e subtítulo. Para telejornais (o JN), o corpo da matéria corresponde ao texto que vem logo em seguida à cabeça da matéria.

V.8 – Primeiro autor [AUTOR_1]

- Transcrever o nome do primeiro autor da matéria.

999 – Quando o autor não for indicado na matéria.

V.9 – Segundo autor [AUTOR_2]

- Transcrever o nome do segundo autor da matéria.

99 – Sem segundo autor

999 – Quando nenhum autor for indicado na matéria.

VARIÁVEIS FORMAIS APLICÁVEIS APENAS A JORNAL IMPRESSO (FSP)

V.10 Editoria [EDR]:

1. Política
2. Internacional
3. Ciência
4. Meio ambiente
5. Economia
6. Cultura
9. Outros
99. Incerto
999. NSA (telejornalismo)

V.11 Formato da matéria [FOR_M]

1 = Matérias factualmente orientadas

- Este tipo de matéria abrange notícias, reportagens, *info box* e perfis de indivíduos ou grupos, etc. Uma matéria factualmente orientada não representa o ponto de vista pessoal de seu autor ou autores e, portanto, exclui artigos de opinião, entrevistas, colunas assinadas, etc.

99 = Incerto

999 = NSA (telejornal)

VARIÁVEIS FORMAIS APLICÁVEIS APENAS A TELEJORNALISMO (JN)

V.12 Identificação do vídeo [ID_VDEO]

As 12 edições do JN estão divididas em 62 arquivos de vídeos. Codificar em qual vídeo a matéria em análise está localizada.

- Codificações possíveis: 1, 2, 3... 62

999 = NSA (Jornal impresso)

V.13 Tempo em que a matéria se inicia [TMP_INI]

- Informar o tempo exato em que a matéria se inicia no arquivo do vídeo: HH:MM:SS

999 – NSA (Jornal Impresso)

V.14 Nota coberta [NOTA_COB]:

- Codificar se a matéria possui nota coberta

1 = Sim

2 = Não

999 = NSA (Jornal Impresso)

V.15 Chamada ao vivo [VIVO]

- Codificar se matéria possui chamada ao vivo

1 = Sim

2 = Não

999 = NSA (Jornal Impresso)

V.16 Chamada de abertura [CHAMA_ABE]

- Codificar se matéria se encontra presente na chamada de abertura do telejornal.

1 = Sim

2 = Não

999 = NSA (Jornal Impresso)

3. VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DA MATÉRIA

3.1 SELEÇÃO (FATORES DE NOTICIABILIDADE)

Ao codificar as matérias em termos de fatores de noticiabilidade, levar em conta a *área de codificação*. Para isso: a codificação das variáveis relativas aos fatores de noticiabilidade deve se dar levando em conta apenas o título e as primeiras 90 palavras da reportagem (para jornais impresso), e as primeiras 100 palavras para transcrições de telejornal. Para jornais impressos, não levar em conta subtítulo, ou legendas de fotos, *apenas* título e as frases inteiras que existirem nas primeiras noventa palavras do primeiro parágrafo. O resto da matéria não deve ser lido e, portanto, não participa da área de codificação.

Caso a matéria apresente mais de um evento, ou um evento em diferentes níveis de abstração, deve-se julgar qual é o evento central. Apenas esse evento central deve ser levado em conta e, portanto, codificado. Caso não seja possível identificar o evento central mediante a existência de alguma palavra em destaque que abrange a temática da matéria em sua totalidade, então o evento central será o evento cuja disposição tome o maior número de palavras dentro da área de codificação.

No caso de existir dúvida quanto ao que deve ser codificado em relação a este evento central, seguir a indicação de que o nível mais alto é o que deve ser codificado. Isso quer dizer, que se a dúvida, por exemplo, for entre a opção 2 e 3, a última é que deve ser codificada.

Caso o título trate de um evento diferente do que no primeiro parágrafo, aplicar, de todo modo, a regra disposta acima.

➡ **Atenção:** Os jornalistas e suas respectivas ações devem ser ignorados para efeito da codificação. Essa regra se aplica especialmente ao telejornalismo, em que a chamada geralmente aponta ações dos jornalistas na produção da matéria. Em suma, a notícia é o que o jornalista cobre e não o que ele ou ela faz para cobrir o evento. Exemplo: ir a uma cidade, conversar com as fontes, etc.

V.17 Êxito/benefício [EXTB] (Eilders, 1997, p.307-308)

Aqui são codificadas notícias de fatos positivos, as chamadas “boas notícias”, pois indicam benefício ou sucesso. Por outro lado, êxito/sucesso não se trata do reforço psicológico de sensações positivas nos receptores (tais como o reforço de valores sociais apreciáveis, a atribuição coragem de alguém, etc.), mas considera as consequências em termos materiais e imateriais, assim como valores existenciais. Por valores materiais se deve considerar riqueza e propriedade, por valores imateriais deve se considerar êxitos políticos, realização pessoal, etc. A conservação de valores existenciais, por sua vez, abrange saúde, vida e liberdade.

A diferenciação dos níveis de êxito/benefício se orienta em torno da centralidade dos valores alcançados e de suas respectivas consequências.

Êxito/sucesso deve ser codificado na matéria a partir daqueles valores positivos que dela emergem e não das consequências positivas desencadeadas pelos acontecimentos que envolvem os sujeitos reportados na matéria e que são codificados na variável “Alcance” (ver abaixo). A variável êxito/sucesso deve funcionar assim, pois, de outro modo, a prisão de um criminoso (que é um fato positivo) haveria de ser codificada como “Insucesso”.

Declarações que *não* possuem o caráter de decisões não devem nunca ser codificadas sob esta variável, pois declarações desse tipo não possuem consequências nem envolvidos. No máximo, o que pode ser codificado é o conteúdo da declaração. Caso a declaração defenda um tema controverso, ela deve ser codificado como “0”. No caso dela se referir a temas de amplo consenso, tais como a proteção ambiental, então ela é codificado como “1”. Tendo a declaração o caráter de uma decisão anunciada (medidas de proteção ambiental sendo expandidas, por exemplo), então se deve codificar como (1), pois se trata aí de um fim valorizado (a proteção ambiental) com consequências positivas.

Quando um valor positivo não é explicitamente expresso, é ainda assim possível codificar a presença de êxito/sucesso desde que seja possível inferir algum de amplo consenso em relação à percepção dos fatos (tais como a proteção do ambiente, em geral, saúde, proteção animal, a paz, a criação de novos empregos, menos juro etc.) Quando a reportagem apresentar algum tipo de fato que não implica consenso social (como o aborto, a eutanásia, cidades sem carros, etc.), a codificação não deve ser êxito/sucesso nem fracasso/dano (ver variável adiante).

Êxito/sucesso pode ser também codificado como resultado de "nenhum dano", desde que este seja explicitamente mencionado. Ademais, não importa se o êxito/sucesso já for um fato, ou apenas uma possibilidade a ocorrer no futuro.

Resultados eleitorais só poderão ser codificados como Benefício/sucesso quando o texto explicitamente indicar benefício. A simples menção à vitória de um candidato ou outro não é suficiente para garantir esse caráter explícito, pois não se pode pressupor apenas a partir disso que há uma valoração de suas consequências.

Indicadores para codificação: *progresso, desenvolvimento positivo, melhor, mais, vantagem, consenso*, e termos correspondentes. Na maioria das vezes, Benefício/sucesso é identificado sem a presença de tais indicadores.

0 nível mais baixo

- Sem êxito/sucesso ou assunto controverso.

1 nível baixo

- Êxito material ou imaterial (*ideeller*), tais como proteção de plantas / animais, a execução ou a preservação dos direitos de liberdade, vitória eleitoral, etc. Além disso, aplica-se também melhorias de curto prazo nas condições de vida (liberdade e saúde).

2 nível alto

- Melhorias em aspectos centrais das condições de vida: melhorias a longo prazo nas condições de vida (liberdade e saúde).

99 Incerto

999 NSA

➡ **Atenção:** Esta variável se contrasta com a variável “Insucesso/dano”. Numa matéria, deve-se optar se predominantemente há ali uma “notícia boa” ou “notícia ruim”. Tal escolha tem o caráter de ser mutuamente excludente. Ou seja, uma matéria não pode ser uma notícia boa (apontar benefício) e ruim (apontar insucesso) ao mesmo tempo. O máximo que pode acontecer é que ela não seja nem ruim nem boa. É o caso quando a matéria tratar de questões polêmicas, que não ganham amplo consenso na sociedade, tais como eutanásia, aborto, descriminalização das drogas, etc. Fora essa possibilidade, deve-se codificar se a notícia representa êxito ou insucesso. Evitar, portanto, sempre que possível codificar “0” para as duas variáveis para a mesma matéria.

V.18 Alcance [ALCA] (Eilders, 1997, p.306)

Alcance diz respeito ao número de pessoas que - podem ou realmente são - diretamente afetados/concernidas quando se leva em conta as consequências do evento que a matéria apresenta. Ou seja, não importa aqui se as pessoas já foram afetadas, se serão afetadas ou se podem vir a ser afetadas. O alcance desse evento deve ser mensurado em termos quantitativos, em função dos (possivelmente) *envolvidos* pelo evento, e não de seus participantes.

No caso de houver a identificação de mais de um grupo como envolvido, esses diferentes grupos devem ser agregados para efeitos do cálculo quantitativo. Os envolvidos não precisam ser explicitamente referenciados, mas devem ser diretamente apreendidos pelo texto presente na área de codificação e não deduzidos a partir da cadeia de consequências produzida pelo evento reportado. Por “trabalhadores da metalúrgica do Ceará cruzam os braços” está claro que os trabalhadores da metalúrgica cearense foram os concernidos pela paralisação e, portanto, os envolvidos. O desencadeamento desse fato e seus possíveis envolvidos não deve ser codificado, tais como os consumidores de geladeiras e de outros produtos dependentes da indústria metalúrgica, produtos esses que poderiam sofrer elevação dos preços com a greve e, assim, afetar os consumidores. Como chegar aos “consumidores” pressupõe de uma série de inferências e deduções, então *não* se deve codificá-los como dentro do alcance de envolvidos da matéria.

Uma série de deduções também ocorre quando nenhuma pessoa é nomeada na matéria, mas apenas instituições. Por exemplo: “Doações a partidos despencam”. Mesmo que pessoas individuais estejam envolvidas no evento em questão, não se pode determinar quem elas são e, portanto, não há indício para se codificar positivamente alcance de envolvidos.

➡ **Atenção:** No entanto, não considerar referências a países imediatamente como instituições. Deve-se verificar se a referência se refere aos representantes desses países (caso 1, com alcance nível 0 ou 1), às suas populações (caso 2, com alcance nível 3) ou, em caso de alcance tipo 0, a uma região territorial. Exemplo para caso 1: “os países ricos não aceitam aumentar as suas contribuições para o fundo do clima”. Exemplo para o caso 2: “as nações pobres irão ser as que irão mais sofrer com os efeitos da crise financeira internacional.” Para o caso 3: “O Nordeste brasileiro terá seca intensa no próximo ano.”

Quando uma matéria apresentar uma declaração sem o caráter de uma decisão, em que, portanto, não há nenhuma consequência direta para potenciais envolvidos, então se deve codificar aqui a ausência de alcance (0). Isso implica que envolvidos se fazem presentes em uma matéria apenas quando uma ação concreta é reportada ou quando uma situação é descrita. Isso não significa que a ausência de alcance deva ser codificada apenas para declarações (*declaration acts*). Isso porque ações concretas e descrições de situações também podem vir a não explicitar envolvido algum.

Em matérias que reportarem algum tipo de manifestação ou protesto, os manifestantes devem ser considerados como os envolvidos e não aqueles que são alvo ou motivo do protesto. Sendo assim, quando se reportar que 100 ativistas protestaram em favor das populações das pequenas ilhas, os primeiros é que são os envolvidos e não os últimos.

No caso da área de codificação apresentar mais de dois grupos de envolvidos, todos devem ser contabilizados, independente de um grupo estar em maior destaque do que outro na área de codificação.

999 NSA

- O alcance de envolvidos não pode ser avaliado. Isso ocorre para o caso de descrição de situações, e matérias generalistas sobre consequências abstratas sem que se aponte envolvidos, tais como corrupção, desenvolvimento econômico, mudanças climáticas, etc.

0 Nível mais baixo

- Indivíduos são afetados/concernidos. Também pequenos grupos, como famílias, vítimas de um acidente de carro, etc.

1 Nível baixo

- Trata-se de grupos maiores, como os alunos de uma escola, frequentadores de uma exposição, os membros do parlamento, etc.

2 Nível alto

- Categorias sociais, como os estudantes, funcionários públicos, cidadãos de uma cidade, trabalhadores desempregados, imigrantes, etc.

3 Nível mais alto

- Trata-se da população de um país, do Brasil ou de outros países, a sociedade, etc.
Além disso todos os tipos de grupos que compreendem mais da metade da população nacional (mulheres, por exemplo).

99 Incerto

V. 19 Controvérsia [CONTROVER] (Eilders, 1997, p.303)

A controvérsia diz respeito ao contraste entre opiniões diferentes. Por favor, também codifique quando apenas uma opinião for apresentada desde que esta opinião levante um tema controverso, como aborto, pena de morte, a negação do aquecimento global, etc.

A opinião (controversa) não precisa necessariamente ser explicitamente citada como tal, caso seja possível inferir do contexto, ou quando puder ser considerada já conhecida (por exemplo "pessoas que se aposentam com menos de 50 anos são vagabundos" por FHC).

Indicadores para controvérsia: criticar, atacar, opor-se, em contraste, resistir, acusar, divergir, contrapor-se e expressões similares.

➡ **Atenção:** “Problema”, ou “processos criminais” não indicam, por si só, controvérsia. A controvérsia, para ser codificada, precisa ser tematizada. O mesmo vale para “conflito” ou “guerra”. Isso porque tais palavras podem ser usadas para se referirem a enquadramentos de amplo consenso sobre determinadas situações, as quais, apesar de se referirem a conflitos, são tratados sob um aspecto não controverso. É o caso, por exemplo, de uma notícia que cite o repúdio (unânime) ao massacre dos Carajás, sem que o fato mesmo do “massacre” seja tratado ou descrito ao longo da matéria.

Em caso de dúvida, codificar o nível mais alto de controvérsia. Por exemplo: “*Ontem a lei da ficha limpa foi aprovada... o STF foi provocado por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) e o presidente do tribunal disse que irá julgar a contenda com serenidade*”. Aqui codificar a contenda ligada à Adin como (2), ainda que a matéria se debruce em maior medida sobre o conteúdo da lei da ficha limpa e não em torno da controvérsia que gerou a Adin.

Desse modo, o nível mais alto da controvérsia deve ser codificado ainda que o evento referente a esse nível mais alto ocupe apenas uma parte secundária da área de codificação da matéria. Isso não significa que a controvérsia deva ser codificada meramente pela presença de palavras correspondentes aos indicadores de conflito. É preciso checar se a controvérsia é efetivamente tematizada (ver parágrafo acima).

0 Nível mais baixo

- Não foi possível encontrar controvérsia de modo significativo

1 Nível baixo

- Apenas desacordo verbal. Apresentação de perspectivas oposta. Também codificar quando votações, debates e discussões forem tratadas.

2 nível alto

- A controvérsia assume meios complementares de expressão: protestos, greve de fome, etc. Consequências da controvérsia são desenvolvidos. Atenção: votações e eleições não devem codificadas aqui.

3 Nível mais alto

- A controvérsia assume meios violentos de expressão, seja pela violência real ou por ameaça. Violência deve ser entendida como agressão a patrimônio ou a pessoas que não sejam através de atores que controlem o uso legítimo da força. Exemplos de violência: pequenas ou graves lesões corporais, privação de liberdade, danos patrimoniais, ameaças de morte, guerra civil, etc.

99 Incerto

999 NSA

V.20 Elites políticas/influência [INFLU] (Eilders, 1997, p.300)

Definição de influência: A influência que se refere ao poder político que uma instituição, grupo ou seu representante correspondente detém.

Podem ser codificados sob esta variável pessoas, grupos ou instituições, independentemente que eles sejam atores, declarantes, objetos de declaração ou envolvidos no evento reportado e também independente do fato de serem reportados em primeiro ou segundo plano na área de codificação da matéria. Para pessoas, também não importa se o nome da pessoa está identificado ou não. Exemplo: “O presidente da República se encontrou com líderes do G8 esta manhã.” Em caso de dúvida, se deve codificar o maior nível de influência.

999 NSA

- Quando não forem citados representantes ou indivíduos ligados a grupos ou a instituições. No lugar disso, a matéria apresenta uma linguagem impessoal, não atribuindo agência a um ator ou a agência está associadas a entes não codificáveis, tais como “a natureza reage à ação humana”, “os dados mostram que...”, “a economia acelerou”, “O CSF tem fronteiras epistemológicas..” etc.

0 Nível mais baixo

- Menções a pessoas ou instituições que têm influência comunitária (conselho pais, associações de bairro, etc.). Também devem ser codificadas aqui pessoas comuns, sem poder ou cargo político.

1 Nível baixo de influência

- Menções ao executivo local e às instituições legislativas, como o conselho da cidade, os tribunais locais e iniciativas políticas sem alcance nacional. Para pessoas individuais, um exemplo se refere a prefeitos de cidades que não sejam capitais de Estado.

2 Nível alto de influência

- Menções a grupos e instituições em nível estadual, como órgãos legislativos, executivos e judiciais, associações de defesa, universidades e instituições confessionais também. São igualmente válidas menções aos líderes/representantes

dessas instituições, o que inclui os líderes partidários de uma seção regional de um partido político, os representantes da seção regional de uma instituição nacional, etc.

3 nível mais alto de influência

- Menções a grupos e instituições, quer a nível nacional, quer a nível internacional, tais como órgãos legislativos, judiciário e executivo (o governo, ONU, UNFCCC, por exemplo), partidos políticos nacionais (PT, PSDB, etc.), e associações internacionais (Greenpeace, Anistia Internacional, por exemplo), sindicatos nacionais de trabalhadores (CUT, por exemplo), associações profissionais (OAB, por exemplo), associações científicas nacionais e internacionais (SBPC, IPCC, por exemplo) e confessionais também, como CNBB e Vaticano. Também são válidas menções aos líderes/representantes dessas instituições, o que inclui os líderes partidários, diretores, o presidente (Lula), ministros (Dilma, Carlos Minc, por exemplo) e secretariado da ONU / UNFCCC, etc.

99 Incerto

➡ **Atenção:** Em caso de dúvida, codificar o maior nível de influência. Exemplo:

Nas Filipinas, autoridades estimam mais de 10 mil mortos e 4.5 milhões de afetados

No trecho acima, não é possível saber ao certo se as autoridades são locais, regionais ou nacionais. Em tal situação, codificar então como (3).

➡ **Atenção:** Ex-políticos, assim como ex-administradores da máquina estatal são codificados como possuindo grau de influência correspondente ao último cargo exercido.

V.21 Proeminência [PROMI] (Eilders, 1997, p.302)

Definição de proeminência: Refere-se ao nível de fama que uma pessoa detém, independente do seu poder político.

Sob proeminência podem ser codificados todas as pessoas e grupos (de pessoas) independentemente se eles sejam atores, declarantes, objetos de declaração ou envolvidos no evento reportado e também independente do fato de serem reportados em primeiro ou segundo plano na área de codificação da matéria. Também aqui não importa se o nome da pessoa está identificado ou não. Exemplo: “O presidente da República se encontrou com líderes do G8 esta manhã.” No entanto, instituições isoladamente não codificáveis. Exemplo: “O governo brasileiro participou de cúpula do clima nesta semana”.

➡ **Atenção:** Em caso de dúvida, deve-se codificar o maior nível de proeminência.

➡ **Atenção:** Para grupo de pessoas, deve-se excluir todos aqueles casos em que não é possível saber o nome de cada um dos integrantes do grupo. Ou seja, grupos tais como “cientistas do painel da ONU”, “torcedores do Flamengo” não contam como grupos para efeito de codificação dessa variável, apenas grupos artísticos ou cujos nomes de seus integrantes possam ser facilmente dedutíveis, tais como grupos musicais. Exemplo:

A banda Titãs faz apresentação hoje em Salvador.

999 NSA

- Pessoas nem grupos de pessoas são citados área de codificação.

0 cidadão ordinário

- Cidadão sem proeminência, tais com cidadãos ordinários, pessoas desconhecidas ou que sejam personalidades apenas em círculos de especialistas. No entanto, codificar como “nível internacional de proeminência” cientistas que já ganharam o prêmio Nobel ou que estão sendo indicados para tanto.

1 Proeminência regional

- Pessoas que são proeminentes a nível regional por sua fama na política, esportes, cultura, entretenimento, etc. Como regra geral, aqui não são codificáveis pessoas ou grupos conhecidos no âmbito supra regional, mas no âmbito da mídia local.

2 Proeminência nacional

- Pessoas que são proeminentes a nível nacional por sua fama na política, esportes, cultura, entretenimento, etc. Como regra geral, aqui são codificáveis pessoas que são conhecidas nos *media* massivos e cuja notoriedade está circunscrita ao âmbito dos países em que se situam.

3 Proeminência internacional

- Pessoas que são proeminentes a nível internacional por sua fama na política, esportes, cultura, entretenimento, etc.

99 Incerto

➡ **Atenção:** Em caso de dúvida, codificar o nível mais alto. Além disso, na imensa maioria das vezes uma pessoa com alto nível de influência, também terá alto nível de proeminência. No entanto, a recíproca não é verdadeira, pois artistas e celebridades não gozam, na maioria das vezes, de influência política (em sentido direto, excluindo, portanto, a ideia de influência como “formador de opinião”).

➡ **Atenção:** Presidentes e ex-presidentes da república devem ser codificados como proeminência internacional.

V.22 Personalização [PERSO] (Eilders, 1997, Codebuch)

A personalização se caracteriza pela importância que pessoas recebem num evento. Quanto mais uma instituição ou grupo for destacado em contraste à pessoa, menor é o nível de personalização da matéria. A variável inclui identificar se a matéria apresenta a pessoa como um indivíduo, ou apenas como representante de uma determinada instituição, classe profissional ou como porta-voz de alguma instituição ou ainda se ela não recebe qualquer identificação (nome).

Nos casos em que forem apresentados na matéria tanto grupos/instituições/classes profissionais como pessoas, as credenciais das pessoas devem ser codificadas. Se houver mais de uma pessoa com credencial, codificar a de maior distinção.

0 Nível menor de personalização/ sem personalização

- Nenhuma pessoa é identificada, seja porque apenas grupos ou instituições aparecem, seja porque a matéria não apresenta nenhuma ação com agente (a exemplo de descrições de situações estáticas, reportagens sobre fenômenos naturais, etc.). Exemplos:

Fiéis se reúnem para celebrar a páscoa

Apresentação beneficente reúne milhares de pessoas em São Paulo

A ONU divulga seu novo relatório sobre mudanças climáticas esta manhã

1 Baixa personalização

- Pessoas são citadas nominalmente ou não, mas aparecem apenas como representantes ou porta-vozes das instituições para quais trabalham. Em primeiro plano, está o grupo, instituição, função social (o artista, a tenista, etc.) e não a pessoa. Exemplos:

O papa celebrou missa nesta manhã de páscoa.

O líder da banda irlandesa U2 fez apresentação beneficente para as vítimas do aquecimento global.

O taxista Alexandre de Sousa fala sobre os perigos de andar nas ruas de Fortaleza

2 Alta personalização

- A pessoa é nominalmente identificada e é apresentada, em maior medida, como indivíduo do que enquanto representante de uma instituição, grupo ou classe profissional. Perfis e entrevistas são sempre codificados nesse nível de personalização.

Exemplos:

Bento XVI celebrou missa nesta manhã de páscoa.

Bono fez apresentação beneficente para as vítimas do aquecimento global

Alexandre de Sousa fala sobre os perigos de andar nas ruas de Fortaleza

99 Incerto

999 NSA

➡ **Atenção:** Caso a pessoa seja identificada mais de uma vez na área de codificação de modo a se referir de maneira intercalada entre o nome da pessoa e a sua função (o ministro, a secretária, o presidente, o artista, a pianista, o taxista etc.), então aplicar o seguinte critério de desempate: contar as referências ao nome da pessoa e aos pronomes pessoais (ele, ela) e comparar com a soma das referências à sua função ou credencial correspondente. A maior frequência serve como indicador de diferenciação entre os níveis 1 e 2. Caso as somas sejam iguais, o critério passa a ser o de maior nível de personalização e, por último (caso ainda resida dúvida), a primeira referência. Ou seja, o que aparece primeiro: o nome da pessoa ou a especificação de sua função/credencial?

V.23 Insucesso/dano [DANO] (Eilders, 1997, p.308-309)

Aqui são codificadas notícias de fatos negativos, as chamadas “más notícias”. Não se trata, no entanto, de considerar o desânimo psicológico por parte dos receptores ou dos personagens da matéria (tais como a desestabilização de opiniões, medo, etc.), mas diz respeito às consequências relativas a danos materiais, ou perdas imateriais, assim como fracasso relativo a valores existenciais. Por danos materiais, considera-se danos a objetos e a propriedades (privadas ou públicas), por lesão a valores imateriais devem ser considerados fracassos políticos e pessoais. Dano a valores existenciais engloba doenças, morte, falta de liberdade, escravidão etc. A diferenciação dos níveis de Insucesso/dano se orienta em torno da centralidade dos valores afetados e de suas respectivas consequências.

Insucesso /dano deve ser codificado na matéria a partir daqueles valores negativos que dela emergem e não das consequências negativas desencadeadas pelos acontecimentos que envolvem os sujeitos reportados na matéria e que são codificados na variável “Alcance”. A variável Dano/Insucesso deve funcionar assim, pois, de outro modo, a fuga de um criminoso (que é um fato positivo para ele, mas que agride valores centrais da sociedade) haveria de ser codificada como “Sucesso”.

Quando um fato negativo não é explicitamente expresso, é ainda possível codificar a presença de insucesso/dano, desde que seja possível inferir qualquer tipo de consenso social em relação à percepção dos fatos (como guerras, violência, contaminação de recursos naturais e do meio ambiente, doenças, desemprego, etc.) Quando a reportagem apresenta algum tipo de fato que não implica consenso social sobre a sua avaliação (como o aborto, a eutanásia, cidades sem carros, etc.), ele é codificado nem como êxito/sucesso nem como insucesso/dano.

Declarações que *não* possuem o caráter de decisões não devem ser codificadas sob esta variável, pois declarações desse tipo não possuem consequências nem envolvidos. No máximo, o que pode ser codificado é o conteúdo da declaração. Caso a declaração defenda um tema controverso, ela deve ser codificado como “0”.

No caso dela se referir a um tema consensualmente bem aceito, tal como a proteção ambiental, então ela é codificado como “0”, já que aqui não se mencionou nem dano/fracasso ou algum objeto tido como consensualmente problemático. Tendo a declaração o caráter de uma decisão anunciada que penaliza ou age contra algum tema ou objeto consensualmente bem aceito (medidas de proteção ambiental sendo descumpridas, por exemplo), então se deve codificar como (1), pois se trata aí de um fim valorizado (a proteção ambiental) que está sendo prejudicado, recebendo, portanto, um dano.

Insucesso/dano pode ser também codificado como resultado de uma tentativa "sem sucesso", desde que esta seja explicitamente mencionada. No entanto, não é relevante se o sucesso/dano é um fato ou apenas especulativo.

Resultados eleitorais só poderão ser codificados como Insucesso/dano quando o texto explicitamente indicar que o resultado representa algo negativo. A simples menção à derrota de um candidato ou outro não é suficiente para garantir esse caráter explícito, pois não se pode pressupor apenas a partir disso que há uma valoração de suas consequências.

Indicadores para codificação: *retrocesso, piora, menos, desvantagem, dissenso*, confusão e termos correspondentes. Na maioria das vezes, Dano/Insucesso é identificado sem a presença de tais indicadores.

0 nível mais baixo

- Insucesso/dano não é mencionado. Tema controverso.

1 nível baixo

- Danos materiais (diminuição da qualidade de vida, perda de propriedade), imateriais e fracassos políticos, como a destruição de plantas / animais, aumento de desigualdade social, eleições (derrotas eleitorais em que se indicou explicitamente dano/insucesso), ou outros tipos de fracasso pessoal, tais como doenças não muito graves, ou encarceramento prisional.

2 nível alto

- Danos aos principais aspectos das condições de vida humana: a própria vida, doenças de longo prazo (câncer), falta de liberdade. Fracassos políticos de longo prazo (renúncia, mas não derrota eleitoral, pois esta é temporária).

99 Incerto

999 NSA

3.2 INFORMAÇÃO DE CONTEXTUALIZAÇÃO

As variáveis relativas à informação de contextualização foram apropriadas e adaptadas do livro de código desenvolvido por Wessler et al, de 2013, com exceção da última variável (Extensão do Protocolo de Kyoto).

A principal adaptação se refere ao nível em que as variáveis são operacionalizadas. Enquanto, no livro de códigos "Eventos de mídia sustentáveis?", as variáveis são operacionalizadas ao nível da declaração (*actor statement level*), aqui elas estão sendo operacionalizadas ao nível da matéria. Ademais, algumas das variáveis foram adaptadas de modo a tornar a codificação mais simples. Isso se deu especialmente nas variáveis concernentes às soluções (3.2.3). Aí as opções de codificação em relação ao posicionamento com relação a cada solução (se a favor ou contra) foram removidas. Desse modo, a codificação se orientou na simples identificação da presença de menção às soluções.

3.2.1 CONSEQUÊNCIAS

V.24 Aumento de temperatura [TEMP_AU] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar um aumento de temperatura. Por favor, também codificar quando o aumento da temperatura (como consequência mensurável ou condição de mudança climática) estiver sendo identificado como causa de outros fenômenos (por exemplo, o derretimento das geleiras). Exemplo:

A maioria dos cientistas prevê que o aquecimento global está aumentando ...

V.25 Tempo extremo [TEP_EXTR] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar condições meteorológicas extremas ou qualquer tipo de desastre natural, como inundações, secas, tempestades, chuvas fortes, deslizamentos de terra, etc. Por favor, também codifique quando condições meteorológicas extremas for identificadas como causadora de outros fenômenos (por exemplo, a migração forçada de pessoas).

V.26 Derretimento de geleiras/ aumento do nível dos mares [DERT] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

Exemplo: *Pequenos Estados insulares estão caminhando para o desaparecimento certo quando consideramos a velocidade com que as geleiras estão derretendo*

- Codificar para o exemplo acima também a variável 29, ou seja, outras consequências sociais (perda de áreas habitáveis)

V.27 Oportunidades econômicas devido ao problema [ECONM_ME] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar oportunidades econômicas devido ao aquecimento global e outros efeitos das alterações climáticas, por exemplo, as mudanças no turismo, abertura de novas rotas de comércio, ou o surgimento de terra arável. Exemplo:

A mudança climática vai fornecer novas terras aráveis ...

V.28 Dificuldades e perdas econômicas devido ao problema [ECONM_PI] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar dificuldades ou perdas econômicas devido ao aquecimento global ou outros efeitos das alterações climáticas, por exemplo, os custos de reparação dos danos, custos das políticas de adaptação, etc. Exemplo:

[A mudança climática] é uma ameaça para o desenvolvimento e a paz...

V.29 Outras consequências sociais [CONS_OU] (Wessler et al, 2013):

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar um ou mais das seguintes consequência:
- migração de pessoas / perda áreas habitáveis
- aumento de doenças,
- aumento da mortalidade, e / ou

- aumento dos conflitos violentos / guerra.

V.30 Menção a escopo das consequências [CONS] (Wessler et al, 2013):

0 Ausente

1 Presente

V.31 Escopo das consequências [CONS_ESC] (Wessler et al, 2013):

Qual é o escopo geográfico das consequências mencionadas? Se a matéria mencionar mais de uma consequência das alterações climáticas, com diferentes âmbitos geográficos, apenas o maior escopo é codificado, por exemplo, quando um ator na matéria menciona consequências para um país, mas também se refere a impactos globais, codificar como '1 – Consequências globais

1 Consequências globais

- Codificar esta opção quando a matéria mencionar explicitamente as consequências que afetam o mundo inteiro usando termos como 'mundial', 'terra' ou 'humanidade'.

2 Consequências regionais, nacionais ou locais

- Codificar esta opção quando a matéria mencionar consequências do aquecimento global afetando uma área do mundo explicitamente mencionada.

3 Outro âmbito de consequências

- Codificar esta opção quando a matéria mencionar consequências, mas a referência topográfica não se aplicar às descrições acima descrita, for ambígua ou incerta.

999 NSA

3.2.2 CAUSAS

V.32 Queima de combustíveis fósseis / emissões de gases-estufa [EMISS] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar a (quantidade de) queima de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo, ou gás metano ou quando houver referência às (ou à quantidade de) emissões de gases de efeito estufa em geral.

➡ **Atenção:** Não codificar como causa para a mudança climática quando apenas a redução (ou abrandamento do aumento) das emissões de gases de efeito estufa for mencionado (por exemplo, "cortes de emissões mais profundas são necessárias"), nestes casos, por favor, codificar a variável V042 - Energia limpa.

V.33 Desflorestamento [DEFLO] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria se referir ao desmatamento, tais como (mas não exclusivamente) a destruição das florestas tropicais.

V.34 Colisão de interesses nacionais [COL_NAC] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar interesses nacionais em disputa - tanto políticos como econômico - como a causa da continuação da mudança climática. Exemplos:

Esta é a terceira vez que esta conferência foi sequestrada pelo ping-pong dos EUA e da China ...

O que realmente está em jogo aqui é a política na escala mais ampla, as relações entre a Europa, os Estados Unidos, Canadá, Japão e três potências emergentes: China, Índia e Brasil.

V.35 Outra causa [CAUS_OU] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

V.36 Menção a um país culpado pelo problema [CULPA_M1]

0 Ausente

1 Presente

V.37 1º País mencionado como culpado pelo problema [CULPA1]

- Codificar quando a matéria mencionar explicitamente quais países ou grupos de países são responsáveis por causar o aquecimento global devido às suas emissões de gases de efeito estufa. Por exemplo, quando países forem identificados como ‘maiores emissores de gases de efeito estufa’. Até três países ou grupos de países podem ser codificados.
- Utilizar o mesmo menu de opções da variável [OGEM_AG]

V.38 Menção a segundo país culpado [CULPA_M2]

0 Ausente

1 Presente

V.39 2º País mencionado como culpado pelo problema [CULPA2]

- Utilizar as mesmas diretrizes da variável 37 [CULPA1]

V.40 Menção a 3º país culpado [CULPA_M3]

0 Ausente

1 Presente

V.41 3º País mencionado como culpado pelo problema [CULPA3]

- Utilizar as mesmas diretrizes da variável 37 [CULPA1]

3.2.3 SOLUÇÕES

Existe, na matéria, menção a propostas ou medidas com o objetivo de evitar ou solucionar o problema? Essa menção pode se referir a ações que ainda não foram tomadas (uma chamada para ação) ou a medidas já aplicadas, mas que são consideradas ineficientes ou mesmo medidas prejudiciais para se combater o aquecimento global. Deste modo, codificar este tipo de menção na matéria quando ela for de caráter explícito.

V.42 Energia limpa [ENER_REN] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar explicitamente um dos seguintes aspectos relativos à política energética: redução das emissões de gases de efeito estufa, uso de

fontes renováveis de energia (por exemplo, energia solar, energia eólica ou de biomassa), eficiência energética e conversa (por exemplo, transportes sustentáveis, como carros biocombustível ou hidrogênio, planejamento urbano, arquitetura sustentável, eliminação do metano de resíduos, reciclagem, etc. Exemplos:

No fim das contas, o que leva a redução de emissões é de política nacional, não metas internacionais

Nova Deli já iniciou uma série de medidas favoráveis ao meio ambiente, o mais notável entre eles é sua política de energia solar ambiciosa.

V.43 Reflorestamento ou desflorestamento evitado [REFL] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar qualquer tipo de atividade de reflorestamento, esforços para proteger as florestas, tais como as florestas tropicais. Exemplo:

Isso trará [...] embelezamento de ruas e parques, o que inclui planos para o plantio de 10.000 árvores por ano.

V.44 Mudanças na produção agrícola [AGRI] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar adaptação na agricultura, a exemplo da plantação de variedades de culturas tolerantes à seca ou controle da erosão por meio de plantio de árvores. Exemplo:

A resposta inteligente é melhorar a forma como os seres humanos produzem alimentos através da aplicação de técnicas agrícolas cada vez mais eficientes de forma mais ampla.

V.45 Novo acordo legalmente vinculante [NOVO_AC] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

Exemplo1: Seu objetivo era levar a COP-17 a agir - na forma de um acordo que irá forçar os países a reduzir suas emissões de carbono

Exemplo2: Os negociadores chineses levantaram, no fim de semana, a possibilidade de negociar um pacto climático com força legal nas conversações da ONU na África do Sul, mas eles estabeleceram exigências rigorosas.

V.46 Assistência financeira a países mais pobres [REM_FIN] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

Exemplo: Ele disse que havia uma necessidade de iniciar o Fundo Verde para o Clima.

V.47 Menção a 1º país responsável por solucionar o problema [RESP_M1]

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quais países estão sendo considerados responsáveis por resolver o problema do aquecimento global, reduzindo (ou pelo menos retardando o crescimento de) suas emissões de gases de efeito estufa. Até três países podem ser codificados. Exemplo:

Para o Greenpeace, a medida mostra que a EPA pode ter papel crucial contra a catástrofe climática. Eles esperam que Obama apresente metas de redução de emissões mais audaciosas em Copenhague.

No exemplo acima, Obama está sendo convocado a tomar medidas para reduzir emissões. Codificar como “1 presente” para esta variável e para a seguinte “185 EUA”.

V.48 1º País apontado como responsável por solucionar o problema [RESP1] (Wessler et al, 2013)

- Utilizar o mesmo menu de opções da variável [OGEM_AG]

V.49 Menção a 2º país responsável por solucionar o problema [RESP_M2]

0 Ausente

1 Presente

V.50 2º País apontado como responsável por solucionar o problema [RESP2] (Wessler et al, 2013)

- Utilizar o mesmo menu de opções da variável [OGEM_AG]

V.51 Menção a 3º responsável pela país solução [RESP_M3]

0 Ausente

1 Presente

V.52 3º País apontado como responsável por solucionar o problema [RESP3] (Wessler et al, 2013)

- Utilizar o mesmo menu de opções da variável [OGEM_AG]

V.53 Menção à COP atual [COP15_M]

0 Ausente

1 Presente

Exemplo: A cúpula da ONU em Copenhague, que começou há uma semana, está programada para terminar na sexta-feira, quando mais de 100 líderes mundiais estarão presentes em um esforço para chegar a um novo tratado global sobre mudança climática.

V.54 COP atual [COP15] (Wessler et al, 2013, p.24-5 [COPREF], opção 17)

17 - 2009: COP-15/MOP 5, Copenhague

V.55 Menção a COP passada [COP_ANT_M]

0 Ausente

1 Presente

- Observar que as referências às COPs se dão, muitas vezes, pela simples menção à cidade em que ela ocorreu, por exemplo, 'Kyoto' ou 'Copenhague'. Se tal menção é ou não uma referência à COP, isso tem de ser inferido a partir do conteúdo. Exemplo:

Ontem, o chefe do painel, o indiano Rajendra Pachauri, abordou o tema na abertura da conferência do clima em Copenhague, cujo propósito é um compromisso para reduzir as emissões de gases-estufa que amplie e prolongue o Protocolo de Kyoto (1997) e freie o aquecimento.

V.56 COPs passadas [COP_ANT] (Wessler et al, 2013, p.24-5 [COPREF], opções 1 a 16)

1 COPs anteriores em geral

2 1995: COP 1, o Mandato de Berlim

3 1996: COP 2, Genebra, Suíça

4 1997: COP 3, o Protocolo de Kyoto sobre Mudanças Climáticas

5 1998: COP 4, Buenos Aires, Argentina

6 1999: COP 5, Bonn, Alemanha

7 2000: COP 6, Haia, Holanda

8 2001: COP 6, Bonn, Alemanha

- 9 2001: COP 7, Marrakech, Marrocos
- 10 2002: COP 8, Nova Deli, Índia
- 11 2003: COP 9, Milão, Itália
- 12 2004: COP 10, em Buenos Aires, Argentina
- 13 2005: COP 11/MOP 1, Montreal, Canadá
- 14 2006: COP 12/MOP 2, Nairobi, Quênia
- 15, 2007: COP 13/MOP 3, Bali, Indonésia
- 16 2008: COP 14/MOP 4, Poznań, na Polônia

Exemplo: Uma das opções é suspender o encontro e reiniciá-lo em algum momento do ano que vem, coisa que já aconteceu durante discussões em Haia (Holanda) no ano 2000.

Codificar o exemplo acima como “7 2000: COP 6, Haia, Holanda”.

V.57 Menção a próxima COP [CAN_M]

0 Ausente

1 Presente

Exemplo: “A próxima COP está marcada para dezembro de 2010 no México.”

Codificar matéria do exemplo acima como “1 presente”

V.58 Próxima COP [CAN] (Wessler et al, 2013, p.24-5 [COPREF], opção 18)

18 2010: COP 16/CMP 6, Cancún, México

V.59 Extensão do Protocolo de Kyoto [EXT_PK]

0 Ausente

1 Presente

- Codificar matéria que mencionar a extensão do Protocolo de Kyoto. Exemplo:

Países como EUA, Japão, Canadá, Austrália e Nova Zelândia não aceitam continuar com o Protocolo de Kioto — único mecanismo que força países industrializados a cortar emissões de gases-estufa — porque ele não inclui os emergentes

Codificar o exemplo acima como “1 presente”.

3.3 TRADUÇÃO

Sobre a área de codificação das variáveis que compõem tradução: as variáveis em tela devem ser mensuradas a partir do corpo da matéria, pois os títulos, subtítulos e legendas são marcas típicas de impresso e, portanto, tendem a criar uma elevação do número de substantivos em relação aos telejornais. Desse modo, título, subtítulo e legendas não participam da área de codificação, apenas o corpo da matéria.

3.3.1 LINGUAGEM ORDINÁRIA

V.60 Explicação de termos especializados, abreviações ou siglas [EXPL]

A presente variável se volta a quantificar o número de termos especializados, abreviações e siglas que são explicadas no corpo da matéria.

Para chegar a essa quantidade, as seguintes orientações devem ser observadas:

- Termos especializados se definem por léxico proveniente de línguas estrangeiras ou por termos provenientes campos de expertise. Exemplos:

“pH”, “hardware”, teste qui-quadrado, covariância.

Em caso de dúvida, confirmar se um termo é especializado utilizando o dicionário online Priberam. Exemplo utilizando o termo covariância:

[Estatística] *Em estatística, média dos produtos dos termos homólogos de duas variáveis centradas.*

"covariância", em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/covari%C3%A2ncia> [consultado em 28-11-2013].

No exemplo acima, o dicionário claramente classifica o termo como pertencente a uma área de expertise (estatística).

- Termos estrangeiros que não obtiverem tradução devem ser considerados como termos especializados nas seguintes situações: substantivos comuns, obras artísticas, restringindo-se a filmes, exposições e títulos de livros e exclui obras musicais. Estas, portanto, não devem ser contabilizadas. Cidades, países e instituições que contiverem versão portuguesa em uso, mas que estiverem em língua estrangeira também são

considerados como termos especializados. Exemplos: *New York, United Nations*. Nomes próprios de pessoas *não* são considerados como termos especializados, mesmo que os nomes em língua estrangeira possuam correspondente na língua portuguesa.

- Para termos especializados, mesmo que a explicação esteja disponível no texto, é necessário que ela esteja explicitamente relacionada à expressão para que ela possa ser codificada como explicação de termo especializado. De outro modo, codifique como menção a termo especializado sem explicação (ver variável adiante).
- Abreviações se definem pelo encurtamento de expressões ou conceitos e tendem a ocorrer com frequência em áreas especializadas de conhecimento e de documentos técnicos. Para efeito dessa pesquisa, também pode abranger fórmulas químicas. Exemplo:

Co2 (fórmula para o gás carbônico)

- Siglas também se definem pelo encurtamento de nomes próprios de modo a formar um vocábulo com as letras ou sílabas de um conjunto de palavras. Exemplos:

UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change, em português: Convenção-quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas).

- Para a quantificação de siglas ou abreviações com explicação, observar a seguinte diretriz: se o nome extenso da sigla ou abreviação estiver disponível imediatamente a ela, computar a ocorrência para efeito da quantificação. Mas se a explicação não estiver em imediato contato com a sigla ou abreviação, mas em alguma outra parte do corpo da matéria, a ocorrência não deve computada nesta variável *nem* nas variáveis [SIGLAS] e [TESP] (ver variáveis adiante).
- Outra forma de gerar explicação de léxico especializado se dá pela sua substituição a termos alternativos (presumidamente mais compreensíveis). A codificação, para este caso, deve ocorrer quando essa substituição for tornada explícita pelo texto jornalístico, no qual “o vocábulo especializado é frequentemente apresentado em aspas invertidas ou em itálico, assim como daquilo que diverge da linguagem geral” (GOTTI, 2005, p.211). Ao lado dessas marcas, deve-se confirmar a codificação mediante a identificação de conjunções como “ou”, “mais conhecido como”, “assim chamada”, “ou tecnicamente denominada de” (ibidem, p.212).

V. 61 Referência a emoções [R_EMO]:

- Contabilizar todas as referências a emoções, seja na forma de adjetivos, verbos, substantivos ou advérbios. Contabilizar a referência sempre que aparecer, inclusive quando já tiver sido referenciada em outra parte do texto. Exemplos:

As pessoas estão aqui para negociar", disse De Boer em entrevista coletiva ontem, na qual celebrou a decisão de Obama ("É importante ele ouvir as preocupações dos pequenos países insulares e dos países em desenvolvimento")

VERBALIZAÇÃO E NOMINALIZAÇÃO:

As variáveis referentes à verbalização e à nominalização são codificadas a partir de uma área de codificação mais restrita do que as demais variáveis que compõe tradução. O número máximo de palavras levadas em conta são, no máximo, as 100 primeiras palavras do corpo da matéria (após cabeça da matéria ou título, subtítulos e legendas). O número de palavras deve ser o mais próximo de 100 desde que inclua apenas frases inteiras. Caso a primeira frase da matéria possua mais de 100 palavras, fazer a contagem com o universo exato das primeiras 100 palavras.

Atenção: Após a contagem das ocorrências de cada variável, deve-se dividir seu valor pelo número de palavras da área de codificação.

V.62 Verbalização [VERBZ]:

- Todos os verbos devem ser contabilizados para efeito do cálculo, excetuando-se aqueles no particípio, uma vez que eles se confundem com adjetivos. Ver exemplos sublinhados abaixo para essas exceções:

Os e-mails de climatologistas vazados de uma universidade britânica no mês passado, usados por céticos como indício de que as provas da culpa do homem no aquecimento global foram forjadas, tumultuaram ontem o terceiro dia de reunião do bloco dos países em desenvolvimento, o G77+China.

No exemplo acima, os seguintes verbos são considerados válidos e, portanto, devem ser contabilizados: “foram” e “tumultuaram”.

- Verbos em sequência devem ser codificados como um único verbo desde que um deles apenas module o tempo verbal do outro, ou indique condição de possibilidade (verbo poder). Exemplos sublinhados abaixo:

Embora a cúpula do clima tenha começado ontem, a delegação chefiada pela ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) só define hoje em que termos se dará a participação brasileira em Copenhague.

Mas um sucesso o encontro que vai até o próximo dia 18 já pode contar: o de público.

Nos exemplos acima, “tenha começado” e “pode contar” equivalem cada uma a uma ocorrência. Para o primeiro exemplo, pode-se identificar, então, o total de 3 ocorrências: “tenha começado”; “define” e “se dará”. O segundo exemplo tem duas ocorrências “vai” e “pode contar”.

3.3.2 LINGUAGEM ESPECIALIZADA

V.63 Nominalização [NOMZ]:

- Todos os substantivos devem ser contabilizados como um único substantivo, excetuando-se nomes compostos sem preposição e nomes próprios, os quais, apesar de terem frequentemente mais de um substantivo, devem ser contabilizados como apenas uma ocorrência. Exemplos dessas exceções estão sublinhados abaixo:

Existe um racha no comando da delegação que representará o Brasil na conferência do clima, em Copenhague, e o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) insistirá que o país defenda um limite global para a emissão de gases de efeito estufa, além de um monitoramento melhor da quantidade de carbono lançada pelo país na atmosfera.

No exemplo acima “Carlos Minc” e “Meio Ambiente” são nomes próprios e podem ser facilmente identificados mediante a letra maiúscula inicial de cada palavra integrante do nome próprio. O substantivo composto sem preposição “efeito estufa” também deve ser contabilizado como uma ocorrência para substantivo. Ao todo, o exemplo acima possui 20 ocorrências para substantivos, sendo eles: *racha, comando, delegação, Brasil, conferência, clima, Copenhague, ministro, Carlo Minc, Meio Ambiente, país, limite, emissão, gases, efeito estufa, monitoramento, quantidade, carbono, país, atmosfera.*

V.64 Siglas sem explicação [SIGLAS]:

- Toda vez que uma sigla for citada sem a respectiva explicação, contabilizar uma ocorrência para a presente variável. Exemplo para sigla sem explicação:

Não foi à toa que Michael Cutajar, do grupo de trabalho de Ações Cooperativas de Longo Prazo, chamou a COP-15 de "maior show da Terra".

- Mesmo que uma sigla for citada sem explicação diversas vezes no texto, por favor codifique apenas uma vez a ocorrência.
- Para a definição de siglas e regras complementares de codificação, ver variável acima [EXPL].

V.65 Abreviações e termos especializados sem explicação [TESP]:

- Toda vez que um termo especializado ou abreviação for citada sem a respectiva explicação, contabilizar uma ocorrência para a presente variável. Exemplo para sigla abreviações e termos especializados sem explicação:

O Brasil propôs um desvio de até 39% do que seriam as emissões em 2020, e a China e a Índia preferiam anunciar a redução da intensidade de Co2 na economia.

- Mesmo que uma abreviação ou termos especializado for citado sem explicação diversas vezes no texto, por favor codifique apenas uma vez a ocorrência.
- Para a definição de siglas e regras complementares de codificação, ver variável acima [EXPL].

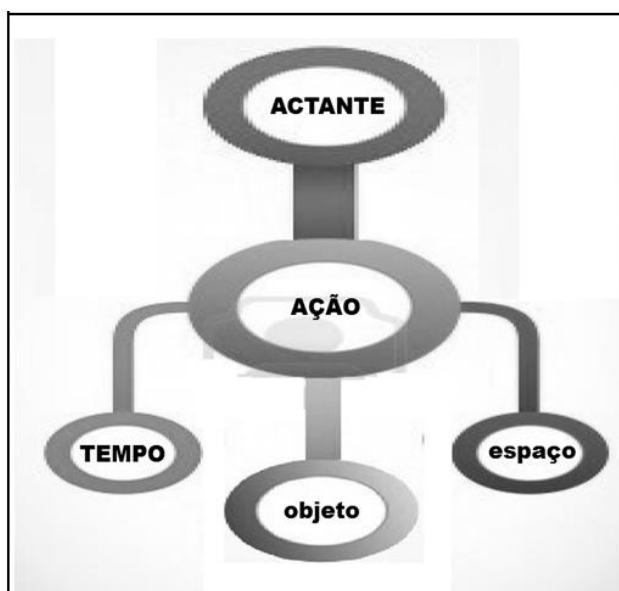
3.4 DRAMATIZAÇÃO

As variáveis dessa dimensão analítica se dividem em dois grupos de narratemas: (1) detalhamento da ação e (2) personagens. Enquanto o primeiro especifica os narratemas referentes às dimensões espaçotemporais, de agência e causalidade da ação (i.e. narrativos), a segunda identifica os narratemas dramáticos por excelência, que são a saber: a existência de emoção e conflito associados a personagens que assumem papéis contrastantes e moralmente identificáveis (vítimas, vilões e heróis).

3.4.1 DETALHAMENTO DA AÇÃO

A área de codificação das variáveis que detalham a ação começam pelo corpo da matéria, pois enquanto as ações contidas no título, subtítulo e nas chamadas antecipam ações e fatos que serão detalhados logo em seguida, o corpo da matéria é que efetivamente se volta para a ação de narrar. Por isso, faz-se oportuno começar a codificação no corpo da matéria, o que privilegia a captura da narrativização em seu espaço por excelência.

Figura 24 – Esquema de narratemas para a codificação de dramatização



Fonte: Elaborado pelo autor

Para fins de codificação do presente grupo de variáveis, observar, ademais, as seguintes indicações:

- Identificar as duas primeiras orações que possuem uma ação com actante. Uma ação com actante é considerada, assim, o elemento narrativo mínimo a partir do qual as

demais variáveis que detalham a ação devem ser codificadas. De modo a ilustrar a centralidade desse composto narrativo mínimo, observar a figura 24.

- Codificar as duas orações identificadas com o composto narrativo mínimo para todas as respectivas variáveis deste grupo, que são, a saber:

Para a 1ª oração: AA1 (1ª oração com ação + actante); AA01 (1ª oração com ação + actante + objeto); AAT1 (1ª oração com ação + actante + tempo); AAE1 (1ª oração com ação + actante + espaço).

Para a 2ª oração: AA2 (2ª oração com ação + actante); AA02 (2ª oração com ação + actante + objeto); AAT2 (2ª oração com ação + actante + tempo); AAE2 (2ª oração com ação + actante + espaço).

- Como identificar uma ação? Para se identificar uma ação válida, utilizar como referência as definições pela escala de facticidade indicadas por Eilders (1997, p.298). Tomando como referência a referida escala, o critério para se aferir se uma sentença possui uma ação válida se dá mediante o seguinte procedimento: verificar se o verbo da sentença corresponde a um dos níveis de factualidade que designa transformação de uma situação. A escala de intensidade elaborada por Eilders vai de 0 a 3. Nessa escala, 0 indica uma situação estática, 1 uma ação abstrata, 2 uma ação declarativa e 3 indica uma ação concreta. O critério deste livro de códigos estabelece que qualquer verbo de uma sentença que corresponder a um nível suficiente de mudança de situação é considerado válido. Como resultado apenas o nível 0 (situação estática) da escala em tela indica verbos que não são considerados válidos para designar ação. Isso porque a pergunta decisiva aqui é: o nível de factualidade do verbo da sentença sugere que algo se movimenta, que algo se modifica? De acordo com a própria definição do nível 0, a resposta a essa pergunta é negativa. Para efeito das respostas positivas (de 1 a 3 na escala em tela) não importa se o evento designado pelo verbo é apenas uma conjectura ou esteja previsto a ocorrer no futuro. De modo a esclarecer cada tipo de ação e seus respectivos verbos, observar os exemplos abaixo:

- (1) Situação estática: *Não houve acordo na conferência do clima*
- (2) Ação abstrata: *O aquecimento global acelerou no ano passado mais do que o previsto.*
- (3) Ação Declarativa: *O relatório indica que o país está em déficit com os compromissos assumidos na última reunião da ONU*

- (4) Ação concreta: Os cientistas do IPCC chegaram ao nível de 95% de confiança de que as atividades humanas aceleram as mudanças climáticas.

A ação concreta se refere, desse modo, a ações dinâmicas, em que se sugere que algo se modifica, ou se movimenta, e cujo sujeito é animado, tais como indivíduos, animais, instituições ou grupos, excluindo-se, portanto, objetos por excelência, coisas inanimadas, e incapazes de manifestar vontade ou desejos, tais como fenômenos naturais, objetos manipuláveis, etc. Uma declaração também indica ações dinâmicas com sujeito animado já que pressupõe que alguém age dando uma declaração, um comunicado etc.

A ação abstrata, por sua vez, refere-se a ações dinâmicas, em que se sugere que algo se modifica, ou se movimenta, e cujo sujeito é inanimado, tais como fenômenos naturais, objetos manipuláveis, etc. A situação estática, por fim, é o único nível de facticidade que não indica qualquer mudança na situação e que, portanto, é viabilizada por verbos que não indicam ações consideradas válidas para a presente variável. Indicadores para situações estáticas são sentenças com verbos “ser”, “ter” e “existir”. Exemplos:

Patagones é uma região cheia de constates.

O Brasil tem o maior rebanho comercial do mundo.

O país continua como há 30 anos.

Observar que o elemento decisivo para aferir a diferença entre os diferentes tipos de ação reside nos verbos das sentenças e da pessoa utilizada para narrar o evento. Desse modo, a simples alteração do verbo ou de como a frase é formulada pode implicar em mudança no tipo de ação. Tomando o último exemplo de ação concreta citado acima, é possível convertê-lo tanto em ação estática, abstrata e em declaração apenas transformado as formas verbais das sentenças. Observar abaixo essa transformação:

- (1) Situação estática: *Existe* 95% de confiança entre os cientistas do IPCC acerca da influência das atividades humanas na aceleração das mudanças climáticas.
 - (2) Abstrata: *Atividades humanas aceleram as mudanças climáticas.*
 - (3) Declarativa: *Os cientistas do IPCC irão anunciar, em seu quarto relatório, que há 95% de confiança da influência das atividades humanas nas mudanças climáticas.*
- Como se identificar o actante e objeto de uma ação? O actante e o objeto de uma ação correspondem ao conjunto completo de entes que recebe ou realiza a ação. Enquanto o actante a produz, o objeto é seu alvo.

- O actante e o objeto de uma ação correspondem ao conjunto completo de entes que recebe ou realiza a ação, incluindo aí os sinônimos ou termos equivalentes que forem utilizados na matéria. Sendo assim, caso um ente narrativo (que pode ser tanto o actante quanto o objeto) for mencionado em uma sentença como “países da África” e, em sentença posterior, como “países africanos”, deve-se tratar os dois termos como sendo o mesmo ente. No entanto, observar que um mesmo ente pode assumir a forma de actante em uma sentença e a forma de objeto em outra e vice-versa. Ademais, deve-se compreender os entes de uma ação em sua integridade, contendo, portanto, todos os elementos expressos em uma oração. Sendo assim quando um actante ou objeto de uma ação for definido como “Brasil e China”, este conjunto em sua totalidade forma o ente, sem que apenas parte dele possa ser considerado como equivalente ou sinônimo. Desse modo, se, em trecho seguinte, uma ação tiver sido produzida por apenas um dos entes (apenas pelo Brasil, por exemplo), então se deve considerar este como um novo actante e não um equivalente a “Brasil e China”. O mesmo procedimento vale para o objeto.

V.66 1ª oração com Ação + actante [AA1]

0 Ausente

1 Presente

- Utilizando as definições e procedimentos dispostos acima, codificar esta variável em acordo com as opções acima. Exemplo de uma oração com ação + actante (1 Presente):

Gore was one of the key players in sealing the deal in last-minute negotiations in the Japanese city in December 1997

No exemplo, a ação é “fechar” [o acordo] e o actante correspondente é “Al Gore”.

Exemplo de uma oração com ação, mas sem actante (0 Ausente):

The UN summit in Copenhagen is scheduled to conclude on Friday.

No exemplo, a ação é “agendar” [a cúpula da ONU], mas não há actante presente. Quem agendou a cúpula? Não há informação na oração nesse sentido.

➡ **Atenção:** Codificar esta variável como “0 ausente” apenas se o corpo da matéria não conter nenhuma oração com ação + actante. Via de regra, esta variável deve encontrar a primeira oração da matéria com o composto narrativo mínimo em tela e apenas as variáveis seguintes é que poderão eventualmente ser codificadas sob a opção “0 ausente”.

V.67 1ª oração com Ação + actante + objeto [AAO1]

1 Presente

0 Ausente

Utilizando as definições e procedimentos na parte introdutória desta seção, codificar esta variável em acordo com as seguintes opções e diretrizes complementares:

- O objeto de uma ação deve ser correspondente ao tipo de verbo que indica a ação. Se o verbo for transitivo direto, o objeto deve ser um objeto direto (caso 1). Caso o verbo seja transitivo indireto, o objeto deve ser um objeto indireto (caso 2). Orações subordinadas também podem cumprir a função de objeto (caso 3). Se o verbo for intransitivo, por favor codificar como “ausente 0” (caso 4). Se o verbo puder assumir tanto formas transitivas, como intransitivas de objeto, então o objeto pode se referir tanto ao objeto direto quanto ao indireto (caso 5). Para verificar a transitividade dos verbos, consultar o dicionário online Priberam <http://www.priberam.pt/>. Exemplos:

Caso 1/Exemplo 1: O "New York Times", também voltado a Copenhague, destacava o inédito aparato de segurança.

No exemplo acima, o objeto da ação “destacar” é “o inédito aparato de segurança”. A oração deve ser, portanto, codificada sob a opção “1 presente”.

Caso 1/ Exemplo 2: Com a cidade lotada, os quartos de hotel que restam inflacionaram, e os moradores locais estão engordando o orçamento oferecendo suas casas.

No trecho acima, a ação “inflacionar” (um verbo transitivo) está sem objeto. Portanto, deve-se codificar a oração do exemplo acima como “0 ausente”.

Caso 2: Exemplo 1: Os sinais de recuo nos compromissos de corte nas emissões de países desenvolvidos e tentativas de dividir o bloco dos países em desenvolvimento monopolizaram a reunião de ontem da cúpula da delegação brasileira que irá a Copenhague.

No trecho acima, o verbo “ir” pode ser considerado transitivo indireto. O objeto indireto aqui pode ser, portanto, “a Copenhague” e a oração pode ser codificada como “1 presente”.

Caso 2 Exemplo 2: Mas um sucesso o encontro que vai até o próximo dia 18 já pode contar: o de público

No trecho acima, o verbo “ir” pode ser considerado transitivo indireto. No entanto, no caso em tela o objeto indireto já está ocupando pelo narratema “tempo” (ver regra abaixo de não ser possível sobreposição de funções de um narratema na mesma sentença) e, portanto, não é codificável. Na oração do trecho acima, sua codificação se dá, portanto, sob a opção “0 ausente”.

Caso 3: O "Guardian" anunciava, com a manchete on-line "14 dias para selar o julgamento desta geração", que 56 jornais no mundo, Brasil inclusive, publicam hoje um editorial elaborado pelo britânico.

No exemplo acima, o objeto direto do verbo (da ação) “anunciar” é a oração subordinada “que 56 jornais no mundo, Brasil inclusive, publicam hoje um editorial elaborado pelo britânico.” A oração em tela deve, portanto, ser codificada sob a opção “1 presente”.

Caso 4: Ainda não se sabe se a conferência do clima que começa hoje em Copenhague com a ambição de salvar o planeta será a "virada" histórica que o secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU, Yvo de Boer, reivindica dos líderes mundiais.

No trecho acima, o verbo “começar” é intransitivo e, portanto, sem objeto. Codificar a respectiva oração “0 ausente”.

Caso 5: O secretário-executivo da Convenção do Clima das Nações Unidas, Yvo de Boer, reclamou ontem da tentativa de países ricos "re-etiquetarem" com o selo "clima" os pacotes de ajuda que já existem para ajudar nações pobres.

No trecho acima, a ação “reclamar” poderia ter transitividade tanto direta quanto indireta. Nesse caso, há a presença do objeto indireto “da tentativa” e, portanto, a respectiva oração deve ser codificada como “1 presente”.

NARRATEMAS DE TEMPO E ESPAÇO DA AÇÃO + ACTANTE:

- A informação sobre *tempo e espaço da ação + actante* deve estar na própria oração da ação + actante, ou alternativamente na oração anterior ou posterior, desde que não haja qualquer dúvida que o tempo e o espaço aí dispostos se referem à ação (ao verbo) em análise. Se a especificação ultrapassar esse escopo, ela deve ser codificada como ‘0 – ausente’.

- Importante que todas as análises de tempo e espaço a serem mensuradas pelas variáveis referentes à narrativização devem se referir diretamente à ação identificada.

Exemplo:

O "Guardian" anunciava, com a manchete on-line "14 dias para selar o julgamento desta geração", que 56 jornais no mundo, Brasil inclusive, publicam hoje um editorial elaborado pelo britânico.

A primeira ação que possui actante é “anunciar”. A esta não é possível identificar tempo de ocorrência, nem seu respectivo espaço. A segunda ação com actante (“56 jornais no mundo”) é “publicar”. Esta possui tanto tempo (“hoje”) como espaço (“no mundo”) identificados.

V.68 1ª oração com Ação + actante + tempo [AAT1]

0 Ausente

1 Presente

- Utilizando as definições e procedimentos dispostos acima, codificar esta variável à luz dos exemplos a seguir.

Exemplo em que Ação + actante + tempo se encontra ausente (0 Ausente):

Small island states are heading to certain disappearance when we consider the speed at which glaciers are melting.

Exemplo em que ação + actante + tempo se encontra presente (1 presente):

Gore was one of the key players in sealing the deal in last-minute negotiations in the Japanese city in December 1997

V.69 1ª oração com Ação + actante + espaço [AAE1]

0 Ausente

1 Presente

- Utilizando as definições e procedimentos dispostos acima, codificar esta variável variável à luz dos exemplos a seguir:

Exemplo em que ação + actante + espaço se encontra ausente (0 Ausente):

Small island states are heading to certain disappearance when we consider the speed at which glaciers are melting.

Exemplo em que Ação + actante + espaço se encontra presente (1 presente):

Gore was one of the key players in sealing the deal in last-minute negotiations in the Japanese city in December 1997

REGRAS ADICIONAIS DE CODIFICAÇÃO:

- Um ente só pode assumir um narratema na mesma sentença. Sendo assim, caso o actante seja ele mesmo um tempo ou um espaço, a codificação deverá procurar verificar se a sentença possui informação adicional que especifique o tempo ou espaço do actante. Exemplo:

Trata-se de uma ilha ameaçada pelo aumento do nível do mar.

No caso acima, “aumento do nível do mar” é actante e possui como objeto “ilha”. Tempo e espaço estão ausentes na sentença e, portanto, não devem ser codificados, ainda que, a rigor, “ilha” possa também ser considerado como um lugar.

No entanto, observar que havendo outra informação referente ao lugar ou ao tempo e que não se sobreponha literalmente nem ao actante ou ao objeto, então a codificação deve ser realizada. Exemplo:

Trata-se de uma ilha na Oceania ameaçada pelo aumento do nível do mar

No caso acima, “aumento do nível do mar” é actante e possui como objeto “ilha”. Tempo está ausente, mas o espaço está identificado em “na Oceania” e, portanto, deve ser codificado como presente.

- Citações diretas devem ser tomadas como declarações e enquanto tais elas são consideradas resultados da ação de declarar, dizer etc. e não devem ter as ações citadas pelos seus declarantes codificadas. Exemplo:

“Acho muito importante que esta conferência não tenha como resultado a reciclagem de ajuda”, disse De Boer em entrevista coletiva, sem mencionar a quem estava se referindo.

A primeira ação e actante acima são “De Boer” e “disse”. O objeto da ação é a declaração e, portanto, “acho muito importante *que esta conferência não tenha como resultado a reciclagem de ajuda*”

- Para sonoras, a regra permanece a mesma. Caso o texto jornalístico não especifique pelo áudio (por favor, desconsidere a legenda do vídeo para essa análise) quem fez a declaração, esta conta como ação sem actante e, portanto, não é codificável.

- Tanto a ação como seu respectivo actante não devem ser repetidos na codificação seguinte. Exemplo:

Encontro começa hoje em Copenhague recebendo mais que o dobro do número de participantes previsto inicialmente.

A 1ª ação é “começar” cujo actante é “encontro”. A segunda ação (“receber”) tem o mesmo actante e, portanto, não deve ser codificada.

V.70 2ª oração com Ação + actante [AA2]

- Utilizar os mesmos procedimentos de AA1

V.71 2ª oração com Ação + actante + objeto [AAO2]

- Utilizar os mesmos procedimentos de AAO1

V.72 2ª oração com Ação + actante + tempo [AAT2]

- Utilizar os mesmos procedimentos de AAT1

V.73 2ª oração com Ação + actante + espaço [AAE2]

- Utilizar os mesmos procedimentos de AAE1

V.74 Sequência cronológica das duas ações [CRONOS]

0 - nenhuma

2 - duas ações

- Esta variável tem por objetivo aferir quantas das duas ações + actante codificadas anteriormente foram narradas em ordem cronológica. Sendo assim, a codificação se dá sob as duas opções acima.

3.4.2 PERSONAGENS

Este grupo de narratemas consiste daqueles que indicam o caráter dramáticos de uma narração, pois tais narratemas indicam a existência de emoção e conflito associados a personagens que assumem papéis contrastantes e moralmente identificáveis (vítimas, vilões e heróis).

Todas as variáveis desse grupo foram retiradas e adaptadas de Wessler et al (2013). No entanto, a área de codificação difere substancialmente, uma vez que o presente livro de códigos convencionou tal área a partir dos diferentes produtos jornalísticos em análise. Para jornais impressos, a área de codificação abrange título, subtítulo, legendas e as duas ações codificadas no grupo de variáveis de detalhamento da ação. Para telejornais, a área de codificação abrange a cabeça da matéria e as duas ações codificadas no grupo de variáveis de detalhamento da ação.

V.75 Emoção [EMO] (Wessler et al, 2013, V048 [NAR_EMO], p.63)

0 Ausente

1 Presente

- Quando um actante ou objeto é apresentado sob a condição de um sentimento, por favor codifique como “1 presente” . Exemplo:

A indignação dos africanos ecoou pelo centro de convenções.

V.76 Conflito [CONFL] (Wessler et al, 2013, V052 [NAR_OVTHE], opção 5, p.66)

0 Ausente

1 Presente

- Dois ou mais atores se colocam na oposição um ao outro, possuem motivações diferentes, ambições, estratégias e distintos quadros de referência. Exemplo:

A indignação dos africanos ecoou pelo centro de convenções. Eles reagem à revelação de um acordo paralelo articulado pela Dinamarca, junto com Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Codificar o exemplo acima como “1 presente” dado que existe uma relação de conflito entre “africanos” e Dinamarca, Estados Unidos e Grã-Bretanha.

V.77 Presença de vítima [VIT] (Wessler et al, 2013, V055, [NAR_VICT], p.71)

0 Ausente

1 Presente

- Uma pessoa, grupo ou instituição é prejudicada, ferida ou morta como resultado de um crime, acidente ou outro evento, por exemplo, pequenos Estados insulares que estão sendo ameaçados pela mudança climática; cientista do clima cético que é ignorado por revistas acadêmicas. Exemplo:

Uma delegada das Ilhas Fiji se derrete em lágrimas, ela representa um país condenado a desaparecer se o aquecimento não for freado.

V.78 Nome da vítima [NOME_VIT]

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.79 Tipo da vítima [TIPO_VIT]

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.80 Cargo da vítima [CARG_VIT]

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG], acrescidos das seguintes opções:

1601 Jornalista autor da matéria

1604 Debates

Codificar sob esta opção apenas quando a matéria tratar de um debate sem qualquer especificação adicional ou referência, a exemplo de “o debate sobre o aquecimento no Brasil..”

V.81 Origem da vítima [OGEM_VIT]

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

V.82 Presença de vilão [VIL] (Wessler et al, 2013, V059 [NAR_VILL], p.74):

0 Ausente

1 Presente

- Um vilão é compreendido como qualquer pessoa, grupo, instituição que seja responsável por problemas específicos, prejudicar ou produzir danos para outros. Também pode ser um adversário que inibe o progresso ao se recusar a tomar as medidas necessárias a fim de chegar a uma solução, por exemplo, os países desenvolvidos que são responsáveis por grandes emissões de carbono, uma fábrica local que polui a água potável de uma aldeia, ou países que não querem se envolver em um tratado ou ações corretivas específicas. Exemplo:

O clichê é irresistível: há algo de podre no reino da Dinamarca. A falta de habilidade política e as divisões internas da presidência dinamarquesa da COP-15 acabaram se tornando fatores cruciais para explicar o impasse em Copenhague.

No exemplo acima, a Dinamarca é enquadrada como vilã, pois é considerada como fonte da falta de avanço das negociações.

V.83 Nome do vilão [NOME_VIL]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.84 Tipo do vilão [TIPO_VIL]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.85 Cargo do vilão [CARG_VIL]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG], acrescidos das seguintes opções:

1601 Jornalista autor da matéria

1604 Debates

Codificar sob esta opção apenas quando a matéria tratar de um debate sem qualquer especificação adicional ou referência, a exemplo de “o debate sobre o aquecimento no Brasil..”

V.86 Origem do vilão [OGEM_VIL]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

V.87 Presença de herói [HERO] (Wessler et al, 2013, V063 [NAR_HERO], p.75):

0 Ausente

1 Presente

- Um herói é uma pessoa, grupo ou instituição que é admirado por sua coragem, por uma realização proeminente, ou nobres qualidades, alguém que ajuda a fazer progressos significativos, por exemplo, o líder de um movimento ambientalista ou de um chefe de Estado que traz as negociações do clima avançar significativamente, alguém que toma partido por alguém que está em uma posição mais fraca (por exemplo, para alguém que tenha sido prejudicado por um vilão). Exemplo:

Nenhum dos líderes que subiu ontem ao púlpito do Bella Center, o centro que abrigou a malfadada conferência do clima da ONU, foi tão aplaudido como Luiz Inácio Lula da Silva.

No exemplo acima, o presidente Lula é enquadrado como herói, dado seu desempenho em gerar consenso no contexto de negociações.

V.88 Nome do herói [NOME_HERO]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.89 Tipo do herói [TIPO_HERO]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.90 Cargo do herói [CARG_HERO]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG], acrescidos das seguintes opções:

1601 Jornalista autor da matéria

1604 Debates

Codificar sob esta opção apenas quando a matéria tratar de um debate sem qualquer especificação adicional ou referência, a exemplo de “o debate sobre o aquecimento no Brasil...”

V.91 Origem do herói [OGEM_HERO]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

3.5 VISUALIZAÇÃO:

A codificação de visualização não se trata de um exame detalhado da qualidade de representação de um determinado elemento visual no texto da matéria, mas se orienta tendo como referência o texto e sua respectiva correspondência com a imagem. É o texto, mais precisamente *os substantivos*, que tornam possível a codificação confiável para um tratamento de caráter quantitativo. Isso porque tal abordagem não requer uma análise detalhada de profundidade da relação entre texto e imagem, tais como aquelas operacionalizadas pela análise semiótica. Sendo assim, o movimento de codificação se organiza da seguinte forma para cada mídia em estudo:

IMPRESSO:

- A atribuição de um visual a uma matéria no jornal impresso se dá a partir da análise da diagramação da página. Nesse caso, qualquer parte do texto da matéria (título, subtítulos e corpo) que estabelecer proximidade imediata com um visual, este deverá ser codificado como parte da matéria. Frequentemente um mesmo visual estabelece proximidade imediata com mais de uma matéria. Para esses casos, o visual será codificado para cada matéria e, portanto, tantas vezes quanto for o número de matérias em contato imediato com o visual. Para todas as matérias, as legendas dos visuais passarão a fazer parte do subtítulo da matéria.

TELEJORNALISMO:

- Para codificar as variáveis de visualização no telejornalismo, a codificação só será positiva “1 presente” caso exista *sincronia entre som (texto transcrito) e imagem*.

Exemplo de não sincronia no documento JN001, vídeo 01:

“Não faltam alegorias ao degelo”

O trecho acima contém informação de contexto e na reportagem há imagem de degelo, mas esta aparece depois que o referido trecho é transmitido. Nesse caso, deve-se codificar como “0 ausente” informação de contexto.

V.92 Imagem de informação de contextualização [IMG_CONT]:

0 Ausente

1 Presente

- Essa variável visa identificar imagens que ilustrem informação de contextualização, i.e. qualquer informação que corresponda a uma das variáveis da dimensão de análise referente à informação de contextualização. Para isso, verificar os procedimentos para cada tipo de material jornalístico em análise:

IMPRESSO: Legendas ou referência explícita de visualização, tais como “ver no diagrama ao lado”. Área de codificação: toda a matéria. Exemplo:

Figura 25 – Exemplo de [IMG_CONT] para FSP



» **CIÊNCIA NUA**
Grupo seminu pede “metas baseadas em ciência” no acordo do clima; protesto alude a estudo que estabelece em 350 partes por milhão a concentração máxima de CO₂ que o planeta aguenta

Fonte: Folha de São Paulo

No exemplo acima, a informação de contextualização se refere à concentração de 350 ppm de Co₂, a qual está ilustrada no cartaz da manifestante. A informação ilustra a variável 32 [EMISS].

TELEJORNAL: sincronia entre substantivo que faça parte de informação de contextualização e imagem ilustrando esse. Área de codificação: toda a matéria.
Exemplo:

Figura 26 – Exemplo de [IMG_CONT] para JN



Fonte: Jornal Nacional

A imagem acima pode ser encontrada na matéria do dia 14/12/2009 presente no documento JN013, Vídeo Nº 33 no seguinte tempo: 00:04:29 (4 minutos e 29 segundos), a seguinte informação é acompanhada de ilustração de modo sincronizado:

Entre os anos de 2000 e de 2007, os cientistas têm observado uma redução da calota polar, durante o verão no Hemisfério Norte.

O substantivo sublinhado faz parte de informação de contextualização e que foi codificado na variável 26 [DERT].

V.93 Imagem de lead [IMG_LED]:

0 Ausente

1 Presente

- Essa variável visa identificar se há algum elemento do lead com visualização. São considerados elementos válidos: actante, objeto ou lugar de uma ação, assim como vítima, vilão ou herói, ou qualquer outro substantivo que faça parte da área de

codificação correspondente à área de codificação do material jornalístico em análise (lead).

- Por se referir ao lead, a área de codificação dessa variável é bem mais restrita do que a anterior. Observar abaixo as indicações para cada material jornalístico em análise:

Para JORNAIS IMPRESSOS, ela abrange o título, os subtítulos, a área de codificação referente à dramatização, excluindo-se, portanto, as legendas. Não obstante, as legendas são decisivas para a operacionalização dessa variável, uma vez que é, na comparação de seu texto com o do lead, que a codificação deve ser operacionalizada. Nesse caso, deve-se verificar se há algum substantivo do texto da legenda que coincida com algum elemento válido do lead. Em caso positivo, codificar como “1 presente”. Caso contrário, “0 ausente”. Exemplo:

Figura 27 – Exemplo de [IMG_LED] para FSP



Carlos Minc e Dilma Rousseff após entrevista em Copenhague

Fonte: Folha de São Paulo

A imagem do exemplo faz parte da matéria que corresponde ao documento FSP072 e ela ilustra o seguinte trecho da área de codificação:

Ao final de seu primeiro dia em campo como chefe da delegação brasileira na negociação do clima, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) defendeu uma meta global de corte de 50% nas emissões de gases do efeito estufa até 2050, em relação aos números de 1990.

Para TELEJORNALISMO, a área de codificação abrange a cabeça da matéria e a área de codificação referente à dramatização. Exemplo:

Figura 28 – Exemplo de [IMG_LED] para JN



Fonte: Jornal Nacional

Os líderes mundiais já estavam longe, quando manifestantes, no frio abaixo de zero, lembravam o fracasso de Copenhague.

O exemplo acima faz parte da matéria transmitida pelo JN no dia 19/12/2009 e corresponde ao documento JN022. A ilustração de lead pode ser visualizada no vídeo de número 60 ao tempo: 00:00:32 (aos trinta e dois segundos).

- Um mesmo visual pode conter tanto informação referente ao contexto quanto ao lead (título, subtítulo e área de codificação referente às ações). Se este for o caso, codificar as respectivas variáveis como “1 presente”.

V.94 Outra imagem [IMG_OT]:

0 Ausente

1 Presente

- A área de codificação abrange toda a matéria em ambos os materiais jornalísticos em análise. Ou seja, trata-se da área de codificação mais abrangente possível.

- A variável “outra imagem” só pode ser codificada para imagem que não corresponda às duas variáveis anteriores.
- No entanto, uma mesma imagem pode conter tanto informação de contextualização como representação de algum elemento do lead da matéria. Só não é possível codificar numa mesma imagem informação referente a alguma das variáveis anteriores juntamente com “outra imagem”.
- São codificáveis todos os substantivos presentes no texto da matéria. Para jornais impressos, essa correspondência texto x imagem tem que ser indicada pelo próprio texto. Para telejornal, verificar a sincronia entre áudio (texto transcrito) e imagem.

Exemplo para JORNAL IMPRESSO:

Figura 29 – Exemplo de [IMG_OT] para FSP



Simulação de enterro ecológico, em que corpo é pulverizado

Fonte: Folha de São Paulo

A imagem do exemplo acima faz parte da matéria publicada em 15/12/2009 e correspondente ao documento FSP086. Ela ilustra a legenda, sendo o substantivo “enterro” o mais decisivo em termos de correspondência.

Exemplo para TELEJORNAL:

Figura 30 – Exemplo de [IMG_OT] para JN



Fonte: Jornal Nacional

O exemplo acima faz parte da matéria transmitida pelo JN no dia 19/12/2009 e que corresponde ao documento JN022. A ilustração pode ser visualizada no vídeo de número 60 ao tempo: 00:01:55 (um minuto e cinquenta e cinco segundo). O texto que é ilustrado é o seguinte:

Barack Obama classificou o texto de importante.

V.95 Desconexão cognitiva [IMG_DES]:

Verificar, nessa variável, se existe uma desconexão cognitiva entre texto e imagem. Para isso, verificar se o texto faz referência direta à imagem em questão.

- Em meio impresso, essa referência é considerada existente pela diagramação, ou seja, toda legenda deve ser considerada uma referência à imagem. Não obstante, referências também podem ocorrer no corpo do texto, tais como a partir de indicações como “veja na figura ao lado”.
- No telejornal, a referência deve ser expressa pelo repórter, tais como: “estas são as árvores...”. Caso não exista imagem de árvores, então codificar como desconexão cognitiva entre texto e imagem.

➡ **Atenção:** Não há exemplos para essa variável, pois nenhuma matéria apresentou as condições de codificação aqui estabelecidas.

4. VARIÁVEIS FORMAIS AO NÍVEL DO PROFERIMENTO

V.96 Identificação do proferimento [PRM_ID]:

- Todo proferimento identificado como sendo codificável deve ser ordenado numericamente. Nesta variável, deve-se informar a ordem numérica do proferimento.

V.97 Extensão do proferimento [EXT_PRM]:

- Contar a quantidade de palavras e informá-la nessa variável.

➡ **Atenção:** De modo a facilitar a identificação dos proferimentos nas matérias, repetir na planilha de codificação as seguintes variáveis formais ao nível da matéria: Título da matéria, Identificação do documento, Data, Visibilidade dos *media*, Gradiente de visibilidade.

5. VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DO PROFERIMENTO

As variáveis dessa última seção do livro de códigos objetivam gerar dados para quatro constructos analíticos, que são a saber: *transparência oficial*, *distorção*, *escrutínio público e publicidade ampliada*. Todas as variáveis dessa seção se dão o nível do proferimento. Para orientações de codificação e identificação de proferimentos, deve-se consultar o livro de códigos das sessões da COP-15 em seção homônima a esta.

Além das orientações dispostas na referida seção, esclarecimentos adicionais necessitam ser estabelecidos dado que a natureza dos proferimentos na cobertura jornalística difere, em alguns pontos, dos provenientes das sessões da COP-15, especialmente pelo fato de que naquela os proferimentos se organizam em torno do estilo jornalístico. Esse estilo, ao contrário do comportamento regular dos proferimentos das sessões da COP-15, conta com forte presença da forma narrativa em terceira pessoa e com muito pouco da primeira. Como fator complicador adicional, a diversidade das fontes que compõe a terceira pessoa, na narrativa jornalística, tende a ser muito mais plural e dinâmica. Sendo assim, tomar especial atenção para a seguinte diretriz de codificação: quando uma frase ou sentença apresentar conteúdo codificável no nível do proferimento, sendo que o conteúdo desse proferimento esteja sendo atribuído a várias fontes, deve-se, então, codificar uma quantidade de proferimentos igual ao número de fontes codificáveis. Exemplo:

Para os países em desenvolvimento que já aceitaram reduzir as emissões, como Brasil e a África do Sul, a maior preocupação agora é com a questão do financiamento.

O trecho acima apresenta 2 fontes codificáveis para a categoria analítica de interesse (propostas e demandas em nome do Brasil) e suas respectivas variáveis (*descrição, tema, ação, posicionamento, agentes e destinatários*). As duas fontes codificáveis são países em desenvolvimento e Brasil. África do Sul não é codificável nessa categoria analítica.

Ademais, nas matérias jornalísticas, os proferimentos possuem uma área de codificação distinta daquela das sessões da COP-15. Enquanto nesta, os proferimentos podem ser codificados em qualquer ponto das declarações, naquela os proferimentos só são codificáveis no corpo da matéria. Sendo assim, ignorar cabeça da matéria (telejornalismo), assim como título, subtítulos, e legendas (impressos).

V.98 Nome da fonte [NOME_F]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.99 Tipo de citação [CIT] (Wessler et al, 2013, V072 [ACT_QUOT], p.85):

1 Direta

2 Indireta

3 Autor(a) da matéria

998 Incerto

999 NSA

V.100 Tipo da fonte [TIPO_F]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.101 Cargo da fonte [CARG_F]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG], acrescidos das seguintes opções:

1601 Jornalista autor da matéria

1604 Debates

- Codificar sob esta opção apenas quando a matéria tratar de um debate sem qualquer especificação adicional ou referência, a exemplo de “o debate sobre o aquecimento no Brasil..”

V.102 Origem da fonte [OGEM_F]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

5.1 TRANSPARÊNCIA OFICIAL (SELEÇÃO):

Essa subseção tem por objetivo aplicar, na cobertura jornalística, as mesmas variáveis que foram utilizadas nas sessões da COP-15 para estabelecer uma varredura do posicionamento político oficialmente expresso em nome do Brasil. Desse modo, as seis variáveis que detalham as demandas e propostas políticas são aplicadas aqui novamente. Tendo isso em vista, observar a seguinte diretriz:

- Assim como cada proferimento só pode conter apenas uma fonte, o mesmo é válido para uma demanda ou proposta que essa fonte esteja defendendo ou recusando. Sendo assim, quando uma sentença conter mais de uma demanda/proposta, então o procedimento de codificação da sentença deve ser realizado de modo equivalente às instruções relativas à fonte. Isso implica que o mesmo proferimento deve ser codificado em quantidade igual ao número de demandas ou propostas que ele contiver. Exemplo:

A delegação [brasileira] insistirá na criação de um fundo global para financiar ações de corte das emissões e de adaptação.

O exemplo acima se refere ao 4º proferimento da matéria presente no documento FSP019. Esse proferimento foi codificado duas vezes, pois ele contém duas demandas/propostas: (1) financiamento para mitigação e (2) financiamento para adaptação. A fonte das demandas/propostas, não obstante, é a mesma: o autor da matéria. A fonte não é a delegação brasileira, pois o conteúdo da declaração se refere a uma ação e não a uma declaração. Para se referir a uma declaração, o proferimento em tela poderia ser formulado da seguinte maneira: “*A delegação [brasileira] disse que insistirá...*”. Para esclarecimentos adicionais acerca de como a fonte deve ser codificada, ver “What is a statement?” em Wessler et al (2013, p.79).

V.103 Descrição da ação [DESCR_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [DESCR_S]

V.104 Ações (atribuição de código numérico) [AC_COD_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [AC_COD_S]

V.105 Posicionamento [POSIC_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [POSIC_S]

V.106 Tema [TEMA_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TEMA_S]

V.107 Nome do agente [NOME_AG_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.108 Tipo do agente [TIPO_AG_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.109 Cargo do agente [CARG_AG_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG]

V.110 Origem do agente [OGEM_AG_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

V.111 Nome do destinatário [NOME_DEST_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.112 Tipo do destinatário [TIPO_DEST_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.113 Cargo do destinatário [CARG_DEST_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG]

V.114 Origem do destinatário [OGEM_DEST_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

V.115 Caso [CAS_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CAS_S]

5.2 DISTORÇÃO (erro):

V.116 Erro [ER]:

A codificação dessa variável se dá pela comparação das informações que especificam o caso (i.e. *descrição, ação, posicionamento, tema, agente e destinatário*) em cada arena discursiva. Sendo o caso um arranjo *ad hoc* entre as seis variáveis em tela, existe uma margem de variância pela qual o mesmo caso pode ser expresso tanto nas sessões da COP-15 como na sua respectiva cobertura. Levando em conta essa variação, a codificação do erro se orienta no sentido de identificar elementos que distorcem a demanda ou a proposta em relação a como ela foi proferida nas sessões da COP-15. De modo a especificar sob quais circunstâncias e em que níveis tal distorção pode ocorrer, observar abaixo as opções de codificação da presente variável, assim como suas diretrizes de codificação.

0 Sem erro

- A codificação da variável “posição” coincide com a do caso da COP-15. Além disso, o proferimento não apresenta falsa informação ou falta de precisão sobre informações básicas que esclarecem as circunstâncias em que a demanda ou proposta política foi expressa na COP-15 (como a identificação da fonte, seu nome, a data da declaração, etc.). Exemplo:

Hoje a ministra Dilma Rousseff reafirmou que apenas os ricos devem contribuir.

O exemplo acima corresponde ao 3º proferimento da matéria transmitida pelo Jornal Nacional no dia 14/12/2009 e cujo documento está identificado como JN013. Ele se trata do caso número 3, o qual corresponde ao caso “financiamento específico”, o qual consiste na reivindicação de financiamento de modo que se especifique o agente ou destinatário. Isso implica que esse caso em tela tem s três possibilidades de ocorrência: contendo a especificação somente do agente (1), somente do destinatário (2) e, por último, ambos (3). No entanto, o elemento qualitativo que abrange essas três possibilidades é a perspectiva redistributiva do financiamento. Isso implica que, enquanto o agente deve se referir a países com mais condições financeiras (ricos, industrializados, etc.), o destinatário consiste em países mais pobres, emergentes, em desenvolvimento, ou em situação de vulnerabilidade socioambiental. Observar alguns proferimentos desse caso na COP-15:

It is crucial to any outcome in this COP to ensure the fully implementation of commitments of developed countries parties related to the provision of financial resources. (Proferimento presente no documento P002)

The Group [of 77 and China] urges developed countries to take concrete action now to meet their commitments in taking the lead in [...] providing financial support [...] to developing countries. (Proferimento presente no documento P006)

[...] que o dinheiro seja colocado para os países efetivamente mais pobres. (Proferimento presente no documento P045).

Os proferimentos acima atestam, assim, que o conteúdo do proferimento da Ministra Dilma reportado pelo JN corresponde, em termos gerais, ao conteúdo do caso em análise. Ademais, tudo indica que a declaração da ministra foi obtida em alguma situação distinta das sessões da COP-15, dado que não existe registro, no banco de dados desta pesquisa, dela ter feito similar declaração. A única sessão formal (disponibilizada no site da UNFCCC) em que a ministra fez declarações foi numa conferência de imprensa. Nesta, não há registro do proferimento em tela. Não há aqui, portanto, condições de se verificar erro de informação básica (ver adiante). A única forma pela qual o erro pode ser apreendido passa a ser, então, a partir da comparação do conteúdo da demanda/proposta. Com relação a este, parece não haver erro. Recomenda-se, portanto, codificar o proferimento reportado pelo JN como “0 sem erro”.

1 Informação incompleta

- Codificar como referência de “informação incompleta” a observação cuja descrição e especificação do caso contiver menos informações do que a ocorrência *menos detalhada* do mesmo caso nas plenárias. O detalhamento em tela inclui a variável “descrição”, assim como a especificação de agente e destinatários. Exemplo:

Para os países em desenvolvimento que já aceitaram reduzir as emissões, como Brasil e a África do Sul, a maior preocupação agora é com a questão do financiamento. (Proferimento disponível no documento JN001)

O proferimento acima corresponde ao caso (ver variável adiante) “Mitigação brasileira”, o qual trata da proposta/demanda brasileira de desviar a curva de suas emissões projetada para 2020 entre 36,1% e 38,9%. Esse caso teve três ocorrências nas sessões da COP-15. Seus respectivos proferimentos se encontram abaixo:

O Congresso Brasileiro aprovou Projeto de Lei de iniciativa do Executivo que contém um conjunto de ações [...] [que] deverão reduzir o crescimento das emissões brasileiras de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9%, até 2020. (Proferimento disponível no documento P042).

The Brazilian commitment that now is part of our law is a number of actions. It is a number of actions that will amount to a very significant deviation from business as usual, 36,1% to 38,9% from business as usual in 2020. (Proferimento disponível no documento P043).

Apresentamos as nossas metas até 2020, assumimos um compromisso e aprovamos no Congresso Nacional, transformando em lei que o Brasil, até 2020, reduzirá as emissões de gases de efeito estufa de 36,1% a 38,9%. (Proferimento disponível no documento P045).

Observar que, em todas as ocorrências acima do caso “Mitigação brasileira”, houve especificação com relação à percentagem de redução (entre 36,1 e 38,9%) e ao período temporal (até 2020). Ambas as informações se encontram ausentes no proferimento do JN. Recomenda-se codificar, portanto, como “1 informação incompleta”.

2 Informação básica

- Aqui o erro se refere a informações que não se referem ao conteúdo substantivo das demandas ou propostas, mas a informações que se aproximam dos aspectos formais das mesmas, tais como a data em que foi proferida, o nome do declarante/fonte, o nome da sessão etc.

➡ **Atenção:** Não há exemplos para essa opção, pois nenhuma matéria apresentou as condições de codificação aqui estabelecidas.

3 Qualidade da descrição

- Refere-se às possíveis distorções nas descrições da demanda ou proposta. Ou seja, quando a descrição dos *media*, em algum medida, distorcer de modo substantivo a descrição da demanda ou proposta em nome do Brasil. Exemplo:

O presidente ainda reiterou a "ambição" de reduzir pela metade as emissões globais até 2050 como meio de conter o aumento da temperatura do planeta a 2 C até o fim do século, como deve constar o documento final da COP-15. (Proferimento disponível no documento FSP117).

O exemplo acima se refere ao caso “Máximo de 2^o” e teve apenas uma ocorrência em cada arena discursiva. A ocorrência correspondente à COP-15 se encontra abaixo:

Um aumento máximo da temperatura média global de dois graus centígrados é referência importante para nosso esforço coletivo de

mitigação. Essa meta deve ser periodicamente atualizada, de modo a acompanhar o avanço do conhecimento científico. (Proferimento disponível no documento P042).

Como se pode observar na comparação entre os proferimentos, a proposta brasileira não consiste em conter, fixamente, 2°C, tal como sugere a matéria da FSP, mas de utilizar esse patamar como referência para mitigação num curto prazo. Além disso, a proposta de revisão periódica dessa referência demonstra que o Brasil não adotou a referência de 2°C de maneira tão firme para calcular os esforços de mitigação a longo prazo. A revisão periódica abre espaço, portanto, para se adotar referência mais baixas de aumento da temperatura global ao longo dos próximos anos. Esse tipo de formulação em certa medida alinha a posição brasileira à posição do G77, mais especificamente a dos países africanos e insulares, os quais propunham um limite de aumento de temperatura global menor que 2°C, entre 1 e 1,5° C. Sendo assim, recomenda-se codificar o proferimento da FSP como “3 – qualidade da descrição”.

4 Erro na posição:

- Refere-se à divergência entre a posição da demanda ou proposta que foi expressa nas sessões da COP-15 com a posição reportada na matéria. Trata-se do nível mais grave de erro, pois implica dizer que no lugar de ser a favor de uma demanda ou proposta, o declarante ou a fonte se posicionou contra ou vice-versa.

➡ **Atenção:** Não há exemplos para essa opção, pois nenhuma matéria apresentou as condições de codificação aqui estabelecidas.

99 Incerto

999 NSA

➡ **Atenção:** Para citações diretas e sonoras, erro não se aplica (999)

➡ **Atenção:** Quando o mesmo proferimento apresentar mais de um tipo de erro, codificar o de maior gravidade.

V.117 Anotações [ANT_ER]:

Escrever observações ou apontamentos que possam esclarecer a codificação ou informações oportunas para a análise de distorção.

5.3 ESCRUTÍNIO PÚBLICO:

A presente subseção tem por objetivo identificar as características do escrutínio público presentes nas matérias jornalísticas. Para isso, serão identificados tanto os alvos desse escrutínio como o tipo de avaliação política (se positiva ou negativa) de suas ações, declarações ou posicionamento político.

V.118 Escrutínio público [ESCR]:

1 Positivo ou favorável

2 Negativo ou crítico

99 Incerto

999 NSA

- Codificar proferimento que possuam adjetivos, verbos (elogiou, criticou, etc.), advérbios de modo, locuções ou expressões adjetivas que indiquem valoração de um caso de transparência oficial (demanda ou proposta política) anteriormente codificada, ou de um alvo (indivíduos, grupos ou instituições). Ademais, a valoração deve ser assertiva, não podendo ser condicional. Isso implica que não são codificáveis proferimentos em orações condicionais, subjuntivas, ou quando a situação valorada for apenas uma conjectura. Exemplo:

Será chocante se Obama aparecer aqui na semana que vem e anunciar só o que já foi dito na semana passada", disse o ministro do Ambiente sueco, Andreas Carlgren, falando em nome da União Europeia.

A valoração “chocante” direcionada a Obama, no exemplo acima, está condicionado a acontecimentos que ainda não ocorreram, o que deixa de conferir à apreciação em tela caráter assertivo. O proferimento, portanto, não é codificável.

- Quando uma demanda ou proposta de um indivíduo, grupo ou instituição (alvo) recebe um explícito julgamento de valor, codificar o julgamento de valor como direcionado apenas ao alvo caso a proposta não corresponda a um caso de transparência oficial. Exemplo:

nos casos da China e da Índia, [carecem] de metas que realmente cortem as emissões -; e as promessa de ajuda aos países menores são vagas, quando não maquiadas.

O exemplo acima contém dois alvos: *China* e *Índia*. As informações que detalham as características desses alvos devem ser codificadas nas variáveis correspondentes ao alvo (vê-las mais adiante). A demanda/proposta política criticada, i.e. “a promessa de ajuda aos países menores” não corresponde a um caso de transparência oficial e, portanto, não é codificável (para casos codificáveis, ver as diretrizes da próxima variável).

- Se a apreciação política não estiver diretamente relacionada a um caso de transparência oficial, ou mesmo a um alvo, a valoração não é codificável. Exemplo:

Tem um banquete, aí de repente você chega para tomar um cafezinho e chega na hora, não agora vamos dividir a conta. Isso é injusto.

A fonte acima faz um julgamento de valor negativo (“isso é injusto”), mas este julgamento não se conecta claramente a um alvo ou a um caso de transparência oficial e, portanto, não é um julgamento de valor codificável.

- É possível, entretanto, que uma valoração se refira claramente a um ação de um alvo em um determinado proferimento, mas, mais adiante, tal ação é criticada sem que o alvo seja novamente citado. Nesses casos, codificar a valoração e o alvo correspondente, mesmo que a informação de especificação do alvo esteja em algum proferimento anterior ou posterior. Exemplo:

1º proferimento da matéria

A proposta, apresentada pelo maltês Michael Zammit Cutajar e pelo brasileiro Luiz Alberto Figueiredo Machado, alivia para os países em desenvolvimento, ao deixar para o futuro o pico de emissões globais, e para os países ricos, ao ser vaga sobre financiamento

Último proferimento da matéria

Antonio Hill, da ONG Oxfam, porém, critica justamente o fato de o texto [da proposta] não se posicionar a esse respeito.

Em ambos os proferimentos, há um julgamento de valor sobre o texto da proposta cujos autores e, portanto, os alvos são *Michael Zammit Cutajar* e *Luiz Alberto Figueiredo Machado*. No primeiro, o adjetivo “vaga” indica isto. No segundo, o verbo “criticar” usado pela fonte (Antonio Hill) também indica um julgamento de valor de caráter negativo (codificar, portanto como 2). Os alvos do último proferimento da matéria são, desse modo, os mesmos do 1º proferimento.

- Há casos em que o autor da matéria insere sua apreciação do conteúdo de uma declaração – que pode inclusive incluir proposta ou demanda política - de modo que

não é possível separar os proferimentos de quem fez a declaração do proferimento do autor. Nesses casos, deve-se repetir a codificação do proferimento com duas fontes distintas, uma para quem fez a declaração e outra para o autor da matéria. Caso a fonte que fez a declaração não englobe demandas ou propostas feitas em nome do Brasil, codificar como fonte apenas o autor da matéria e, portanto, da apreciação política. Exemplo:

China e Índia propõem uma "redução da intensidade de gás carbônico" em suas economias - camuflagem retórica para aumento nas emissões.

No trecho acima, codificar como fonte apenas o autor da matéria (a jornalista), a qual através da expressão “camuflagem retórica” faz uma apreciação negativa de China e Índia.

V.119 Proposta ou demanda política [PROPS]:

- As únicas propostas codificáveis em termos de apreciação política são aquelas que englobem o Brasil, o G77, ou países em desenvolvimento, ou seja, do tipo “transparência oficial”. Exemplo:

Serra falou sobre a lei paulista de mudança climática e não perdeu a oportunidade de alfinetar o governo federal. "Ela prevê objetivos mandatórios, não voluntários, e prevê reduções em termos absolutos, não apenas uma desaceleração." (Proferimento disponível no documento FSP092).

No exemplo acima, o alvo da crítica é o governo federal e ao explicitar essa crítica, a fonte (o governador José Serra) contrastou as características da lei paulista de mudança climática com a do governo Lula. As características citadas: metas voluntárias e desaceleração das emissões correspondem ao caso “mitigação brasileira”.

- Caso a proposta ou demanda tenha sido identificada nas plenárias e seja, portanto, pertencente à transparência oficial, o código da ação da mesma deverá ser repetido para efeito de codificação da presente variável. Retomando o exemplo anterior, o código da ação que compõe o caso “mitigação brasileira” é “PB114”.

V.120 Nome do alvo [NOME_AV]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.121 Tipo do alvo [TIPO_AV]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.122 Cargo do alvo [CARG_AV]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG]

V.123 Origem do alvo [OGEM_AV]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

5.4 PUBLICIDADE AMPLIADA:

As variáveis dessa subseção visam identificar três formas com as quais as práticas jornalísticas tendem a ampliar o escopo da publicidade disponibilizada pelas instâncias formais. Essas formas são, a saber: *informação extraoficial*, *informações de bastidores e escândalo*. Para saber a diferença entre cada uma e como codificá-las, observar as definições e diretrizes abaixo.

V.124 Publicidade ampliada [PUBL_A]:

1 Informação extraoficial:

- A informação extraoficial corresponde às demandas ou propostas feitas em nome do Brasil que não puderam ser identificadas nas sessões da COP-15, mas que são dadas ao conhecimento público pelo trabalho de apuração jornalística. Essa apuração acaba por desvelar informações sobre divergências internas dos setores governamentais e que tendem, portanto, a não fazer parte da comunicação oficial das agências governamentais.

A informação será considerada, no entanto, de caráter extraoficial somente se não houver nenhuma indicação, na matéria, que a informação foi obtida contra a vontade das suas fontes, mediante vazamento de informação ou por situações similares, tais como por fonte anônima, material de investigação policial (gravações por exemplo) disponibilizadas ao autor da matéria, etc. Para todas essas outras situações, a informação passar a ser de bastidores ou de escândalo (ver opções de codificação adiante).

Sendo de outro modo, codificar o insumo discursivo como sendo informação extraoficial. Existe, no entanto, demandas ou propostas políticas que foram tornadas públicas pelo governo brasileiro ou pelos países em desenvolvimento em muitos canais oficiais, mas não durante as sessões da COP-15. Em tais casos, a informação também é considerada como publicidade aumentada uma vez que tal informação não pode ser encontrada na transparência oficial da UNFCCC (nas sessões da COP-15). Deve-se codificar esse tipo de informação, portanto, como informação extraoficial. Exemplos:

A ministra [Dilma] acenou com um acordo para submeter o monitoramento e verificação externos apenas as ações do Brasil que contem com financiamento estrangeiro.

"A cobrança nunca vai ser sobre o detalhamento do número", ponderou o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, negociador do Brasil.

O Ministério do Meio Ambiente defende a verificação dos cortes de emissões independentemente da fonte de financiamento. (Proferimentos disponíveis no documento FSP073)

Acima, existem três proferimentos consecutivos de uma mesma matéria e que são provenientes das seguintes fontes: a Ministra Dilma, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo e, por último, o Ministério do Meio Ambiente. Enquanto o primeiro proferimento se refere a um caso de transparência oficial (“Apenas ações financiadas com MRV”), os outros dois devem ser codificados como sendo informações extraoficiais, pois as demandas/propostas correspondentes não constam nas sessões da COP-15. O último proferimento, no entanto, não apenas está ausente das sessões da COP-15, como apresenta uma demanda/proposta divergente daquela oficialmente expressa pelo governo.

- As únicas fontes codificáveis para informação extraoficial são aquelas ligadas ao Executivo brasileiro, ou ao G77 (países em desenvolvimento). Isso significa que outras instâncias que não tiveram representação formal na COP-15, como “países emergentes”, BRICS, etc., estão excluídos.
- A codificação de informação extraoficial deve obedecer aos mesmos critérios da codificação das plenárias, ou seja, deve se referir a orações com o verbo ser no tempo verbal presente ou passado (para citações indiretas), presente ou imperativo (citações diretas) que qualifiquem ações como importantes, urgentes, necessárias, etc.
- A informação extraoficial se restringe a declarações e ações feitas no período da COP-15 e mais importantes: tem que se referir a ela. Sendo assim, não codificar como informação extraoficial declarações e ações referentes à política interna. Exemplo:

Lula tem até sexta-feira para editar os dois decretos negociados no governo. Nesse dia, entraria em vigor a punição a proprietários rurais que descumprem a legislação. A punição - entre elas multa de R\$ 500 por dia, caso o proprietário não se comprometa a recuperar a área desmatada deverá ser adiada até 2011.

O trecho acima se refere a processos legislativo referente à política interna e, portanto, não deve ser codificado como informação extraoficial.

2 Informação de bastidores (vazamentos):

- Quando uma informação fornecida for claramente identificada como um "vazamento", codificar essa informação para a presente opção independentemente se o ator político é um representante brasileiro ou não. A informação de bastidores consiste, portanto, no desvelamento de informações dos bastidores da política a despeito da vontade do ator político que a produziu. Exemplos:

Um documento vazado na Suécia, que detém agora a presidência da UE, diz que, "fundos já existentes precisam ser usados para ações de desencadeamento rápido" para ajudar pobres a lidarem com a mudança climática. (Proferimento disponível no do documento FSP006)

O documento que era mantido em segredo até ser publicado pelo jornal inglês The Guardian mostra que o secretariado da conferência, há dois dias, calculava que, mantidas essas metas de negociação, o aumento da temperatura do planeta chegaria a três graus, um grau acima do previsto anteriormente. (Proferimento disponível no do documento JN018).

- Uma vez identificado um documento ou material num proferimento que seja origem de informação de bastidores, todos os proferimentos que se referirem ao conteúdo desse material (conversa, gravação, vídeo, boato, etc.) deve ser codificado como informações de bastidores. A atribuição dos autores deve ser repetida para todos os proferimentos mesmo que apenas um deles identifique a fonte de produção da informação revelada. Exemplo:

Eles reagem à revelação de um acordo paralelo articulado pela Dinamarca, junto com Estados Unidos e Grã-Bretanha. O jornal inglês "The Guardian" publicou a proposta, que deixaria aos países ricos a decisão de quanto cortar nas emissões. Mas obrigaria os outros a apresentar metas, com exceção dos países muito pobres.

[...]

A proposta abre a possibilidade de o Banco Mundial, e não ONU, administrar os financiamentos para adaptação às mudanças climáticas. E obriga os beneficiados a seguir as regras impostas pelos ricos. (Proferimentos disponíveis no documento JN003).

O último proferimento detalha o conteúdo do “acordo paralelo articulado pela Dinamarca” cujo conteúdo é alvo de informação de bastidores. Desse modo, esse último proferimento também deve ser codificado nesta opção.

3 Escândalo:

- A codificação de escândalo se dá a partir de proferimentos que indiquem choque público ou forte desaprovação moral em relação a uma ação ou declaração de um ator

político. Essas declarações ou ações *podem envolver qualquer ator político e não* apenas os representantes políticos que falam em nome do Brasil. Um escândalo político pode ser também fruto do vazamento de informações de bastidores. Para diferenciar um do outro, deve-se levar em conta que, enquanto as informações de bastidores normalmente não são acompanhadas de explícita desaprovação moral, o escândalo o é. Desse modo, codificar "escândalo" desde que o proferimento sugira explicitamente uma reação ou uma avaliação moral de forte desaprovação sobre o fato ou evento relatado, ou simplesmente o classifique de “escândalo”. Exemplos:

E a preocupação de que o escândalo envolvendo o vazamento de emails de uma Universidade da Inglaterra sirva de desculpa para países que não querem fazer cortes nas emissões de gases. (Proferimento retirado do documento JN001).

Os e-mails de climatologistas vazados de uma universidade britânica no mês passado, usados por céticos como indício de que as provas da culpa do homem no aquecimento global foram forjadas, tumultuaram ontem o terceiro dia de reunião do bloco dos países em desenvolvimento, o G77+China. (Proferimento retirado do documento FSP011).

No primeiro exemplo, a identificação de escândalo é facilitada pela autora da matéria, a qual se refere ao vazamento com a própria palavra “escândalo”. O segundo exemplo sugere o mesmo pela reação gerada pelo conteúdo do vazamento: “os e-mails [...] vazados [...] tumultuaram”. Essa sugestão é confirmada no proferimento subsequente, o qual se refere ao evento a partir de uma referência ao escândalo do *Watergate*: “Segundo pessoas presentes, o "climagate" provocou discussão entre a delegação da Arábia Saudita e os representantes da Micronésia e outros pequenos países insulares.”

V.125 Nome do ator [NOME_AT]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.126 Tipo do ator [TIPO_AT]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.127 Cargo do ator [CARG_AT]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG]

V.128 Origem do ator [OGEM_AT]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]